

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Danúsia Arantes Ferreira Batista de Oliveira**

**A EXPANSÃO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA EM GOIÂNIA:**  
**UM ESTUDO COMPARATIVO**

**GOIÂNIA**  
**OUTUBRO DE 2005**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Danúsia Arantes Ferreira Batista de Oliveira**

**A EXPANSÃO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA EM GOIÂNIA:  
UM ESTUDO COMPARATIVO**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Profa. Dra. Maurides Batista de Macedo F. de Oliveira.**

**GOIÂNIA  
OUTUBRO DE 2005**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Danúsia Arantes Ferreira Batista de Oliveira

### **A EXPANSÃO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA EM GOIÂNIA: UM ESTUDO COMPARATIVO**

AVALIADORES:

---

Profa. Dra. Maurides Batista de Macedo F. de Oliveira – UFG/FE

---

Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado – UFG/FE

---

Profa. Dra. Heliane Prudente Nunes - UCG

GOIÂNIA  
OUTUBRO DE 2005

## **DEDICATÓRIA**

A meus pais, pelo dom da vida e pela oportunidade de ter chegado  
até aqui podendo construir o meu próprio caminho.

A meu esposo, pelo amor, compreensão e companheirismo,  
a toda prova

A meu filho, pela certeza da continuidade, que me faz ser capaz de buscar  
em tudo o que vejo o constante olhar de Deus.

Às minhas irmãs, pelo carinho constante, apoio e partilha  
tão necessários em todos os momentos.

Aos meus familiares, pela presença, mesmo que distantes.

A todos os amigos, pela convivência como sinal de participação  
e contribuição para a realização desta busca.

Aos entes queridos, pelo conforto e pela força espiritual  
que nos fortalecem a cada dia.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos mestres, com carinho:

A DEUS, que, na centralidade de tudo que existe, se faz presente em todos os momentos.

À Profa. Dra. Maurides Batista de Macedo, pela convivência, amizade e respeito, construídos durante as orientações acadêmicas criteriosas, assegurando-me a condução dos caminhos e a serenidade na descoberta dos meus próprios limites teóricos e práticos, na complexidade da construção do objeto de estudo e da produção do conhecimento.

Ao Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado, pela oportunidade de aprendizagem e crescimento acadêmico por meio da sua produção científica e valiosas contribuições apresentadas ao encaminhamento e finalização deste trabalho.

À Profa. Dra. Heliane Prudente Nunes, pela disponibilidade de participar da avaliação deste trabalho, apresentando contribuições cuidadosas e relevantes, e pela alegria de poder aprender constantemente com a sua sabedoria, humildade e exemplo.

Ao Prof. MSc. Alzino Furtado de Mendonça, pela amizade dedicada a minha pessoa, pela convivência, pelos exemplos de sabedoria, humildade e organização.

À Profa. MSc. Ecléa Campos Ferreira, pelo dom de compartilhar o seu saber sobre o aprimoramento da linguagem, pela amizade e convivência.

Às Instituições de Ensino Superior de Goiânia, que disponibilizaram as informações necessárias para a realização deste trabalho, em especial, às Faculdades Alves Faria – Alfa, pelo apoio prestado durante a realização de todo este trabalho.

Enfim, a tantas outras pessoas, que, ao seu modo e à sua forma, acompanharam o desenvolvimento desse trabalho.

A todos, minha eterna gratidão.

## RESUMO

OLIVEIRA, Danúcia Arantes Batista Ferreira. A **expansão dos cursos de pedagogia em Goiânia**: um estudo comparativo 2005. 174 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2005.

Este estudo objetiva analisar, no contexto das políticas educacionais no Brasil, a expansão do ensino superior privado com fins lucrativos e como se instalou o processo de expansão dos cursos de Pedagogia no âmbito nacional, regional e local. Elegeu-se como objeto de pesquisa e análise os cursos de Pedagogia do setor privado com fins lucrativos no município de Goiânia, fazendo-se um estudo comparativo do curso de Pedagogia de duas instituições: Universidade Católica de Goiás e Faculdades Alves Faria. Aborda-se o objeto de estudo por meio de pesquisa documental, no sentido amplo do uso de fontes orais e escritas, na perspectiva de contextualização sócio-histórica, analisando seus determinantes macroestruturais, com a compreensão das determinações que fazem parte do município de Goiânia, com suas particularidades e especificidades históricas. A pesquisa destaca a forma como as IES privadas com fins lucrativos, que ofertam o curso de Pedagogia em um contexto de expansão do ensino superior privado, estruturam sua participação na disputa estabelecida em Goiânia no campo do Ensino Superior. A análise efetivada identifica um processo de expansão, sobretudo na segunda metade dos anos 90, com a criação de novas IES, abertura de novos cursos de Pedagogia, aumento de vagas, concorrência acirrada e, como resposta ao *boom* expansionista identificado, detecta o fenômeno do refluxo, que muda a lógica concorrencial no mercado em disputa. Ressaltando as especificidades inerentes as IES pesquisadas, o estudo identifica, nessas instituições, o fluxo e o refluxo evidenciados por meio do número de vagas, demandas, matrículas e egressos.

Palavras-chave: Ensino Superior Privado. Expansão do ensino. Curso de Pedagogia. Ensino em Goiás. Políticas educacionais.

## **ABSTRACT**

This work presents an analyze of the expansion of private higher education with profit ends in the context of educational politics in Brazil and also the process of expansion of the pedagogy course in national, regional and local scope. The research objects are the pedagogy course of private sector with profit ends in the city of Goiânia and a comparative study of the pedagogy course from two institutions: Catholic University of Goiás and Faculdades Alves Faria. The study is done through documental research (oral and written sources) in a broader sense, with the perspective of social and historical context, analyzing its macrostructure and respecting its historical particularities and specificities. The research shows the way private higher education with profit ends, that offers pedagogy course in a context of expansion, organizes itself to take part of the competitive market of education in Goiania. The analyses identifies a process of expansion in the higher education sector, especially in the late nineties, with the establishment of new institutions and pedagogy course as well as increase of vacancies. The flux and reflux phenomenon emerges as a response to this expansion boom, which changes the competitive logic of the market. This phenomenon is observed through the number of vacancies, demand, enrolments and the number of graduated students.

Key words: Expansion . Private Higher Education. Pedagogy course. Educational politics.

## SUMÁRIO

|                                                                                               |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                       | <b>13</b>  |
| <b>1 O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL: algumas tendências .....</b>                        | <b>15</b>  |
| 1.1 As primeiras Escolas de Ensino Superior no Brasil .....                                   | 15         |
| 1.2 Primeira República: expansão do ensino superior privado no Brasil .....                   | 22         |
| 1.3 A expansão do Ensino Superior: da Era Vargas ao Golpe de 1964 .....                       | 29         |
| 1.4 A Expansão do Ensino Superior pós 1964 .....                                              | 40         |
| 1.5 O Ensino Superior nos anos 1980 .....                                                     | 44         |
| 1.6 O Ensino Superior a partir da segunda metade dos anos 90 .....                            | 48         |
| <b>2 OS CURSOS DE PEDAGOGIA NO BRASIL: desenvolvimento nacional e local (1939-2004) .....</b> | <b>59</b>  |
| 2.1 A criação das Escolas Normais: ambigüidades que antecederam a criação, em 1939 .....      | 59         |
| 2.2 Os cursos de Pedagogia de 1939 ao final dos anos 60: embates do campo em disputa .....    | 64         |
| 2.3 Cursos de Pedagogia na década de 1970: a expansão do setor privado .....                  | 75         |
| 2.4 Tendências na expansão dos Cursos Superiores: de 1980 a 2000 .....                        | 81         |
| 2.5 A expansão do Ensino Superior em Goiás .....                                              | 95         |
| <b>3 O CURSO DE PEDAGOGIA NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE GOIÂNIA: fluxo e refluxo.....</b>      | <b>106</b> |
| 3.1 Caracterização das IES privadas de Goiânia que oferecem o curso de Pedagogia .....        | 107        |
| 3.1.1 Universidade Católica de Goiás – UCG .....                                              | 107        |
| 3.1.2 Faculdade Padrão .....                                                                  | 110        |
| 3.1.3 Faculdades Objetivo .....                                                               | 114        |
| 3.1.4 Faculdades Alves Faria- ALFA .....                                                      | 120        |
| 3.1.5 Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO .....                                       | 125        |
| 3.1.6 Universidade Paulista – UNIP .....                                                      | 128        |
| 3.1.7 Faculdade Araguaia – FARA .....                                                         | 132        |
| 3.1.8 Centro Universitário de Goiás – UNIANHANGUERA .....                                     | 134        |



|                                                                                                                                 |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>3.2 Os cursos de Pedagogia: o caso da Universidade Católica de Goiás e das Faculdades ALFA: um olhar investigativo .....</b> | <b>140</b> |
| 3.2.1 Curso de Pedagogia da Universidade Católica de Goiás: da retomada histórica ao projeto acadêmico atual .....              | <b>141</b> |
| 3.2.2 Curso de Pedagogia das Faculdades ALFA: da intenção à criação .....                                                       | <b>149</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                               | <b>159</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                        | <b>162</b> |

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

|             |                                                                                               |     |
|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 -  | Cronologia da criação de cursos superiores no Brasil: 1891-1910 .....                         | 25  |
| Figura 2 -  | Cronologia da criação de cursos superiores no Brasil: 1911-1914 .....                         | 27  |
| Figura 3 -  | Expansão do Ensino Superior: 1808 a 1945 .....                                                | 31  |
| Figura 4 -  | Criação de Universidades Brasileiras: 1940-1964 .....                                         | 32  |
| Figura 5 -  | Processo de crescimento de matrículas no ensino superior público na República Populista ..... | 37  |
| Figura 6 -  | Universidades Brasileiras Pós 64 .....                                                        | 42  |
| Figura 7 -  | Expansão do Ensino Superior Público 1967 – 1980 .....                                         | 44  |
| Figura 8 -  | Universidades Brasileiras: 1980 a 1990 .....                                                  | 46  |
| Figura 9 -  | Universidades Brasileiras: década de 1990 .....                                               | 49  |
| Figura 10 - | Evolução de matrículas do Ensino Superior 1950 – 1994 .....                                   | 52  |
| Figura 11 - | Crescimento das Instituições de Ensino Superior: 1960-1994 .....                              | 52  |
| Figura 12 - | Número de cursos em Faculdades de FCL no Brasil: 1939-1954.....                               | 66  |
| Figura 13 - | Número de cursos em Faculdades de FCL no Brasil: 1955-1961.....                               | 68  |
| Figura 14 - | Distribuição de formados em Faculdades de FCL no Brasil: 1955-1961.....                       | 69  |
| Figura 15 - | Número de alunos do curso de Pedagogia no Brasil: 1939-1964.....                              | 72  |
| Figura 16 - | Instituições de Ensino Superior no Brasil: 1974 .....                                         | 76  |
| Figura 17 - | Distribuição de candidatos e vagas no Ensino Superior, por área de conhecimento: 1974 .....   | 76  |
| Figura 18 - | Cursos superiores autorizados pelo CFE, por unidade da Federação: 1962-1972 .....             | 77  |
| Figura 19 - | Evolução dos cursos de Pedagogia: 1962-1975 .....                                             | 78  |
| Figura 20 - | Aumento do número de matrículas em cursos de Pedagogia: 1962-1975 .....                       | 78  |
| Figura 21 - | Evolução das instituições privadas, pela sua natureza: 1980-1996 .....                        | 85  |
| Figura 22 - | Evolução do número de instituições federais: 1980-1996 .....                                  | 85  |
| Figura 23 - | Distribuição das instituições, segundo sua natureza, por Regiões: 1998. ....                  | 88  |
| Figura 24 - | Expansão do Ensino Superior em Goiás: 1979-1980 .....                                         | 100 |
| Figura 25 - | Distribuição percentual do número de vagas por Região:1998 .....                              | 102 |
| Figura 26 - | Distribuição do percentual do número de vagas por área de conhecimento: 1998 .....            | 103 |
| Figura 27 - | Expansão do Ensino Superior no Estado de Goiás: 1989-2004 .....                               | 103 |
| Figura 28 - | Instituições privadas de Ensino Superior em Goiás .....                                       | 104 |
| Figura 29 - | Cursos oferecidos pela UCG .....                                                              | 109 |
| Figura 30 - | Cursos de graduação oferecidos pelo UNI-ANHANGUERA .....                                      | 136 |
| Figura 31 - | Cursos Tecnológicos oferecidos pelo UNI-ANHANGUERA .....                                      | 138 |
| Figura 32 - | Cursos Seqüenciais oferecidos pelo UNI-ANHANGUERA .....                                       | 138 |
| Figura 33 - | Cursos de Graduação oferecidos pelas Faculdades Objetivo .....                                | 116 |
| Figura 34 - | Cursos Tecnológicos oferecidos pelas Faculdades Objetivo .....                                | 117 |
| Figura 35 - | Cursos de Pedagogia no Município de Goiânia: 1991-1999 .....                                  | 120 |
| Figura 36 - | Cursos de Graduação oferecidos pela Faculdade Padrão .....                                    | 112 |

|             |                                                                      |     |
|-------------|----------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 37 - | Cursos de Graduação oferecidos pela UNIVERSO .....                   | 126 |
| Figura 38 - | Cursos Tecnológicos oferecidos pela UNIVERSO .....                   | 127 |
| Figura 39 - | Cursos de Graduação oferecidos pela ALFA .....                       | 124 |
| Figura 40 - | Cursos de Graduação oferecidos pela UNIP .....                       | 129 |
| Figura 41 - | Cursos Tecnológicos oferecidos pela UNIP .....                       | 131 |
| Figura 42 - | Cursos de graduação oferecidos pela Faculdade Araguaia .....         | 132 |
| Figura 43 - | Cursos de Pedagogia no Município de Goiânia: 2000-2003 .....         | 133 |
| Figura 44 - | Curso de Pedagogia da UCG: fluxo e refluxo .....                     | 147 |
| Figura 45 - | Bolsas universitárias por IES .....                                  | 156 |
| Figura 46 - | Fluxo de alunos do curso de pedagogia da UFG e da alfa: 2001-2004... | 158 |
| Figura 47 - | Egressos dos Cursos de Pedagogia da UCG e ALFA: 2001-2004 .....      | 158 |

## TABELAS

|            |                                                                                                                                                                   |         |
|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Tabela 1 - | Número de Cursos, Concluintes em 1994 e Matrícula em 30/04, por Natureza da Instituição, segundo a Unidade da Federação e Dependência Administrativa - 1995 ..... | 52      |
| Tabela 2 - | Evolução do número de Instituições de Educação Superior Públicas: 2000-2005 .....                                                                                 | 52      |
| Tabela 3 - | Distribuição regional dos alunos de graduação do ensino superior brasileiro: 1994-2002 .....                                                                      | 54      |
| Tabela 4 - | Distribuição dos alunos de graduação do ensino superior na região Centro-Oeste e seu crescimento percentual estimado: 1994-2002 .....                             | 55      |
| Tabela 5 - | Distribuição regional dos alunos de graduação do ensino superior brasileiro, por dependência administrativa, em 2000 .....                                        | 55      |
| Tabela 6 - | Percentual de vagas não preenchidas no Vestibular: 1989-2003 .....                                                                                                | 56      |
| Tabela 7 - | Distribuição do Número de Cursos e Taxa de Crescimento segundo as Regiões - 1988 e 1998 .....                                                                     | 10<br>1 |

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema nasceu, em primeiro lugar, da vivência cotidiana com os cursos de Pedagogia, por meio de nosso trabalho como gestora de uma instituição de ensino superior privada, que surgiu, no final dos anos 90, portanto, sob a égide da expansão recente do ensino superior em Goiânia e, em segundo lugar, do fato de termos formação em Pedagogia e de a realidade, não só do curso como do profissional de Pedagogia, nos desafiar a cada instante.

Os problemas levantados nessa pesquisa advêm, portanto, das observações empíricas que levaram a indagações que foram se organizando e fortalecendo a partir de leituras que possibilitaram uma reflexão teórica para responder à riqueza do tema. A definição pelo tema dessa pesquisa é, pois, uma consequência natural e inevitável de uma realidade vista a “olho nu” e que demanda pesquisas e um rigor científico na compreensão dos novos paradigmas que reconfiguram a atuação dos sujeitos históricos, no contexto do mundo globalizado e na busca de um novo sentido da existência social.

O campo temático dessa pesquisa é a educação superior e se insere na linha de pesquisa Estado e Políticas Educacionais, do Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

A finalidade dessa pesquisa foi compreender e analisar como se instalou o processo de expansão dos cursos de Pedagogia do setor privado com fins lucrativos em Goiânia a partir de meados dos anos 90 e, reportando ao cenário nacional, regional e local, compreender como as sete IES privadas que criaram estes novos cursos, embasadas em uma Política Educacional de privatização, buscaram sua legitimidade e autonomia enquanto campo do ensino superior.

A partir dos dados gerais que foram levantados sobre as IES privadas que criaram os novos cursos de Pedagogia em Goiânia, e a compreensão macro da expansão do curso de Pedagogia neste município, as análises foram verticalizadas para a comparação das duas IES. Universidade Católica de Goiás – UCG, instituição de natureza católica, comunitária e filantrópica e, Faculdades Alves Faria – ALFA, instituição privada com fins lucrativos.

As recentes transformações da sociedade contemporânea nos convidam ao questionamento, reflexão e compreensão do cenário que definiu na última década o processo de expansão do ensino superior privado em Goiânia. O problema da nossa investigação foi indagar como os cursos de Pedagogia do setor privado de Goiânia contribuíram no processo

de expansão do ensino superior de nossa capital e discutir como se deu o movimento de fluxo e refluxo dos cursos superiores de Pedagogia, em Goiânia e, ainda, perquirir sobre quais os mecanismos utilizados pelas instituições para implementação e manutenção dos mesmos, dentro de um cenário de competição, fruto do processo de expansão do ensino superior em Goiânia.

A impressionante e recente expansão confirma a relevância da pesquisa sobre o tema, uma vez que esta trará conseqüências ainda desconhecidas para o município, estado e país.

Quanto à metodologia, realizamos uma pesquisa qualitativa . O universo foi escolhido no conjunto das instituições de ensino superior privado com fins lucrativos em Goiânia que oferecem curso de Pedagogia. A população representativa desse universo foram: os gestores, coordenadores, corpo docente e discente das instituições selecionadas. Quanto aos procedimentos metodológicos realizamos pesquisa bibliográfica, estudo da legislação relacionada à expansão do ensino superior, levantamento das autorizações de novas instituições e cursos, levantamento e estudo das instituições de ensino superior privado com fins lucrativos em Goiânia que oferecem cursos de Pedagogia e documentação interna das IES.

Realizamos uma pesquisa para levantamento de dados através de um instrumento estruturado para recolha de dados sobre a ênfase do curso a partir da constituição da sua grade curricular, ou seja, qual a proposta documental para o processo de formação do formador, seus pilares de sustentação, concepção de pesquisa, iniciação científica, projeto de estágio, atividades complementares e práticas como componentes curriculares. Em seguida, tabulamos esses dados criando tabelas para a análise na busca de identificar que tipo de curso é oferecido em cada IES, qual a habilitação do curso, qual a ênfase do curso, qual o perfil do pedagogo que ela forma. Finalmente, realizamos um levantamento de informações gerais sobre as instituições pesquisadas através da análise de vários tipos e espécies de documentos, tais como: atas, boletins informativos, relatórios, documentos da secretaria escolar, estatutos, consulta a periódicos, jornais, revistas, Leis, Resoluções, Portarias, Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia, dentre outros.

Numa tentativa de organizar essas reflexões, nosso trabalho é composto de três capítulos, assim divididos:

No primeiro capítulo, procuramos fazer um resgate histórico do processo de criação e expansão do ensino superior no Brasil, destacando o processo de expansão do ensino de Pedagogia no Brasil.

No segundo capítulo, discutimos o processo, a criação e expansão dos cursos de Pedagogia, a partir de 1939, ocorrido num cenário de expansão do ensino superior brasileiro e também no Estado de Goiás e, por conseguinte no município de Goiânia.

No terceiro, exploramos, de forma mais detalhada o processo expansionista do ensino superior em Goiânia dando relevo à caracterização das diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) privadas que ofertam o curso de Pedagogia em Goiânia, e, finalmente, analisamos, de forma mais detida, duas IES privadas que têm natureza bem diferenciada: a Universidade Católica de Goiás (UCG) por ser confessional, filantrópica e privada e ser a primeira IES a oferecer o curso de Pedagogia em Goiânia e as Faculdades Alves Faria (ALFA) por ser uma instituição privada, no sentido estrito, com o objetivo de interpretar os mecanismos utilizados por estas IES, nos seus processos de criação e reestruturação dos Cursos de Pedagogia sobre a égide da expansão cerceada pelo sintoma do fluxo e refluxo exposto no mercado concorrencial.

## 1 O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL: algumas tendências

O presente capítulo procura fazer um resgate histórico do processo de criação e expansão do ensino superior privado no Brasil, dando um acento especial ao período da Primeira República como marco inicial da expansão. O estudo proposto tem por finalidade contextualizar o processo de crescimento do ensino superior considerando os aspectos políticos, econômicos e sociais a partir do modelo apresentado pelo governo federal nos diferentes períodos que marcaram a história do Brasil, dando formato ao desenho de um cenário e à construção de uma moldura para o encaixe de algumas tendências da expansão do ensino de Pedagogia no Brasil.

### 1.1 As primeiras Escolas de Ensino Superior no Brasil

Os Jesuítas detiveram o monopólio da educação na Colônia e foram os primeiros a propor, ainda no século XVI, a criação de uma universidade no Brasil. Apesar de não terem conseguido fundar a universidade conforme pretendiam conseguiram apresentar um modelo de ensino superior na organização escolar por eles implantada, através dos cursos de teologia e filosofia.

O fato que marcou a recusa da implantação de uma universidade no Brasil-Colônia se deveu aos interesses da Coroa Portuguesa em não conceder “licença régia”, pois temiam a quebra de monopólio detido pela Universidade de Coimbra que, por sua vez, recebia os filhos da elite colonial para os seus estudos superiores. Assim, o aperfeiçoamento da classe dominante que constituía a estrutura de poder que se formava na Colônia deveria ser completado na Universidade de Coimbra.

Desta forma, o ensino desenvolvido no Brasil, do século XVI ao século XVIII, foi instituído como atividade de um aparelho educacional a serviço da exploração da colônia pela metrópole tendo como função difundir as ideologias legitimadoras da exploração colonial.

Quanto aos aspectos econômico e político, esse foi um período marcado por ampla expansão de alguns Estados europeus, principalmente Espanha, Portugal, França, União das Províncias dos Países Baixos e Inglaterra, que buscavam fora de suas fronteiras os mecanismos de superação das limitações das relações sociais e feudais. Assim, na América portuguesa a economia teve a sua curta fase de escambo, seguida da estruturação da plantação de cana-de-açúcar e fabricação de açúcar, sendo este um produto de grande consumo na Europa, seguido do cultivo de produtos para exportação, tais como: açúcar, tabaco, algodão e extração de ouro e pedras preciosas.



Este fato, datado do período Colonial, caracteriza, até os dias atuais do século XXI, a relação de disputa do campo do poder exercido pelo ensino superior nas relações de força entre os diferentes tipos de capital acumulado<sup>1</sup>. A defesa do distanciamento do ensino superior no período Colonial evidenciou a realidade pela disputa do saber enquanto poder em benefício da elite metropolitana.

Romanelli, ao analisar a influência da ação dos Jesuítas nesse processo, registrou:

A obra da catequese, que em princípio constituía o objetivo principal da presença da companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar e importância à educação da elite, que excluía o povo e foi graças a ela que o Brasil se tornou, por muito tempo, um país da Europa, com os olhos voltados para fora, impregnado de uma cultura intelectual transplantada, alienada e alienante .

Aos poucos, a classe dirigente foi tomando consciência do poder dessa educação na formação de seus representantes políticos junto ao poder público (ROMANELLI, 1978, p.35-36).

O ano de 1759 foi marcado por conflitos entre a coroa Portuguesa, influenciada pelo Secretário de Estado de D. José I - Marquês de Pombal, e a Companhia de Jesus. Tal conflito culminou com a expulsão dos Jesuítas de Portugal e dos domínios ultramarinos portugueses.

A expulsão dos Jesuítas teve grandes repercussões na Educação da Colônia, pois foram criadas as “aulas régias”, consideradas a primeira experiência de ensino sob os cuidados do Estado Português na Colônia para substituir os colégios jesuíticos, que, por sua vez, não conseguiram suprir as necessidades da Colônia.

Com a vinda da corte para o Brasil, modificou-se o panorama educacional. Paiva apresentou em seus estudos o seguinte registro:

---

<sup>1</sup> Para Boudieu, o campo do poder é espaço de relação de forças entre os tipos de capital (cultural, econômico, social e simbólico) e os agentes providos desses tipos de capital na disputa para dominar o campo correspondente (BOURDIEU, 1996, p. 52).

Tornou-se necessária a organização de um sistema de ensino para atender à demanda educacional da aristocracia portuguesa e preparar quadros para novas ocupações técnico-burocráticas. Desta forma, foram criados cursos de caráter marcadamente utilitário, em nível superior, como o de Medicina e Agricultura (PAIVA, 1983, p 60).

O sonho de criação da universidade não se concretizou nem mesmo com a vinda da família real para o Brasil. Esse fato, porém, marcou o nascimento oficial do ensino superior no Brasil, ministrado em Faculdades Isoladas, cujos primeiros cursos foram os cursos médicos, os cursos de agricultura e engenharia nas academias militares.

Com a independência política, em 1822, não se observou no Brasil uma alteração substancial na estrutura social, pois se manteve o predomínio da classe oligárquica rural.

Romanelli registrou em seus estudos a forma como a educação escolarizada foi utilizada como instrumento de poder:

O período que se seguiu à Independência política viu também diversificar um pouco a demanda escolar; a parte da população que então procurava a escola já não era apenas pertencente à classe oligárquico-rural. A esta, aos poucos, se somava a pequena camada intermediária, que, desde cedo, percebeu o valor da escola como instrumento de ascensão social (ROMANELLI, 1978, p. 37).

Bourdieu (1996, p. 48), ao escrever sobre o espaço social e campo do poder, apresenta a sua contribuição para as análises sobre a educação enquanto instrumento de poder. Para o autor, a noção de espaço contém, em si, o princípio de uma apreensão relacional do mundo social: toda a “realidade” que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem. Ainda para Bourdieu (p. 50), todas as sociedades se apresentam como espaços sociais, isto é, estruturas de diferenças que não podemos compreender verdadeiramente, a não ser construindo o princípio gerador que funda as diferenças na objetividade. Princípio que é o da estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo do capital considerado – o que varia, portanto, de acordo com os lugares e momentos.

Bourdieu define assim o campo do poder:

O campo do poder (que não pode ser confundido com o campo político) não é um campo como os outros: ele é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (por exemplo, a “taxa de câmbio” entre o capital cultural e o capital econômico); isto é, especialmente quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias especificadamente encarregadas da reprodução do campo do poder (no caso francês, o campo das grandes escolas), são ameaçados (BOURDIEU, 1996, p. 52).

A escola, que nos períodos da Colônia e do Império atendiam à oligarquia rural, passa a ser demandada também por uma classe média urbana que emergiu dos trabalhadores rurais e identificou a escolarização como principal instrumento de ascensão social criando condições para a ocupação de novos espaços na sociedade.

O surgimento de demandas pela escola passou a garantir espaços por meio do capital intelectual acumulado e, aos poucos, a participação dessa nova classe trabalhadora no cenário educacional tornou-se evidente, dando origem a muitos intelectuais da época.

No ano de 1827, sob a influência da família real, surgiram os primeiros cursos Jurídicos no país. Segundo Romanelli,

A Escola, representada, sobretudo, pelas novas Faculdades de Direito, criadas na década de 1820 – uma em São Paulo e outra em Recife – ambas em 1827, passou a desempenhar o papel de fornecedora de pessoal qualificado para essas funções (...) Apesar da existência de cursos de Medicina, Engenharia e Artes que antecederam, as Faculdades de Direito lograram uma supremacia na formação dos quadros superiores do Império (ROMANELLI, 1978, p. 39).

O status conferido aos cursos de Direito na época também contribuiu para o processo de retardamento da implantação da universidade no Brasil. O fato de os cursos de Direito terem assumido posicionamento superior aos demais já existentes explica-se pela absorção dos profissionais de Direito pelos quadros públicos, uma vez que o mercado de trabalho ainda se apresentava duvidoso em relação às outras áreas, possibilitando a ampliação da estrutura de poder dos cursos de Direito em detrimento aos demais, assim como a expansão destes nos diferentes Estados brasileiros.

Esta mesma estrutura de poder foi disseminada ao longo da história do ensino superior no Brasil e, durante décadas, foi fortalecida a partir dos intelectuais que defendiam o *status* elitizado dos cursos de Direito. Seguindo, portanto, a lógica expansionista, sobretudo no setor privado, os cursos de Direito não contribuíram para o retardamento da implantação de novas instituições de ensino superior e de outros cursos. Neste mesmo cenário, é possível observar a preponderância do estudo do Direito em detrimento às demais áreas existentes para a manutenção de um *status* construído.

A ausência, contudo, de uma universidade no Brasil colônia determinou o seu aparecimento tardio. Somente um século após a Independência, surgiu a primeira universidade brasileira dependente de uma estrutura interna presa aos modelos das faculdades isoladas que foram criadas no Brasil no início do século XIX para atender demandas dos interesses locais alicerçadas nos interesses da coroa portuguesa.

Aqueles que definiram, na época, a universidade com a organização administrativo-pedagógica como ensino superior, consideraram desde então o ensino superior não universitário de forma imprópria, questionando, assim, a forma de criação da primeira universidade brasileira, pois, para estes, a forma institucional universitária com o seu modelo de criação é própria da natureza desse tipo de ensino.

De acordo com os estudos de Cunha,

É inútil procurar um critério unificador no conteúdo explícito nos programas de ensino. Numa época, o ensino superior resume-se a cursos de filosofia e teologia; em outra, a um elenco de cursos profissionais específicos, nos quais a filosofia não é contemplada como curso distinto. Inútil também procurar um critério nas características das instituições que ministram o ensino superior, pois ele é encontrado em conventos, hospitais, quartéis e, até mesmo, em instituições especializadas: escolas, colégios, faculdades, academias, universidades. Diante disso é forçoso buscar um critério unificador que permita identificar essas diferenças. Ele pode ser assim definido: o ensino superior é aquele que visa ministrar um saber superior (CUNHA, 1980, p. 15).

Ainda para Cunha, numa formação social, concebida historicamente, não se encontra apenas um saber, mas vários: saberes dominantes (das classes dominantes) e os saberes dominados (das classes dominadas). Todo ensino, operando necessariamente por meio de um aparelho escolar, propõe-se a ministrar um saber dominante, mas não todos os saberes dominantes. Eles são hierarquizados em saberes dominantes inferiores e superiores. Com este critério, histórico, é possível estudar fatos como a inexistência de ensino especializado de filosofia, no Brasil, em todo o período do império, em uma época em que ela era argamassa da cultura geral das classes letradas. O estudo da filosofia tinha sido deslocado de posição, embora continuasse cumprindo o seu papel no âmbito do saber dominante, mas em posição não superior. As classes dominantes do império tinham no saber jurídico com sua filosofia implícita, o núcleo da saber superior, em torno do qual se posicionavam a medicina e a engenharia.

O quadro político que marcou a transferência da sede do reino de Portugal para o Rio de Janeiro foi determinado pela posição de Portugal na correlação de forças dos conflitos europeus. Portugal aliou-se à Inglaterra por força da antiga dependência econômica. A transferência interessava à Inglaterra, pois, assim, teria a conquista da liberdade de comercialização no Brasil sem a intermediação do monopólio metropolitano.

Com a transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil, em 1808, são tomadas medidas de política econômica como a quebra do sistema colonial de trocas substituído pela dependência da Inglaterra. Essas medidas foram orientadas pela doutrina econômica liberal no que diz respeito à liberdade de produzir e comercializar. Paralelamente se desenvolvia a autonomia política, que teve a sua culminância com a independência de Portugal em 1822.

A emergência do Estado Nacional fez surgir demandas para modificar o ensino superior herdado da Colônia. Tais demandas, porém, não excluíram os marcos da dependência cultural que Portugal mantinha de com outros países da Europa, principalmente a Espanha. Tal dependência manteve-se ao modelar o ensino superior no Império.

A definição da criação dos cursos e academias que surgiram no séc. XIX tinha objetivos claros destinados a formar burocratas para o Estado e profissionais liberais. Em suma, os cursos de Medicina, Cirurgia, Matemática eram oferecidos através dos estabelecimentos militares (Academia Militar e Academia da Marinha) e todos estes atendiam aos interesses visíveis do Estado Nacional. Neste mesmo contexto, foram também criados outros cursos para a formação de profissionais não militares que faziam parte da burocracia do Estado, tais como: Agronomia, Química, Desenho técnico, Economia Política, Arquitetura e Direito.

A educação, contudo, não podia deixar de sofrer os efeitos dos novos tempos, tampouco deixar de ser utilizada para promovê-los. Assim, neste período, formou-se o núcleo do ensino superior sobre o qual veio a ser edificado o processo de ampliação e diferenciação. O ensino superior no império nasceu junto com o Estado Nacional, gerado por ele e para cumprir, predominantemente, as funções próprias deste.

As demandas apresentadas pelo Estado Nacional eram, certamente, motivo relevante para a criação e existência desses cursos e da boa formação dos profissionais que deles participavam. Nesta mesma época, porém, a demanda pela necessidade da produção de bens simbólicos para o consumo das classes dominantes fez com que os profissionais liberais surgissem e colocassem a serviço da sociedade a venda dos seus serviços.

Cunha, ao tratar do assunto registra que

O curso de arquitetura, sintomaticamente localizado na Academia de Belas Artes, também desempenhava a função de formar especialistas para a produção de bens simbólicos. Mas, decerto, foram os cursos de direito os mais importantes dos que cumpriram essa função, pois os bacharéis tinham, na atividade cotidiana de elaborar, discutir e interpretar as leis, a tarefa principal de formular e renovar as ideologias que legitimavam as relações de dominação mantidas e dissimuladas pelo aparato jurídico (CUNHA, 1980, p. 68).

Sobre a constituição de bens simbólicos, Bourdieu apresenta a seguinte contribuição:

O trabalho simbólico de constituição ou de consagração necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes, de siglas, de signos de adesão, manifestações públicas etc.) tem tanto mais oportunidades de ser bem-sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele se exerce estejam inclinados – por ter proximidade no espaço de relações sociais e também graças às disposições e interesses associados a essas posições – a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem num mesmo projeto (político ou outro) (BOURDIEU, 1996, p. 51).



O sentido conferido à educação a partir da demanda de profissionais formados a serviço dos interesses do Estado Nacional, assim como para a formação dos bens simbólicos<sup>2</sup> demandados para o consumo das classes dominantes, conseqüentemente, viabilizou a constituição das classes dos profissionais liberais no Império. Ao analisar o sentido conferido à educação no período Imperial, é possível identificar evidências do modelo Colonial. Mas as possibilidades de ampliação da dominação das ideologias disseminadas através do projeto de educação e, por conseguinte da escola, proposto pelo novo modelo, buscou para além dos ambientes escolares, a formação da sociedade capitalista. As mudanças consubstanciadas no ensino superior do período Imperial estiveram em pleno serviço do Estado Nacional. Os profissionais liberais, no entanto, eram formados por acréscimo a essas funções principais (CUNHA, 1980, p. 68).

O autor ainda registra em seus estudos sobre o Império as seguintes afirmações em relação ao ensino superior e ao projeto do Estado Nacional:

Durante todo o Império, o ensino superior permaneceu praticamente o mesmo. Cursos viraram academias, currículos foram modificados várias vezes, mas o panorama não mudou substancialmente. Toda a prosperidade da economia cafeeira não foi capaz de alterar os padrões do ensino superior, a não ser indiretamente, pela construção de estradas de ferro, para as quais eram necessários engenheiros. As modificações mais notáveis foram a criação da Escola Politécnica em 1874, no Rio de Janeiro, e a Escola de Minas de Ouro Preto, um ano depois (CUNHA, 1980, p. 76).

---

<sup>2</sup> Para Bourdieu, os bens simbólicos constituem formas de poder ou tipos de capital simbólico fundamentais. Toda sociedade apresenta como espaços sociais, isto é, estruturas de diferenças que não podemos compreender verdadeiramente a não ser construindo o princípio gerador que funda essas diferenças na objetividade (BOURDIEU, 1996, p. 50).

Contudo, todo o processo de reestruturação do ensino superior, a partir de 1808, contemplado no primeiro reinado, foi trabalhado em estabelecimentos isolados. Desde essa época, entretanto, inúmeras tentativas procuravam reuni-los em uma universidade.

A organização do aparelho de ensino foi acionado com a vinda do reino português para o Rio de Janeiro, a partir de orientações, já existentes na metrópole, que promoviam a secularização do ensino público e assim o deveria fazer também no Brasil.

O marco da organização do aparelho de ensino se deu mediante a perda por parte da Igreja Católica de algumas das suas atribuições. No que diz respeito a esse assunto, a Igreja deixa de ser a gestora da educação escolar nos seus diferentes níveis de escolarização instituídos no Brasil, sendo substituída pelo Estado como organizador dos encaminhamentos da educação no modelo secular.

A decisão de secularizar o ensino público não ocorreu isenta dos profundos interesses de poder e dominação do estado Nacional e, assim, mais uma vez, o sentido conferido à educação é assumido como estratégia para tomada de decisão e, conseqüentemente, ponto de partida e chegada para o alcance de objetivos maiores em benefício do Estado.

Cunha, ao analisar tal questão, registrou em seus estudos os seguintes apontamentos:

[...] no campo educacional, as determinações ficaram cada vez mais unilateral. O imperador tinha poder para estabelecer o currículo dos seminários religiosos. As escolas religiosas abertas a não religiosos já tinham, por essa época, se transformado em instituições de ensino particular oposto ao ensino estatal ministrado pela burocracia civil secularizada. Assim, pertenciam à mesma categoria de escolas particulares, tanto as mantidas pelas ordens religiosas e dioceses quanto as que eram organizadas por pessoas individuais, quaisquer que fossem seus objetivos (lucrativos, assistenciais e outros) (CUNHA, 1980, p. 86).

Tais questionamentos consubstanciam a compreensão do sentido dado à educação, ao longo da história do ensino superior brasileiro, até aqui marcada pelos interesses privados sob domínio do Estado e, a partir de então, evidenciados através do viés público e privado.

As dimensões econômicas e políticas do Império defendiam no seu quadro ideológico a liberdade de ensinar e, concretamente, ofereciam forte apoio às escolas particulares não confessionais. Assim, o controle da iniciativa privada na época, não objetivava a sua restrição, mas inaugurava a política de subvenção às escolas privadas. Esta realidade passou, desde então, a fazer parte do cenário do ensino superior brasileiro que chega aos dias atuais (século XXI) com inúmeras formas de subvenção do Estado às escolas privadas, em especial àquelas do ensino superior. Pode-se, também, identificar a forte concorrência à qual as instituições encontram-se submetidas. A atualidade nos remete a uma análise do passado, pois a este respeito Cunha (1980, p. 91) já registrou que a liberdade de ensino passou a ser vista pela igreja como vantajosa por lhe propiciar desligar-se da ingerência do Estado e, também, por lhe proporcionar um meio vantajoso para competir com iniciativas particulares, confessionais ou não.

No Brasil Império, o estatuto das faculdades reafirmava o poder atribuído à educação como forma de controle e domínio de um conjunto de interesses que deveriam ser disseminados através do poder na burocracia escolar. Neste sentido, foram realizados investimentos para a permanência e atuação de professores catedráticos, que, por sua vez, reafirmavam o poder conferido à escola e ao aluno diplomado. Sua autonomia era relativa, pois, ao mesmo tempo em que deveriam seguir os assuntos determinados pelo rei, a extensão e o como tratá-los ficavam a critério do professor. Assim, é possível dizer que os professores tinham uma parte de suas atividades determinadas e outra parte não determinada.

O final do Império não conseguiu legar à República a Universidade.

## 1.2 Primeira República: expansão do ensino superior privado no Brasil

Desde o início do século XVI, a economia do país foi determinada pelo tipo de agricultura que dependia do trabalho escravo nos grandes domínios rurais. A estrutura social era constituída por dirigentes, dentre eles, fazendeiros, bacharéis, militares, burocratas, doutores, titulares da monarquia e, de outro lado, pessoas das massas humildes, tais como, escravos e agregados das classes dirigentes. Esta realidade social foi se modificando e, segundo Furtado (1963, p. 137), a economia cafeeira fez surgir uma nova classe de empresários, que passou a desempenhar papel fundamental no desenvolvimento subsequente do país. Foi por meio do desenvolvimento da lavoura cafeeira e da emergente urbanização que uma classe média começou a se desenhar no cenário nacional.

O quadro econômico e político da época foi marcado pelo esgotamento do ciclo do ouro e o início de uma nova fase na economia brasileira em que as forças produtivas antes empregadas na mineração passaram a ser utilizadas na produção para subsistência, em atividades agrícolas, pecuárias e artesanais com uma demanda crescente dos comerciantes enriquecidos nos negócios de importação e exportação com as terras favoráveis da Província do Rio de Janeiro.

Entre as décadas de 1820 e 1830, houve períodos de movimentos armados em diversas províncias (Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul, Maranhão, Bahia), sendo comum a todas elas a oposição ao poder central. A integração entre as províncias e o poder central só ocorreu com o Ato Adicional de 1834<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Composição política entre o poder central e o poder regional das frações das classes dominantes dos ramos locais de produção decadentes que foram expressas no Ato Adicional de 1834 (CUNHA, 1980, p. 149).

Prado, em seu estudo sobre a Formação do Brasil Contemporâneo, analisando os interesses da nova classe dirigente que se instituíra no país, afirmou:

Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que poderia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político, assim como, os interesses de um grupo econômico alcançou sua plenitude, com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar a República (PRADO, 1963, p. 138).

Apesar de a nova classe dirigente não ter, ainda, exigência explícita quanto à modificação na estrutura do ensino superior, já trabalhava para o encaminhamento dessa mudança por saber que esta fazia parte do conjunto de necessidades políticas administrativas do Brasil para novos tempos. Desta forma, o sistema educacional escolar foi se moldando conforme os interesses da política econômica na sociedade capitalista, e, por meio do processo de expansão e facilitação, o ensino superior se tornou fonte de diplomas garantidores de posse dos conhecimentos, cancelando o encaminhamento para os cargos de maior remuneração, poder e prestígio.

Cunha, em seus estudos sobre o ensino superior na primeira república, registrou

que durante o período da primeira república surgiram as escolas superiores livres, não dependentes do Estado, empreendidas por particulares, seguida do grande crescimento das instituições que atuaram como facilitadoras do ingresso ao ensino superior. Este fenômeno foi produzido pela necessidade de aumentar o suprimento da força de trabalho dotada de alta escolaridade (CUNHA, 1980, p.146-147).

O processo de expansão e facilitação, disseminado no período da primeira república em função das demandas advindas da realidade política e econômica vivida pelo país nesta época, passou a ser, também, motivo de preocupação seguido da necessidade de implementação dos mecanismos de controle, destacando-se, neste período, a introdução dos exames vestibulares nas escolas com a tentativa de restabelecer o prestígio e poder garantidos anteriormente pela posse dos conhecimentos.

Azevedo, em seu estudo sobre a cultura brasileira, afirma que, do ponto de vista cultural e pedagógico, a República

Foi uma Revolução que abortou e que se contentando com a mudança de regime não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino, para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas (AZEVEDO, 1954, p. 135).

O advento da República trouxe inúmeros projetos de criação de uma nova estrutura de ensino superior. Entretanto, assim como ocorreu na proclamação da Independência, todos esses projetos foram arquivados.

Até este período, a educação foi sempre utilizada como fator de manutenção de poder e de disseminação de ideologias, porém o fato de os projetos não terem sido implementados parece indicar a presença de fortes resistências à reformulação do ensino superior. Sobre essa resistência Romanelli (1978, p. 42) analisa a Reforma de Benjamin Constant, que não foi colocada em prática a não ser em alguns aspectos<sup>4</sup>, pois as elites viram nas idéias do reformador uma forte ameaça à formação da juventude, cuja educação vinha, até então, sendo pautada nos valores e padrões da velha mentalidade aristocrático-rural.

No final do Império e durante a Primeira Republica, uma indústria emergente vai aos poucos se afirmando e, em decorrência, um processo de urbanização e crescimento das camadas médias da população. A consequência é uma demanda dessas camadas médias pelo ensino superior, e esse foi o principal vetor do primeiro surto expansionista do ensino superior no Brasil. O setor privado, a partir desse momento, tem sua presença marcada no Brasil, podendo-se afirmar, então, que a privatização do ensino superior no Brasil teve início com o advento da República.

---

<sup>4</sup> Além do alargamento dos canais de acesso ao ensino superior, Benjamin Constant criou condições legais para que escolas superiores particulares viessem a conceder diplomas dotados do mesmo valor dos expedidos pelas escolas federais (CUNHA, 1980, p. 173).



A primeira Constituição republicana de 1891, de acordo com Nepomuceno (1994), “descentralizou” o ensino superior, que, até então, era exclusivo do poder central (Ato Adicional de 1834), delegando-o também aos governos estaduais que já se responsabilizavam pelo ensino elementar e secundário e permitiu a criação de instituições privadas. Os decretos 1.232-G<sup>5</sup> e 1.232-H<sup>6</sup> foram os instrumentos que legalizaram a descentralização e privatização do ensino superior.

Esses dois Decretos equipararam Faculdades Livres às Federais e permitiram aos governos estaduais e também a particulares a criação de Escolas de Direito, que acabaram se tornando o carro chefe da expansão com seus cursos, o maior objeto de desejo da classe média brasileira naquele momento. A receita estava pronta para a expansão e privatização do ensino superior no Brasil.

Cunha (1980) mostra esse crescimento acelerado, com a criação de cursos superiores de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Engenharia, Ciências Econômicas, e Agronomia, como se pode ver pelos dados apresentados na Figura 1:

---

<sup>5</sup> O Decreto 1.232-G criava o Conselho de Instrução Superior com a competência para aprovar os programas de ensino das escolas federais e das que lhes fossem equiparadas; de propor ao Governo Federal os regulamentos para inspeção das faculdades livres; de criar novos estabelecimentos de ensino; de nomear as comissões e os delegados estaduais para a inspeção dos estabelecimentos federais e das faculdades livres (CUNHA, 1980, p. 173).

<sup>6</sup> O Decreto 1.232-H determinava novo regulamento para as faculdades de direito existentes, a de São Paulo e a de Pernambuco. Permitia aos governos estaduais e a particulares a fundação de escolas de direito. Se seus currículos incluíssem as cadeiras lecionadas nas faculdades federais, se fossem aprovados pela inspeção periódica, e seus exames assistidos por representantes do Conselho Superior, os diplomas por eles expedidos teriam o valor daqueles das faculdades de São Paulo e Pernambuco (CUNHA, 1980, p. 173).

| CRONOLOGIA DA CRIAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES NO BRASIL: 1891-1910                     |                                                                       |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| ANO                                                                                 | INSTITUIÇÕES                                                          |
| CURSO DE DIREITO                                                                    |                                                                       |
| 1891                                                                                | Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro     |
|                                                                                     | Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro                          |
|                                                                                     | Faculdade Livre de Direito da Bahia                                   |
|                                                                                     | Faculdade de Direito de Goiás                                         |
| 1893                                                                                | Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais (Ouro Preto)     |
| 1903                                                                                | Faculdade Livre de Direito do Pará                                    |
|                                                                                     | Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre                            |
| 1907                                                                                | Faculdade Livre de Direito de Fortaleza                               |
| CURSOS DE MEDICINA, OBSTETRÍCIA, FARMÁCIA ODONTOLOGIA                               |                                                                       |
| 1889                                                                                | Faculdade de Medicina e farmácia de Porto Alegre                      |
| 1898                                                                                | Faculdade de Odontologia de Porto Alegre                              |
| 1902                                                                                | Faculdade de Farmácia de Pernambuco                                   |
| 1904                                                                                | Escola de Farmácia do Pará                                            |
|                                                                                     | Faculdade de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora                   |
| CRONOLOGIA DA CRIAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES NO BRASIL: 1891-1910<br>(Continuação...) |                                                                       |
| ANO                                                                                 | INSTITUIÇÕES                                                          |
| 1905                                                                                | Escola Livre de Odontologia do Rio de Janeiro                         |
|                                                                                     | Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo            |
|                                                                                     | Escola de Farmácia, Odontologia do Instituto Granbery (Juiz de Fora). |

|                              |                                                                |
|------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| 1908                         | Faculdade de Odontologia de Minas Gerais                       |
| CURSO DE ENGENHARIA          |                                                                |
| 1896                         | Escola de Engenharia de Porto Alegre                           |
|                              | Escola Politécnica da Bahia                                    |
| 1900                         | Escola Politécnica de São Paulo                                |
| 1905                         | Escola Livre de Engenharia de Pernambuco                       |
| CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS |                                                                |
| 1905                         | Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro |
|                              | Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia                      |
| 1910                         | Faculdade de Ciências Econômicas do Rio Grande do Sul          |
| CURSO DE AGRONOMIA           |                                                                |
| 1900                         | Escola Superior de Agricultura de Piracicaba (São Paulo)       |
| 1908                         | Escola Superior de Agricultura de Lavras (Minas Gerais)        |
| 1910                         | Escola Nacional de Agronomia (Rio de Janeiro)                  |

Figura 1 – Cronologia da criação de cursos superiores no Brasil: 1891-1910, de acordo com Cunha (1980, pp. 175-177).

Como se pode ver pelos dados da Figura 1, o crescimento foi significativo. A formação no ensino superior passou a ser objetivo dos jovens das classes dominantes e médias, na República, ocorrendo, assim, o conhecido fenômeno do “Bacharelismo”. A máxima emblemática desse período é “Bacharel quanto antes, dinheiro quanto mais”. Esses filhos das classes dominantes e médias buscavam obter diploma superior qualquer que fosse (CUNHA, 1980, p. 179). A escolarização de nível superior passou a ser vista como um canal de ascensão social. O curso superior, visto como o caminho mais rápido e seguro para se conseguir um lugar na estrutura ocupacional da recém-criada república, haja vista que o país era carente de profissionais qualificados para ocupar cargos na administração pública e também na esfera particular, carência essa que resultou da secular ausência de uma universidade no Brasil que formasse nossos quadros.

Legalmente subsidiada, a expansão veio acompanhada da facilitação do acesso ao ensino superior nas primeiras décadas da República. Resultou em mudanças tanto na forma de admissão quanto no processo de multiplicação das faculdades e nos mecanismos de fiscalização das mesmas. Assim, a expansão foi-se consolidando por mecanismos legais como a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental na República (Decreto 8.659/1911), que criou o Conselho Superior de Ensino, passando este a substituir a função de fiscal do Estado, tornando-se independente do governo federal. As escolas superiores estaduais e particulares, criadas nesse período, deixaram de sofrer qualquer fiscalização do Governo Federal.

Durante a vigência da citada Lei Orgânica do Ensino Superior (1911-1915), foram criadas mais nove escolas de ensino superior no Brasil, conforme mostra a Figura 2:

| CRONOLOGIA DA CRIAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES NO BRASIL: 1911-1914 |                                                               |
|-----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|
| ANO                                                             | INSTITUIÇÕES                                                  |
| CURSOS DE MEDICINA, ODONTOLOGIA, FARMÁCIA                       |                                                               |
| 1911                                                            | Faculdade de Medicina do Estado de Minas Gerais               |
| 1912                                                            | Faculdade de Medicina de São Paulo                            |
|                                                                 | Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro               |
| 1914                                                            | Faculdade de Farmácia e Odontologia de Alfenas (Minas Gerais) |
|                                                                 | Faculdade de Odontologia do Pará                              |

|                     |                                              |
|---------------------|----------------------------------------------|
| 1915                | Faculdade de Odontologia de Pernambuco       |
| CURSO DE DIREITO    |                                              |
| 1911                | Faculdade de Direito de Niterói              |
| CURSO DE ENGENHARIA |                                              |
| 1912                | Escola Politécnica de Pernambuco             |
| CURSO DE AGRONOMIA  |                                              |
| 1914                | Escola Superior de Agricultura de Pernambuco |

Figura 2 – Cronologia da criação de cursos superiores no Brasil: 1911-1914, de acordo com Cunha (1980, pp. 184-185).

O número de escolas registradas se opõe à informação de “proliferação” das faculdades livres, principalmente faculdades de Direito, que foram anunciadas como reflexo da vigência da lei orgânica.

Analisando esse período, Cunha, referindo-se à expansão do ensino superior na República, afirma que:

O resultado de todo esse movimento expansionista foi a alteração quantitativa e qualitativa do ensino superior. Os estabelecimentos de ensino se multiplicaram e já não eram todos subordinados ao setor estatal nem à esfera nacional: os governos estaduais abriam escolas, assim como pessoas e entidades particulares (CUNHA, 1980, p. 175).

Os dados registrados nas Figuras 1 e 2, sobre o Ensino Superior no Brasil entre os anos de 1891 a 1914, evidenciam que o Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul foram os que mais expandiram o número de instituições de ensino superior em relação aos demais Estados brasileiros, sendo que os Estados de Goiás e Ceará apresentaram o menor número de instituições criadas neste período.

Até o ano de 1915, a expansão do ensino superior foi-se constituindo à revelia da fiscalização federal, chegando ao ponto, de não exigir a frequência obrigatória dos alunos nem o diploma do ensino secundário. Em relação à quantidade de vagas, também não havia a fixação do número disponível por IES.

Uma política de controle da expansão começou a se desenhar a partir de 1915, com o Decreto 11.530/1915, que reorganizou o ensino secundário e superior no país e ficou conhecida como Reforma Carlos Maximiliano. Cunha, (1989, p. 187) registrou que, embora essa reforma contasse com a proposta de profundas mudanças, manteve dois pontos fundamentais da Lei Orgânica com o intuito de assegurar o controle: destituição do privilégio

dos diplomas do Colégio Pedro II e dos que lhe eram equiparados, a garantia de matrículas e a instituição dos exames de admissão, então rebatizados de exames vestibulares e, também, a determinação da exigência de certificado do ensino secundário.

A continuidade da política de contenção ocorreu com o Decreto 16.782-A/1925, conhecida como Reforma Rocha Vaz, que fixou e limitou o número de vagas nas IES, introduziu o critério classificatório para o ingresso nas mesmas e a obrigatoriedade de frequência.

Há de se observar que as mudanças na legislação escolar vieram com as mudanças políticas. Enquanto a reforma Carlos Maximiliano permitia frequência livre às aulas, a reforma Rocha Vaz, ao contrário, determinava obrigatoriedade de frequência. Cunha, apresentou em seus estudos a seguinte afirmação:

A reforma Rocha Vaz veio, assim, completar a trajetória de contenção do fluxo de passagem do ensino secundário para o superior, intensificando desde fins do Império e acelerando nas duas primeiras décadas do regime republicano. O movimento contenedor foi iniciado pela introdução dos exames vestibulares, em 1910; aperfeiçoado pela exigência de certificados de conclusão do ensino secundário, em 1915; e burilado pela limitação de vagas e introdução do critério classificatório, em 1925 (CUNHA, 1980, p. 191).

A estruturação, contudo, do ensino superior brasileiro, entre os anos de 1889 e revolução de 1930, precisa ser compreendida como pano de fundo para as interpretações da história construída a partir das referências dos aspectos políticos, econômicos e sociais demandados pela sociedade capitalista local, porém, integrada ao “capitalismo internacional”<sup>7</sup>. Assim, destacamos os movimentos de expansão e criação das instituições privadas, seguido da contenção do fluxo de estudantes do ensino secundário para o superior, tendo como mecanismo de controle a instituição do exame de vestibular, os mecanismos de repressão e assimilação por meio da reforma Rocha Vaz (Decreto 16.782 –A).

Em um período marcado pela expansão e contenção, pautado pelos interesses políticos, econômicos e sociais, pode-se assinalar, de acordo com Cunha (1980 pp. 198-228), o nascimento e morte das “universidades passageiras, as universidades sucedidas e as universidades malnascidas”.

### **1.3 – A expansão do Ensino Superior: da Era Vargas ao Golpe de 1964.**

O período compreendido entre os anos de 1930 a 1945, caracterizado como Era Vargas,

<sup>7</sup> A sociedade brasileira vinha se desenvolvendo como exportadora de alimentos e matérias primas, e importadora de bens industrializados e combustíveis (CUNHA, 1980 p. 229).



foi palco do surgimento de políticas educacionais opostas - a liberal e autoritária -, que foram determinadas pelo contexto político e econômico. Desta forma, podemos identificar o nascimento de um novo cenário educacional com forte influência pelos interesses econômicos, políticos e sociais vigentes, também originários de governos anteriores.

Sobre o quadro econômico e político vivido no Brasil, nesta época, pode-se destacar, a partir dos estudos de Cunha (1980, p. 229), a progressiva substituição do modelo exportador de alimentos e matérias-primas e a importação de bens industrializados pelo movimento de industrialização articulado ao consumo dos manufaturados locais. O Estado, contudo, a partir de 1937, passou a assumir um novo papel com implicações no campo político, contracenando com a drástica redução do poder, até então sob dominação das oligarquias representantes das classes latifundiárias e passando a conviver com a participação das classes trabalhadoras na política, em particular, com o aumento de poder da burguesia industrial, associado à centralização do aparelho do Estado por meio de um regime político autoritário.

Nesse cenário de interesses e disputas entre classes, o país assistiu a outro processo de expansão do ensino superior e vários são os vetores dessa expansão.

Ao início da era de Vargas, em 1930, havia no Brasil três universidades: a do Rio de Janeiro, criada em 1920; a de Minas Gerais, criada em 1927; e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, criada em 1896, esta sem nome de universidade. Ao fim dessa era, em 1945, eram cinco as universidades (CUNHA, 1980, p. 231).

Nesse momento a indústria cresceu, incluindo a de base, a urbanização se acelerou e, em consequência, houve o crescimento da classe média. Daí decorreu a ampliação da demanda pelo ensino superior no país. Houve, nesse período, um êxodo rural, e a classe rural recém urbanizada passou a dar grande importância à posse dos conhecimentos e à escolarização, especialmente a de nível superior. Somado a isso, é bom destacar que nesse momento ocorreu um processo de crescimento das escolas secundárias e, também, a aceleração da escolarização das mulheres, algo raro até os anos de 1930.

As escolas secundárias passam a ser valorizadas, pois se tornam mecanismos de promoção escolar e acesso irrestrito aos colégios e ao ensino superior. Tal realidade contribuiu para que esta modalidade de ensino tivesse o seu destaque em relação aos demais níveis e modalidades. Conseqüentemente, o Estado passou a atender a essa demanda e, por conseguinte, acelerou a expansão das oportunidades de matrículas nas etapas posteriores.

Assim, os estudos secundários, que antes eram definidos como seletivos, para uns e como profissional, para outros, não pôde ser preservado com estas características, pois, a partir de então, passaram a ser compreendidos como simples continuidade dos estudos iniciados na escola primária. Essa mudança provocou uma intensa discussão sobre o ensino

secundário que, na sua estrutura dual, tinha dois ramos: secundário propedêutico (que conduzia direta e irrestritamente ao ensino superior) e profissionalizante (que não permitia aos seus diplomados ingresso ao grau posterior sem o cumprimento das exigências adicionais e, mesmo assim restringindo a candidatura a alguns cursos fixados).

Ao analisar a estrutura dual atribuída ao ensino secundário, Cunha (1983, p. 78) evidencia as barreiras especialmente enfrentadas por aqueles diplomados nos ginásios técnicos: “os egressos dos ginásios podiam se matricular nos colégios técnicos, mas os egressos dos ginásios técnicos só poderiam ingressar-se nos colégios secundários se cumprissem exigências especiais de complementação curricular”. Várias leis de equivalência, porém, foram sendo criadas para permitir o acesso ao ensino superior daqueles que concluíssem o ensino profissionalizante, fazendo com que houvesse o movimento da abertura de novas instituições em atendimento à demanda apresentada.

No período compreendido entre os anos de 1932 a 1940, percebem-se alterações nos nomes de algumas instituições de ensino superior já existentes, assim como o surgimento de novas instituições, conforme mostrado por Cunha:

A Universidade do Rio de Janeiro tinha passado a se chamar, desde 1937, Universidade do Brasil. A Escola de Engenharia de Porto Alegre foi denominada Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, em 1932, e, a partir de 1934, Universidade de Porto Alegre. Em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo e, em 1940, na cidade do Rio de Janeiro, as Faculdades Católicas, embrião da Universidade Católica. A Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 e absorvida pela Universidade de Brasília, em 1939 (CUNHA, 1980, p. 232).

Assim, no ano de 1934, por meio do Decreto nº 6.283, nasceu a Universidade de São Paulo que, agrupando algumas escolas existentes, consubstanciou-se dentro de um novo modelo de instituição de ensino superior, com funções bem mais amplas do que aquelas preconizadas em 1931 com a Reforma Francisco Campos. Sobre este assunto Fávero apresenta o seguinte registro:

Era uma instituição única responsável pelo cultivo de todos os ramos do saber, bem como pela promoção do ensino das disciplinas de caráter não utilitário, pela realização de pesquisas científicas e altos estudos de caráter desinteressado, como também pela realização de cursos básicos de disciplinas comuns a outros institutos universitários. No entanto, sérias dificuldades relativas à organização proposta surgiram no primeiro Conselho Universitário que se instalou” (FÁVERO, 1977, p. 39).

A expansão significativa do ensino superior no Estado Novo foi também analisada por Fávero (1980, p. 111), ao afirmar que “para uma visão quantitativa da expansão do ensino superior neste período, é interessante fazer um retrospecto a partir de 1808, data da transmigração da Família Real para o Brasil, quando é criada a primeira escola superior

brasileira, Escola de Cirurgia e Medicina da Bahia”.

| EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: 1808 A 1945               |                                                        |                             |
|--------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------------|
| PERÍODO                                                | QUANTIDADE DE ESCOLAS<br>DE ENSINO SUPERIOR<br>CRIADAS | CRESCIMENTO ESTIMADO<br>(%) |
| Até a proclamação da República                         | 14                                                     | 7,14                        |
| Da proclamação da República até a<br>Revolução de 1930 | 86                                                     | 1,40                        |
| Da segunda República até 1945                          | 95                                                     | 7,13                        |

**Figura 3** – Expansão do Ensino Superior: 1808 a 1945, de acordo com Fávero (1980, p. 111).

O movimento da criação de novas universidades teve sua continuidade destacando-se o surgimento da primeira universidade Católica do Brasil e seu *boom* expansionista nos diferentes Estados brasileiros.

Cabe, aqui, pontuar que o mecanismo adotado por meio do processo de aglutinação, como forma de organização das universidades, foi um grande facilitador do movimento da expansão do ensino superior no Brasil por meio do Decreto lei nº 8.457, de 26 de dezembro de 1945, que veio flexibilizar as exigências determinadas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, abrindo caminhos para a criação de novas instituições, como mostra a

**Figura 4:**

| CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: 1940-1964 |                                                                     |                                         |            |                                                                           |
|-------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|------------|---------------------------------------------------------------------------|
| ANO                                             | UNIVERSIDADES                                                       |                                         |            |                                                                           |
|                                                 | FEDERAIS                                                            | ESTADUAIS                               | MUNICIPAIS | PARTICULARES                                                              |
| 1943                                            | Universidade Rural do Rio de Janeiro                                | -                                       | -          | -                                                                         |
| 1946                                            | Universidade Federal da Bahia<br>Universidade Federal de Pernambuco | -                                       | -          | Pontifícia Católica de São Paulo<br>Pontifícia Católica do Rio de Janeiro |
| 1947                                            | Universidade Federal Rural de Pernambuco                            | -                                       | -          | -                                                                         |
| 1948                                            | Universidade Federal do Paraná                                      | -                                       | -          | Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul                                  |
| 1950                                            | -                                                                   | Universidade Estadual do Rio de Janeiro | -          | Pontifícia Católica do Paraná                                             |
| 1951                                            | -                                                                   | -                                       | -          | Universidade Católica de Pernambuco                                       |
| 1952                                            | -                                                                   | -                                       | -          | Universidade Mackenzie                                                    |
| 1953                                            | -                                                                   | -                                       | -          | Universidade Católica de Petrópolis<br>Universidade Sagrado Coração       |
| 1954                                            | Universidade Federal do Ceará                                       | -                                       | -          | -                                                                         |
| 1955                                            | -                                                                   | -                                       | -          | Pontifícia Católica de Campinas                                           |
| 1957                                            | Universidade Federal do Pará                                        | -                                       | -          | -                                                                         |

|      |                                                                                                                                                                                                                                    |                                        |   |                                       |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|---|---------------------------------------|
| 1958 | -                                                                                                                                                                                                                                  | -                                      | - | Pontifícia Católica de Minas Gerais   |
| 1959 | -                                                                                                                                                                                                                                  | -                                      | - | <b>Universidade Católica de Goiás</b> |
| 1960 | <b>Universidade Federal de Goiás</b><br>Universidade de Santa Maria<br>Universidade de Juiz de Fora<br>Universidade da Paraíba<br>Universidade Fluminense<br>Universidade do Rio Grande do Norte<br>Universidade de Santa Catarina | Universidade Regional do Cariri        | - | Pontifícia Católica de Pelotas        |
| 1961 | Universidade Federal de Alagoas<br>Universidade Federal do Espírito Santo                                                                                                                                                          | -                                      | - | Universidade Católica de Salvador     |
| 1962 | Universidade Federal do Amazonas<br>Universidade Federal de Brasília                                                                                                                                                               | -                                      | - | -                                     |
| 1964 | -                                                                                                                                                                                                                                  | Universidade Estadual de Montes Claros | - | -                                     |

**Figura 4** – Criação de Universidades Brasileiras: 1940-1964, de acordo com Rossato, (1998. pp. 197-199).

Entre os anos que marcaram o final da Era Vargas (1945) e o período caracterizado como República Populista (1954 a 1964), a expansão do ensino superior se retratou com o surgimento de novas instituições, somando um total de trinta e quatro, sendo que, deste total, doze eram universidades Católicas. O processo de expansão foi mais acentuado nos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Com o intuito de aproximação ao movimento de expansão do ensino superior no Estado de Goiás, cuja centralidade é buscada por este estudo, pode-se identificar a criação de duas universidades, sendo que a Universidade Católica de Goiás nasceu primeiro (1959) inaugurando um espaço de disputa acirrada e abertura de caminho para a criação da Universidade Federal de Goiás, um ano mais tarde (1960).

Articulado ao processo de expansão do ensino superior, o Brasil viveu, nessa mesma época, discussões sobre as possibilidades de entrada para o ensino superior ou não e, conseqüentemente, a criação de mecanismos de liberação e acesso. Por esta razão, no período datado de 1950 a 1953, duas leis de equivalência – profissionalizante e propedêutico - foram instituídas com a finalidade de criar mecanismos de acesso que objetivassem a real expansão do ensino superior, viabilizando a articulação entre o ensino secundário e o superior. Sobre os mecanismos criados, destacam-se as leis de equivalência como facilitadoras do processo.

A primeira Lei (de nº 1.076/1950) concedeu os seguintes direitos: a) os egressos dos cursos comercial, industrial e agrícola do 1º ciclo poderiam se matricular nos cursos clássico e científico, ficando estabelecida como restrição a aprovação desses em exames das disciplinas

do ginásio não estudadas em seus cursos de origem; b) os egressos do 1º ciclo do ensino normal só poderiam se candidatar ao 2º ciclo do mesmo ramo, c) a equivalência do diploma de conclusão dos cursos técnicos comerciais ao 2º ciclo do secundário que, a partir de então, poderiam se inscrever nos exames vestibulares de quaisquer cursos superiores.

Essa primeira medida de equivalência foi analisada por Cunha (1983, p. 78), que, utilizando a analogia da “estrada”, considerou as medidas adotadas como abertura do caminho para o ensino superior, antes limitada ao secundário e, também o 1º ciclo dos ramos profissionais e todo o ensino comercial como “tributários”.

A segunda Lei (nº 1.821/1953) surgiu com o objetivo de ampliar os afluentes da “estrada” para o ensino superior e concedeu os seguintes direitos: a) os concluintes do 1º ciclo do ensino normal e, também, os que tivessem concluído cursos de formação de oficiais das polícias militares dos estados e do Distrito Federal poderiam ingressar-se no 2º ciclo do ensino secundário; b) os egressos do 2º ciclo dos cursos industriais, agrícolas e normais, assim como os egressos de seminários maiores “idôneos”, poderiam inscrever-se nos exames de vestibulares.

Diante dos direitos anunciados, os dispositivos da lei de equivalência foram regulamentados pelo Decreto nº 34.330, de outubro de 1953, que estabeleceu os cursos aos quais podiam se candidatar, na linha das “Leis Orgânicas” da política educacional do Estado Novo. Este, por sua vez, restringiu facilidades anunciadas pela lei de equivalência. Vale aqui ressaltar os pontos de controle que deram seqüência às estratégias de acesso ao ensino superior, porém, conforme interesses determinados:

Os concluintes do 2º ciclo poderiam se candidatar a qualquer curso superior. Os egressos do ensino comercial ficaram restritos aos cursos das faculdades de ciências econômicas, direito, e aos de jornalismo, geografia, história e ciências sociais das faculdades de filosofia. Os egressos do ensino industrial podiam ingressar nas escolas de engenharia, de química e desenho das faculdades de filosofia. Os concluintes do curso agrícola deveriam procurar os cursos das escolas de agronomia, veterinária, engenharia e os de física, química, história natural e ciências naturais das faculdades de filosofia. Os formados pelas escolas normais podiam fazer os cursos de pedagogia, letras neolatinas, letras anglo-germânicas nas faculdades de filosofia. Os ex-seminaristas podiam estudar direito, ou filosofia, letras clássicas, letras neolatinas, letras anglo-germânicas e pedagogia, nas faculdades de filosofia (CUNHA, 1983, pp. 80-81).

Ao reconstruir esta história, percebe-se que os caminhos percorridos pelos egressos dos diferentes cursos para o ensino superior, certamente, seguiram rumos bem diferentes, e de forma imposta, pois não foi dado aos egressos o direito de escolha e de tomada de decisão na perspectiva de ir ou ficar.

As leis de equivalência vieram como um paliativo às reformas de Francisco Campos e

de Capanema, que não permitiam o ingresso no ensino superior daqueles que concluíssem o curso técnico profissionalizante. Regulamentadas por decreto, encaminharam para que medidas parciais, todas visando a facilitar direta ou indiretamente a candidatura ao ensino superior, fossem, um pouco mais tarde, contempladas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961, esta, por sua vez, a verdadeira “lei de equivalência” para efeito de promoção no sistema escolar.

Ao abordar o assunto das leis de equivalência e da LDB, Cunha (1983, p. 84) afirma que “trincada a estrutura dual entre as leis de equivalência e a LDB, os exames vestibulares passaram a ser a grande e visível muralha a obstruir a caminhada das camadas médias em busca dos diplomas superiores”. Desta forma, a facilitação do ingresso ao ensino superior voltou-se para a atenuação dessa barreira na busca da sua superação.

A luta pela facilitação do acesso ao ensino superior já existia antes mesmo da abertura dos canais, via lei de equivalência e LDB, pois as tentativas de atender aos “excedentes” fizeram com que a Lei nº 1.392, de 1951, autorizasse as Instituições de Ensino Superior (IES) particulares a matricular os aprovados nos exames, mas não-classificados nos vestibulares, nas escolas oficiais naquele ano. Esse fato evidencia os mecanismos adotados para se garantir a entrada da classe média ao ensino superior.

Outro ponto que merece ser destacado em relação ao processo de seleção de candidatos diz respeito ao parecer nº 58/62, de Valnir Chagas, que marcou a entrada de candidatos para o ensino superior. Apesar dos vários aspectos ressaltados, o Conselho Federal de Educação (CFE) aprovou apenas com recomendação os pontos que atribuíam aos exames vestibulares a função de classificar os candidatos aos cursos superiores até o limite das vagas existentes. Esse parecer deu origem à proposta do vestibular classificatório.

Ainda sobre os projetos ambiciosos de expansão das vagas do ensino superior no período compreendido entre a Era Vargas e o Golpe Militar, pode-se citar o Plano Trienal de Educação (1963/65), que tinha por objetivo dobrar o número de matrículas nas primeiras séries desse grau de ensino. O Decreto nº 53.642, de fevereiro de 1964, instituiu o Programa Nacional de Expansão das Matrículas consolidando os objetivos ambiciosos da expansão, determinando que o MEC deveria empenhar-se para que as escolas superiores com vagas ociosas, independente de serem oficiais ou particulares, deveriam realizar, ainda em 1964, um concurso de vestibular seguindo os critérios classificatórios, porém, sem exigir nota mínima. Ainda na mesma direção de facilitação do ingresso no ensino superior, neste mesmo período, surgiu o mecanismo de unificação dos exames vestibulares.

A gratuidade total foi outro aspecto eleito para o processo de facilitação do acesso das

camadas médias ao ensino superior. Esse fato se deu a partir do barateamento das taxas cobradas pela escola pública, chegando-se à isenção.

Sobre as lutas e demandas pelo ensino gratuito e a busca por parte dos professores e funcionários, para o funcionalismo público federal, surgiu a Lei nº 1.254, de dezembro de 1950, sendo conhecida como lei de “federalização”, por meio da qual foi possível federalizar muitos estabelecimentos de ensino superior, mantidos por estados, municípios e particulares. A oposição a esse encaminhamento se justificou com os argumentos de falta de recursos defendidos pelo Conselho Federal de Educação (CFE), criado em 1962. Dentre os sucessivos pareceres do CFE, pode ser citada a defesa de prioridade da expansão de vagas das escolas superiores oficiais sobre a “federalização” de escolas particulares, por serem estas as principais candidatas à mudança de *status* jurídico-financeiro. O CFE, porém, defendia o seguinte ponto: nenhuma nova “federalização” da escola superior deverá acorrer enquanto as despesas do governo federal com esse nível de ensino estiverem acima das possibilidades orçamentárias. Essa posição foi firmada no Plano Nacional de Educação quando, a partir da LBD Lei 4.024 de 1961, surge a exigência de contemplar no Plano de Educação a previsão de aplicação de recursos financeiros dos fundos nacionais no ensino primário, médio e superior.

Cunha, ao tratar em seu estudo sobre a elaboração do Plano de Educação e aplicação dos recursos dos fundos nacionais, registrou os pontos de articulação que fundamentam a dinâmica histórica da interferência norte-americana no Brasil, por meio do acordo MEC-USAID<sup>8</sup> com a participação de consultores norte-americanos. Diz ele:

Sobre as exigências na elaboração do Plano de Educação, a primeira delas indicou o período de vigência do Plano de 1963 a 1970, coincidindo com a data limite dos compromissos internacionais que foram assinados no âmbito da “Aliança para o Progresso” e a segunda que assegurava interesses do ensino superior ao estabelecer para o ano de 1970 a meta de matricular pelo menos metade daqueles que terminassem o 2º grau e simultaneamente implementar o regime de tempo integral a pelo menos 30% dos professores e alunos (CUNHA, 1983, pp. 92-93).

Certamente, tais metas foram meticulosamente pensadas, empreendidas, asseguradas através do documento oficial – Plano Nacional de Educação e encaminhadas para a concretização no cenário do ensino brasileiro. No entanto, este mesmo documento também explicitava que os recursos previstos para o Fundo Nacional do Ensino Superior eram

<sup>8</sup> As razões político-ideológicas para o maior envolvimento da USAID com o ensino superior brasileiro foram claramente apontadas, no contexto do conflito leste-oeste: “the cold war is a battle for men’s minds”. A chave para que o Brasil permanecesse uma sociedade livre e um amigo próximo dos EUA estava no ensino superior, pois o que os brasileiros pensariam nas gerações vindouras dependeria dos professores universitários que formam os dirigentes do país e os próprios mestres (CUNHA, 1988, p. 170).

insuficientes até mesmo para manter o sistema em funcionamento. Ainda discutindo estes aspectos, Cunha registrou os encaminhamentos que foram dados para a realidade apresentada:

O CFE recomendava apenas o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, alertando para a não criação de novas escolas ou universidades federais, mas que ao mesmo tempo procurassem aumentar as matrículas por ganhos de produtividade: “a reforma universitária em marcha deverá garantir a melhor integração das escolas incorporadas às universidades e, com isso, suprimir a duplicação de magistério, laboratórios, equipamentos e, deste modo aumentar suas possibilidades de matrícula, de trabalho e, portanto, rendimento” (CUNHA, 1983, p. 93).

No período compreendido entre os anos de 1945 a 1964, identifica-se a articulação dos processos geradores da demanda e oferta do ensino superior, em que a universidade já contava com 65% do total de matrículas. Assim, nos últimos dez anos da república populista (1954/1964), a organização do ensino já se apresentava predominantemente universitária.

Contudo, o intenso crescimento ocorrido na demanda e oferta do ensino superior no período anteriormente citado pode ser interpretado por meio dos dados apresentados por Cunha, na seguinte passagem:

No ano de 1945 o ensino superior contava com um total de 27.253 estudantes, sendo que este número passou para 142.386, em 1964, contando com um crescimento anual linear de 12,5%. A expansão ocorrida refletiu na ampliação das matrículas nas escolas públicas existentes, sendo que a maior parte dessa expansão ocorreu em função da criação de novas instituições (CUNHA, 1983, p.93).

Observa-se que os processos geradores da demanda e da oferta do ensino superior, nesse período, resultaram num intenso crescimento das matrículas, que foi ampliado em função do acelerado aumento de matrículas nas escolas públicas existentes e devido à criação de novas escolas, que responderam pela maior parte da expansão apresentada, como mostra a **Figura 5**.

| <b>PROCESSO DE CRESCIMENTO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NA REPÚBLICA POPULISTA</b> |                                  |                        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|------------------------|
| <b>ANO</b>                                                                                     | <b>INSTITUIÇÕES</b>              | <b>% DE MATRÍCULAS</b> |
| 1954                                                                                           | Escolas e Universidades públicas | 59,7%                  |
| 1964                                                                                           | Escolas e Universidades públicas | 61,3%                  |

Figura 5 – Processo de crescimento de matrículas no ensino superior público na República Populista, de acordo com Cunha (1983, p. 93).

O processo de mudança no campo político e educacional a partir de 1964 foi viabilizado pelos dirigentes que procuravam realizar com acentuado grau de autoritarismo o ajuste do poder político, com a intensificação do processo de internacionalização do mercado interno. Tais procedimentos foram incorporados nos meios educacionais e podem ser



interpretados por meio dos estudos de Martins, ao constatar que

O movimento político-militar de 1964 e os governantes subsequentes objetivaram criar condições institucionais para escolher favoravelmente e incentivar os investimentos estrangeiros e o estreitamento dos laços com os centros hegemônicos do capitalismo internacional (MARTINS, 1989, p. 14).

Ao analisar os dados sobre o ensino superior no Brasil, foi possível identificar, nas estatísticas oficiais referentes aos estabelecimentos de ensino privados e suas matrículas, dois períodos claramente distintos: o primeiro, compreendido entre 1933 a 1964; o segundo, de 1964 até 1980, período este caracterizado por Martins (1989, p. 13) como “O novo ensino superior privado no Brasil”, que representa o resultado de uma combinação de fatores complexos, entre os quais devem-se destacar, num primeiro momento, as modificações ocorridas no campo político, no ano de 1964, bem como a sua incidência na elaboração de uma política educacional.

Foi exatamente no primeiro período que ocorreu a consolidação do setor privado. Este momento caracteriza-se pela estabilidade no crescimento da participação relativa das matrículas desse setor no sistema. O segundo período – de meados dos anos 60 até 1980 – corresponde à mudança de patamar no crescimento das matrículas privadas, levando à sua predominância no total de matrículas de ensino superior no País.

A consolidação do ensino superior privado ocorreu em um cenário maior de disputa entre as elites laicas e as católicas pelo controle do ensino superior no País, sob a orquestração do Ministro Francisco Campos e sob uma moldura legal centralizadora do governo Vargas, por meio do Estatuto das Universidades Brasileiras, marco estrutural de 1931.

A criação da primeira PUC, do Rio de Janeiro, em 1946, inaugurando uma série de outras universidades católicas que viriam a ser criadas no País, não foi suficiente para aumentar a fatia de participação das matrículas privadas no conjunto de matrículas. Isso porque a criação da rede de universidades católicas ocorreu em um contexto também de expansão da rede pública de ensino superior, especialmente da rede federal e das iniciativas estaduais, governamentais ou não.

Na realidade, o impacto das universidades católicas no sistema teve, acima de tudo, um caráter simbólico: coroou a quebra do pacto Estado/Igreja na história de ensino superior no Brasil nos anos 30 e início dos anos 40. O fato de a Igreja Católica ter buscado seus próprios caminhos na década de 40, todavia, não significou um rompimento total com o Estado: as universidades católicas, criadas a partir da segunda metade da década de 40, estabeleceram-se antes como um setor semi-governamental do que estritamente privado,

tendo dependido em maior ou menor grau do financiamento estatal.

Conforme registros dos estudos de Sampaio,

Pode-se dizer que, no Brasil, o ensino superior católico desenvolveu-se, em seus primórdios, enquanto um setor paralelo ao setor público de ensino superior. Esse paralelismo está na base da relação de dependência financeira que as instituições católicas sempre pleitearam, e em alguns períodos, conseguiram, de fato, manter com o Estado (SAMPAIO, 1998)<sup>9</sup>.

Neste mesmo período em que as evidências do paralelismo entre público e privado ocorriam, dando ênfase ao fortalecimento do ensino superior privado no Brasil através da expansão do sistema, que vai de 1945 a 1946, podem-se identificar e sistematizar algumas tendências na criação dos estabelecimentos privados, segundo estudos de Sampaio:

a) as instituições isoladas mais antigas do período entre 1945-1961 datam de 1951; b) nessa época, tem início uma relativa desconcentração regional das instituições privadas; ou seja, elas começam a ser criadas nos Estados da Bahia, Minas Gerais, do Paraná e de Goiás; c) verifica-se, ainda, um processo incipiente de interiorização dos estabelecimentos privados nos Estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul; no Estado de São Paulo, em especial, o processo de interiorização chega a atingir sete cidades de médio porte (SAMPAIO, 1998).

Ainda pautando os estudos de Sampaio (1998) quanto aos cursos oferecidos pelo setor privado no período de 1945 a 1961, verificam-se duas tendências conforme o período de criação das escolas que os oferecem. Na primeira metade da década de 50, os cursos fundados pelas instituições privadas tendiam a ser voltados para a formação de profissões liberais, como Medicina, Odontologia, Direito e para a área de Ciências Econômicas. Já entre 1955 e 1961, os cursos que estavam sendo criados eram fundamentalmente voltados para a formação de professores em faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Essas faculdades tendiam a se instalar no interior dos Estados.

Constata-se, ainda nesta época, que muitas instituições que haviam sido criadas oferecendo apenas um curso, acabaram, em um curto intervalo de tempo, ampliando o número deles. É importante notar, entretanto, que as escolas voltadas para a formação de profissões tradicionais, de caráter liberal, em regra não seguiram essa tendência, mantendo-se como escolas especializadas.

Sobre a expansão do ensino superior, neste período, Sampaio (1998) registra em seus estudos os seguintes pontos:

(...) a decisão dos estabelecimentos particulares de expandirem-se mediante a criação de cursos voltados para a formação de professores respondia à confluência de três fatores. Em primeiro lugar, à vigência de uma legislação, a de 1931, em que a concepção de universidade baseava-se na existência de um núcleo – a Faculdade

<sup>9</sup> Sampaio utiliza a noção de setor paralelo (*parallel sector*) no sentido atribuído por Geiger (1986), em seu estudo comparativo sobre sistemas de ensino superior. Para esse autor, em virtude de desenvolvimentos históricos específicos, o financiamento estatal estendeu-se também a instituições privadas, dando origem ao que ele designa por setor paralelo.

de Filosofia, Ciências e Letras – em torno do qual seriam organizadas as demais escolas de formação para profissões tradicionais. Em segundo, à existência de uma clientela motivada pelas novas oportunidades de acesso ao ensino superior e de carreira no magistério; ou seja, a relativa ampliação da rede de ensino público médio, nos anos 50, acabava funcionando nas duas pontas: de um lado, aumentava a demanda por ensino superior; de outro, alimentava o próprio mercado ocupacional para os egressos dos cursos de Filosofia, Ciências e Letras. Em terceiro, a estratégia das próprias instituições particulares no sentido de se expandirem sem dispor de muitos recursos financeiros; cursos dessa natureza tendem a funcionar, até hoje, baseados, sobretudo em recursos humanos (MARTINS, 1998).

No período compreendido entre meados da década de 40 até 1960, o que se constata são respostas do sistema de ensino superior às transformações pelas quais passava o País.

Em um intervalo de seis anos, de 1954 a 1960, as matrículas no setor privado representavam 44,3% do total. Esse índice pouco diferia do percentual de participação das matrículas no setor privado, já em 1933, e ficava um pouco abaixo do índice de 1945. Os dados evidenciam, portanto, o equilíbrio no crescimento das matrículas de ensino superior nos setores público e privado. É importante ressaltar que não houve, nesse período, políticas específicas para a área de ensino superior. Nas duas décadas seguintes, porém, esse cenário mudou radicalmente.

#### **1.4 A Expansão do Ensino Superior pós 1964**

A análise sobre o ensino superior pós 64 aqui proposta, respalda-se nos estudos de Germano (1993) sobre o Estado Militar e Educação no Brasil. Importa, aqui, identificar o lugar, o sentido e a importância que o regime militar atribuiu à educação brasileira.

O período de 1964 a 1974 consolidou-se como o apogeu do autoritarismo e da realização de reformas institucionais, em especial no campo da educação. Neste contexto, o Estado assumiu um cunho ditatorial, a economia apresentou um forte crescimento e os interesses capitalistas prevaleceram sobre a necessidade de trabalho. Estratégias de hegemonia foram adotadas pelo regime militar envolvendo o uso dos meios de comunicação de massa para a disseminação das políticas sociais e educacionais.

O conjunto de hegemonias adotadas foram encaradas do ponto de vista político e ideológico, viáveis por meio das escolas e universidades e serviram para o encaminhamento de dois marcos estratégicos para a disseminação da concepção inicial da reforma do ensino superior (1968) e, pouco depois, para a reforma do ensino primário e médio (1971). Assim, reafirma-se o papel de escola como articuladora das mudanças empreendidas pelos interesses do Estado. Germano, ao estudar sobre o assunto, registrou que

A escola visa, essencialmente, à reprodução da força de trabalho (mediante a escolarização e qualificação); à formação dos intelectuais (em diferentes níveis); à disseminação da concepção de mundo dominante (com vistas a contribuir para a legitimação do sistema político e da sociedade estabelecida); à subordinação de tarefas afetas a outras atividades sociais, cujas funções foram prejudicadas pelo desenvolvimento capitalista (como por exemplo: a adoção de creches como forma de possibilitar a permanência no mercado da força de trabalho feminina), além de evidente regulação dos requisitos necessários ao funcionamento do sistema educacional (GERMANO, 1993, p. 101).

A política educacional do regime militar, contudo, pautou-se, do ponto de vista teórico, na economia da educação de cunho liberal e responsável pela elaboração da chamada “teoria do capital humano”, estabelecendo uma relação direta da educação com a produção por meio da subordinação. O referencial adotado para o planejamento educacional (Plano Setorial da educação, Cultura 1974-1979) teve como corolário os pressupostos oferecidos pela economia da educação<sup>10</sup>.

Partindo de interesses econômicos, políticos e sociais, a política educacional no regime militar desenvolveu-se por meio de quatro eixos básicos, assinalados por Germano (1993, p. 106) em seus estudos: 1) controle político e ideológico da educação escolar em todos os níveis; 2) estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista, que aparece de forma evidente na reforma do ensino de 2º grau, através da pretensa profissionalização; 3) incentivo à pesquisa vinculada à acumulação do capital; 4) descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformando em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado.

Os encaminhamentos que foram dados para a educação no país por meio do regime militar, abriram caminhos e incentivaram a participação efetiva do setor privado na expansão do sistema educacional assim como o processo de desqualificação da escola pública. Contudo, identifica-se que a política educacional implementada pós 64 fez parte de uma correlação de forças sociais existentes em um determinado contexto histórico, ou seja, o processo educativo não ficou isento dos interesses econômicos, políticos e sociais, tampouco a escola isentou-se

<sup>10</sup> Conforme Claus Offe (1990, p. 22), “a economia da educação pretende esclarecer determinado nível de renda ou de crescimento através dos efeitos do sistema educacional”, enquanto “o planejamento educacional defronta-se com a questão relativa a que tipo e que quantidade de capital humano deve ser produzido, caso a política queira atender a determinada demanda ou objetivos de crescimento”.

de conduzir as manobras que deram forma à concretização dos interesses apresentados pelo regime militar.

A moldura legal em que se inscreveu a expansão do ensino superior, sobretudo em seu momento inicial pós 64, foi a LDB: Lei 4.024, de 1961, que reconhecia a organização do sistema em moldes não universitários. Assim, voltava-se para os mecanismos de regulamentação da expansão e, nesse sentido, expressou a necessidade de instituir mecanismos de controle na relação do ensino superior com o mercado que, na época, já pressionava fortemente a sua expansão. Todavia, as exigências legais tinham caráter essencialmente burocrático e eram elas que embasavam a atuação do Conselho Federal da Educação, que, criado também em 1961, mais favoreceu do que cerceou a expansão do setor privado.

O contexto histórico da reforma universitária de 1968 teve sua escala repressiva desencadeada depois do golpe de 1964 com reflexos que atingiram duramente a educação. As universidades foram objetos de intervenção militar e palco dos acordos MEC-Usaid (United States Agency For Internacional Development). Neste cenário de intervenções nas universidades brasileiras, ainda em 1964, o Conselho Federal de Educação (CFE) nomeou, por razões diversas, reitores *pro-tempore* em várias instituições do país. A Universidade Federal de Goiás foi palco de tal intervenção.

A expansão dos cursos de Pedagogia daquela época foi, sem dúvida, um dos temas mais inquietantes, pois a grande discussão trazia em pauta a delimitação e regulamentação do mercado de trabalho do licenciado em Pedagogia e a expansão e regulamentação da profissão do Técnico em Educação, aspecto que será tratado, no capítulo seguinte.

Destaca-se, neste período, o nascimento de novas universidades, conforme mostra a

**Figura 6:**

| UNIVERSIDADES BRASILEIRAS PÓS 64 |                               |              |                         |                                                                                                          |
|----------------------------------|-------------------------------|--------------|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ANO                              | UNIVERSIDADES                 |              |                         |                                                                                                          |
|                                  | FEDERAIS                      | ESTADUAIS    | MUNICIPAIS              | PARTICULARES                                                                                             |
| 1971                             | Universidade Federal do Piauí | -            | -                       | Universidade Ibirapuera<br>Universidade São Judas Tadeu<br>Universidade Form. Educação e Cultura         |
| 1972                             | -                             | -            | -                       | Universidade de Alfenas<br>Universidade Paranaense<br>Universidade Tiradentes<br>Universidade Gama Filho |
| 1973                             | -                             | -            | -                       | Universidade de Mogi das Cruzes<br>Universidade Fortaleza                                                |
| 1974                             | Universidade do Acre          | -            | Universidade de Taubaté | Universidade Amazônia<br>Universidade Oeste Paulista                                                     |
| 1975                             |                               | Universidade |                         | Universidade Metodista de Piracicaba                                                                     |

|      |                                                                                            |                                            |   |                                  |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|---|----------------------------------|
|      | -                                                                                          | Estadual do Ceará                          | - | Universidade Santa Úrsula        |
| 1976 | -                                                                                          | Universidade Estadual Paulista J. M. Filho | - | Universidade Salgado de Oliveira |
| 1977 | -                                                                                          | Universidade Sudoeste da Bahia             | - | -                                |
| 1979 | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul<br>Universidade Federal Rio de Janeiro - Unirio | -                                          | - | -                                |

**Figura 6** – Universidades Brasileiras Pós 64, de acordo com Rossato (1998, p. 197).

De acordo com a **Figura 6**, pode-se observar o acentuado crescimento das universidades privadas em detrimento do crescimento das universidades federais, assim como, o nascimento de instituições estaduais e municipais. Constata-se a expansão do ensino superior sob os moldes do regime militar, por sua vez, consolidada por meio da Reforma Universitária(1968). “Na verdade, diz Germano (1993, p. 123), a reforma universitária assimilou, em grande parte, a experiência acumulada no âmbito de instituições do próprio Estado, bem como as demandas estudantis. Mas a assimilação não significou continuidade do projeto anterior, pois na verdade, como vimos, essa assimilação representou a sua liquidação”

Assim, pode-se destacar que foram várias as iniciativas do Estado pós-1964, no âmbito do ensino superior. No entanto, destacam-se aquelas que mais ficaram expostas e contribuíram com o encaminhamento do processo anunciado:

- o relatório encomendado pelo Mec ao professor Rudolph Atcon, concluído em 1966, com a forte evidência do aspecto privatista da política universitária no Regime Militar;
- a definição do grupo de trabalho denominado de equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (Eapes), por meio dos Acordos MEC-Usaid, que também produziu um documento, concluído em 1968, com análises sobre a educação brasileira;
- a introdução das primeiras definições da reforma universitária pelo Governo, por meio dos Decretos-lei 53 de 18/11/1966 e 252 de 28/02/1967;
- o surgimento, em 1966, das primeiras experiências de extensão universitária;
- o surgimento, em 1967, em pleno momento de ascensão da “linha dura” militar, de uma comissão com a finalidade de analisar a crise estudantil e sugerir mudanças no sistema de ensino, em especial nas universidades;
- a realização, em 1968, no Rio e Janeiro, de um Fórum denominado “A Educação que

nos convém”, extrapolando a esfera estrita do Estado: a questão educacional passa a ser preocupação também das classes dominantes.

No final da década de 1970, o setor privado já respondia por 62,9% do total de matrículas de ensino superior. Nesses anos, as iniciativas laicas que já dividiam com o segmento confessional a oferta privada de ensino superior, desde os anos 50, tornaram-se predominantes, dando uma nova configuração ao sistema educacional brasileiro.

No período entre 1960 e 1980, o número total de matrículas de ensino superior passou de 200 mil para 1,4 milhão. Os anos de 1968, 1970 e 1971 foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento de matrículas.

Outro aspecto que deve ser ressaltado refere-se ao comportamento do setor público de ensino superior durante o período de vigência do regime militar. As estatísticas para o ensino neste período mostram um fenômeno freqüentemente despercebido pelas análises sobre o sistema educacional. O crescimento do ensino público foi especialmente acentuado no período entre 1967 e 1980 e, apesar de a expansão do ensino privado ter ocorrido, nesses anos, de maneira mais intensa, as matrículas no setor público cresceram significativamente, conforme pode ser observado na **Figura 7**:

| <b>EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: 1967-1980</b> |                   |                             |
|-------------------------------------------------------|-------------------|-----------------------------|
| <b>ANO</b>                                            | <b>MATRÍCULAS</b> | <b>CRESCIMENTO ESTIMADO</b> |
| 1967                                                  | 88.889            | 453,8%                      |
| 1980                                                  | 492.232           |                             |

**Figura 7** – Expansão do Ensino Superior Público, de acordo com Klein e Sampaio (1994, pp. 85-109).

Esses dados conferem ao Brasil uma posição singular em relação a outros países latino-americanos que também passaram por regimes autoritários e que sofreram políticas de esvaziamento das universidades públicas.

Assim, pode-se identificar que o que ocorreu nesse período de expansão do sistema de ensino superior é que a velocidade e a dimensão do crescimento de cada um dos setores – o público e o privado – estavam em sintonia com formatos das escolas em implantação; e essa sintonia, evidentemente, traduzia concepções diferenciadas de ensino superior.

### **1.5 O Ensino Superior nos anos 1980**

O crescimento do ensino superior privado ocorrido no período pós 64, seguiu a estrutura de desigualdade social e regional existente no Brasil e adequou-se à política

privatista adotada pelos governos militares. Um estudo realizado em 1988 pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea)<sup>11</sup> comprovou tal desigualdade, de forma que a política de expansão do ensino superior acabou por se transformar, assim, no inverso do que era estabelecido no Artigo 2º da Lei 5.540/68, pois os estabelecimentos isolados passaram a constituir a “regra” e a organização universitária, a exceção.

O *boom* expansionista do setor privado na década de 1980 pode ser interpretado por meio dos dados registrados nos estudos de Germano (1993):

em 1983, o Brasil contava com 868 instituições de ensino superior, das quais somente 67 eram legalmente classificadas como universidades, sendo 47 públicas e 20 privadas”. Em 1988 de acordo com estudos do Ipea, já existiam 871 instituições de ensino superior, sendo que 82,77% correspondiam à escolas isoladas e apenas 9,52% diziam respeito às universidades, sendo que dessas 73,24% das instituições citadas são de caráter privado (GERMANO, 1993, p. 152).

A opção do setor educacional pela criação de universidades que aliassem ensino e pesquisa – uma das bandeiras de segmentos dos movimentos docente e estudantil dos anos de 50 e 60 - e que foi, em parte, incorporada na Reforma de 1968, implicou um aumento progressivo do custo absoluto e relativo do ensino público, limitando sua expansão e abrindo ao setor privado a oportunidade de atender à demanda massiva que o Estado não conseguia atender, pois era impossível ser plenamente satisfeita em um modelo de universidade pública, gratuita, seletiva em termos sociais e acadêmicos.

Ocorreu, assim, no início da década de 1980 uma espécie de divisão de funções entre os setores público e privado. As características do setor privado, voltado ao atendimento da demanda de massa não se definiram, portanto, somente por sua predominância no sistema, mas implicaram também no estabelecimento de uma relação complementar com o setor público ao longo da própria história do ensino superior no País.

A relação de complementaridade entre os setores público e privado manifestou-se sob vários aspectos, entre os quais, destacaram-se a própria natureza institucional dos estabelecimentos de ensino superior e a distribuição da oferta pública e privada de ensino superior nas diferentes regiões do País. Vale mencionar ainda que a divisão do trabalho entre rede pública e rede privada conduziu a um redimensionamento das relações entre educação e mercado<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> O estudo do Ipea demonstrou que a rede oficial de ensino superior (federal, estadual e municipal) respondia apenas por 33,03% das 447.300 vagas oferecidas anualmente ao país, enquanto as 66,97% restantes pertenciam a instituições de ensino particular (GERMANO, 1993, p. 151).

<sup>12</sup> A política e a legislação pautadas na LDB-Lei 5.540/68 se propunham a negar autorização de funcionamento a cursos que não fossem compatíveis com as exigências do mercado de trabalho, prevalecendo, na prática, do ponto de vista das escolas particulares, a lógica empresarial de obtenção de lucros mediante a realização de



Dourado (2001, p. 53), ao analisar a década de 1980 no seu processo de privatização do público, apresentou as seguintes contribuições: “um embate ininterrupto passa a ser travado pela sociedade civil que vai-se organizando por intermédio de associações de bairros, de classes, do movimento estudantil, e produzindo não só denúncias relativas ao autoritarismo vigente, mas também formas de luta pela democratização da sociedade, das políticas públicas e das instituições sociais”.

A relação de complementaridade desempenhada pelos setores públicos e privadas no período de crescimento da demanda por esse nível de ensino constituiu o fenômeno novo da expansão desencadeada desde meados dos anos 60 e continuou até meados da década de 1980. Essa relação veio se sobrepor à de paralelismo entre ensino público laico e ensino privado confessional que havia caracterizado o período de formação e consolidação do sistema de ensino superior brasileiro.

O crescimento das universidades, em especial as universidades particulares nas décadas de 1980 a 1990, pode ser visto na **Figura 8**:

| UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: 1980 A 1990 |                                  |                                   |            |                                                                                                                                               |
|----------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ANO                                    | UNIVERSIDADES                    |                                   |            |                                                                                                                                               |
|                                        | FEDERAIS                         | ESTADUAIS                         | MUNICIPAIS | PARTICULARES                                                                                                                                  |
| 1981                                   | -                                | Universidade Estadual do Maranhão | -          |                                                                                                                                               |
| 1982                                   | Universidade Federal de Rondônia | -                                 | -          | -                                                                                                                                             |
| 1985                                   | -                                | -                                 | -          | Universidade de Ribeirão Preto<br>Universidade São Francisco<br>Universidade Reg. Do Ne. do Est. UNIUI<br>Universidade Braz Cubas             |
| 1986                                   | -                                | Universidade Estadual do Piauí    | -          | Universidade Santa Cecília dos Bandeirantes<br>Universidade de Guarulhos<br>Universidade Católica de Santos                                   |
| 1987                                   | -                                | Universidade Oeste do Paraná      | -          | -                                                                                                                                             |
| 1988                                   | -                                | -                                 | -          | Universidade de Marília<br>Universidade Luterana do Brasil<br>Universidade Paulista<br>Universidade Estácio de Sá                             |
| 1989                                   | Universidade Federal de Roraima  | -                                 | -          | Universidade Região da Campanha<br>Universidade Cruz Alta                                                                                     |
| 1992                                   | -                                | -                                 | -          | Universidade Veiga de Almeida<br>Universidade Reg. Integ. Alto U. Missões<br>Universidade Vale do Paraíba<br>Universidade Cidade de São Paulo |
| 1993                                   |                                  |                                   |            | Universidade Cruzeiro do Sul                                                                                                                  |

baixos investimentos que proporcionassem, em contrapartida, retornos elevados (GERMANO, 1993, p. 153).

|      |                           |                                       |      |                                                                                                                                                                                            |
|------|---------------------------|---------------------------------------|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|      | -                         | -                                     | -    | Universidade Santa Cruz do sul                                                                                                                                                             |
| 1994 | Universidade<br>São Paulo | Universidade<br>Estadual<br>Tocantins | do - | Universidade Bandeirantes de São Paulo<br>Universidade Grande Rio<br>Universidade São Marcos<br>Universidade Santo Amaro<br>Universidade Católica Dom Bosco<br>Universidade Castelo Branco |

**Figura 8** – Universidades Brasileiras: 1980 a 1990, de acordo com Rossato (1998, p. 197).

A década de 1970 apresentou-se promissora para o setor privado. Com efeito, entre 1975 e 1980, o número de suas matrículas quase triplicou, atingindo 63,9% do total. Entre 1980 e 1985, entretanto, ocorreu um refluxo da tendência de crescimento continuado, indicando diminuição no número absoluto e na participação relativa das matrículas do setor privado no conjunto do sistema de ensino superior. A partir de 1985, constata-se a alternância entre períodos de estabilidade e de redução do número de matrículas do setor privado e de sua participação relativa no sistema de ensino superior.

Em relação ao “novo” ensino privado, o que se pode observar, enquanto tendência, é que as novas instituições procuraram adaptar os seus cursos e atividades em conformidade com a “política de desenvolvimento”, então levada a cabo pelo governo. Martins (1989, p. 41), ao tratar do assunto, formalizou a seguinte contribuição: “na década de setenta, vários estabelecimentos públicos e confessionais retraduziram os objetivos proclamados pela Reforma Universitária outorgada pelo governo, procurando intensificar determinadas práticas acadêmicas através das quais aumentariam o peso de suas instituições em termos de prestígio acadêmico no mercado escolar”.

A entrada deste “novo” ensino superior privado no campo das instituições apresentou seus complicadores desde a estruturação. O que antes era composto pelos estabelecimentos universitários públicos e confessionais passou a contracenar com a entrada de faculdades privadas na defesa de que seus empreendimentos constituíam uma alternativa educacional legítima, uma vez que o Estado e as escolas confessionais não seriam capazes de atender toda a demanda.

Como reflexo do surgimento do “novo” ensino privado, o que se assistiu, a partir dos primeiros anos da década de 80, foi uma disputa entre os campos público e privado, gerando com isso uma discussão entre o público, confessional e privado, pois a transposição da reivindicação de mais verbas para a educação, que antes beneficiava as instituições públicas e confessionais, assumiu o posicionamento em favor de “verbas públicas para ensino público” (GERMANO, 1993, p. 44).

Ao analisar o aparecimento das empresas educacionais na década de 1980, Germano

(1993, p. 45) enfatizou o aparecimento de dois efeitos distintos, sendo o primeiro considerado complicador no funcionamento do campo pedagógico em função das novas alianças entre os integrantes envolvidos no processo de expansão do ensino superior privado e, por outro lado, o efeito de visibilidade para as camadas médias urbanas mais desprovidas de capital econômico e cultural.

Dentre várias alterações ocorridas no ensino superior privado pós-golpe militar e consolidadas até meados da década de 1980 com o regime militar, pode-se identificar o modelo de expansão não universitária do ensino superior privado no Brasil, tendo como principal alteração o movimento de desconcentração regional, seguido pelo movimento de interiorização dos estabelecimentos particulares e de suas matrículas e o crescimento acelerado do número de cursos e ampliação do leque de carreiras oferecidas pelo setor privado de ensino superior na década em estudo.

## **1.6 O Ensino Superior a partir da segunda metade dos anos 90**

Entre 1990 e 1994, enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram as maiores taxas de crescimento percentual das matrículas totais de ensino superior - tanto públicas, como privadas -, na Região Sudeste verifica-se não somente uma diminuição da participação relativa das matrículas privadas no conjunto do sistema, mas uma redução no total de matrículas de ensino superior. Mesmo a ligeira recuperação ocorrida entre 1990 e 1994, esta não se fez acompanhar pelo aumento da participação das matrículas do setor privado. Na Região Sul, verifica-se, também, ao longo do referido período, um movimento de declínio na participação das matrículas do setor privado no total das matrículas da região.

O movimento de transformação dos estabelecimentos isolados em universidades, acelerou-se a partir do final dos anos 80. Entre 1985 e 1996, o número de universidades particulares mais do que triplicou, passando de 20 para 64 (MEC, 1996). Esse movimento estaria expressando a percepção, por parte da iniciativa privada, que estabelecimentos maiores, com uma oferta mais diversificada de cursos, gozariam de maiores vantagens competitivas na disputa pela clientela de ensino superior. Por isso, os estabelecimentos cresceram, ampliando o escopo de seus cursos ou ainda criando novas instalações físicas de forma a buscar, também, fora de seus domínios já consolidados, novos e diversificadas clientelas.

A estratégia de transformação da natureza institucional dos estabelecimentos inscreve-

se no quadro das mudanças que ocorreram na moldura legal para o ensino superior. Não é por acaso que ela vem sendo acionada pelo setor privado de forma muito mais intensa a partir de 1988, data da nova Constituição da República. Ao disciplinar o princípio da autonomia para as universidades, a Constituição criou um instrumento que abriu ao setor privado a possibilidade de se liberar do controle burocrático do Conselho Federal de Educação, sobretudo no que tange à criação e extinção de cursos na própria sede e ao remanejamento do número de vagas dos cursos oferecidos. Com efeito, essa prerrogativa da autonomia, referendada pela LDB- Lei 9.394 de 1996, permitiu que os estabelecimentos particulares, uma vez reconhecidos como universidades, respondessem de forma ainda mais ágil ao atendimento da demanda de massa.

O crescimento das universidades privadas que marcaram esse período pode ser observado na **Figura 9**, especificadamente entre os anos de 1992 a 1994:

| UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: DÉCADA DE 1990 |               |                                    |            |                                                                                                                                                                                            |
|-------------------------------------------|---------------|------------------------------------|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ANO                                       | UNIVERSIDADES |                                    |            |                                                                                                                                                                                            |
|                                           | FEDERAIS      | ESTADUAIS                          | MUNICIPAIS | PARTICULARES                                                                                                                                                                               |
| 1992                                      | -             | -                                  | -          | Universidade Veiga de Almeida<br>Universidade Reg. Integ. Alto U. Missões<br>Universidade Vale do Paraíba<br>Universidade Cidade de São Paulo                                              |
| 1993                                      | -             | -                                  | -          | Universidade Cruzeiro do Sul<br>Universidade Santa Cruz do sul                                                                                                                             |
| 1994                                      | -             | Universidade Estadual do Tocantins | -          | Universidade Bandeirantes de São Paulo<br>Universidade Grande Rio<br>Universidade São Marcos<br>Universidade Santo Amaro<br>Universidade Católica Dom Bosco<br>Universidade Castelo Branco |

**Figura 9** – Universidades Brasileiras: década de 1990, de acordo com Rossato (1998, p. 197)

Além do crescimento de universidades privadas destacadas nos dados da **Figura 9**, outros movimentos importantes e simultâneos aconteceram no setor privado referentes à desconcentração regional e à interiorização de suas instituições, especialmente a partir da segunda metade da década de 1980. Entre 1985 a 1990, verificou-se um incremento significativo no número de estabelecimentos privados nas regiões Norte e Nordeste, mas principalmente na Região Centro-Oeste. Tradicionalmente, nessas regiões, a participação da iniciativa privada fora até então inexpressiva na oferta de ensino superior.

Quanto à interiorização dos estabelecimentos particulares nos diferentes Estados, ela se deu, sobretudo, naqueles situados em regiões onde já existia uma oferta significativa, ou até mesmo saturada, de ensino superior privado. O fenômeno inscreveu-se em uma dinâmica própria de mercado e significou ir ao encontro de uma suposta demanda. Nas regiões Sul e

Sudeste, o setor privado cresceu mais no interior do que nas capitais dos Estados. Esse crescimento ocorreu tanto mediante a criação de novos estabelecimentos como mediante a abertura de novos cursos e carreiras em instituições já consolidadas. No Estado de São Paulo, em especial, cerca de 60,0% dos novos 326 cursos oferecidos entre 1985 e 1996 foram criados por estabelecimentos localizados em cidades do interior.

Nas regiões Norte e Nordeste, ao contrário das regiões Sul e Sudeste, a tendência foi antes a criação de novas instituições do que a abertura de novos cursos. Com efeito, nessas regiões, a interiorização dos estabelecimentos de ensino superior é um processo ainda muito incipiente. Mesmo assim, deve ser notado que a instalação de seis novas instituições no interior dos Estados da Região Nordeste contra oito em suas capitais já é indicativa de uma tendência à interiorização do setor privado nessa região. A Região Centro-Oeste, por abranger o Distrito Federal, apresentou uma situação especial. Brasília concentra boa parte dos estabelecimentos que estavam sendo criados no período 1985 e 1996, equilibrando, portanto, o número de instituições criadas nas capitais e no interior dos estados.

A interiorização dos estabelecimentos privados de ensino superior, conseqüentemente, expressou-se também nas matrículas. No geral, para o País, as taxas de crescimento das matrículas do setor privado no interior dos Estados de todas as regiões geográficas foram superiores às taxas de crescimento verificadas nas capitais dos mesmos Estados.

Outra manifestação da dinâmica que o setor privado estabeleceu com o mercado diz respeito ao crescimento acelerado do número de seus cursos e à ampliação do leque de carreiras oferecidas, sobretudo no período 1985 – 1996. A ampliação da oferta de cursos do setor privado, com efeito, altera sua proporção no sistema, principalmente quando esse aumento não se verifica com a mesma intensidade no setor público.

A diversificação do escopo de carreiras, sobretudo nas áreas de Saúde e de Engenharia, também, contribuiu para atenuar a concentração de cursos do setor privado na área de Ciências Sociais Aplicadas, concentração essa característica do próprio desenvolvimento do ensino superior privado no País.

As estratégias de ampliação do leque de cursos bem como de fragmentação das carreiras foram desencadeadas em mercados mais saturados, como os das regiões Sudeste e Sul. No caso da fragmentação das carreiras, ela atinge, em especial, sobretudo as áreas de Ciências Sociais Aplicadas. Os cursos de Comunicação Social e de Administração são típicos desse processo. Em ambos, o que era antes oferecido como habilitação transforma-se em carreira independente com currículos, vestibulares e vagas próprias.

No caso das carreiras da área de Saúde, em particular, a estratégia não é a de

fragmentar carreiras existentes, mas a de criar outras novas carreiras – como Musicoterapia, Terapia Ocupacional, Psicomotricidade – as quais se propõem como substitutivas de cursos mais seletivos e sujeitos ao controle de associações profissionais ou de órgãos externos ao sistema de ensino superior.

Com efeito, a fragmentação das carreiras fez parte de uma estratégia da iniciativa privada visando a colocar novas ofertas no mercado e, com isso, atrair, ampliar e diversificar a clientela. Esse processo ocorreu de forma mais acentuada em contextos de mercado mais competitivos, onde a redução da demanda por ensino superior provocou diminuição das matrículas e, conseqüentemente, um excedente de vagas no sistema.

É verdade que nem todas as novas carreiras ou disciplinas devem ter sua origem no desenvolvimento das disciplinas. Muitas delas surgem em resposta às demandas profissionais da sociedade. Nesse sentido, Brennam (1993) diz que “a fragmentação do campo das profissões ligadas aos negócios e às carreiras gerenciais nos estabelecimentos privados no País parece convergir para o que está acontecendo em outros sistemas nacionais”.

O mesmo parece ocorrer em relação à recente valorização no mercado profissional das carreiras paramédicas. Nesse sentido, o acentuado movimento de fragmentação das carreiras gerenciais e de ampliação da área da Saúde, mediante as carreiras paramédicas que se verificam nos estabelecimentos particulares de ensino superior no Brasil, expressa também algo de mais geral que está se processando nas profissões requeridas pelas sociedades contemporâneas.

Se essas novas ofertas de carreiras correspondem ou não às necessidades do mercado profissional do Brasil, do Nordeste, do Centro-Oeste, e de outras regiões, à expectativa profissional dos estudantes das capitais ou do interior, é difícil avaliar, mas merecem uma atenção especial, pois, com certeza, elas são chamarizes de novas e abrangentes clientelas. Caso contrário, os estabelecimentos privados não se arriscariam em implementá-las.

Buscou-se, contudo, sintetizar por meio dos dados apresentados nos estudos de Cunha (1983) e Rossato (1998) o crescimento do número de matrículas, assim como o número de instituições criadas num período compreendido entre a abertura do governo populista, seguido do movimento do golpe militar com fortes influências norte-americanas nas reformas educacionais pós-64, assim como as marcas do encaminhamento da Reforma Universitária de 1968, respaldada pela reforma da LDB (Leis 5.540/68 e 5.692/71).

Todos estes acontecimentos, pontuados no parágrafo anterior, fizeram parte dos contextos político, econômico, social e cultural consubstanciados pela formulação de políticas educacionais em atendimentos às demandas vigentes que, por sua vez, utilizaram a escola

como espaço de viabilização de tais políticas. Os antecedentes históricos que marcaram o período da ditadura militar, seguido da abertura do *boom* expansionista do ensino superior privado, sobretudo na segunda metade da década de 1990, explicitam uma nova expansão do ensino superior no Brasil.

A **Figura 10**, mostrada a seguir, evidencia através de seus dados os números gerais que representaram o processo expansionista das matrículas estimadas entre 1950 e 1994, no cenário do ensino superior brasileiro:

| EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS DO ENSINO SUPERIOR |                                       |                           |
|-------------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------|
| ANO                                       | QUANTIDADE DE<br>MATRÍCULAS ESTIMADAS | CRESCIMENTO ESTIMADO<br>% |
| 1950                                      | 44. 000                               |                           |
| 1960                                      | 96.691                                | 119,75                    |
| 1964                                      | 142.000                               | 46,85                     |
| 1970                                      | 425.478                               | 199,63                    |
| 1980                                      | 1.377.286                             | 223,70                    |
| 1994                                      | 1.594.668                             | 15,78                     |

**Figura 10** – Evolução de matrículas do Ensino Superior, de acordo com Cunha (1983, p. 254.) e Rossato (1998, p. 120).

Ao se observar o quantitativo de matrículas estimadas, identifica-se o crescimento acelerado do ensino superior em 1964, período este impulsionado pelo processo de deslocamento dos canais de ascensão para as camadas médias, até então excluídas em função da monopolização desse nível de ensino. Cunha (1983, p. 254) apresenta em seu estudo sobre o assunto a seguinte análise: “comparando os 142 mil estudantes matriculados em 1964 com o contingente de matriculados em 1945, identificamos uma taxa de 236,7%”.

A expansão das IES no período compreendido entre os anos de 1960 a 1994 pode, também, ser observada a partir dos dados apresentados na **Figura 11**.

| CRESCIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES): 1960-1994 |               |
|------------------------------------------------------------------|---------------|
| ANO                                                              | NÚMERO DE IES |
| 1960                                                             | 260           |
| 1968                                                             | 441           |
| 1972                                                             | 756           |
| 1974                                                             | 843           |
| 1976                                                             | 865           |
| 1987                                                             | 861           |
| 1994                                                             | 873           |

**Figura 11** – Crescimento das Instituições de Ensino Superior: 1960-1994, de acordo com Rossato (1998, p. 120)

Rossato (1998, p. 120), em suas análises, argumenta que o ritmo de crescimento das IES foi proporcional ao crescimento das matrículas e que o crescimento se deu, portanto, via instituições particulares e, sobretudo, através de estabelecimentos isolados. Também chama atenção para a forte interiorização do ensino superior, seguido da abertura de novas áreas e a implantação da pós-graduação, em 1970.

No intuito de aproximar as análises gerais sobre o ensino superior brasileiro das análises sobre o ensino privado no Estado de Goiás, sendo este movimento de articulação a centralidade do estudo aqui proposto, procura-se destacar, nas análises que se seguem, os dados que expressam o movimento expansionista a partir da segunda metade da década de 1990.

**Tabela 1 - Número de Cursos, Concluintes em 1994 e Matrícula em 30/04, por Natureza da Instituição, segundo a Unidade da Federação e Dependência Administrativa – 1995**

| Unidade da Federação/<br>Dependência Administrativa | Total        |                   |                       | Natureza da Instituição |                   |                       |                                                |                   |                       |                           |                   |                       |
|-----------------------------------------------------|--------------|-------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------|-----------------------|------------------------------------------------|-------------------|-----------------------|---------------------------|-------------------|-----------------------|
|                                                     |              |                   |                       | Universidades           |                   |                       | Federações de Escolas<br>Faculdades Integradas |                   |                       | Estabelecimentos Isolados |                   |                       |
|                                                     | Cursos       | Conclusão em 1994 | Matrícula em 30/04/95 | Cursos                  | Conclusão em 1994 | Matrícula em 30/04/95 | Cursos                                         | Conclusão em 1994 | Matrícula em 30/04/95 | Cursos                    | Conclusão em 1994 | Matrícula em 30/04/95 |
| <b>Brasil</b>                                       | <b>6.252</b> | <b>245.887</b>    | <b>1.759.703</b>      | <b>3.927</b>            | <b>136.492</b>    | <b>1.127.932</b>      | <b>681</b>                                     | <b>31.607</b>     | <b>193.814</b>        | <b>1.644</b>              | <b>77.788</b>     | <b>437.957</b>        |
| Federal                                             | 1.536        | 42.753            | 367.531               | 1.470                   | 41.047            | 353.235               | 0                                              | 0                 | 0                     | 66                        | 1.706             | 14.296                |
| Estadual                                            | 876          | 31.138            | 239.215               | 711                     | 24.886            | 201.974               | 8                                              | 249               | 1.161                 | 157                       | 6.003             | 36.080                |
| Municipal                                           | 370          | 13.971            | 93.794                | 163                     | 4.896             | 43.370                | 39                                             | 488               | 4.168                 | 168                       | 8.587             | 46.256                |
| Particular                                          | 3.470        | 158.025           | 1.059.163             | 1.583                   | 65.663            | 529.353               | 634                                            | 30.870            | 188.485               | 1.253                     | 61.492            | 341.325               |
| <b>Centro Oeste</b>                                 | <b>521</b>   | <b>16.940</b>     | <b>122.553</b>        | <b>301</b>              | <b>8.378</b>      | <b>69.374</b>         | <b>74</b>                                      | <b>3.398</b>      | <b>21.988</b>         | <b>146</b>                | <b>5.164</b>      | <b>31.191</b>         |
| Federal                                             | 208          | 4.673             | 39.506                | 208                     | 4.673             | 39.506                | 0                                              | 0                 | 0                     | 0                         | 0                 | 0                     |
| Estadual                                            | 67           | 1.082             | 8.716                 | 28                      | 254               | 3.559                 | 3                                              | 42                | 362                   | 36                        | 786               | 4.795                 |
| Municipal                                           | 22           | 616               | 3.773                 | 0                       | 0                 | 0                     | 4                                              | 41                | 290                   | 18                        | 575               | 3.483                 |
| Particular                                          | 224          | 10.569            | 70.558                | 65                      | 3.451             | 26.309                | 67                                             | 3.315             | 21.336                | 92                        | 3.803             | 22.913                |
| <b>Goiás</b>                                        | <b>169</b>   | <b>5.959</b>      | <b>40.640</b>         | <b>82</b>               | <b>2.824</b>      | <b>22.791</b>         | <b>9</b>                                       | <b>446</b>        | <b>3.238</b>          | <b>78</b>                 | <b>2.689</b>      | <b>14.611</b>         |
| Federal                                             | 49           | 1.379             | 9.716                 | 49                      | 1.379             | 9.716                 | 0                                              | 0                 | 0                     | 0                         | 0                 | 0                     |
| Estadual                                            | 47           | 1.038             | 6.504                 | 11                      | 252               | 1.709                 | 0                                              | 0                 | 0                     | 36                        | 786               | 4.795                 |
| Municipal                                           | 22           | 616               | 3.773                 | 0                       | 0                 | 0                     | 4                                              | 41                | 290                   | 18                        | 575               | 3.483                 |
| Particular                                          | 51           | 2.926             | 20.647                | 22                      | 1.193             | 11.366                | 5                                              | 405               | 2.948                 | 24                        | 1.328             | 6.333                 |

Fonte: MEC/INEP, 2005.

Assim, comparando-se os dados gerais apresentados sobre o Brasil, a região Centro-Oeste ou o Estado de Goiás, pode-se identificar que, na segunda metade da década de 1990, foi iniciado o *boom* expansionista do setor privado.

**Tabela 2 – Evolução do número de Instituições de Educação Superior Públicas: 2000-2005**



| INSTITUIÇÕES    | ANO          |              |              |              |              |              |
|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|                 | 2000         | 2001         | 2002         | 2003         | 2004*        | 2005**       |
| <b>PÚBLICAS</b> | <b>176</b>   | <b>183</b>   | <b>195</b>   | <b>207</b>   | <b>219</b>   | <b>236</b>   |
| <b>PRIVADAS</b> | <b>1.004</b> | <b>1.208</b> | <b>1.442</b> | <b>1.652</b> | <b>1.801</b> | <b>2.074</b> |
| <b>TOTAL</b>    | <b>1.080</b> | <b>1391</b>  | <b>1637</b>  | <b>1.859</b> | <b>2020</b>  | <b>2.310</b> |

Fonte: MEC/INEP, 2005.

(\*) - Dados do Censo da Educação Superior não consolidados;

(\*\*) - Dados do Cadastro (coleta de 25/7/05), com variação mais acentuada em relação ao censo, já que nesse número estão incluídas todas as instituições com processo seletivo de todos os cursos previstos para depois de 30 de outubro do corrente ano.

Entre 2000 e 2002, o número de instituições de ensino superior privadas cresceu 43,6%, segundo dados do Censo da Educação Superior. No triênio subsequente, a previsão é que haja uma desaceleração da expansão em cerca de 18 pontos percentuais, uma vez que, entre 2003 e junho de 2005, o crescimento das IES privadas foi de apenas 25%.

Os anos que culminaram com a transição do século XX para o século XXI foram fortemente marcados por um processo expansionista do ensino dos setores público e privado: o número de instituições de educação superior públicas cresceu 14% entre 2003 e junho de 2005, conforme dados apresentados pelo INEP e mostrados na **Tabela 2**.

Esse aumento é maior do que o do triênio anterior (no período de 2000 a 2002), quando as instituições públicas cresceram 1%. O crescimento global das instituições de educação superior (IES), no Brasil, foi de 95,7% nos últimos cinco anos e meio, sendo que nos últimos dois anos e meio o ritmo de expansão desacelerou: entre 2000 e 2002, foi de 38,7% e, entre 2003 e junho de 2005, de 24,2%.

Diante do exposto, nota-se, a partir da análise desses dados, que o sistema de ensino superior, no que se refere à quantidade de instituições, está sendo gerido prioritariamente pelo setor privado. Em 2000, eram 1.004 (85%) instituições privadas e 176 (15%) instituições públicas (considerando-se as instituições municipais que cobram mensalidades como públicas).

O processo de expansão do ensino superior desencadeado durante a transição do século XX para o século XXI pode ser analisado a partir dos números que sinalizam a participação discente no contexto da expansão. Assim, sobre os alunos de graduação, que, em 2000, eram 2.694.245 nas instituições brasileiras de ensino superior; 1.806.989 (67%) estudavam em universidades; 144.441 (5%), em faculdades integradas; 498.136 (18%), em estabelecimentos isolados e 244.679 (9%), em centros universitários.

Em 2000, todos os Centros Universitários existentes, em número de 50, abrigavam um total de 244.679 estudantes, sendo 240.061 (98%) da rede privada e 4.618 (2%) da rede municipal. Em 2001, esse número chegou a 338.275, sendo 5.750 nas instituições públicas e

332.525 na rede privada. Em 2002, eram 430.315 estudantes, 14.646 da rede pública e 415.669 da rede privada.

Estes dados mostram que a maioria dos alunos de graduação do ensino superior brasileiro estuda em instituições privadas. Dos 2.694.245 estudantes, 1.807.219 (67%), estudam em instituições privadas, os demais, 33%, estudam em instituições públicas, incluindo-se aí aquelas municipais que cobram mensalidades.

Outro dado que contribuiu para o estudo sobre o processo expansionista do ensino superior e demandou a identificação dos dados quantitativos foram o aspecto regional da expansão e os números de alunos de graduação distribuídos nas regiões. Contudo, foi identificado que mais da metade dos alunos de graduação concentra-se na região Sudeste do País. Em 2000, a região Norte possuía 4% dos estudantes; a Nordeste, 15%; a Sudeste, 52%; a Sul, 20% e a Centro-Oeste, 8%.

**Tabela 3 - Distribuição regional dos alunos de graduação do ensino superior brasileiro: 1994-2002**

| Região       | 1994         |       | 1996         |       | 1998         |       | 1999         |       | 2000         |       | 2001         |       | 2002         |       |
|--------------|--------------|-------|--------------|-------|--------------|-------|--------------|-------|--------------|-------|--------------|-------|--------------|-------|
|              | Nº de Alunos | % Tot | Nº de Alunos | % Tot | Nº de Alunos | % Tot | Nº de Alunos | % Tot | Nº de Alunos | % Tot | Nº de Alunos | % Tot | Nº de Alunos | % Tot |
| Norte        | 64.254       | 4     | 77.035       | 4     | 85.077       | 4     | 94.411       | 4     | 115.058      | 4     | 141.892      | 5     | 190.111      | 5     |
| Nordeste     | 264.396      | 16    | 279.428      | 15    | 310.159      | 15    | 358.633      | 15    | 413.709      | 15    | 460.315      | 15    | 542.409      | 16    |
| Sudeste      | 916.131      | 55    | 1.028.431    | 55    | 1.148.004    | 54    | 1.263.576    | 53    | 1.398.039    | 52    | 1.566.610    | 52    | 1.746.277    | 50    |
| Sul          | 304.852      | 18    | 349.193      | 19    | 419.133      | 20    | 473.583      | 20    | 542.435      | 20    | 601.588      | 20    | 677.655      | 19    |
| Centro-Oeste | 111.401      | 7     | 134.442      | 7     | 163.585      | 8     | 187.512      | 8     | 225.004      | 8     | 260.349      | 9     | 323.461      | 9     |
| <b>TOTAL</b> | 1.661.034    | 100   | 1.868.529    | 100   | 2.125.958    | 100   | 2.377.415    | 100   | 2.694.245    | 100   | 3.030.754    | 100   | 3.479.913    | 100   |

Fonte: MEC/INEP, 2005.

A análise do quadro da distribuição regional dos alunos de graduação do ensino superior brasileiro, entre os anos de 1994 a 2002, apresenta elementos importantes se comparado o quantitativo por regiões. A região Sudeste, que sempre esteve à frente das demais regiões brasileiras no processo acelerado da expansão do ensino superior, quer seja no ensino público ou privado, apresentou queda de percentual do número de alunos a partir do ano de 1998 até o ano de 2002, em comparação com as demais regiões brasileiras.

As evidências da participação das regiões Sudeste, Sul e Nordeste no processo de desenvolvimento do país por meio das políticas econômicas sempre contribuíram para o processo decisório nos diferentes períodos e contextos da história econômica, política e social do Brasil de modo a encaminhar as políticas educacionais, que deram origem à expansão do ensino superior nas diferentes regiões.

A região Norte se destaca com um baixo percentual e um processo distintamente lento se comparado às demais regiões brasileiras.

Em relação à região Centro-Oeste, que, na escala quantitativa comparada com as demais regiões citadas, encontra-se em quarto lugar, ficando atrás somente da região Norte, serão dedicados estudos mais detalhados, pois diz respeito ao encaminhamento da centralidade da expansão do ensino superior no Estado de Goiás e no município de Goiânia, proposto neste estudo.

O número de alunos apresentado no ano de 1994, na região Centro-Oeste, foi de 111.401 enquanto no ano de 2000 este número cresceu para 323.461. A análise mais detalhada desse crescimento pode ser observada na tabela abaixo:

**Tabela 4 - Distribuição dos alunos de graduação do ensino superior na região Centro-Oeste e seu crescimento percentual estimado: 1994-2002**

| ANO  | NÚMERO DE ALUNOS | CRESCIMENTO<br>ESTIMADO<br>% |
|------|------------------|------------------------------|
| 1994 | 111.401          | -                            |
| 1996 | 134.442          | 20,68                        |
| 1998 | 163.585          | 21,67                        |
| 1999 | 187.512          | 14,62                        |
| 2000 | 225.004          | 20,00                        |
| 2001 | 260.349          | 15,70                        |
| 2002 | 323.461          | 24,24                        |

Fonte: MEC/INEP, 2005.

Sobre a distribuição regional dos alunos de graduação no ano de 2000, pode-se observar, na tabela abaixo, o seu quantitativo por dependência administrativa.

**Tabela 5 - Distribuição regional dos alunos de graduação do ensino superior brasileiro, por dependência administrativa, em 2000**

| Região       | Federais        |            | Estaduais       |            | Municipais      |            | Privadas        |            |
|--------------|-----------------|------------|-----------------|------------|-----------------|------------|-----------------|------------|
|              | Nº de<br>Alunos | %<br>Total | Nº de<br>Alunos | %<br>Total | Nº de<br>Alunos | %<br>Total | Nº de<br>Alunos | %<br>Total |
| Norte        | 57.456          | 12         | 12.714          | 4          | 1.242           | 2          | 43.646          | 2          |
| Nordeste     | 146.147         | 30         | 113.396         | 34         | 12.252          | 17         | 141.914         | 8          |
| Sudeste      | 139.861         | 29         | 124.513         | 37         | 40.317          | 56         | 1.093.348       | 60         |
| Sul          | 84.119          | 17         | 61.503          | 19         | 16.107          | 22         | 380.706         | 21         |
| Centro-Oeste | 55.167          | 11         | 19.978          | 6          | 2.254           | 3          | 147.605         | 8          |
| <b>TOTAL</b> | 482.750         | 100        | 332.104         | 100        | 72.172          | 100        | 1.807.219       | 100        |

Fonte: MEC/INEP, 2005.

Ao analisar os dados, percebe-se que, em 2000, a distribuição regional por dependência administrativa mostra uma preferência marcante do setor privado pelas regiões

em que a população possui maior poder aquisitivo. As regiões Sudeste e Sul abrigavam 81% dos estudantes desse setor. Nas regiões Norte e Nordeste predominava o setor público, com 42% das matrículas federais, 38% das estaduais e 19% das matrículas municipais, enquanto o setor privado participava apenas com 10%. A região Centro-Oeste abriga 11% dos alunos federais e 8% dos alunos do setor privado.

Outro aspecto a ser observado sobre a expansão do ensino superior no Brasil está relacionado com o percentual de vagas não preenchidas nos vestibulares entre os anos de 1989 e 2003, conforme mostra a **Tabela 6**:

**Tabela 6 - Percentual de vagas não preenchidas no Vestibular: 1989-2003**

| ANO  | VAGAS OFERECIDAS |           | INGRESSOS POR VESTIBULAR |          | VAGAS NÃO PREENCHIDAS ( % ) |          |
|------|------------------|-----------|--------------------------|----------|-----------------------------|----------|
|      | PÚBLICAS         | PRIVADAS  | PÚBLICAS                 | PRIVADAS | PÚBLICAS                    | PRIVADAS |
| 1989 | 148.630          | 318.164   | 125.003                  | 257.218  | 15,9                        | 19,2     |
| 1990 | 155.009          | 347.775   | 126.139                  | 281.009  | 18,6                        | 19,2     |
| 1991 | 162.506          | 354.157   | 142.857                  | 283.701  | 12,1                        | 19,9     |
| 1992 | 171.048          | 363.799   | 149.726                  | 261.184  | 12,5                        | 28,1     |
| 1993 | 171.627          | 377.051   | 153.689                  | 286.112  | 10,5                        | 24,1     |
| 1994 | 177.453          | 396.682   | 159.786                  | 303.454  | 10,0                        | 23,5     |
| 1995 | 178.145          | 432.210   | 158.012                  | 352.365  | 11,3                        | 18,5     |
| 1996 | 183.513          | 450.723   | 166.494                  | 347.348  | 9,3                         | 22,9     |
| 1997 | 193.821          | 505.377   | 181.859                  | 392.041  | 6,2                         | 22,4     |
| 1998 | 205.725          | 570.306   | 196.365                  | 454.988  | 4,6                         | 20,2     |
| 1999 | 218.589          | 675.801   | 210.473                  | 533.551  | 3,7                         | 21,1     |
| 2000 | 245.632          | 970.655   | 233.083                  | 664.474  | 5,1                         | 31,5     |
| 2001 | 256.498          | 1.151.994 | 244.621                  | 792.069  | 4,6                         | 31,2     |
| 2002 | 295.354          | 1.477.733 | 280.491                  | 924.649  | 5,0                         | 37,4     |
| 2003 | 281.213          | 1.721.520 | 267.081                  | 995.873  | 5,0                         | 41,2     |

Fonte: MEC/INEP, 2005.

Os dados pesquisados mostram que o setor privado sofreu uma grande expansão entre 1994 e 1999 – as vagas oferecidas passaram de 396.682 para 675.801, um aumento de 70,4%. Nota-se, entretanto, que vem ocorrendo uma redução no percentual de vagas do vestibular, não preenchidas nas escolas públicas, enquanto nas escolas privadas esse percentual é estável e em torno de 20%. Nas instituições públicas, ele foi de 15,9%, em 1989, e de 3,74%, em 1999, atingindo um máximo de 18,6%, em 1990.

Os dados acima mencionados apresentam um duplo movimento, de um lado, a redução do percentual de vagas não preenchidas nas instituições públicas e do outro, a estagnação num nível elevado do percentual de vagas não preenchidas nas instituições privadas.

Ao abordar os aspectos mencionados no decorrer do capítulo, buscou-se o encaminhamento da centralidade do estudo sobre a expansão do ensino superior privado no Brasil, e os mecanismos desenvolvidos a partir dos projetos de desenvolvimento do país por meio das políticas educacionais empreendidas nos diferentes períodos estudados.

O processo expansionista se deu de várias formas e por meio de diversas estratégias, sendo que para cada período estudado foram encontradas regulamentações diferenciadas, porém, com interesses comuns inerentes aos objetivos determinados por meio da política econômica vigente. Assim, identificou-se a relevância dos indicadores levantados ao longo do texto para a melhor compreensão da criação e expansão do ensino superior no Estado de Goiás e, por conseguinte, a expansão dessa modalidade de ensino no município de Goiânia, tomando-se como centralidade do estudo dessa modalidade de expansão do setor privado dois cursos de Pedagogia, sendo o primeiro aquele que deu início ao projeto do curso de Pedagogia no Estado de Goiás e o segundo, uma parte do conjunto de cursos criados no começo do século XXI, em um modelo empresarial.

## **2 OS CURSOS DE PEDAGOGIA NO BRASIL: desenvolvimento nacional e local – 1939 a 2004.**

O presente capítulo aborda a questão da expansão do ensino superior envolvendo a criação das Escolas Normais e dos cursos de Pedagogia. Por meio de uma análise dos aspectos sócio-econômicos e culturais, procurou-se identificar de que forma estes fatores contribuíram para o processo da expansão ou refluxo dos cursos de Pedagogia nos períodos estudados, assim como, o debate que envolveu a questão do campo de atuação do profissional de Pedagogia.

Num segundo momento, o estudo sobre a expansão do ensino superior no Estado de Goiás será encaminhado com o objetivo de compreender como se estruturou tal expansão interpretando o movimento nacional e o *boom* expansionista, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 90.

### **2.1 A criação das Escolas Normais: ambigüidades que antecederam a criação, em 1939**

Estudar sobre os cursos de Pedagogia no Brasil remete a um passeio a momentos históricos em que surgem as diferentes formas de estruturação de escolas e, por conseguinte, as demandas para a formação dos profissionais da educação.

Constata-se que o sentido conferido à educação no Brasil desde muito cedo assumiu o seu papel estratégico, pois, na medida em que os Jesuítas desenvolviam suas atividades missionárias, também mantinham nos centros urbanos mais importantes da faixa litorânea seus grandes colégios, onde se dedicavam ao ensino das primeiras letras assim como ao ensino secundário e superior, que determinavam seus espaços dentro da colônia.

A ideologia dominante instituída através dos ensinamentos dos Jesuítas, quer seja em suas escolas ou catequizando os índios, evidenciava a pedagogia por estes adotada, que é visível por meio da *Ratio Studiorum*, e tinha em sua base a unidade de professor, unidade de método e unidade de matéria. Ou seja, o que deveria ser ensinado, como deveria ser ensinado e quem deveria ensinar. Também fazia parte da estratégia de dominação por meio da educação a definição do espaço onde tal formação deveria acontecer. Foi este modelo que deu origem às escolas fundadas e disseminadas no Brasil-Colônia.

Cunha (1980, p. 30) registrou em seus estudos sobre a criação e expansão dos colégios Jesuítas, no Brasil, que o primeiro colégio foi fundado na Bahia, em 1550, e que, no ano de 1589, as matrículas chegaram a 216. Os cursos fundados tinham como objetivo formar para o exercício do sacerdócio.

Interessou aos Jesuítas a disseminação de uma pedagogia que sustentasse seus ideais e interessou ao Estado a constituição do aparelho ideológico que subsidiasse os interesses explicitados da colonização.

Assim, o período Colonial acentuado pela presença dos Jesuítas com o primeiro modelo de educação foi marcado pelos interesses da disseminação de ideologias por meio do processo educacional adotado, que foi entendido como possibilidade de redenção de um modelo ideológico sustentado pelo desejo de dominação. A escola tornou-se o *locus* privilegiado para a concretização desse feito e a pedagogia dos Jesuítas, disseminada por meio da *Ratio Studiorum*, o caminho para a realização das práticas pedagógicas.

Os Jesuítas detiveram o monopólio da educação na Colônia e foram os primeiros a propor, ainda no século XVI, a criação de uma universidade no Brasil. Apesar de não terem conseguido fundar a universidade conforme pretendiam, conseguiram apresentar uma forma de ensino superior na organização escolar implantada.

Já no período do Império, mesmo antes da existência do Município da Corte, a preocupação com a criação de Escolas Normais esteve presente, e, neste período, algumas foram criadas, em Niterói (1835), Bahia (1836), Pará (1839) Ceará (1845) e São Paulo (1846). Assim, a primeira Escola Normal no Município da Corte foi criada em 1880, como marco de um acontecimento, que, para Valnir Chagas foi o movimento das Escolas Normais no Brasil, considerando que

Até aquele ano, nas províncias, ora se criavam cadeiras de Pedagogia anexas aos Liceus, ora se improvisavam escolas ditas normais que, em seguida, eram extintas, mais tarde reabertas, depois reextintas e novamente reabertas, numa interminável sucessão de avanços e recuos muito próprio daqueles dias (CHAGAS, 1984, p. 23)<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Os Liceus, conforme lembra o autor, foram criados nas províncias, depois nos estados da federação, eram escolas públicas de nível médio, de cunho propedêutico e tinham como clientela as elites, sobretudo, masculinas, sendo que sua origem pública nada tinha de popular.



Uma primeira ambigüidade em relação à formação de professores pode ser identificada nas Escolas Normais, ainda no Império. Ou seja, a instabilidade no funcionamento das Escolas Normais dificultava o cumprimento de suas funções – formar professores primários, enquanto, por outro lado, a demanda por este profissional crescia na medida em que a escola elementar requeria a atuação de professores.

A reforma da “instrução pública”<sup>14</sup>, de Leôncio de Carvalho, em 1879, ainda que de duração efêmera, foi apresentada como alternativa para a solução do problema da instabilidade do funcionamento das escolas Normais. Esta reforma, porém, veio acentuar ainda mais a descaracterização na formação do professor para o exercício profissional, uma vez que facultava o exercício profissional aos leigos. Contudo, ao invés de o governo buscar alternativas de formação, ele instala oficialmente a desprofissionalização do magistério. Carvalho cita em seus estudos o seguinte registro:

Que possam ensinar todos que para isso se julgarem habilitados, sem dependência de provas oficiais de capacidade ou prévia autorização; e que a cada professor seja permitido expor livremente suas idéias e ensinar doutrinas que repute verdadeiras pelo método que melhor entender (CARVALHO, 1878, p. 23).

---

<sup>14</sup> Expressão utilizada na época para denominar a escola pública.

O reflexo da reforma trouxe como resposta a expansão das Escolas Normais particulares, que superavam em muito, a quantidade das Escolas Normais oficiais<sup>15</sup>, uma vez que a inexistência de recursos nas províncias impedia a criação e manutenção das escolas públicas e gratuitas. Embora as escolas oficiais fossem reconhecidas como “escolas-modelo” ou “escolas-padrão”, não foi nestas que surgiu a primeira experiência de formação de professores de nível superior.

O momento histórico que marcou a transição do final do império para o horizonte da república contou com o prenúncio da mudança no regime político e a mobilização para a abolição da escravatura. Tais aspectos proporcionaram mudanças educacionais, inspiradas por idéias liberais positivistas. Um reflexo desta mudança pode ser observado, em 1890, no Distrito Federal, com a criação do Pedagogium<sup>16</sup> e, seguidamente, a sua extinção, fazendo voltar à situação de “total descentralização do ensino popular e de ignorância quanto ao movimento educativo do conjunto do país” (PAIVA, 1976, p. 86).

---

<sup>15</sup> De acordo com Valnir Chagas (1984, p. 19), a única estatística da época, encontrada para comprovar tal afirmação, foi feita por Paulino de Souza. Este indicou que dos 10.911 estudantes do ensino secundário, inclusive normalistas, estavam inscritos apenas 2.769 (25,4%) em escolas oficiais. Dos 58 colégios e aulas existentes no Município da Corte, somente 2 (2,44%) eram oficiais.

<sup>16</sup> Segundo Brzezinski, 1994, p. 328) o Pedagogium foi instalado por Benjamim Constant, com o objetivo de se constituir no primeiro centro de aperfeiçoamento de magistério, organizado no país, após a proclamação da República, e pode ser considerada a primeira iniciativa de organização pelo poder central dos estudos pedagógicos em nível superior. Com duração efêmera foi transformado em órgão central de coordenação das atividades pedagógicas do país.

O final do Império registrou a expansão da escola elementar e, juntamente com essa modalidade de ensino, o impulso para a formação de professores em nível médio, na Escola Normal<sup>17</sup>, onde também se instalaram, já no século XX, as primeiras experiências de cursos pós-normais – embriões dos cursos superiores de formação do pedagogo.

A primeira experiência de Escola Normal de Ensino Superior no Brasil foi realizada pela Ordem dos Beneditinos de São Paulo, em 1901, que criou a primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com Instituto de Educação em anexo.

Considerando a relevância dos debates e indicações ocorridas nos I e II Congressos Católicos realizados em 1900 (Bahia) e 1901(Rio de Janeiro), somados a criação da primeira faculdade, tal feito contribuiu para que a primeira Universidade Católica – a mais antiga do Brasil, fosse fundada. A experiência sustentou-se em livre iniciativa e contou com a presença de professores estrangeiros no Brasil. Contudo, foi logo fechada em decorrência da Primeira Guerra Mundial, que provocou a dispersão dos professores.

É relevante registrar neste espaço que a criação da primeira Faculdade e Universidade Católica destacou o pioneirismo destas duas instituições de estudos pedagógicos superiores, anunciando a audácia dos católicos, que, a partir dos anos 40, do século XX, passou a ter predomínio das Faculdades de Filosofia, Ciência e Letras, berço das faculdades de Pedagogia no Brasil.

---

<sup>17</sup> Durante quase um século, *locus* formal e obrigatório onde se realizava a formação de professores para atuar na escola fundamental, complementar e na própria Escola Normal (BRZEZISNKI, 1994, p. 324).

A expansão das Escolas Normais no final de Império serviu de impulso para o nascimento dos cursos de Pedagogia no Brasil. No entanto, dois fatores foram fundamentais para esse feito: a) cumprimento do Estatuto das Universidades Brasileiras, b) Reforma Francisco Campos (à qual pertencem os Estatutos), que elevaram, em 1931, a formação do professor secundário ao nível superior.

Contudo, pode-se destacar que, na fase embrionária dos cursos pedagógicos em nível superior no Brasil, identificamos, tanto na formação quanto no exercício da profissão as evidências das seguintes ambigüidades: desvalorização do magistério, marcada pela oficialização da atuação do leigo no ensino; a maior participação dos cursos particulares em detrimento dos cursos oficiais, convivência de dois níveis de ensino: secundário e superior, colocando-os em posição de inferioridade em relação aos demais de escolas superiores; dicotomia na organização curricular e a predominância de disciplinas de caráter geral às de cunho teórico-prático educacional.

A proposta de Escola Normal Superior, fruto da Lei Estadual nº 88, de 8 de setembro de 1892<sup>18</sup>, não se efetivou e, com isso, o desejo de elevar o Brasil aos estudos superiores de formação de professores não se tornou-se realidade nas primeiras décadas da república.

---

<sup>18</sup> Esta Lei Estadual prescreve que para formar os professores dos cursos preliminares e complementares, haverá quatro Escolas normais primárias e para formar os professores destas escolas e dos ginásios, haverá, anexo à Escola Normal da Capital, um curso superior (BRZEZISNKI, 1994, p. 328).

A década de 1920 marcou um clima de mudanças sociais, transformações estruturais do modelo econômico, que demarcou mudanças nos componentes sociais, alterando as condições de vida e de trabalho refletidos na composição das classes sociais. O período também viveu a ascensão da burguesia industrial, que passou a delinear os centros urbanos do país por meio de duas classes sociais. “O setor médio da população composto da pequena burguesia das cidades, considerando os funcionários públicos, empregados do comércio, as chamadas classes liberais e intelectuais e os militares, cuja origem social era a classe média, e, de outro lado, o proletariado urbano composto por operários” (BRZEZISNKI, 1994, p. 330).

As mudanças econômicas também apresentaram suas repercussões na ordem política, pois a burguesia emergente passou a disputar o poder com as oligarquias rurais e, desta forma, abalou as estruturas até então vigentes.

O cenário econômico, político e social pressionado pelo acentuado desenvolvimento do processo de industrialização e urbanização fez com que uma nova situação fosse configurada e, conseqüentemente, conduziu a sociedade brasileira para a mudança do modelo agrário-comercial-exportador com a dependência para um modelo econômico capitalista-urbano-industrial.

Contudo, a reorganização sociocultural influenciou a esfera educacional, que passou a acreditar na educação como fator de reconstrução social para acompanhar o desenvolvimento urbano-industrial e, por meio dessa realidade, fez surgir a exigência de uma reforma educacional. À escola foi atribuído um papel mais amplo devido às novas condições de vida e trabalho dos centros urbanizados, o que veio, indiretamente, ativar a política de formação para o magistério.

O reflexo do modelo socioeconômico e cultural fez eclodir reformas no ensino primário e na Escola Normal na década de 1920 em vários Estados brasileiros. O aperfeiçoamento na formação de professores fecundado nas reformas serviu como um grande idealizador para a elevação dos estudos pedagógicos ao nível superior. O desenvolvimento dos estudos pedagógicos em nível superior ficou delimitado a duas regiões mais urbanizadas do país: São Paulo e Rio de Janeiro.

## 2.2 Os cursos de Pedagogia de 1939 ao final dos anos 60: embates do campo em disputa

O processo de formação de professores para o nível superior tem sua origem no Brasil, por meio das Escolas Normais e, depois, nos Institutos de Educação. A década de 1930 marcou a luta empreendida pelos movimentos sociais de educadores pela implantação de Universidade no país e instalação dos estudos superiores. Por meio do Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, a Faculdade de Ciências e Letras, apresentou-se como componente fundamental para a criação das Universidades.

O primeiro curso de Pedagogia que constituiu o embrião dos estudos pedagógicos em nível superior no Brasil foi instituído pelo segmento público em 1939, na Universidade do Brasil. Somente a partir de 1943, porém, tornou-se obrigatório o diploma de licenciado em Pedagogia, para o exercício do magistério em cursos de formação de professores de 1º grau, e diploma de bacharel em Pedagogia, para o exercício dos cargos técnicos em educação.

Desta forma, pode-se assinalar que os anos 30 formam delimitadores para a institucionalização das escolas superiores, responsáveis pela formação dos professores para atuarem no ensino secundário e normal. Se comparados os investimentos do Estado no período do Império e também das primeiras décadas republicanas, identifica-se que a década de 1930 foi promissora e estratégica para o lançamento das bases de uma política de formação de professores. Contudo, há de se observar que, desde 1901, com a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Paulo, o ensino particular dava os seus primeiros passos para formar professores de nível superior.

A criação do curso de Pedagogia fez parte do movimento renovador da educação brasileira que se desenvolveu no Brasil a partir de 1930. Desde o seu nascedouro, porém, apresentou ambigüidades verificadas no desenvolvimento da sua histórica.

Ao estudar sobre os cursos de Pedagogia no Brasil, história e identidade, Silva (1994), pautou-se nos detalhes das três regulamentações como possibilidade de abranger o período que vai da criação do curso, em 1939, passando pela sua primeira reformulação em 1962 e chegando à sua segunda reformulação, em 1969.

Nesta exposição, reporta-se aos estudos da autora como possibilidade de apreensão dos movimentos que nortearam o curso desde o seu início, durante o seu desenvolvimento e a sua permanência até os dias atuais como embate das discussões sobre os espaços de atuação do pedagogo.

O curso de Pedagogia foi instituído entre nós por ocasião da organização da Faculdade Nacional de filosofia, da Universidade do Brasil, através do Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939, visando à dupla função de formar bacharéis e licenciados para várias áreas, inclusive para o setor pedagógico, e ficou instituído por um documento legal, chamado “padrão federal” ao qual tiveram que se adaptar os currículos básicos dos cursos oferecidos pelas demais instituições do país (SILVA, 1994, p. 33).

Mesmo que o Decreto-Lei nº 1.190/39 tenha sido praticamente revogado, este foi considerado um marco essencial no desenvolvimento histórico dos cursos de Pedagogia, na medida em que a Faculdade Nacional de Filosofia, na qual se inseria este curso, funcionou como paradigma para a organização das Faculdades de Filosofia criadas no país a partir de então.

A morosidade entre o encaminhamento da sua criação, em 1939 até a data da sua obrigatoriedade, em 1943, mostra claramente a distância do real interesse entre o planejamento e a operacionalização, assim como a ruptura da exigência de formação de professores para atuarem no ensino, em 1946.

Sobre este período pode-se dizer que foram quatro anos (1939-1943) de anúncio, expectativas e descomprometimento por parte do governo em relação à efetivação do curso, seguidamente marcado por três anos (1943-1946) de convivência com os encaminhamentos dados ao curso e, em seguida, a ruptura dos objetivos proclamados. Esta realidade mostra o contexto dos avanços e rupturas dos cursos de Pedagogia no Brasil.

As evidências da indefinição do curso estão expostas nos documentos legais, especialmente no Decreto- Lei nº 8.553, de 1946, na Lei Orgânica do Ensino Normal, documento este que praticamente revogou o Decreto-Lei 1.190, de 1939, ao anunciar a perda de direito para a formação dos técnicos em educação nos cursos de nível pós-normal oferecidos em instituições de educação

Assim, percebe-se que o curso de Pedagogia, desde a sua criação, em 1939, já apresentava problemas na identificação do profissional a ser formado. Neste período, não se percebia claramente as ocupações a serem preenchidas por este profissional, e as condições do mercado de trabalho não auxiliavam no assunto, pois a grande referência da época era formar profissionais para ocuparem cargos técnicos de educação no Ministério da Educação.

Contudo, pode-se identificar que as dicotomias no campo da formação do educador - professor versus especialistas, bacharelado versus licenciatura, generalista versus especialista, técnico em educação versus professor - estão presentes nos cursos de Pedagogia desde a sua origem.

O curso foi instituído com a marca que o acompanharia em todo o seu desenvolvimento e que se constitui até hoje no seu problema fundamental: a dificuldade em se definir a função do curso e, conseqüentemente, o destino de seus egressos. Essa dificuldade esteve sempre perpassada, ora pela suspeita, ora pela dúvida e ora pela discussão do seguinte problema: o curso de Pedagogia teria um conteúdo próprio e exclusivo que pudesse justificar sua existência? (SILVA, 1999,



p. 63).

A estudar sobre os cursos de pedagogia, Brzezinski pontua os seguintes aspectos:

Os estudos pedagógicos, em nível superior, tanto públicos como privados, desde os anos trinta até os anos 60, tiveram uma evolução, via de regra, lenta e irregular, pois a educação é um dos setores da sociedade em que os mecanismos de resistência à mudança atuam com mais intensidade (Brzezinski, 1994, p. 333).

O Decreto Lei nº 1.190/39, serviu de paradigma para a criação dos cursos de Pedagogia e, por meio dos seus dispositivos legais, tornaram-se explícitas as ambigüidades apresentadas. Contudo, faz-se necessário analisar o cenário econômico, político e social em que foi criado o primeiro curso de Pedagogia, num período acentuado pela urbanização do país, período este, que demandou a atuação de profissionais para atuarem no ensino, porém, sem a obrigatoriedade de preparo acadêmico de nível superior. Essa ambigüidade contribuiu para a desprofissionalização desencadeada a partir de então.

Em meio a estas questões, foram criados os primeiros cursos de Pedagogia no Brasil, entre os anos de 1939 a 1954, como mostra a **Figura 12:**

| <b>NÚMERO DE CURSOS CRIADOS NAS FACULDADES DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, NO PERÍODO 1939-1954</b> |                                           |                                              |                                                                                  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| <b>ANOS</b>                                                                                          | <b>TOTAL DE CURSOS SUPERIORES CRIADOS</b> | <b>TOTAL DOS CURSOS DE PEDAGOGIA CRIADOS</b> | <b>PORCENTAGEM ESTIMADA DOS CURSOS DE PEDAGOGIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CURSO</b> |
| 1939                                                                                                 | 46                                        | 2                                            | 4,34 %                                                                           |
| 1940                                                                                                 | 62                                        | 3                                            | 4,83 %                                                                           |
| 1954                                                                                                 | 311                                       | 29                                           | 9,32 %                                                                           |
| <b>TOTAL</b>                                                                                         | <b>419</b>                                | <b>34</b>                                    | <b>8,11 %</b>                                                                    |

**Figura 12** – Número de cursos em Faculdades de FCL no Brasil: 1939-1954, de acordo com Quaresma, 1978).

Observa-se, por meio dos dados levantados, que entre os anos de 1939 a 1954, os cursos de Pedagogia apresentaram o seu crescimento significativo no conjunto dos demais cursos criados nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, principalmente as do setor privado de ensino e, de forma mais acentuada, entre os anos de 1940 a 1954. Os interesses econômicos e políticos cerceados pelas possibilidades de realização do alcance dos objetivos por meio da escola assumiram nacionalmente a manifestação da preocupação de dotar o sistema educacional de profissionais qualificados para o magistério secundário e normal e também para os cargos de Técnicos de Educação.

O que se observou, na prática, foi que a exigência de formação de professores em nível superior, para o magistério secundário e normal e para o provimento de cargo de técnicos de educação, prevista pelo Decreto nº 1.190/39, foi tão desvirtuada que os formandos em Pedagogia da época, tiveram de recorrer, com frequência, ao Poder Judiciário para defender seus direitos frente aos Governos Estaduais e da Prefeitura do Distrito Federal. Sobre esse fato, Bittencourt (1955, p. 25) enfatizou a seguinte afirmação: “o Poder Judiciário tem dado ganho de causa, várias vezes, a egressos que não se conformam com o desrespeito à Lei”.

A legislação abundante do período que se estende até 1954, relativa aos quadros dos docentes de Ensino Normal e Técnicos de Educação do Distrito Federal, evidenciou a preocupação dos Poderes Públicos frente à qualificação e à quantificação dos recursos humanos, em exercício, no sistema educacional da Prefeitura do Distrito Federal (Secretaria Geral de Educação e Cultura, Ementário de Legislação, 1935/53).

Nessa mesma época, o ensino secundário foi reformado pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, através do Decreto Lei nº 4.244 (Brasil, Governo Federal, 1942), instituindo dois ciclos: o primeiro, com quatro anos de duração, compreendendo o curso ginasial, e o segundo, com três anos de duração, compreendendo dois cursos paralelos – o clássico e o científico.

O ensino secundário e o normal atingiram, neste período, um ritmo acelerado de expansão. Os egressos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras não pareciam suficientes para atender a tais demandas, além disso, os currículos vigentes foram mantidos tal qual eram, dando continuidade ao processo de desprofissionalização do magistério por continuar permitindo leigos atuando no ensino. Essa realidade fez com que aumentasse o número de profissionais sem as condições dadas por formação específica em nível superior na rede de ensino.

Entre os anos de 1940 a 1950, período em que ocorreu o paralelismo entre, público e privado, dando ênfase ao fortalecimento do setor privado no ensino superior no Brasil não foi possível reverter as ambigüidades que acompanhavam os cursos de Pedagogia, desde a sua criação. No início dos anos 60, questionava-se, de maneira explícita, a existência do curso de Pedagogia. A discussão sobre os cursos de Pedagogia da época não se encaminhava na direção da Pedagogia enquanto campo do conhecimento e, sim, da pertinência de formação desse profissional em educação no curso enquanto tal.

Simultaneamente à discussão dos cursos de Pedagogia, considerando o período anterior à expansão do sistema, que vai de 1945 a 1946, estudos de Sampaio, identificaram e sistematizaram algumas tendências na criação dos estabelecimentos privados:

a) as instituições isoladas mais antigas do período entre 1945-1961 datam de 1951; b) nessa época, tem início uma relativa desconcentração regional das instituições privadas; ou seja, elas começam a ser criadas nos Estados da Bahia, Minas Gerais, do Paraná e de Goiás; c) verifica-se, ainda, um processo incipiente de interiorização dos estabelecimentos privados nos Estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul; no Estado de São Paulo, em especial, o processo de interiorização chega a atingir sete cidades de médio porte (SAMPAIO, 1998).

A expansão do ensino superior no setor privado foi acentuada com a criação de novas Faculdades de Filosofia Ciências e Letras e concomitante abertura de novos cursos de graduação, dentre estes os cursos de Pedagogia, especialmente entre os anos de 1940 a 1954, como pode ser observado na **Figura 12**.

A Portaria nº 478, de 1954, do Ministério da Educação e Cultura estipulou que os egressos de Pedagogia poderiam obter, além do registro de professores nas matérias pedagógicas dos Cursos de Formação de Professores de Ensino Primário, também os registros em História (1º e 2º ciclos), Filosofia (2º ciclo) e Matemática (1º ciclo).

A complexidade vivida pela sociedade da época, em função dos aspectos econômicos, políticos e sociais que acentuavam as mudanças no cenário urbanizado e o movimento no campo educacional foram trazendo novos elementos, que, aos poucos, foram complexificando a discussão sobre os cursos de Pedagogia e, ao mesmo tempo, referendando o caráter pouco orgânico do curso. Somada aos aspectos citados, a Portaria Ministerial nº 478/54 veio criar condições favoráveis para um movimento de expansão dos cursos de Pedagogia.

Independente das dificuldades de mercado de trabalho vivenciadas pelos egressos dos cursos de Pedagogia, estes, por sua vez, continuaram em plena expansão.

A **Figura 13** mostra dados relativos ao crescimento dos cursos de Pedagogia entre os anos de 1955 a 1961:

| NÚMERO DE CURSOS EXISTENTES EM FACULDADES DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS NO BRASIL, NO PERÍODO 1955-1961 |                 |                               |                                                                            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| ANO                                                                                                       | TOTAL DE CURSOS | TOTAL DOS CURSOS DE PEDAGOGIA | PORCENTAGEM ESTIMADA DOS CURSOS DE PEDAGOGIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CURSOS |
| 1955                                                                                                      | 344             | 32                            | 9,30 %                                                                     |
| 1956                                                                                                      | 387             | 53                            | 13,70 %                                                                    |
| 1957                                                                                                      | 432             | 41                            | 9,45 %                                                                     |
| 1958                                                                                                      | 543             | 43                            | 7,92 %                                                                     |
| 1959                                                                                                      | 415             | 63                            | 15,18 %                                                                    |
| 1960                                                                                                      | 418             | 79                            | 18,89 %                                                                    |
| 1961                                                                                                      | 385             | 94                            | 24,41 %                                                                    |
| TOTAL                                                                                                     | 2.924           | 405                           | 13,85 %                                                                    |

**Figura 13** – Número de cursos em Faculdades de FCL no Brasil: 1955-1961, de acordo com Quaresma (1978).

A expansão dos cursos de Pedagogia, vivenciada a partir de meados da década de 1950 e início de 1960 foi, sem dúvida, um dos temas mais inquietantes, pois a grande discussão trazia em pauta a delimitação e regulamentação do mercado de trabalho do

licenciado em Pedagogia e a expansão e regulamentação da profissão do Técnico em Educação, ao mesmo tempo. A **Figura 13** mostra os expressivos indicadores quantitativos do crescimento dos cursos de Pedagogia em relação ao total de cursos mantidos pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Ao se analisar a expansão dos cursos de graduação entre os anos de 1955 a 1961 (ver **Figura 13**), identifica-se que o aumento geral dos cursos de graduação criados na época foi de 344 cursos, em 1955, para 385, em 1961. O aumento correspondeu à criação de 41 novos cursos. Interpretando os dados desta mesma figura, identifica-se o crescimento do curso de Pedagogia, de 32, em 1955, para 94, em 1961, somando um total de 62 cursos.

Este mesmo fenômeno também pode ser observado na **Figura 14**, que mostra o número total de formandos nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, no Brasil, e o número de alunos dos cursos de Pedagogia.

| DISTRIBUIÇÃO DE FORMADOS NAS FACULDADES DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS NO BRASIL, NO PERÍODO DE 1955-1961. |                    |                                          |                                                                                        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| ANOS                                                                                                        | TOTAL DE FORMANDOS | TOTAL DE FORMANDOS DO CURSO DE PEDAGOGIA | PORCENTAGEM ESTIMADA DOS FORMANDOS DO CURSOS DE PEDAGOGIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CURSO |
| 1955                                                                                                        | 2.563              | 518                                      | 20,21 %                                                                                |
| 1956                                                                                                        | 2.984              | 378                                      | 12,66 %                                                                                |
| 1957                                                                                                        | 3.330              | 441                                      | 13,24 %                                                                                |
| 1958                                                                                                        | 2.683              | 682                                      | 25,41 %                                                                                |
| 1959                                                                                                        | 3.296              | 873                                      | 26,48 %                                                                                |
| 1960                                                                                                        | 4.888              | 1.021                                    | 20,88 %                                                                                |
| 1961                                                                                                        | 5.973              | 1.327                                    | 22,21 %                                                                                |
| TOTAL                                                                                                       | 25.717             | 4.321                                    | 16,80 %                                                                                |

**Figura 14** – Distribuição de formados em Faculdades de FCL no Brasil: 1955-1961, de acordo com Quaresma (1978).

O crescimento pode ser analisado a partir dos números apresentados, que demonstram o aumento de formandos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, entre os anos de 1955 a 1961, de 2.563 para 5.973, representando um aumento de 3.410, sendo que 809 são formandos do curso de Pedagogia.

Contudo, o questionamento sobre a pertinência dos cursos de Pedagogia ou não foi o enfoque dado pelo Conselheiro Valnir Chagas, autor do Parecer nº 251/62 do Conselho Federal de Educação. A ambigüidade em torno da expansão dos cursos de Pedagogia e a sua extinção foi entendida pelo autor do Parecer como a oportunidade de esboçar as primeiras idéias do projeto que passou a conduzir gradualmente.

Os argumentos defendidos pelo autor do parecer explicitava a idéia de que a extinção

era fruto da acusação de que faltava ao curso conteúdo próprio. Contudo, defendia a idéia de que a formação do professor primário deveria se dar em nível superior, e a de Técnicos em Educação em estudos posteriores ao da graduação.

Segundo o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 251, de 1962<sup>19</sup>, algumas alterações foram introduzidas no currículo dos cursos de Pedagogia. Mantiveram, porém, intocadas as ambigüidades já referidas anteriormente.

A idéia de provisoriedade com que o curso de Pedagogia foi exposto no Parecer nº 251/62, pode ser mais bem interpretada, pelo texto que segue:

Antes de 1970, nas regiões mais desenvolvidas, esse curso teria que ser redefinido e, nele se apoiariam os primeiros ensaios de formação superior do professor primário, enquanto a formação do “pedagogista” se deslocaria para o pós-graduação, num esquema aberto aos bacharéis e licenciados de quaisquer procedências que se voltassem para o campo da Educação (CFE, 1962).

O texto do Parecer 251/62 não identifica precisamente o profissional a que se refere, mas trata do assunto de maneira geral quando estabelece que o curso de Pedagogia forma o Técnico de Educação e o professor das disciplinas pedagógicas do curso normal, e que essas modalidades de formação acontecerão através do bacharelado e da licenciatura, reforçando ainda mais as ambigüidades já citadas anteriormente.

A dicotomia entre bacharelado e licenciatura passa a ser acentuada com a vigência do Parecer 251/62, que determina o posicionamento de que a licenciatura estabelecida para os cursos de licenciatura em geral,<sup>20</sup> devia ser cursada concomitantemente ao bacharelado, em cursos com duração prevista para quatro anos.

O Parecer 251/62 foi estudado também por Silva, que ao interpretar a dicotomia apresentada entre o bacharelado e a licenciatura, registrou sua distinção,

Para o bacharelado, o currículo mínimo era fixado em sete matérias, sendo cinco obrigatórias e duas opcionais. As obrigatórias eram: Psicologia da Educação, Sociologia (Geral, da Educação), História da Educação, Filosofia da Educação, Administração Escolar. As opcionais eram: Biologia, História da Filosofia, Estatística, Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógicas, Cultura Brasileira, Educação comparada, Higiene Escolar, Currículos e Programas, Técnicas Audiovisuais de Educação, Teoria e Prática da Escola Média e Introdução à Orientação Educacional. O aluno interessado em cursar Licenciatura deveria cursar também Didática e Prática de Ensino, uma vez que as demais disciplinas, - Psicologia da Educação: Adolescência e Aprendizagem, e Elementos de Administração Escolar – também fixada para as licenciaturas em geral, já constava do conjunto das disciplinas obrigatórias do Bacharelado em Pedagogia (SILVA, 1999, pp. 37-38).

<sup>19</sup> Relatado pelo Conselheiro Valnir Chagas, esse parecer foi incorporado à Resolução do CFE/62 que fixa o currículo mínimo e a duração do curso de Pedagogia, Resolução essa aprovada sob vigência da antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61 e homologada pelo Ministro da Educação e cultura, Darcy Ribeiro, para vigorar em 1963.

<sup>20</sup> Regulamentada pela Resolução CFE/62 que incorporava o Parecer nº 292/62 – relatado também pelo Conselheiro Valnir Chagas e aprovado sob vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/61.

Em 1962, com o Parecer nº 251 é dado início aos deslocamentos já previstos, descartando a idéia de extinção do curso. Alguns elementos são apresentados como identificação do trabalho do Pedagogo, indicando o Técnico em Educação como o profissional a ser formado através do bacharelado. O campo da docência também foi delimitado pelo conselheiro quando colocou a Licenciatura em função da formação do professor das disciplinas pedagógicas do curso normal.

Ao se interpretarem a Portaria Ministerial nº 341/65 e os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/61, identifica-se a possibilidade de uma formação ampliada para aqueles formados nos cursos de Pedagogia, pois a Portaria 341/65, com mecanismos facilitadores, permitiu aos licenciados, formalizarem seus registros como professores de Psicologia, Sociologia ou Estudos Sociais e Matérias Pedagógicas dos cursos de Formação de Professores de Ensino Primário (artigo 1º, inciso IX). Contudo, a Lei 4.024/61 abriu aos egressos dos cursos de Psicologia, Sociologia, a possibilidade de formação acadêmica superior nos cursos de formação de Orientadores de Educação (art. 63).

Outro aspecto que merece destaque para a análise dos cursos de Pedagogia diz respeito à Lei de Reforma Universitária nº 5.540 (Brasil, Governo Federal, 1968), que estabeleceu normas de organização e funcionamento do ensino superior e a sua articulação com a escola Média. A LDB, Lei nº 5.540/68, no seu artigo 30, determinava a formação de professores para o ensino de segundo grau e preparo de especialistas para atuarem no planejamento, supervisão, administração e inspeção das unidades e sistemas escolares. Nestes termos, a expressão exposta na Lei diz, “deveria ser feita” e, não evidencia a exigência dos cursos de Pedagogia de serem realizados em nível superior. Contudo, a atuação dos especialistas de educação ficou restrita aos orientadores educacionais que tivessem suas atribuições definidas pela Lei nº 5.564/68, como possibilidade do registro profissional.

Sobre a concentração da expansão de cursos na área de Ciências Humanas e Sociais, a partir de 1962, Horta (1975) formalizou a seguinte afirmação: “a concentração na área de Ciências Humanas e Sociais é uma tendência da expansão quantitativa do ensino superior que está relacionada com o processo de reconhecimento desses cursos, pelo Conselho Federal de Educação”. Ou seja, a participação do Governo Federal no encaminhamento dessa tendência foi fundamental e contribuiu para a criação de novas faculdades, especialmente no setor privado, assim como criação de novos cursos e aumento de vagas.

A **Figura 15** apresenta os dados referentes ao número de alunos dos primeiros cursos de Pedagogia no Brasil, da sua criação, em 1939, e sua expansão, até 1964, com a decorrência

do Golpe Militar.

| NÚMERO DE ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL |                      |
|--------------------------------------------------|----------------------|
| ANO                                              | QUANTIDADE DE ALUNOS |
| 1939                                             | 120                  |
| 1941                                             | 133                  |
| 1942                                             | 196                  |
| 1943                                             | 296                  |
| 1944                                             | 317                  |
| 1945                                             | 236                  |
| 1946                                             | ( * )                |
| 1947                                             | ( * )                |
| 1948                                             | 432                  |
| 1949                                             | 507                  |
| 1950                                             | 578                  |
| 1951                                             | 487                  |
| 1952                                             | 560                  |
| 1953                                             | 724                  |
| 1954                                             | 1.337                |
| 1955                                             | 1.591                |
| 1956                                             | 1.960                |
| 1957                                             | 2.224                |
| 1958                                             | 2.562                |
| 1959                                             | 2.371                |
| 1960                                             | 2.891                |
| 1961                                             | 1.774                |
| 1962                                             | 1.420                |
| 1963                                             | 655                  |
| 1964                                             | 473                  |

**Figura 15** – Número de alunos do curso de Pedagogia no Brasil: 1939-1964, de acordo com Cunha (1983, pp. 103-106) .

( \* ) As fontes consultadas não permitiram a conclusão da existência ou não de matrículas.

O crescimento do número de alunos é visivelmente percebido entre os anos de 1954 a 1962, período em que também houve um crescimento significativo dos cursos de Pedagogia no Brasil. Conforme foi mencionado, anteriormente, houve fatores que influenciaram para este crescimento, tais como: a) até o ano de 1954, houve uma forte demanda para a

preparação dos quadros docentes que deveriam atuar no Ensino Normal e como Técnico em Educação, b) a facilitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/61 com seus mecanismos compensatórios, c) o Parecer 251/62, que descartou a idéia de extinção dos cursos.

Com o objetivo de se interpretar com mais clareza o crescimento do número de alunos nos cursos de Pedagogia no Brasil apresentados na **Figura 14**, num rápido apanhado, serão pontuados os principais fatos que marcaram e contribuíram para os encaminhamentos das políticas educacionais até o golpe militar (1964).

A partir de 1945, iniciou-se a fase de “redemocratização do país”. A pressão interna dos militares, aliados às classes médias e dominantes, e a externa, exercida pelo governo norte-americano, impulsionou a reorganização liberal-democrática. Este foi o encaminhamento dado em consequência do conflito mundial contra os regimes ditatoriais. Assim, pode-se verificar, por meio dos números apresentados na Figura 14, que o refluxo do número de alunos, acentuado entre os anos 1946 e 1947, teve sua retomada a partir do movimento de expansão progressiva do número de alunos entre os anos de 1948 a 1960.

Brzezinski (1994, p. 339).afirma que “no que se refere ao aspecto educacional, a “redemocratização brasileira” permitiu a retomada dos princípios liberais e voltou-se a falar em democratização do ensino, igualdade de oportunidades e descentralização administrativa, postulados que se incorporaram à Constituição de 1946”.

Em atendimento à LDB – Lei 4.024/61, a nova regulamentação do curso de pedagogia foi parcialmente influenciada pelas conjunturas sociopolíticas e econômicas das décadas de 50 e 60. Contudo, as mudanças educacionais são sempre lentas e, por isso, deixaram de incorporar no tempo devido às novas tendências que se apresentaram no contexto social.

O Conselho Federal de Educação, a partir de 1961, buscou colocar em prática a política de formação de professores acenada pela inovação do currículo mínimo (Art. 70) e outros preceitos legais contidos nos artigos de 52 a 89 da LDB/61.

Um novo período de transição política na sociedade brasileira inicia-se nos primeiros anos de 1960. Tal fato se deve à passagem do processo democrático (esboçado depois da Guerra Mundial) para o retorno de outro governo autoritário imposto pelo Golpe Militar de 1964.

No âmbito educacional no período do Golpe Militar (1964), houve grande interferência do governo na organização universitária, sobretudo na política de formação de professores. Esta intervenção ocasionou um novo movimento de refluxo em relação ao número de alunos nos cursos de pedagogia. O autor Germano (1993, p. 104), ao abordar em



seus estudos a questão da política educacional vivida no Golpe Militar, diz que “a política educacional faz parte de contexto, em que o estado assume um cunho ditatorial, a economia apresenta um forte crescimento e os interesses do capital prevalecem enormemente sobre as necessidades do trabalho”

Ainda no período do Golpe Militar, a administração pública e privada, em diferentes setores, submetia-se às exigências do projeto de desenvolvimento nacional, visado pela ditadura. “Conseqüentemente, diz Silva, 1999, p. 43”, no âmbito do curso de Pedagogia, ganhava espaço a idéia de que o técnico em educação tornava-se um profissional indispensável à realização da educação como fator de desenvolvimento.

Nesse contexto, a Universidade não fugiu ao novo controle do Estado, tendo-se constituído, em decorrência da crise que atravessava, um de seus alvos preferenciais (CHAUÍ, 1989).

Com a aprovação da Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 – Lei da Reforma Universitária – triunfam os princípios da racionalidade, eficiência e produtividade no trato do ensino superior. A tradição liberal da nossa universidade fica interrompida e nasce o que alguns críticos passaram a chamar de universidade tecnocrática (Silva, 1999 p. 44).

A marca da Reforma Universitária de 1968 se fez sentir no curso de Pedagogia no ano seguinte pelo Parecer CFE nº 252/69<sup>21</sup>, que visava à formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção no âmbito de escolas e sistemas escolares. Dessa maneira, o CFE consegue acirrar, para os cursos de Pedagogia, a relação formação superior e profissão, anteriormente oficializada pela reforma universitária de 1968 e, nem assim, conseguiu resolver a destinação profissional dos seus egressos (SILVA, 1999, p. 45).

Contudo, percebe-se que a instrumentalização do Parecer 252/69 criou um embate no campo educacional em relação à atuação do pedagogo levantando, o seguinte questionamento: quem vai pensar a escola? São os especialistas. Quem vai tocar a escola? São os professores.

A distinção entre o Parecer 251/62 e o Parecer 252/69 pode ser interpretada, por meio da abolição entre bacharelado e licenciatura. O título de licenciado passaria a ser o único obtido, uma vez que, como afirma Chagas (1969, p. 348), os “portadores do diploma de Pedagogia, em princípio, sempre devem ser professores do ensino normal”.

Ainda sobre o assunto, Chagas afirma que a profissão que corresponde ao setor da

<sup>21</sup> Parecer de autoria do Conselheiro Valnir Chagas, tendo sido incorporado à Resolução CFE nº 2/69, que fixou os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização do curso de Pedagogia. Tais peças legais nortearam a organização do Curso de Pedagogia até recentemente e só foram descartadas por ocasião da aprovação da LDB – Lei , nº 9.394/96.

Educação é uma só e, por natureza, exige modalidades diferentes (especializações), a partir de uma base comum. Assim, o curso passa a ser estruturado com uma parte comum e outra diversificada.

A lógica instituída no período pós 64 separa a reflexão da execução e, a partir de então, a docência passa a ser entendida como a viabilidade de articulação e ponto de equilíbrio entre o profissional que pensa e o profissional que executa as ações educativas instituídas na escola. Como consequência desse aspecto, uma outra ambigüidade se instala no curso de Pedagogia, como assinala Brzezinski (1994, p. 334): “para qualquer habilitação, passou a exigir comprovação de exercício de dois anos de magistério. Para registrar o diploma de especialista, o licenciado deveria comprovar ter exercido o magistério”

### 2.3 Cursos de Pedagogia na década de 1970: a expansão do setor privado

O fim dos anos 60 marcou para os cursos de Pedagogia, em função do Parecer 525/69, novas preocupações e ambigüidades. A exigência das especializações e da comprovação das práticas no exercício do magistério e a regulamentação do curso, subsidiado pela teoria tecnicista assentada nos princípios da teoria do Capital Humano (pressupostos da eficiência, racionalidade e produtividade do ensino) foi pano de fundo para a expansão dos cursos de Pedagogia na década de 1970.

Como se pode observar na **Figura 16**, a expansão do ensino superior, neste período, ocorreu significativamente em instituições particulares.

| INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NO ANO DE 1974 |           |            |              |       |
|----------------------------------------------------------|-----------|------------|--------------|-------|
| FEDERAIS                                                 | ESTADUAIS | MUNICIPAIS | PARTICULARES | TOTAL |
| 24                                                       | 23        | 23         | 228          | 298   |

**Figura 16** – Instituições de Ensino Superior no Brasil: 1974, de acordo com Quaresma (1978).

A desobrigação com o ensino, pesquisa e extensão e o compromisso com a eficiência, racionalidade e produtividade facilitaram a proliferação do ensino superior privado por meio das instituições particulares e também dos cursos de Pedagogia pautados na coerência tecnicista.

A expansão do ensino superior também pode ser observada na **Figura 17**, a partir da concentração de vagas e matrículas na área de Ciências Humanas e Sociais. Esse aumento evidencia a demanda social pelo curso de Pedagogia, no ano 1974.

| <b>DISTRIBUIÇÃO DE CANDIDATOS E VAGAS NO ENSINO SUPERIOR<br/>BRASILEIRO, POR ÁREA DE CONHECIMENTO – ANO DE 1974</b> |                   |               |                |               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|---------------|----------------|---------------|
| <b>ÁREAS</b>                                                                                                        | <b>CANDIDATOS</b> |               | <b>VAGAS</b>   |               |
|                                                                                                                     | <b>NÚMERO</b>     | <b>%</b>      | <b>NÚMERO</b>  | <b>%</b>      |
| Ciências Humanas                                                                                                    | <b>450.000</b>    | <b>50,00</b>  | <b>190.000</b> | <b>52,05</b>  |
| Ciências Exatas e Tecnológicas                                                                                      | 210.000           | 23,33         | 80.000         | 21,92         |
| Ciências Biológicas e Profissionais de Saúde                                                                        | 120.000           | 13,33         | 40.000         | 10,96         |
| Letras                                                                                                              | 85.000            | 9,44          | 40.000         | 10,96         |
| Ciências Agrárias                                                                                                   | 20.000            | 2,23          | 5.000          | 1,37          |
| Artes                                                                                                               | 15.000            | 1,67          | 10.000         | 2,74          |
| <b>TOTAL</b>                                                                                                        | <b>900.000</b>    | <b>100,00</b> | <b>365.000</b> | <b>100,00</b> |

**Figura 17** – Distribuição de candidatos e vagas no Ensino Superior, por área de conhecimento: 1974, de acordo com Quaresma (1978).

Além da privatização do ensino superior, observa-se, por meio da Área de Ciências Humanas na qual o curso de Pedagogia encontra-se inserido, outro fenômeno que mereceu o seu destaque neste estudo. Pontua-se aqui a expansão relacionada ao crescimento quantitativo do ensino superior pelo processo de interiorização<sup>22</sup>, aspecto pode ser observado na **Figura 18**.

Ao analisar os dados da **Figura 18**, observa-se que os números de cursos criados no período de 1962 a 1972 demonstram o crescimento destes para o interior do país. O destaque aqui pontuado destina-se ao Estado de Goiás que, seguindo a lógica da expansão dos outros Estados brasileiros, viveu também, desde o início da criação do ensino superior no Estado de Goiás o processo de criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, assim como a interiorização dos cursos de graduação implementados por meio dessas faculdades.

| <b>DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES AUTORIZADOS PELO CONSELHO<br/>FEDERAL DE EDUCAÇÃO, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO<br/>ANO DE 1962 A 1972</b> |                |                 |                    |          |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-----------------|--------------------|----------|
| <b>ESTADOS</b>                                                                                                                               | <b>CAPITAL</b> | <b>INTERIOR</b> | <b>TOTAL</b>       |          |
|                                                                                                                                              |                |                 | <b>N. ABSOLUTO</b> | <b>%</b> |
| Distrito Federal                                                                                                                             | 19             | -               | 19                 | 2,1      |
| Amazonas                                                                                                                                     | -              | 3               | 3                  | 0,3      |
| Pará                                                                                                                                         | 1              | -               | 1                  | 0,1      |
| Maranhão                                                                                                                                     | 1              | -               | 1                  | 0,1      |

<sup>22</sup> A expansão e a interiorização do ensino superior tiveram como justificativa a busca de integração e de desenvolvimento dos municípios e, impulsionados por pressões as mais diversas e interessados na criação de mecanismos pragmáticos capazes de tornar o município mais atrativo aos investimentos, buscaram não só melhorar sua qualidade de vida, mas também ampliar a oferta de serviços (DOURADO, 2001, p. 89).

|                   |          |          |          |            |
|-------------------|----------|----------|----------|------------|
| Ceará             | 20       | 4        | 24       | 2,7        |
| Paraíba           | -        | 1        | 1        | 0,1        |
| Pernambuco        | 1        | 5        | 6        | 0,7        |
| Sergipe           | 3        | -        | 3        | 0,3        |
| Bahia             | 3        | -        | 3        | 0,3        |
| Minas Gerais      | 22       | 58       | 80       | 8,9        |
| Espírito Santo    | 2        | 4        | 6        | 0,7        |
| Rio de Janeiro    | 7        | 40       | 47       | 5,3        |
| Guanabara         | 73       | -        | 73       | 8,2        |
| São Paulo         | 137      | 393      | 530      | 59,0       |
| Paraná            | 2        | 13       | 15       | 1,7        |
| Santa Catarina    | -        | 1        | 1        | 0,1        |
| Rio Grande do Sul | 10       | 32       | 72       | 8,0        |
| Mato Grosso       | -        | 6        | 6        | 0,7        |
| <b>Goiás</b>      | <b>2</b> | <b>4</b> | <b>6</b> | <b>0,7</b> |
| TOTAL             | 303      | 594      | 897      | 100,0      |
| TOTAL EM %        | 33,8%    | 66,2%    | 100,0    |            |

**Figura 18** – Cursos superiores autorizados pelo CFE, por unidade da Federação: 1962-1972, de acordo com Quaresma (1978).

Independentemente dos fatores gerais já relacionados no primeiro capítulo desse estudo, sobre a expansão do ensino superior no Brasil, o Parecer 252/69 do Conselho Federal de Educação viabilizou aos cursos de Pedagogia dois períodos de acelerada expansão. Estes dois períodos são datados de 1962 a 1969 e 1970 a 1975.

A expansão dos cursos de Pedagogia e do número de matrículas nos diferentes Estados brasileiros, registrados nestes períodos, podem ser observados nas Figuras 19 e 20 apresentadas a seguir.

| <b>EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA NO PERÍODO DE 1962 A 1975</b> |                                    |                     |                               |
|-------------------------------------------------------------------|------------------------------------|---------------------|-------------------------------|
| <b>ANOS</b>                                                       | <b>NUMERO DE CURSOS EXISTENTES</b> | <b>% DE AUMENTO</b> | <b>% DE CRESCIMENTO ANUAL</b> |
| 1962                                                              | 60                                 | 79 %                | 16 %                          |
| 1969                                                              | 139                                |                     |                               |
| 1970                                                              | 147                                | 119 %               | 25,8 %                        |
| 1975                                                              | 322                                |                     |                               |

**Figura 19** – Evolução dos cursos de Pedagogia: 1962-1975, de acordo com Quaresma (1978).

| <b>AUMENTO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS EM CURSOS DE PEDAGOGIA NO PERÍODO DE 1962 A 1975</b> |                             |                     |                                     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|---------------------|-------------------------------------|
| <b>ANOS</b>                                                                             | <b>NUMERO DE MATRÍCULAS</b> | <b>% DE AUMENTO</b> | <b>% DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL</b> |
| 1962                                                                                    | 4.891                       | 277 %               | 30,0 %                              |
| 1969                                                                                    | 18.039                      |                     |                                     |

|      |        |       |        |
|------|--------|-------|--------|
| 1970 | 21.816 | 187 % | 37,4 % |
| 1975 | 62.745 |       |        |

**Figura 20** – Aumento do número de matrículas em cursos de Pedagogia: 1962-1975, de acordo com Quaresma (1978).

Outro fenômeno identificado na análise no período compreendido entre 1974 e 1975 diz respeito ao número de candidatos e ao número de vagas oferecidas pelos cursos de Pedagogia. Enquanto o número de vagas continuou aumentando, o número de candidatos decresceu. Como consequência desse fenômeno, observou-se que a qualidade do alunado dos cursos de Pedagogia apresentou uma queda significativa em função da quase inexistência de um processo de seleção. Em razão desse fato, os cursos de Pedagogia passaram a ser uma excelente alternativa para a segunda opção no concurso de vestibular para atender os candidatos de cursos mais procurados, dentre eles, Medicina e Psicologia, como medida para garantir o acesso ao ensino superior.

Em estudos sobre os curso de Pedagogia no Brasil, Silva (1999, p. 69), definiu o período de 1973 a 1978 como “período das indicações à identidade projetada”. A autora registrou que na década de 1970, o então Conselheiro Valnir Chagas teve oportunidade de quase ver realizadas algumas de suas previsões elaboradas em 1962, no Parecer nº 251, por meio de um conjunto de indicações encaminhadas ao CFE, visando à reestruturação global dos cursos superiores de formação do magistério no Brasil.

Diz a autora:

Ao mesmo tempo em que o curso de Pedagogia iniciava seu processo de alinhamento à regulamentação de 69, questões referentes ao destino desse curso estavam sendo gestadas pelo próprio Conselheiro Valnir Chagas, inseridas, porém, num conjunto de preocupações mais amplas a respeito da revisão dos cursos superiores de formação de educador. Essa revisão tinha como objetivo colocar tais cursos em função das necessidades geradas pela Reforma do Ensino de 1º e 2º graus – Lei Fed. Nº 5.692/71 (SILVA, 1999, p. 70).

Percebe-se que a definição do curso de Pedagogia apresenta problemas desde a sua criação. Os diferentes e consecutivos pareceres regulamentadores da estrutura curricular dos cursos revelam tais ambigüidades em relação à especificidade dos estudos pedagógicos e à identidade do profissional formado em Pedagogia.

O reflexo das sucessivas reformulações dos pareceres, resoluções e das Lei de Diretrizes e Bases da Educação, implementadas principalmente pela necessidade de uma política científica e acadêmica para a área - entendida como base da formação do pedagogo -

e a política profissional - o mercado de trabalho para sua atuação – orientou, desde a criação do curso em 1939, os debates, as polêmicas e as discussões dos educadores nos diferentes fóruns em nível nacional, cabendo a cada instituição de ensino superior a responsabilidade pela formação do pedagogo.

A crise da Pedagogia e os embates teóricos vivenciados nas diferentes posições revelam-se parte integrante da crise da educação no cenário da sociedade brasileira. Esta foi se revelando, em cada momento histórico, como manifestação da compreensão de dois segmentos: de um lado, o pensamento oficial e, do outro, os educadores na busca das conquistas entre o pensamento que estes têm acerca da relação escola e sociedade, educação e trabalho, bem como as exigências que a formação social capitalista coloca para a educação e para o processo de formação de seus quadros para a produção e para as ocupações profissionais.

A necessidade de adequar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico pautado na política de industrialização e urbanização, com seus processos implementados a partir de 1964, gerou, a partir de 1968, uma série de medidas práticas destinadas a tratar o problema da educação não apenas com o objetivo de resolver problemas mais prementes da área, mas, principalmente, para adequar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico, encarando a educação como área estratégica.

A Reforma Universitária, empreendida pela ditadura militar, implantada pela Lei 5.540/68, instituiu algumas alterações, sendo talvez a mais importante, ao desmanche do modelo da década de trinta, que previa a participação da área da educação no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na forma como estava organizada, aquela que estabeleceu os bacharelados acrescidos da formação pedagógica (3+1) e o Curso de Pedagogia.

Os cursos de Pedagogia, como parte do campo educacional e como curso responsável pelo conhecimento produzido na área educacional, envolvendo ensino e escola, não ficou imune a essas medidas. Os efeitos das novas idéias se faziam sentir com a aprovação, em 1969, pelo Conselho Federal de Educação, do Parecer 252/69, de autoria do Conselheiro Valnir Chagas, que regulamentava, trinta anos após sua primeira organização, ocorrida em 1939, o currículo mínimo para o curso de Pedagogia, assim como as habilitações Orientação Educacional, Administração, Supervisão e Inspeção Escolar e Magistério das Disciplinas Pedagógicas do 2º Grau. O parecer 252/69 abria, ainda, a perspectiva de criação de outras habilitações que o Conselho Federal de Educação julgasse necessárias ao desenvolvimento nacional.

As mudanças no campo da Pedagogia, atribuindo ao curso a formação dos especialistas, tornando-o, portanto, um curso profissionalizante, ocasionaram uma fragmentação ainda maior na formação do educador. A predominância das habilitações que visavam à formação dos especialistas para a escola de 1º e 2º graus, em detrimento de outras habilitações e da formação do professor para o trabalho docente nas séries iniciais e no 2º Grau - Magistério, acompanhava o objetivo de introduzir, também na escola, as diferentes funções pedagógicas.

A criação de novas funções na escola e novas habilitações no Curso de Pedagogia, encaminhados na década de 70, contribuiu para a expansão do número de cursos, principalmente em escolas privadas, conforme apresentado na **Figura 16** desse estudo.

Em 1975 e 1976, o Conselho Federal de Educação propôs os Pareceres 67/75, 68/75, 70/76 e 71/76, de autoria do Conselheiro Valnir Chagas, que, por sua vez, apontava como indicação para o curso de Pedagogia a responsabilidade de formar o professor especialista, incluindo para além daqueles formados em Pedagogia os egressos das demais Licenciaturas.

Dois anos após a publicação dos pareceres, o MEC pressionado pelos debates que emergiam em vários fóruns dos educadores, toma a decisão de sustar sua aplicação. O próprio MEC abre, posteriormente, em nível nacional, o debate sobre a reformulação do curso de Pedagogia, organizando Encontros Regionais em vários Estados. A retomada das discussões sobre a especificidade e identidade da Pedagogia, em consequência do conteúdo dos pareceres, traz a questão mais geral da formação dos educadores das “áreas de conteúdo”, as Licenciaturas, reavivando a polêmica sobre especialistas versus generalistas, professor versus especialista, na formação do pedagogo. Mais uma vez, a existência do curso de Pedagogia é questionada.

Como resposta às tentativas oficiais de reformulação do curso de Pedagogia e com o intuito de reverter a estratégia de exclusão, os principais interessados nas discussões em pauta se organizaram nacionalmente e, por meio da realização de grandes encontros envolvendo educadores de todo o país, mantiveram o firme e determinado propósito de reafirmar a identidade e a relevância dos cursos de Pedagogia.

## **2.4 Tendências na expansão dos Cursos Superiores: de 1980 a 2000**

Ao se propor a discussão sobre as tendências na expansão dos cursos superiores entre os anos de 1980 a 2000, faz-se necessário pautarmos as tendências vividas entre os anos 80 e 90, com lógicas diferenciadas em relação ao processo de expansão dos cursos superiores. Daí,

a necessidade de articular as dimensões sociais e políticas que perpassaram a educação nestes períodos e ressaltá-las por meio de considerações panorâmicas com o intuito de sinalizar o contexto político que delineou os encaminhamentos das políticas educacionais disseminadas na época.

Na década de 1980, a educação brasileira na sua dimensão de escolarização, viveu a contradição, que marcou, de um lado, a redução drástica dos recursos públicos destinados ao setor educacional e, de outro, o processo de expansão das instituições de ensino superior e aumento das vagas destinadas a este setor. Foi, também, uma década marcada pelo fim do regime militar pautado por uma tendência educacional tecnicista em detrimento do movimento da “Aliança Democrática”<sup>23</sup>.

A década de 1980 foi uma década de intensos movimentos, tais como: movimentos dos educadores, estudantes, trabalhadores urbanos, rurais, entre outros segmentos da sociedade civil, denominada “transição política”<sup>24</sup>.

O aumento das vagas no ensino superior fez surgir, também, demandas por acesso, criando novas alternativas no setor privado de ensino. Contudo, a expansão ocorreu de forma significativa com capacidade de atender às demandas apresentadas.

As faculdades isoladas, na sua maioria privadas, foram criadas tendo como objetivo a maximização de rentabilidade simbólica, mas também de complementaridade em termos de divisão do trabalho intelectual<sup>25</sup>(MARTINS, 1989, p. 12).

A partir dos estudos de Martins sobre o ensino superior na década de 80, caracterizado pelo autor como “novo” ensino privado, foram pontuadas algumas das condições básicas que contribuíram para a expansão do ensino superior privado no Brasil.

Segundo Martins (1989, pp. 13-14), a combinação de fatores complexos vividos no país nesta década resultou num novo modelo de ensino superior. No conjunto desses fatores de cunho social e político, apresentados pelo autor, destacam-se:

a) as modificações que ocorreram no campo político, no ano de 1964 e suas

<sup>23</sup> O movimento “Aliança Democrática” foi responsável pela eleição de Tancredo Neves e José Sarney – Presidente e Vice-Presidente do Brasil – (enquanto via possível e real no momento), com objetivos de renovar expectativas ao ampliar o desejo por profundas mudanças necessárias e esperadas pelo povo brasileiro. (BALDINO, 1991, p. 98).

<sup>24</sup> Ideário do fim do regime militar pela busca da construção de uma sociedade democrática (BALDINO, 1991, p. 98).

<sup>25</sup> Utilizou-se a noção de campo no sentido que Pierre Bourdieu atribuiu a este conceito para designar um espaço social que possui uma estrutura própria, relativamente autônoma em relação a outros espaços sociais, isto é, em relação a outros campos sociais. Mesmo mantendo uma relação entre si, os diversos campos sociais se definem através dos objetos específicos, o que lhes garante uma lógica particular de funcionamento e de estruturação. É característico do campo possuir suas disputas e hierarquias internas, assim como princípios inerentes, cujos conteúdos estruturam as relações que os atores estabelecem entre si no seu interior. (BOURDIEU, 2002, pp. 59-73).



incidências na elaboração de uma política educacional;

- b) o engajamento no projeto de construção de uma universidade crítica de si mesma e da sociedade, que passaria a sofrer grandes modificações com a derrubada do governo Goulart;
- c) o projeto de modernização do ensino superior que informou a criação de várias instituições de ensino no período populista (ITA, UnB) continuaria orientando e implementando a política educacional durante o período autoritário, com influências norte-americana;
- d) o capitalismo autônomo de colocação nacionalista vivido no período populista se tornaria um fator instrumental da consolidação de um projeto de desenvolvimento dependente dos centros hegemônicos do capitalismo internacional;
- e) a política educacional adotada no novo regime se pautaria no sentido de despolitizar o campo acadêmico.

Os encaminhamentos em relação aos diferentes fatores já citados, como desencadeadores do processo de expansão do ensino superior, assumiu dimensões, que aos poucos, foram-se estruturando na produção de uma política educacional aberta aos interesses privados acentuados no final dos anos 80.

A reforma educacional do regime autoritário seria confiada a um pequeno círculo escolhido e designado pelo poder central. De modo geral, os estudos e as recomendações produzidas por estes atores proporião a expansão do ensino superior e a racionalização de suas atividades enquanto estratégias para fazer face às pressões desenvolvidas por professores e estudantes com vistas à sua reformulação econômica. Estes trabalhos procurariam também imprimir ao ensino superior uma dimensão instrumental, uma vez que visariam ajustá-lo às modificações que o campo econômico experimentava na segunda metade dos anos sessenta (MARTINS, 1989, p. 22).

Os anos 90 apresentaram lógicas diferenciadas para o ensino superior se comparadas aos anos 80 e, segundo Chauí (1999, p. 220), nos anos 90 a universidade brasileira assume uma face operacional, ou seja, ela volta-se para si mesma como estrutura de gestão e de arbitragem de contratos e, nesse sentido, assume o perfil de uma organização de tipo capitalista.

As “universidades brasileiras”<sup>26</sup>, a partir da década de 90, passaram a adotar o modelo operacional e a conviver, como condição de operacionalização deste modelo, com a

<sup>26</sup> Em que pese a multiplicação das faculdades isoladas ocorridas no bojo do processo de expansão e a sua predominância quantitativa sobre as instituições universitárias, de um modo geral, as discussões realizadas no campo intelectual tendem a utilizar a expressão “universidades brasileiras” para designar, de maneira indistinta, as diferentes instituições que formam o campo educacional. (MARTINS, 1988, pp. 11-12).

estruturação dos chamados contratos de gestão<sup>27</sup>.

Não obstante se possa considerar que a Reforma Universitária teve início nos anos 90, é um processo ainda em curso e, por meio da diversificação do sistema de educação superior, que nunca deixou de ser uma realidade no país<sup>28</sup>, adquiriu, graças aos esforços do governo de Fernando Henrique Cardoso, o seu reconhecimento no plano da legislação (RIBEIRO, 2002, p. 190).

Assim, no contexto em que a chamada “Era de Ouro” do capitalismo teve como um de seus traços uma expansão do ensino superior em quase todos os países do mundo, intensificou-se um novo *boom* expansionista, jamais visto na sociedade brasileira.

A expansão consolidou-se, principalmente, por meio das faculdades isoladas, em sintonia com novos padrões de regulação e gestão, pautadas pela diversificação e diferenciação desse nível de ensino, intensificadas no país após a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/96, tendo como eixos articuladores a flexibilidade e a avaliação estandarizada. (DOURADO, 2003, p. 27).

Como resultado da implementação da política educacional da década de 90 – Lei nº 9.394/96, está em curso a intensificação do processo diversificação e diferenciação, processo este, que, ao longo dos anos 90 e à chegada do século XXI, vem ocasionando distinções essenciais na função social da educação superior, particularmente no que diz respeito à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

As discussões seguintes destacam os movimentos regionais e nacionais sobre os rumos dos cursos de Pedagogia no Brasil, no contexto das políticas educacionais com lógicas diferenciadas entre os anos 1980 e 2000.

A união dos educadores em torno dos debates oficiais sobre os cursos de Pedagogia no Brasil deu origem ao Encontro Nacional realizado pelo MEC, em novembro de 1983 no Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte), com o objetivo de dar continuidade ao processo de reestruturação curricular, iniciado em 1978. Durante o I Encontro Nacional, os educadores tomam para si a condução do processo e, na oportunidade, formaram a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação dos Educadores (CONARCFE). A partir de então, passaram a reunir-se com regularidade e a constituir-se fonte importante de geração de conhecimento sobre a formação do educador no Brasil.

<sup>27</sup> Modelo de gestão em que a operação é pautada nos índices de produtividade, nas estratégias flexíveis e nos programas de eficácia por meio do planejamento estratégico, na transmissão rápida de conhecimento, na centralização de estratégias de intervenção e de controle na produção do conhecimento, assim como, na subsunção ao mercado e à prestação de serviços como norte institucional. (CHAUÍ, 1999, pp. 220-222).

<sup>28</sup> Para detalhamento desse aspecto, ver Ribeiro (2002, pp. 191-192).

O ano de 1990 anuncia uma nova lógica para o ensino superior no Brasil, a CONARCFE se transforma-se em Associação Nacional pela Formação do Profissional da Educação (ANFOPE) que, a cada dois anos, em seus Encontros Nacionais, foram estabelecendo princípios para a estruturação/reestruturação dos cursos de Pedagogia.

Contudo, as discussões sobre os cursos de Pedagogia, realizadas no interior do movimento dos educadores, centrou-se na Formação do Profissional da Educação. Este debate movimentou, desde os anos 80, o conjunto dos educadores e das instituições de ensino superior em torno dos encaminhamentos sobre as reformulações das Licenciaturas e também dos debates sobre as Diretrizes dos cursos de Pedagogia.

Os dados da pesquisa de Brzezinski, Veiga e Damis (1996) indicam que vários cursos de Pedagogia no Brasil orientaram suas reformulações no sentido de tomar a docência como base da formação do Pedagogo, formando professores para as séries iniciais do ensino fundamental, Educação Especial e Educação Infantil, além da formação do professor para a Habilitação Magistério de 2º grau.

Com a aprovação da nova LDB 9.394/96, foram revogadas as disposições legais que regulamentavam o curso de Pedagogia - Resolução CFE 02/69 e a Portaria MEC 399/89 que regulamentava o registro profissional. O artigo 64 da Lei nº 9.394/96 estabelece a formação dos “especialistas” em nível de graduação no curso de Pedagogia ou em pós-graduação e regulamenta a necessidade de se pensar na formação de uma base comum nacional.

A discussão em torno da conceituação do artigo 64 da LDB Lei 9.394/96 contribuiu para a ampliação e aprofundamento dos estudos e proposições desenvolvidos no campo de debates sobre os rumos dos cursos de Pedagogia no Brasil, por meio das discussões lideradas pela ANFOPE.

Os dados estatísticos sobre o ensino superior no Brasil, de 1980 até o ano 1996, evidenciam estrondoso crescimento do ensino superior privado se comparado ao crescimento do ensino superior público. As **Figuras 21 e 22** destacam a expansão ocorrida.

| EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, PELA SUA NATUREZA - 1980-1996 |               |                         |                  |       |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|-------------------------|------------------|-------|
| ANO                                                                                             | UNIVERSIDADES | FEDERAÇÕES E INTEGRADAS | ESCOLAS ISOLADAS | TOTAL |
| 1980                                                                                            | 20            | 19                      | 643              | 682   |
| 1990                                                                                            | 40            | 74                      | 582              | 696   |
| 1996                                                                                            | 64            | 132                     | 515              | 711   |

**Figura 21** – Evolução das instituições privadas, pela sua natureza: 1980-1996, montada a partir de dados disponibilizados no site do Inep (1999).

| EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR POR |
|----------------------------------------------------------------------|
|----------------------------------------------------------------------|

| NATUREZA - 1980-1996 |               |                         |                  |       |
|----------------------|---------------|-------------------------|------------------|-------|
| ANO                  | UNIVERSIDADES | FEDERAÇÕES E INTEGRADAS | ESCOLAS ISOLADAS | TOTAL |
| 1980                 | 34            | -                       | 22               | 66    |
| 1990                 | 36            | -                       | 19               | 55    |
| 1996                 | 39            | -                       | 18               | 57    |

**Figura 22** – Evolução do número de instituições federais: 1980-1996, montada a partir de dados disponibilizados no site do Inep (1999).

Na figura 21, observa-se que o número de universidades, no setor privado crescerá em 100%, nos anos 80, e crescerá para além de 50% na primeira metade dos anos 90. Do mesmo modo, cresceriam as federações de escolas e as escolas integradas, em contraste com o crescimento dos estabelecimentos isolados que seria negativo. Contudo, os anos posteriores, a segunda metade dos anos 90, apresentam o *boom* expansionista das escolas isoladas.

No que se refere à configuração da rede pública, cabe considerar que as diferenciações internas são significativas, devendo-se observar, além do tamanho e forma de organização, as esferas de competência administrativa a que estão submetidas às instituições, considerando que entre os anos de 1980 a 1996 o país viveu intensamente o processo de Reforma do Estado, seguido da implementação das políticas educacionais por meio da promulgação da nova LDB Lei 9.394/96, em que pesem os mecanismos de privatização do público.

Acerca desse último aspecto, cabe notar que, em 1980, eram 56 instituições federais de educação superior, havendo 682 instituições privadas. Em 1990, eram 55 instituições federais e 696 instituições privadas. Em 1996, eram 57 instituições federais e um total de 711 instituições privadas.

Contudo, passamos a interpretar outros aspectos para a compreensão do contexto da expansão privada de ensino superior no Brasil. No decorrer dos anos de 1960 a 1990 intensificou-se no país o processo de expansão e consolidação do ensino superior privado por meio das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras e, conseqüentemente, os cursos de Pedagogia podem ser interpretados como a porta de entrada do movimento expansionista no país.

A seguir, será feita uma breve explanação de aspectos relevantes do processo de expansão do ensino superior, que culminou com a consolidação do *boom* expansionista da segunda metade da década de 1990.

Entre os anos 1964 e meados de 80, o Estado brasileiro viveu sob os moldes do regime militar, convivendo com as marcas da repressão e da ditadura militar que durou até o ano de 1985. Neste período, a expansão do ensino superior privado foi estimulada pelos interesses econômicos do país com o seu modelo socioeconômico desenvolvimentista.

Os anos 50 e início dos anos 60 atribuíram à educação, no seu processo de escolarização, mecanismos que pudessem propiciar o crescimento econômico e tecnológico anunciado a sociedade no período populista. Ao ensino superior foi dado o *status* de garantia do desenvolvimento com melhores oportunidades sociais, um pouco mais tarde mediados pela Reforma Universitária de 1968.

O golpe 1964 buscou a sua legitimidade na estrutura educacional da época, apresentando o capital humano e a educação superior como espaço vitalizador do novo regime militar. Contudo, considerava que um sistema educacional qualificado atenderia às exigências de desenvolvimento do país.

As políticas educacionais da época eram voltadas para a preparação do mercado, com discurso de modernização da sociedade. Nesse contexto, surgiu o ensino privado nitidamente empresarial, como uma moldura que definiu o quadro da expansão do ensino superior no Brasil com a passagem do século XX para o século XXI.

Ao analisar as tendências da expansão do ensino superior que ocorreram de 1980 a 2000, reporta-se aos escritos de autores que contribuem para a compreensão desse cenário.

Para Chauí (1980, pp. 31-56), “a educação era encarada como formação de mão-de-obra para o mercado, concebida como capital e investimento que deveria gerar lucro social”.

Para Fávero (1991, p. 23), “a educação é encarada como modeladora do futuro social, beneficiando a longo prazo a todos. Ela racionaliza e unifica a vida social e moderniza a nação gerando progresso”.

Para Dourado (2001, p. 47), “o movimento privatista ganhou impulso na expansão do ensino superior, a partir de três frentes básicas articuladas ao período pós-64: a) expansão de matrículas (Faculdades e Universidades Públicas); b) estabelecimento de incentivos e subvenções às Faculdades e Universidades particulares por meio do poder público (crédito educativo, isenção de impostos, bolsas); c) implementação de fundações educacionais.

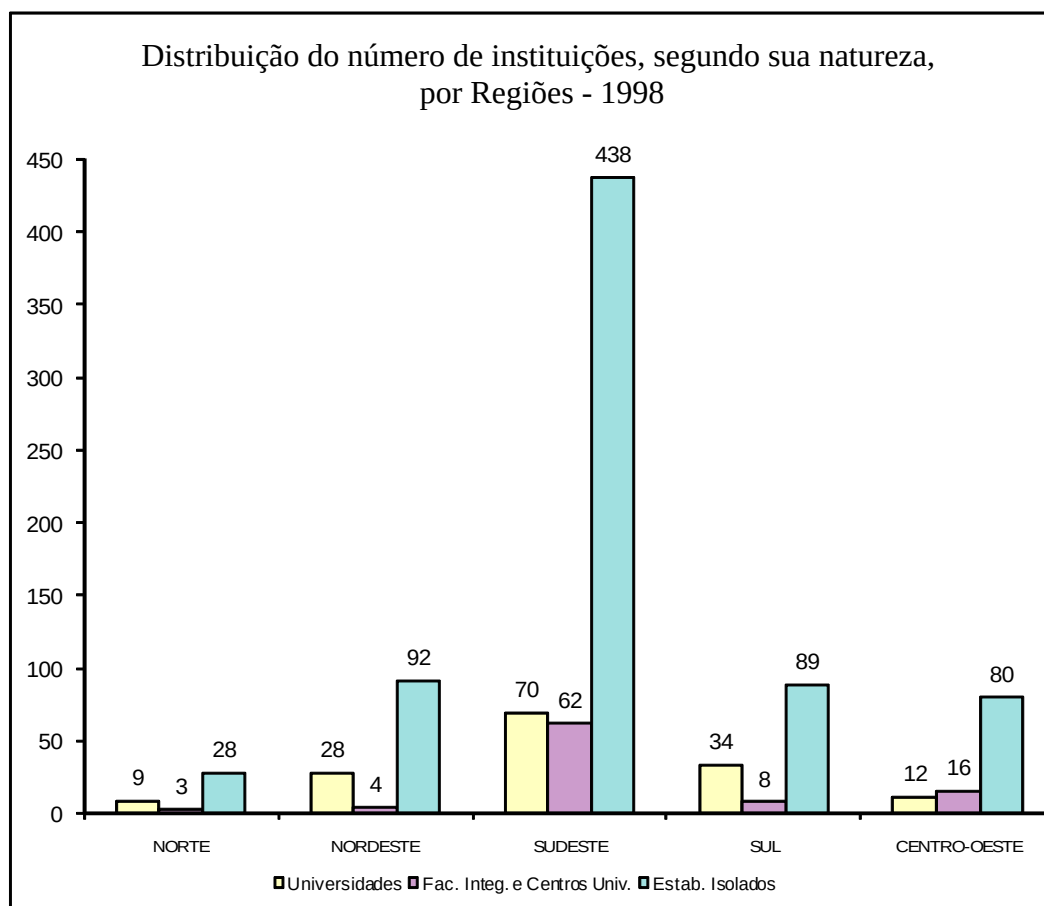
Como antecedente histórico, é importante ressaltar que, por meio da Reforma Universitária - Lei 5.540/68, e da LDB, Lei n.º 4.024/61, o processo de expansão do ensino superior privado foi regulamentado na expansão do sistema e a partir dos mecanismos de autorização e reconhecimento de cursos.

Os anos 80 foram marcados pelo anúncio de um “novo”<sup>29</sup> ensino superior privado. Nesse período, iniciou-se o processo denominado de modernização, com ajustes estruturais conforme ditames dos organismos multilaterais e com o objetivo de inserir o país na nova

---

<sup>29</sup> Ver Martins (1989).

ordem mundial emergente desde os anos 70<sup>30</sup>. Há, neste período, a evidência de um mercado educacional e de uma clientela em potencial que encaminha uma nova organização da sociedade capitalista por meio da expansão do ensino superior privado nas diferentes regiões brasileiras, a partir da segunda metade dos anos 90, como mostra a Figura 23.



**Figura 23** – Distribuição das instituições, segundo sua natureza, por Regiões – 1998, de acordo com MEC/Inep/SEEC.

Sobre a realidade dos cursos de Pedagogia, neste período, identificou-se que propostas decorrentes dos estudos e debates desenvolvidos pelo Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR) foram apresentadas e, os avanços e retrocessos dos cursos de graduação em Pedagogia foram expressos em duas tendências:

- 1) obediência ao modelo tradicional, fixado no Parecer CFE 252/69, formando profissionais licenciados habilitados para o exercício da docência das disciplinas pedagógicas nos cursos de Magistério em nível médio e

<sup>30</sup> Sobre este assunto ver Chesnais (1996, p. 258.e 1997, pp. 21-35.).

os profissionais licenciados administradores escolares, supervisores e orientadores educacionais e inspetores do ensino;

2) implementação de novo modelo, voltado à formação de licenciados habilitados para o exercício do Magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental e, em alguns casos, na Educação Infantil e para o Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Nível Médio. A implantação desse novo modelo por diferentes instituições de ensino superior foi acolhida pelo CFE, que autorizou as primeiras experiências e, posteriormente, pelo CNE, através de Pareceres específicos.

É importante ressaltar que esta segunda tendência – formação de professores – passou a ser dominante na década de 90 ainda que convivendo, em muitos casos, com o antigo modelo. Assim, muitas IES agregam à habilitação para o magistério, uma ou mais habilitações de especialistas, obedecendo parcialmente ao Parecer CFE 252/69.

As Reformas Educacionais da década de 90 deram origem às políticas educacionais atuais pela aprovação da Lei nº 9.394/96 e pelo Plano Nacional de Educação (PNE), documento este decisivo para as mudanças efetivadas no âmbito educacional na transição do século XX para o XXI.

Os argumentos expostos na LDB Lei 9.394/96, no seu artigo 64, apresenta “as diretrizes para formação de professores no Brasil”, impondo exigências inviáveis para o prazo determinado. Apesar das reações contrárias (FORUNDIR e ANFOPE), viabilizaram-se, ao longo da década de 90, brechas propositalmente abertas para o estímulo e a abertura das conhecidas “fábricas de diplomas”.

A retomada do desenvolvimento econômico é anunciada por meio da Reforma do Estado, adotando-se a ideologia do neoliberalismo como a nova fase da reestruturação capitalista, que se apresenta marcada por políticas de centralização, diferenciação e diversificação institucional.

As reformas educacionais empreendidas no Brasil na década de 1990 apresentam-se marcadas por defesas ideológicas sustentadas pelo discurso de modernização e racionalização do Estado, objetivando a superação das mazelas do mundo contemporâneo e a adaptação às novas demandas pelo processo de globalização.

Neste contexto, o discurso de modernidade, desenvolvimento tecnológico, econômico é articulado ao sistema educacional brasileiro como possibilidade de mudança social e, mais

uma vez, a educação é entendida como negócio e um ramo marcado pela diferenciação por meio da divisão do trabalho.

A Reforma do Estado, que deu origem às Reformas Educacionais, evidencia ações imediatas, dentre as quais podem-se citar: enxugamento da máquina estatal e privatização de bens e serviços, mudanças nas formas de organização e gestão do estado, modelo de administração pública gerencial, que baliza setores do estado moderno como núcleo estratégico, tais como: a saúde, a educação, a cultura e a pesquisa científica, por serem anunciados no setor de serviços não exclusivos do Estado.

Os organismos internacionais apresentaram-se como interlocutores multilaterais da agenda brasileira: Banco Mundial, Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), Agências da Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), UNESCO<sup>31</sup>.

O ideário neoliberal é acentuado pelas seguintes idéias: a lógica do campo educativo deve acompanhar a lógica do campo econômico, a adoção de programas de ajuste estrutural, a defesa de descentralização dos sistemas, desenvolvimento de capacidades básicas de aprendizagens necessárias às exigências do trabalho flexível, ênfase na avaliação e eficiência para induzir as instituições à concorrência, implementação de programas compensatórios (saúde, nutrição), capacitação de docente em programas paliativos de formação em serviço, entre outras.

Contudo, é preciso observar que mudanças pautadas nas Reformas Educacionais não tiveram o seu início na década de 1990, portanto fazem parte de um movimento articulado das políticas econômicas estruturadas por meio de interesses sociais e políticos que contaram com o processo de elaboração da Constituição brasileira, iniciado em 1987 e concluído em outubro de 1988, considerado um momento importante, pois fomentou o debate sobre as grandes questões nacionais, oportunizando embates significativos entre os defensores do público e do privado.

O cenário das Reformas é pautado por contingências históricas e econômicas que caracterizam este fato histórico e os seus agentes envolvidos. Tais contingências são aqui citadas: Reforma do Estado e suas inflexões na área educacional, organicidade das políticas para educação superior no Brasil, vinculações com organismos mundiais.

O Banco Mundial, na condição de organismo articulador da política de reforma do ensino superior, estabeleceu suas recomendações: privatização desse nível de ensino, sobretudo em países como o Brasil, que até então não conseguiu estabelecer políticas de

---

<sup>31</sup> Sobre o assunto, ver Vieira (1995, pp. 27-53)



expansão das oportunidades educacionais, estímulo à implementação de novas formas de regulação e gestão das instituições estatais, aplicação de recursos públicos nas instituições privadas, eliminação de recursos públicos com políticas compensatórias (moradia e alimentação), diversificação do ensino superior, por meio da expansão das instituições não-universitárias, entre outras.

Nesse cenário, ocorreu um movimento de expansão dos cursos de Pedagogia. E, como se pode identificar num texto apresentado pelo FORUMDIR as discussões coletivas sobre a Pedagogia encontravam-se em pauta nos âmbitos regional e nacional.

Com o processo de consolidação do novo modelo dos cursos de Pedagogia, boa parte das instituições formadoras tem contemplado o atendimento a demandas sociais específicas com a oferta de disciplinas optativas, enriquecimento curricular, cursos de extensão e desenvolvimento de projetos especiais. Nesta última categoria, encontra-se a formação para a docência de Jovens e Adultos, na Educação Indígena, na Educação para os Portadores de Necessidades Especiais, entre outras (FORUMDIR 2003).

A realidade retratada fez com que o processo de expansão dos cursos de Pedagogia do setor privado, na década de 90, assumisse concepções e ênfases diferenciadas buscando demarcar espaços no atendimento das demandas sociais específicas, induzindo uma competitividade no campo do ensino superior privado por meio da concorrência e das diversas possibilidades de sobrevivência dos acadêmicos cooptados para os respectivos cursos.

O processo de definição da reforma educacional no país surgiu com um discurso de modernidade na sociedade como o alvo de sustentação nas políticas educacionais emergentes, iniciadas no governo Fernando Collor de Melo e foram acentuadas no governo Fernando Henrique - FHC em todas as esferas das atividades do Estado. O detalhamento das responsabilidades foi definido no governo Fernando Henrique Cardoso, por meio de um conjunto de reformas deflagradas em 1995.

Na esfera educacional, a proliferação da reforma (Lei 9.394/96) se traduziu na expectativa de que os entes federativos organizassem em regime de colaboração em seus sistemas de ensino (Brasil, Congresso Nacional, 1988, Art. 211). Contudo, as instituições educacionais sempre foram vistas como espaços de busca da legitimidade das políticas educacionais.

A última década do século XX foi palco de transformações vertiginosas, quando o impacto da globalização no campo educacional intensificou mudanças na organização do trabalho escolar e a exigência de habilidades de alto nível com a noção de trabalho flexível no lugar de trabalho estável. Diante desse cenário, o trabalhador passou a ser intensamente

cobrado pela manutenção dos conhecimentos que podem se tornar obsoletos mais rápido do que antes. A exigência pela hiper especialização nas diferentes áreas passou a ser palavra de ordem e, em relação ao curso de Pedagogia, os pedagogos passaram a ser cobrados por tarefas.

O papel estratégico vislumbrado para educação no panorama de um mundo em processo de globalização tende a se expressar por meio de reformas de ensino implantadas como alternativas “para alcançar o ressurgimento econômico, a transformação cultural e a solidariedade nacional” (POPKEWITZ, 1997).

Faz-se necessário buscar uma compreensão teórica sobre políticas educacionais enquanto campo de estudo, para a realização de uma melhor análise sobre a formação de professores num período acentuado pelas reformas educacionais. Por isso, vale aqui ressaltar diferentes concepções de políticas educacionais apresentadas por alguns estudiosos da área.

Para Freitag (1987), “a política educacional não é senão um caso particular das políticas sociais”.

Na qualidade de processo social, construído historicamente, Cury (2001) diz que é “um complexo contraditório de condições históricas que implicam um movimento de ida e volta entre forças sociais em disputa”.

Para Ozga, (2000), as políticas educacionais são “um processo mais que um produto, envolvendo negociação, contestação ou mesmo luta entre diferentes grupos não envolvidos diretamente na elaboração oficial de legislação”.

A partir da identificação das concepções apresentadas, é possível compreender que as políticas educacionais, como as demais políticas sociais, envolvem um amplo conjunto de agentes sociais e se expressam por meio de iniciativas diretas ou indiretas promovidas pelo poder público, sendo, portanto, o Estado uma referência fundamental para sua compreensão, pois é por meio deste que as políticas são instituídas e conseguem a sua legitimação em um processo de implementação pelos canais de interesse do próprio Estado.

Na maioria das vezes, é possível identificar no contexto social o entendimento de que o poder público é a única instância de formulação de políticas. As políticas sociais, porém, precisam ser entendidas como possibilidade de identificação da posição dos atores sociais envolvidos no processo e, principalmente, a sua atuação.

Vieira e Albuquerque (2001) apresentam a seguinte contribuição: “na correlação de forças entre os atores sociais das esferas do Estado – as sociedades política e civil definem as formas de atuação prática, as ações governamentais e, por conseguinte, trava-se o jogo das políticas sociais”.

Diante de um quadro de reformas que refletem um modelo repleto de novidades para o sistema educacional brasileiro, as implicações que se encaminham para as escolas e os seus professores são inúmeras e envolvem o jogo entre os agentes sociais nos seus respectivos campos.

As discussões, análise e implantação das reformas educacionais são geradas no contexto das discussões e entendimentos das Políticas Educacionais e políticas educacionais nas diferentes instâncias instituidoras de tais políticas. Faz-se necessário o entendimento desta distinção na visão de alguns autores, que, através dos seus escritos, fornecem subsídios às análises realizadas neste campo de estudo.

A Política Educacional (assim, em maiúsculo) é uma, é a Ciência Política em sua aplicação ao caso concreto da educação, porém as políticas educacionais (agora no plural e em minúsculas) são múltiplas, diversas e alternativas. A Política Educacional é, portanto, a reflexão teórica sobre as políticas educacionais (...) se há de considerar a Política Educacional como uma aplicação da Ciência Política ao estudo do setor educacional e, por sua parte, as políticas educacionais como políticas públicas que se dirigem a resolver questões educacionais (PEDRÓ; PUIG, 1998).

Partindo do entendimento citado, é possível dizer que as políticas de formação de professores estão relacionadas a um amplo conjunto de iniciativas.

Nesse contexto, estariam expressas tanto nos registros legais acerca do magistério, como nas ações governamentais, diretas ou indiretamente promovidas pelo poder público (União, Distrito Federal, Estados e Municípios).

Mesmo que estas políticas venham sendo desenvolvidas predominantemente pelos governos, a sua configuração também depende de formas da sociedade civil, sindicatos e organizações profissionais que, nas suas ações diretas e pressões, exercem forte papel no sentido de fazer acontecer em diferentes iniciativas.

Como expressão dessa configuração, identificam-se o movimento de educadores em prol da reformulação dos cursos de formação de profissionais da educação (base comum nacional – ANFOPE), assim como os processos de definição das políticas públicas no campo da educação, em particular da formação de professores; os (des) caminhos das políticas nos últimos dez anos.

As evidências dessa realidade estão expressas nas políticas educacionais por meio de suas diretrizes, nos processos de diferenciação e diversificação flexibilizados na definição dos currículos implementados com o objetivo de adequar o ensino superior às novas demandas oriundas do processo de reestruturação produtiva (criação de novos perfis profissionais).

Os riscos de flexibilização curricular promovem a perda de referências e provocam as incertezas da pós-modernidade, gerando uma crise educacional brasileira mediada pela formação dos educadores, que contracenam com a disseminação da idéia de gestão democrática na escola, tendo como referência, na sua maioria, os processos instituídos nas escolas na década de 80. Essa época teve como marco a reação ao pensamento tecnicista das décadas de 60 e 70 e a luta pela autonomia Universitária. Contudo, a década de 90 é contraditoriamente marcada pelo aprofundamento das políticas neoliberais e pela centralidade no conteúdo da escola (habilidades e competências)<sup>32</sup>.

A educação e a formação de professores ganharam importância estratégica para a realização das reformas educativas. Freitas, ao estudar sobre os anos 90, destacando os embates entre concepções de educação e formação, destaca em seu texto que,

no governo Fernando Henrique Cardoso - FHC, foram apresentados cinco pontos básicos para a melhoria do ensino público: **a)** distribuição das verbas federais diretamente para as escolas; **b)** criação do Sistema Nacional de Educação a Distância; **c)** melhoria da qualidade dos 58 milhões de livros didáticos distribuídos para as escolas; **d)** reforma do currículo para melhoria do ensino; **e)** avaliação das escolas por meio de testes e premiação (FREITAS, 2002, p. 143).

Neste cenário de reformas, as Políticas de expansão dos cursos de Formação de Professores foram organizadas em duas etapas: **a)** criação dos Institutos Superiores de Educação (ISEs) e Cursos Normais Superiores, em cumprimento às recomendações dos organismos internacionais - formação de professores de caráter técnico, instrumental, “prático”; **b)** estabelecimento de forma e conteúdo à proposta dos Institutos Superiores de Educação, aprovados pelo CNE em setembro de 1999 pelo Parecer CNE/CES nº 115/99, retirando das Faculdades de Educação, e, em seu interior, do curso de Pedagogia, a formação de professores para séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil (Decreto nº 3.276/99, posteriormente CNE/ 133/2001).

A breve trajetória das Políticas de Formação dos Professores apresentadas neste texto possibilita detectar um processo histórico de desvalorização social desses profissionais. Tais políticas sempre estiveram associadas a um contexto “de crise” de um modelo que, ao longo das décadas estudadas, marcaram a criação, as ambigüidades, os avanços e retrocessos dos cursos de Pedagogia, que já foram julgados, reformulados e, nos dias atuais do século XXI ainda continuam com a indefinição de suas diretrizes.

<sup>32</sup> Sobre este assunto, ver Freitas (2002, pp. 137-167).

A seguir, será tratada a questão do ensino superior em Goiás com o objetivo de compreender o desenvolvimento regional, particularmente do Estado de Goiás, em relação ao desenvolvimento nacional.

## **2.5 A expansão do Ensino Superior em Goiás**

Dando continuidade ao estudo sobre a expansão do ensino superior no Brasil, passa-se, a partir de agora, localizar o movimento no Estado de Goiás, que ocorreu com dinâmicas diferenciadas e com características distintas daquelas ocorridos em outros Estados brasileiros, especialmente os Estados da região sudeste.

A esse respeito, Dourado assinala que

Em Goiás, esse movimento foi significativo. Embora não tenha causado a superação do poder oligárquico, a alternância entre grupos desse setor possibilitou a incorporação do Estado ao movimento econômico do Centro-Sul, pela expansão da fronteira econômica e, sobretudo, pela implementação dos transportes, com a conclusão da estrada de ferro (DOURADO, 2001, p. 40).

A compreensão do processo histórico do surgimento do ensino superior em Goiás demanda a identificação de acontecimentos importantes que marcaram significativamente a história do Estado de Goiás e da Região Centro-Oeste que, até então, apresentava-se distanciada geográfica e culturalmente dos centros urbanos do país.

O ensino superior no Centro-Oeste nasceu com a Faculdade de Direito, na Cidade de Goiás, em 1898, porém, o Estado de Goiás teve sua primeira universidade somente no ano de 1959, com a criação da Universidade Católica de Goiás (UCG). A influência da Igreja Católica no sistema educacional brasileiro pode também ser observada nos rumos dados ao ensino superior em Goiás.

A longa gestão diocesana de D. Emmanuel Gomes de Oliveira, Bispo de Goiás, entre os anos 1923 e 1955, fez com que ele se defrontasse com sérios problemas, como: a falta de formação dos princípios cristãos e formação acadêmica dos cidadãos. Essa realidade encontrada dificultava os trabalhos da Diocese e o desenvolvimento da sociedade de um modo geral, pois os principais membros da elite e dirigentes do Estado de Goiás apresentavam extrema ausência de formação acadêmica.

Tal necessidade de formação fez com que D. Emmanuel respondesse decisivamente e,

atento à legislação de seu tempo, que impunha a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como necessária para a criação de uma universidade, articulou o primeiro projeto de universidade para Goiás. Com o objetivo de atender a tal demanda, criou a Universidade do Brasil Central, futura Universidade Católica de Goiás, atendendo às exigências do Decreto Lei n. 8.457, de 26 de dezembro de 1945 (MACEDO; VAZ, 2004).

Em seus escritos, Macedo e Vaz (2004, p.130) registram que o processo de organização da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, então considerada “pedra angular” da futura Universidade Brasil Central, contou com o total envolvimento e interesse de D. Emmanuel pelo assunto, “atento às entrelinhas do Decreto-Lei n. 8.457/45 e informado de que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras era, segundo a legislação do tempo através do Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, uma faculdade indispensável para a criação de uma Universidade”.

Martins (2004, p. 13) registrou em seus estudos sobre o assunto que, em 1948, surgia a primeira Faculdade de Filosofia em Goiânia. Funcionou provisoriamente nas salas do Colégio Santo Agostinho e teve como primeiro diretor, o Bispo Dom Abel Ribeiro Camelo, auxiliar de Dom Emmanuel. Durante o processo de estruturação da Faculdade, Dom Abel contou, ainda, com a experiência do Reitor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas (SP), que esteve presente em Goiânia dando a sua parcela de contribuição.

Nos movimentos internos instituídos no Estado de Goiás para a estruturação do ensino superior foram identificadas as articulações necessárias com o movimento nacional em pleno desenvolvimento nas diferentes regiões do país, contando, inclusive, com a presença física de profissionais vindos de outros Estados.

Embasado no Decreto Lei n. 8.457, de 26 de dezembro de 1945, D. Emmanuel passa, então, a defender a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como ponto de partida para o alcance da estruturação da primeira universidade do Estado de Goiás.

Na época, em todo Brasil, as tradicionais Faculdades de Medicina, Engenharia e Direito apresentaram resistência à nova concepção apresentada, pois defendiam arduamente os interesses da elite por cursos considerados nobres e argumentavam que os cursos da Faculdade de Filosofia, dentre eles, o curso de Pedagogia e Letras, tinham pequena procura. No Estado de Goiás, esse conflito não foi relevante haja vista que aqui existia apenas a Faculdade de Direito e essa era pública federal.

Entre as décadas de 30 a 60 do século XX, o Centro-Oeste brasileiro viveu dois marcos que contribuíram fortemente para o processo de estruturação do ensino superior: o primeiro foi a transferência da capital do Estado, da cidade de Goiás para Goiânia, uma jovem

capital inaugurada em 1942, fruto do discurso de modernidade, sinônimo de progresso, a nova capital representou o discurso de mudança, a necessidade de inserir a região no projeto nacionalista em curso nos anos 30; e o segundo foi a construção de Brasília.

Pode-se afirmar que a construção de Goiânia e, posteriormente, de Brasília foram o coroamento da política de interiorização do país implementada pelos presidentes Getúlio Vargas, com a “Marcha para o Oeste”, e Juscelino Kubitschek, com o “Desenvolvimentismo”

Segundo CHAUL (1997), Goiânia constituiu-se com a feição urbana, sem romper com o rural, mesmo traduzindo a idéia de modernidade e de progresso que era expressa por uma parcela da sociedade da época, com discurso do progresso, que escondia o fazendeiro por trás do profissional liberal. O médico, o advogado, o farmacêutico, o engenheiro, e outros. Embora quase todos estivessem ligados à estrutura fundiária, procuravam, por si mesmos, ou por meio de seus representantes, mostrar uma mudança nos quadros da política estadual.

Faziam crer que o velho – os grupos políticos depostos – tinha cedido lugar a uma nova ordem, de novos homens, - entre jalecos e leis, remédios e construções, - que, naquele momento, dirigiam o Estado, orientado por uma nova mentalidade: mais progressista, moderna e dinâmica: “tratava-se de uma mentalidade urbana com os pés plantados em solo rural. Tal mescla (urbano-rural) pode, até os dias atuais, ser notada nas várias facetas da cidade que se tornou Goiânia”, assinala Chaul (1997, pp. 223-224).

Nos anos 30, o Estado de Goiás passa por transformações acentuadas no campo econômico e político. E, de acordo com várias análises históricas, nas décadas de 30 e 40, havia por parte do governo federal o interesse de ocupação da Amazônia, o que levou à idealização do projeto Planalto Central e da chamada Marcha para o Oeste.

Inserido neste contexto, Goiás passou a ser identificado como um Estado agrícola, que, por sua vez, deveria inserir-se na lógica da expansão capitalista com um papel definido de alimentar as indústrias localizadas no Centro-Sul do país com matéria-prima.

Nesse mesmo período, o Estado viveu transformações nos meios de comunicação e transportes, com um elevado número de imigrantes, acompanhando um amplo crescimento demográfico e ampliação do comércio. Contudo, as transformações ocorridas impulsionaram a criação de novas demandas sociais e a região Centro-Oeste passou a conviver com as exigências advindas de uma política nacional e ampliação de demanda pelo ensino superior.

A criação do Conselho Estadual de Educação, em 1931, e a regulamentação do ensino primário, em 1933, foram fatos decorrentes dos processos de intervenção estatal instituída em Goiás, no período pós-30. Contudo, as iniciativas educacionais ainda eram incipientes em

todos os níveis.

O ensino superior se restringia-se à Faculdade de Direito de Goyaz, que reabriu suas portas com a edição do Decreto Estadual nº 1.740, de 28 de dezembro de 1931. A equiparação do ensino superior ministrado pela Faculdade de Direito ao das faculdades congêneres do país deu-se em 1936 (DOURADO, 2001, p. 42).

A expansão da educação em Goiás, inclusive do ensino superior, foi fruto da busca de integração do Estado ao movimento de modernização do país. A esse respeito, Baldino, por meio dos seus estudos sobre o ensino superior em Goiás, afirma que

À medida que Goiânia – a nova capital do Estado – vai se constituindo e se configurando como um novo centro urbano comercial, no palco de sua infraestrutura a educação superior se faz presente. Afinal essa área, praticamente estável por mais de três décadas, sofre impulsos consideráveis que não somente lhe trouxeram ampliação como também diversificação (BALDINO, 1991, p.66).

A estruturação da jovem capital - Goiânia, com seu pólo urbano comercial em desenvolvimento - foi palco da consolidação do ensino superior no Estado de Goiás, com a criação da Universidade Católica (1959) e Universidade Federal (1960). A criação das duas universidades ancorou o embate entre público e privado, que encontrou na Maçonaria e na Igreja Católica seus representantes privilegiados (BALDINO, 1991).

Os embates entre público e privado, na consolidação do ensino superior em Goiás, fizeram com que a estrutura universitária se efetivasse sob a influência de dois projetos distintos entre a igreja Católica e a Maçonaria.<sup>33</sup>

Em 17 de outubro de 1959, pelo decreto presidencial n. 47.041, foi criada a Universidade de Goiás, tendo como mantenedora a Sociedade Goiana de Cultura, constituindo-se a primeira Universidade do Centro-Oeste. Em 14 de julho de 1971, o decreto n. 68.917 transformou-a em Universidade Católica de Goiás – UCG.

A criação da Universidade Federal de Goiás ocorreu um ano após a criação da Universidade de Goiás. Estudos realizados por Rezende sobre a criação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás registram que “o processo de criação enfrentou vários obstáculos, inclusive a oposição da Universidade Católica de Goiás, que já possuía uma instituição congênere”(REZENDE, 1997, p. 71). Sua criação, porém, foi justificada pela carência de mão-de-obra qualificada para atuar no magistério.

A Lei nº 3.834 – C, de 14 de dezembro de 1960 tratou da criação da Universidade Federal. Nela estava explícita a exigência de se criar ou agregar à Universidade uma Faculdade de Filosofia no prazo de três anos.

<sup>33</sup> A esse respeito, ver Baldino (1991, p. 82).



Conforme escreveu Rezende,

a criação da Faculdade de Filosofia demandou a superação de vários obstáculos, inclusive internamente, sendo que o primeiro ano de trabalho da equipe de planejamento da nova unidade foi sem nenhuma remuneração e, por diversas vezes, o processo de criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras desapareceu nos corredores do Ministério da Educação; outras vezes ficava esquecido nas gavetas de algum setor do MEC (REZENDE, 1997, pp. 71-72).

Por meio do Decreto-Lei nº 51.582, de 8 de novembro de 1962, foi criada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás.

Conforme registro do Regimento da Faculdade de Filosofia (1963), a implantação dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG dar-se-ia de forma gradual:

[...] os cursos, em um total de doze, deveriam ser implantados paulatinamente, quatro a cada ano. De acordo com o Regimento, funcionaram, em 1963, as séries iniciais dos cursos de Matemática, Física, Pedagogia e Letras Neo-Latinas; em 1964, Química, Geografia, História, e Letras Anglo-Germânicas; em 1965, os cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Letras Clássicas e História Natural (REZENDE, 1997, pp. 71-72).

No período pós 1964, o país viveu os reflexos do discurso modernizante, que enfatizava a intervenção do Estado como caminho da construção de justiça social. No campo educacional, a divulgação da ideologia do golpe militar foi efetivada a partir do programa de parceria MEC-Usaid, que efetivou a intervenção norte-americana na educação brasileira, anunciada, porém, à sociedade brasileira como assistência técnica.

Os defensores do ensino público e gratuito perderam espaço para a aliança dos que lutavam pela hegemonia da escola particular. Essa aliança encontrou, na política de contenção de verbas e na crescente necessidade de expansão de vagas, as condições para crescente privatização do ensino, sobretudo do ensino superior. Vários artifícios foram usados pelos defensores do regime militar, na forma de dispositivos legais e medidas oficiais que legitimaram a expansão do ensino superior, referendando seu caráter privatista (DOURADO, 2001, p. 46).

O Estado de Goiás, por meio de suas duas Universidades (UCG e UFG), viveu os embates da mesma lógica difundida nacionalmente, em que o setor privado apresenta a sua preponderância em relação às oportunidades de vagas, abertura de instituições e novos cursos em detrimento da contenção de verba do setor público de ensino. Por meio de tais medidas, a política educacional adotada desobriga o Estado de sua participação financeira na sobrevivência do ensino público e, com isso, cria condições para o surgimento de um novo perfil de ensino privado empresarial.

Além do modelo empresarial, surgem nesta época os modelos fundacionais, que ganham sua relevância, sobretudo, de fundações de ensino superior federal (DOURADO,

2001, pp. 48-49). Contudo, na década de 1960, o Estado de Goiás viveu na contramão do movimento expansionista ocorrido no país e contou apenas com a criação de uma Faculdade privada (Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão) e de duas instituições públicas (Faculdades de Ciências Econômicas de Anápolis e Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás – Esefego).

Sobre os anos de 1980, pontua-se que a relação Estado e políticas públicas assume novos contornos, que passam a ser articulados entre as diferentes esferas do poder público (federal, estadual e municipal). Destaca-se, neste período, a rearticulação da sociedade civil, na busca da ocupação de espaço político em um novo cenário que se delineia.

Enquanto no período militar as iniciativas públicas federais conviveram com uma expansão do ensino superior contida, em função das políticas de contenção de despesas, na década de 80, surge um novo parceiro no processo de expansão, na figura das fundações de educação municipais.

Estudos de Dourado sintetizam que, no Estado de Goiás, as fundações municipais foram criadas, em sua maioria, articuladas aos interesses de instituições de ensino privadas

Neste aspecto, em Goiás, ocorreu a interligação entre a esfera pública e a privada, a partir da conformação de práticas clientelísticas, fruto de acordos políticos eleitorais que ocultam ou falseiam o caráter privado de iniciativas do poder municipal, aparentemente de caráter público (DOURADO, 2001, pp. 56- 57).

A expansão do ensino superior ocorrida no Estado de Goiás até o ano de 1979 e final da década de 1980 pode ser identificada na Figura 24<sup>34</sup>

| EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM GOIÁS: DE 1979 AO FINAL DA DÉCADA DE 1980 |             |                |                                                |
|--------------------------------------------------------------------------|-------------|----------------|------------------------------------------------|
| INSTITUIÇÕES                                                             | ANO DE 1979 | DÉCADA DE 1980 | TOTAL DE INSTITUIÇÕES NO FINAL DA DÉCADA DE 80 |
| Universidades                                                            | 2           | 1              | 3                                              |
| Autarquias Estaduais                                                     | -           | 9              | 9                                              |
| Faculdades Municipais                                                    | -           | 11             | 11                                             |
| Instituições Isoladas                                                    | -           | 9              | 9                                              |
| Total Geral                                                              | 2           | 30             | 32                                             |

**Figura 24** – Expansão do Ensino Superior em Goiás: 1979-1980, de acordo com Dourado (2001, p. 66).

A **Figura 24** retrata o fenômeno expansionista ocorrido no Estado de Goiás até o final dos anos de 1980. O processo de interiorização mediado pela criação de instituições isoladas de ensino superior em todo Estado fundamenta o motivo do crescimento de IES.

A expansão, de fato, inseriu-se no discurso de desenvolvimento regional disseminado pela linguagem do Estado e contou com análise da então Delegacia Regional do MEC (DEMEC-GO), já sinalizando preocupações relacionadas com as questões financeiras, que

<sup>34</sup> Quanto aos nomes das Instituições, ver Dourado (2001, p. 66).

envolvem alunos, em especial, do setor privado de ensino.

É um fato por demais conhecido que, a partir de 1983, foram criados diversos cursos de graduação e instaladas várias faculdades tanto na rede oficial, quanto na particular. Se, por um lado, o fato se deu como resposta ao anseio de fixar os jovens no seu meio, oferecendo-lhes condições de qualificação profissional para atuarem no seio de sua própria comunidade, por outro lado, dá margem à reflexão, à abertura de cursos superiores nas atuais circunstâncias financeiras que atravessa o país, para não dizer o próprio Estado e Municípios (DEMEC-GO, apud DOURADO, 2001, p. 68).

Entre o final da década de 1980 até o ano de 1996, manteve-se o número de 32 IES no Estado de Goiás. Somente após a promulgação da Lei nº 9.394/96, o Estado inseriu-se em um novo *boom* expansionista, decorrente da política de expansão do sistema superior de ensino, em específico do setor privado de ensino.

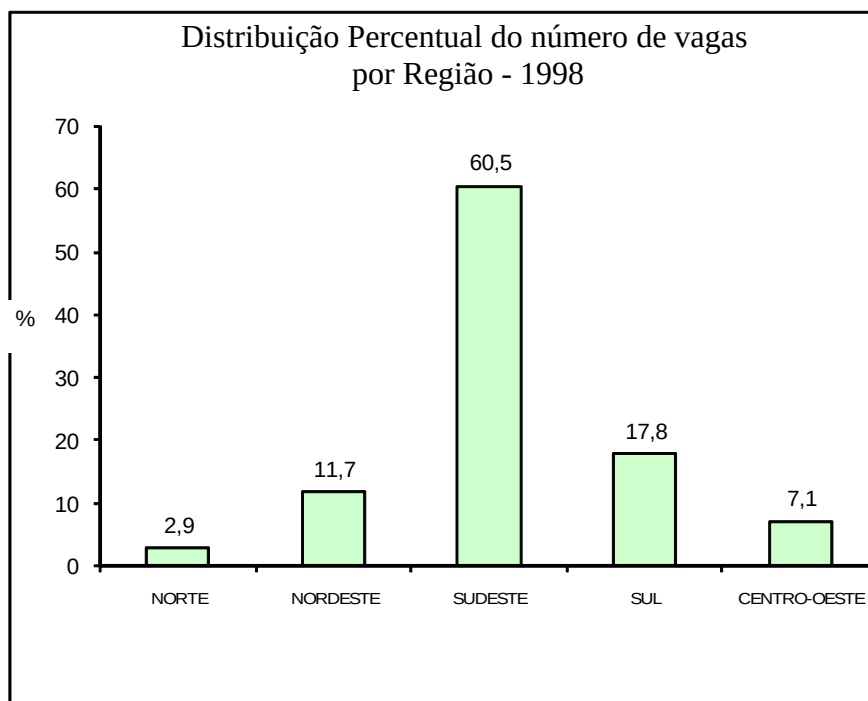
O *boom* da expansão dos cursos de graduação no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 90, pode ser interpretado na **Tabela 7**, em que se identifica a região Centro-Oeste em quarta posição, se comparado à expansão nacional, mas se compar o percentual de crescimento em uma década (1988 a 1998), identifica-se que a região Centro-Oeste posiciona-se em segundo lugar, com crescimento de 98,4%, perdendo somente para a região Norte, que cresceu 195,4%.

**Tabela 7 - Distribuição do Número de Cursos e Taxa de Crescimento segundo as Regiões - 1988 e 1998**

| Região       | 1988  |       | 1998  |       | Crescimento %<br>88/98 |
|--------------|-------|-------|-------|-------|------------------------|
|              | Total | %     | Total | %     |                        |
| BRASIL       | 4.288 | 100,0 | 6.950 | 100,0 | 62,1                   |
| Norte        | 131   | 3,1   | 387   | 5,6   | 195,4                  |
| Nordeste     | 712   | 16,6  | 1.134 | 16,3  | 59,3                   |
| Sudeste      | 2.232 | 52,1  | 3.247 | 46,7  | 45,5                   |
| Sul          | 907   | 21,2  | 1.575 | 22,7  | 73,6                   |
| Centro-Oeste | 306   | 7,1   | 607   | 8,7   | 98,4                   |

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Ainda com o objetivo de interpretar a expansão regional dos cursos de graduação, identifica-se o percentual de vagas distribuídas por região, no ano de 1998, conforme se pode ver na **Figura 25**.



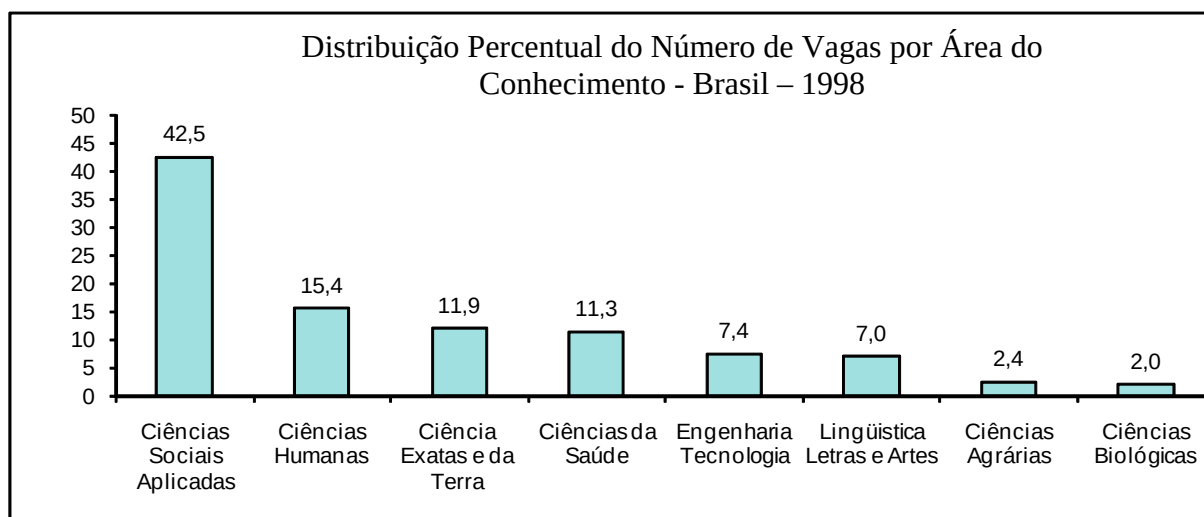
**Figura 25** –Distribuição percentual do número de vagas por região, de acordo com MEC/INEP/SEEC.

As diferenças regionais vividas no Brasil na ótica da expansão do ensino superior podem ser facilmente identificadas ao se analisar a **Figura 25**. Mesmo que as regiões Norte e Centro-Oeste tenham apresentado, no ano de 1998, o maior percentual de crescimento na ampliação de cursos em relação às demais regiões brasileiras, continuaram mantendo-se em quarto e quinto lugar na posição nacional.

Outro aspecto que mereceu atenção em relação à expansão do ensino superior na segunda metade da década de 1990 foi a distribuição de vagas por área de conhecimento.

Pode-se identificar o crescimento espantoso nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Ao interpretar o crescimento destas áreas, associando-as à lógica expansionista viabilizada pela LDB, Lei 9.394/96, em que pese a abertura para a expansão do ensino superior privado, compreende-se que estes são cursos com maior facilidade de implementação, com níveis de exigências de investimentos laboratoriais diferenciados em relação àqueles de outras áreas, especialmente os das áreas de biológicas.

O crescimento comparativo dos cursos das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas em relação aos das outras áreas pode ser visualizado na **Figura 26**:



**Figura 26** – Distribuição percentual do número de vagas por área de conhecimento – 1998, de acordo com MEC/Inep (2004).

Os dados levantados por Gomes sobre a expansão das IES no Estado de Goiás indicam que,

No censo de 1999 o número de IES no Estado de Goiás era de 42, apresentando um crescimento de 78,8%. Desse universo as IES privadas eram em número de 29. Os dados oficiais (Brasil, Mec/Inep, 1999) não incluem duas universidades com sede em outro Estado (Universo e Unip) que apresentam expansão no município. A Universo estabeleceu em Goiânia em 1996 e a Unip em 1999 (GOMES, 2002, p. 69).

Com o objetivo de dar continuidade ao levantamento quantitativo das IES do Estado de Goiás, pode-se registrar um crescimento de 64,28% se se consider o quantitativo de 42 IES, em 1999, e 69 IES existentes até o presente ano.

A **Figura 27** mostra o crescimento percentual das IES no Estado de Goiás, entre os anos de 1980 a 2004.

| EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO ESTADO DE GOIÁS : 1989-2004 |               |                  |
|--------------------------------------------------------------------|---------------|------------------|
| ANO                                                                | NÚMERO DE IES | CRESCIMENTO EM % |
| 1989                                                               | 31            | -                |
| 1999                                                               | 42            | 35,48            |
| 2004                                                               | 69            | 64,28            |

**Figura 27** – Expansão do Ensino Superior no Estado de Goiás: 1989-2004, de acordo com dados disponibilizados no site do Inep.

Das 42 IES existentes no Estado de Goiás até o ano de 1999, 28 são instituições



| INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE GOIÁS (Cont...) |                                                                                                                                                                   |                                     |
|-----------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| CIDADE                                                                | IES                                                                                                                                                               | ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA               |
| Jussara                                                               | Faculdade de Jussara – UniFAJ                                                                                                                                     | Faculdade                           |
| Piracanjuba                                                           | Faculdade de Piracanjuba – FAP                                                                                                                                    | Faculdade                           |
| Valparaíso                                                            | Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires – FACESA<br>Faculdade JK Administração de Valparaíso – Faculdade JK<br>Instituto de Ciências Sociais e Humanas – ICSH | Faculdade<br>Faculdade<br>Faculdade |
| Rubiataba                                                             | Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba - FACER                                                                                                             | Faculdade                           |
| Trindade                                                              | Instituto Aphonsiano de Ensino Superior                                                                                                                           | Faculdade                           |
| Jataí                                                                 | Centro de Ensino Superior de Jataí                                                                                                                                | Faculdade                           |
| Iporá                                                                 | Faculdade de Iporá                                                                                                                                                | Faculdade                           |
| Cidade Ocidental                                                      | Faculdade do Centro Oeste – FACO                                                                                                                                  | Faculdade                           |
| Pires do Rio                                                          | Faculdade do Sudeste Goiano – FASUG                                                                                                                               | Faculdade                           |
| São Luís de Montes Belos                                              | Faculdades de Montes Belos – FMB<br>Instituto Superior de educação de Montes Belos - ISEMB                                                                        | Faculdade<br>Instituto Superior     |
| Quirinópolis                                                          | Faculdade de Quirinópolis – FAQUI                                                                                                                                 | Faculdade                           |
| Mineiros                                                              | Faculdade Integrada de Mineiros                                                                                                                                   | Faculdades Integradas               |
| Luziânia                                                              | Faculdades Integradas do Planalto Central - FIPLAC                                                                                                                | Faculdades Integradas               |
| Formosa                                                               | Faculdades Integradas IESGO                                                                                                                                       | Faculdades Integradas               |

**Figura 28** – Instituições privadas de Ensino Superior em Goiás, de acordo com dados disponibilizados no site do Inep.

No presente capítulo, discutiu-se o desenvolvimento nacional do ensino superior e, a partir dos dados levantados e das discussões encaminhadas, buscou-se construir uma compreensão do movimento nacional (Brasil) para o movimento regional (Centro-Oeste e Goiás). Contudo, pretende-se seguir para um nível de verticalização deste estudo para discussão dos cursos de Pedagogia, em Goiânia. Para tanto, fez-se necessário desenvolver um caminho em que se pudesse compreender o cenário nacional do ensino superior no Brasil e, a partir dele, localizar o Estado de Goiás, como centralidade do trabalho proposto.

Ao se definir pelo estudo verticalizado para o Estado de Goiás, buscou-se construir um caminho que permitisse interpretar o *boom* expansionista vivido em Goiás e Goiânia, principalmente a partir da segunda metade da década de 90, como um espaço-tempo central do objeto de estudo – a expansão dos cursos de Pedagogia em Goiânia.

### 3 O CURSO DE PEDAGOGIA NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE GOIÂNIA: fluxo e refluxo.

O presente capítulo tem por objetivo, num primeiro momento, trabalhar o processo de criação dos cursos de Pedagogia em Goiânia, e, por meio da construção de uma linha temporal, caracterizar cada uma das IES que oferecem o curso, assim como os movimentos que as distinguem e ou aproximam.

A partir da lógica expansionista da educação superior privada no Brasil e das informações já exploradas nos capítulos anteriores, em que foram tratados os movimentos nacional, regional e estadual, nesse capítulo passa-se a explorar os dados referentes ao município de Goiânia, com o objetivo de interpretar como as IES já existentes no município e aquelas em sua fase de estruturação encaminham o seu projeto do curso de Pedagogia, mediante o processo de mercantilização da educação superior.

Para melhor compreender a especificidade dos cursos de Pedagogia em Goiânia, considerando o movimento constituído e a complexidade do próprio movimento, será sistematizada a caracterização das oito IES do segmento privado que ofertam cursos de Pedagogia em Goiânia. Em função dos limites encontrados no desenvolvimento da pesquisa em relação as fontes disponibilizadas, será feita uma análise mais exaustiva das duas instituições que, de forma completa, disponibilizaram as fontes necessárias para o estudo: a primeira, Universidade Católica de Goiás – UCG e a segunda, as Faculdades Alves Faria – Alfa.

O estudo sobre as duas instituições de ensino superior citadas se justifica por ser a UCG a primeira instituição de ensino superior do Estado de Goiás e, por conseguinte, a primeira instituição que ofertou o curso de Pedagogia em Goiás e em Goiânia, e as Faculdades Alves Faria - Alfa por apresentar-se no contexto do *boom* expansionista do ensino superior em Goiânia com o seu modelo de organização operacional, substantivamente a partir da segunda metade da década de 1990, ofertando o curso de Pedagogia em uma cenário de vasta competição concorrencial.

As fontes que serviram de análise para este estudo tiveram como foco os dados consultados no Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa – Inep, Censo 2003, com o seguinte recorte: de 1991 a 1999, formalizando o levantamento sobre a quantidade de vagas dos cursos de Pedagogia ofertados em Goiânia, que, neste período, ainda não dispunha de dados referentes às faculdades privadas. Daí, a necessidade de estabelecer uma análise comparativa entre as vagas ofertadas pelo setor público e pelo privado (Universidade Federal de Goiás – UFG e Universidade Católica de Goiás – UCG), seguindo o recorte cronológico entre os anos



de 2000 a 2003 para as análises dos dados referentes aos cursos de Pedagogia ofertados pelo setor privado de ensino e, no estudo aqui específico, tratando das faculdades privadas isoladas e da Universidade Católica de Goiás – UCG confessional/privada.

Para o levantamento e interpretação dos dados, foram estabelecidos os seguintes critérios de informações: categoria administrativa das IES pesquisadas, as vagas do curso de Pedagogia oferecidas por vestibular, a quantidade de inscritos e o ingresso por meio do processo seletivo.

Por fim, foi feita uma análise do fluxo e refluxo vivido pelas duas instituições trabalhadas (UCG e Alfa), entre os anos de 2001 a 2004, com relação aos seus cursos de Pedagogia.

### **3.1 Caracterização das IES privadas de Goiânia que oferecem o curso de Pedagogia**

A definição do universo pesquisado centrou-se nas IES privadas com fins lucrativos que oferecem o curso de graduação em Pedagogia Licenciatura Plena, no município de Goiânia. Foram identificadas no universo pesquisado oito instituições de ensino superior, dentre estas, três Universidades, quatro Faculdades Isoladas e um Centro Universitário. Estas, apresentam as suas distinções enquanto instituições de ensino superior, porém, se aproximam por fazerem parte de uma lógica mercadológica que move a existência da cada uma delas frente ao mercado de disputa em que se encontram inseridas.

A Universidade Católica de Goiás – UCG foi definida como ponto de partida na construção de um linha temporal em que foram traçadas características gerais do surgimento de cada IES, e por ser a primeira Universidade do Estado Goiás a ofertar o curso de Pedagogia no município de Goiânia. Para o desenvolvimento da caracterização aqui proposta, foi respeitado o movimento cronológico em que estas instituições foram surgindo em Goiânia.

#### **3.1.1 Universidade Católica de Goiás – UCG**

A Universidade Católica de Goiás é mantida pela Sociedade Goiana de Cultura - SGC - pessoa jurídica de direito privado, criada pela Arquidiocese de Goiânia, em dezembro de 1958, para organizar, manter e orientar a Universidade – UCG.

De natureza católica, comunitária e filantrópica, a Sociedade Goiana de Cultura -SGC apresenta as características exigidas pela legislação pertinente e estabeleceu, com clareza, suas finalidades maiores que, em última análise, são as mesmas finalidades da Universidade Católica.

A missão da Universidade Católica de Goiás consiste em cultivar, desenvolver, produzir e preservar a formação integral e ética do ser humano, bem como ser referência regional e nacional na formação de profissionais comprometidos com a vida, com o progresso da sociedade e com o desenvolvimento regional capaz de responder adequadamente aos complexos desafios da sociedade atual (UCG, site institucional).

Como já fez em outras oportunidades, a Sociedade Goiana de Cultura – SGC acabou de reformar seu estatuto, a fim de adaptar-se melhor e ajudar a UCG a adaptar-se, também, à realidade brasileira e goiana de nossos dias.

A categoria administrativa privada da UCG pode ser mais bem compreendida a partir da citação seguinte:

É preciso afirmar, sem rodeios, por uma questão de verdade e de realismo que podem ajudar a UCG a encontrar a medida dinâmica de si mesma, em certos pedaços de sua caminhada, que ela é uma Universidade Católica, particular e paga e não governamental e gratuita. Está integrada no Plano Pastoral da Arquidiocese de Goiânia e como está engajada na construção de um novo tipo de homem e de uma nova sociedade. Na coerência com esta integração à realidade econômico-sócio-político-cultural de que faz parte, no ajustamento inteligente de seu regime jurídico e do tipo peculiar de universidade, procura manter a consciência histórica dos seus fins e da necessidade de buscar, sempre, uma medida justa de acesso dos variados segmentos da sociedade à sua vida acadêmica. É preciso administrar eficientemente a Universidade, colocar a administração a serviço das funções universitárias básicas e é necessário realizar todas essas atividades referidas dentro das finalidades maiores da Mantenedora. (UCG, site institucional, 2005)

O primeiro curso de Pedagogia do Estado de Goiás e, por conseguinte, do município de Goiânia, nasceu por intermédio dos interesses da Igreja Católica, consolidado com a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – FFCL, em 1948, considerada a “pedra angular” da Universidade de Goiás, futura Universidade Católica de Goiás – UCG, Instituição esta que antecedeu a criação da Universidade Federal de Goiás – UFG. História marcada por lutas políticas entre o público e o privado entremeadas de interesses que provocaram na sociedade da época reações diversas e, ao mesmo tempo, a certeza da força e influência advinda da Igreja Católica no cenário político local.

Na condição de IES confessional/privada permaneceu exclusiva no cenário goianiense até o ano de 1973, quando foi criada, em Goiânia, a primeira IES privada com fins lucrativos, a Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas. No entanto, em relação à oferta do curso de Pedagogia, permaneceu, até a segunda metade da década de 1990, sendo a única instituição de ensino superior privado a ofertar o curso em Goiânia, que, durante este período, teve a sua demanda dividida com a Universidade Federal de Goiás.

Sobre as transformações ocorridas na estrutura organizacional e acadêmica da Universidade Católica de Goiás – UCG, serão pontuadas somente aquelas que se referem direta ou indiretamente ao curso de Pedagogia.

Em decorrência da Lei 5.540/68 (Reforma do Ensino Superior), que viabilizou a criação dos Departamentos dentro das universidades, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras-FFCL da UCG foi extinta no ano de 1973, dando lugar para a estruturação do Departamento de Educação/EDU.

A Reforma Universitária de 1968 trouxe também para o espaço de discussão dos cursos de Pedagogia novos embates e, a partir da criação do Departamento de Educação - EDU das UCG - ocorreram as reformulações curriculares do curso de Pedagogia, como parte do seu processo de reestruturação e adequação aos diferentes cenários do ensino superior brasileiro, ao longo das quase cinco décadas da sua existência em Goiânia.

A Universidade Católica, que nasceu da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL, atualmente, oferece os seguintes cursos:

| UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – UCG     |                                              |                |                                  |                        |
|------------------------------------------|----------------------------------------------|----------------|----------------------------------|------------------------|
| CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERTADOS – ANO 2005 |                                              |                |                                  |                        |
| Curso                                    | Modalidade/Habilitação/Ênfase                | Situação Legal |                                  | Nº de Vagas oferecidas |
|                                          |                                              | Autorização    | Reconhecimento                   |                        |
| Administração                            | Administração                                |                | Dec. 77.556 de 06/05/1976        | 200                    |
|                                          | Agronegócios                                 |                | Port. 1.817 de 21/06/2004        | 50                     |
|                                          | Turismo                                      |                | Port. 1.124 30/04/2004           | 100                    |
| Ciências Contábeis                       |                                              |                | Dec. 38.044 de 10/10/1955        | 150                    |
| Ciências Aeronáticas                     |                                              |                | Port. 2.295 de 26/08/2003        |                        |
| Ciências Econômicas                      |                                              |                | Dec. 37.618 de 20/07/1955        | 50                     |
| Educação Física                          |                                              |                | -                                | 60                     |
| Serviço Social                           |                                              |                | Dec. 1944 de 21/12/1962          | 130                    |
| <b>Pedagogia</b>                         | <b>Edcação Infantil</b>                      |                | <b>Dec. 30.588 de 22/02/1952</b> | <b>150</b>             |
|                                          | <b>Séries Iniciais do Ensino Fundamental</b> |                |                                  |                        |
| Filosofia                                |                                              |                | Port. 828 de 05/06/1992          | 80                     |
| Teologia                                 |                                              |                | Port. 1.815 de 21/06/2004        | 50                     |
| História                                 |                                              |                | Dec. 30.588 de 22/02/1952        | 50                     |
| Geografia                                |                                              |                | Dec. 30.588 de 22/02/1952        | 50                     |
| Relações Internacionais                  |                                              |                | Port. 2.878 de 13/09/2004        | 110                    |
| Sec Exec. Bilíngue                       |                                              |                | Port. 2.157 de 20/11/1997        | 100                    |
| Letras                                   | Português                                    |                | Dec. 30.588 de 22/02/1952        | 60                     |
|                                          | Português/Espanhol                           |                |                                  | 50                     |
|                                          | Portugal/Espanhol                            |                |                                  | 60                     |
| Arquitetura e Urbanismo                  |                                              |                | Dec. 174.441 de 29/05/1974       | 60                     |
| Design                                   |                                              |                | Port. 1.826 de 21/06/2004        | 60                     |
| Matemática                               |                                              |                | Dec. 64785 de 07/07/1969         | 30                     |
| Física                                   |                                              |                | Dec. 64785 de 07/07/1969         | 50                     |
| Eng. Alimentos                           |                                              |                | Port. 2.196 de 08/08/2003        | 100                    |
| Química                                  |                                              |                | Res.002/2004 de 16/04/2004       | 100                    |
| Ciências da Computação                   |                                              |                | Port. 239 de 20/01/2004          | 210                    |
| Engenharia da Computação                 |                                              |                | Port. 1.827 de 21/06/2004        | 100                    |
| Engenharia Ambiental                     |                                              |                | Port. 1.828 de 21/06/2004        | 50                     |
| Engenharia Civil                         |                                              |                | Port. 25 de 08/01/1982           | 110                    |
| Engenharia Elétrica                      |                                              |                | Port. 1.810 de 21/06/2004        | 50                     |
| Engenharia de Produção                   |                                              |                | Port. 1.816 de 21/06/2004        | 50                     |
| Biologia                                 |                                              |                | Dec. 73.674 de 18/02/1974        | 100                    |

| Enfermagem                                                                                    |                               |                             | Dec. 15.495 de 09/05/1944 | 80                     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|---------------------------|------------------------|
| <b>UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – UCG</b><br><b>CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERTADOS (Cont...)</b> |                               |                             |                           |                        |
| Curso                                                                                         | Modalidade/Habilitação/Ênfase | Situação Legal              |                           | Nº de Vagas oferecidas |
|                                                                                               |                               | Autorização                 | Reconhecimento            |                        |
| Fisioterapia                                                                                  |                               |                             | Port. 248 de 20/01/2004   | 110                    |
| Direito                                                                                       | Ciências Jurídicas            |                             | Dec. 56.283 de 13/05/1965 | 430                    |
| Psicologia                                                                                    |                               |                             | DEC. 82314 de 25/09/1978  | 260                    |
| Ciën. Biol. Mod. Médica                                                                       |                               |                             | Port.369 de 03/06/1980    | 50                     |
| Fonoaudiologia                                                                                |                               |                             | Port.1.199 de 13/08/1992  | 80                     |
| Terapia Ocupacional                                                                           |                               |                             | Port. 2.824 de 06/09/2004 | 110                    |
| Zootecnia                                                                                     |                               |                             | Port. 1.093 de 28/09/1998 | 100                    |
| Medicina                                                                                      |                               | Port. 703435 de 28/08/2002. |                           | 80                     |
| Total                                                                                         |                               |                             |                           | <b>3.870</b>           |

**Figura 29** – Cursos oferecidos pela UCG, de acordo com dados da Pró-Reitoria de Graduação, Secretaria Geral, março de 2005.

A UCG, desde a sua criação até a segunda metade dos anos 1990, viveu uma longa época de quase exclusividade e consolidação de um nome, uma marca e uma história referente ao Curso de Pedagogia, que nos seus dados de criação conta com documento - Decreto Federal nº 47041, datado de 17/10/1959. Voltar-se-á a tratar deste assunto no item seguinte ao se abordar o estudo comparativo entre duas IES que ofertam o curso de Pedagogia em Goiânia.

### 3.1.2 Faculdade Padrão

A Associação de Educação e Cultura de Goiás Ltda (AECG) é uma Sociedade Civil de fins lucrativos inscrita no CGC/MF sob nº 02.684.686/0001-02, mantenedora da Faculdade Padrão. Foi credenciada por meio da Portaria nº 641, de 13 de maio de 1997, editado no Parecer nº 751/98.

Conforme dados obtidos por meio de documento da IES (Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia), foram sintetizadas as informações que seguem:

Aos 20 dias do mês de agosto de 1979, a AECG iniciou suas atividades na capital Goiânia, tendo como seu presidente o professor Walter Paulo de Oliveira Santiago, fundador das Faculdades de Ciências Humanas dos municípios de Gurupi até então município goiano e Anicuns- Go com os cursos de Direito e Pedagogia. Manteve nos anos de 1979 a 1988, o Colégio Padrão e as Faculdades de Ciências Humanas de Anicuns e Gurupi. Mantém desde 1988, a Faculdade Padrão e o Instituto Superior de Educação Padrão. No ano de 1979, desenvolveu um projeto pedagógico voltado para a educação que culminou na criação do Colégio Padrão de Educação Infantil ao Ensino Médio e, no ano de 1990 conveniou-se com a Secretaria de Estado da Educação de Goiás. Posteriormente, terceirizado ao Colégio Meta Brasil. A experiência comprovada pela AECG levou seus diretores a elaborarem uma

proposta pedagógica para a criação da Faculdade Padrão. Credenciada em 1998, iniciou suas atividades com quatro cursos: Administração Hoteleira, Pedagogia, Ciências Contábeis e Biomedicina (PROPOSTA PEDAGÓGICA, 2004, p. 9).

A história da criação, desenvolvimento e crescimento da instituição - Faculdade Padrão é marcada pelo *boom* expansionista do setor privado, que desde o final da década de 1970, vem sedimentando o seu caminho e atuando desde as Séries Iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Superior e vivendo no seu processo de expansão no Estado de Goiás, a abertura de novos *campi*.

Apresentou desde o seu início, um modelo de gestão acentuado por parcerias com o setor público, por meio de convênios com a Secretaria de Educação, que, durante aos anos de 1970 e 1980, atendeu ao funcionamento dos Colégios.

Em relação ao ensino superior, particularmente nos primeiros anos do século XXI, passou a contar com a participação financeira das Bolsas Universitárias, destinadas aos acadêmicos dos cursos de graduação oferecidos pela IES. Por meio dos dados levantados junto ao órgão gestor das Bolsas Universitárias – OVG, identificou-se que a quantidade de bolsas destinadas à Faculdade Padrão é superior às quantidades destinadas às demais IES concorrentes do município de Goiânia.

Ao se analisar o valor de mensalidade cobrado pelo curso de Pedagogia, pode se interpretar que a Faculdade Padrão é uma das instituições que tem servido de estímulo ao órgão financiador das bolsas universitárias (OVG), pois pratica um valor diferenciado de mensalidade em relação às suas concorrentes, utilizando-se do discurso de ensino, pesquisa e extensão. Caracteriza-se, assim, uma relação custo-benefício do tipo “o barato que sai caro” no investimento de um projeto de formação de professores, que forma os executores do ensino na escola básica com os argumentos de que pode mais, porém alimentados por um currículo diversificado que não apresenta nas suas bases a sustentabilidade da articulação teoria e prática, assim como ensino, pesquisa e extensão.

Os argumentos apresentados no Projeto do curso de Pedagogia evidenciam o Perfil Filosófico, e a Missão da Faculdade Padrão:

“A faculdade Padrão é um caminho de mudanças. Nela há estímulo e motivos para uma educação eminentemente libertadora. Parte da realidade socioeconômico-política, adentrando na concreticidade da vida de todas as pessoas, partícipes ativos e passivos, elementos que contrastam necessidade e anseios. Tem a função social de despertar a potencialidade individual para garantir o crescimento coletivo, numa sociedade sem explorador e explorado. Ensina a rota para autodeterminação coletiva, descortinando novos horizontes sociais, econômicos e políticos. Seu princípio é a solidariedade, sua base é a justiça social e seu fim o bem comum” (MANUAL DO ALUNO, 2001/1, p. 21).

Tais argumentos, expostos em documentos oficiais da Instituição, buscam nos seus mecanismos e estratégias de venda junto ao mercado consumidor de serviços educacionais a evidência de uma Logo “Padrão”, por sua vez, fragilizada, em função da ausência de uma estrutura acadêmica que atenda ao padrão de qualidade vendido na mídia.

Gomes, em seu estudo sobre o ensino superior privado em Goiânia, fez as seguintes anotações sobre a Faculdade Padrão:

O grande *boom* expansionista da Faculdade Padrão ocorreu com a Portaria do MEC, nº 1.585/2001, que autorizou os cursos de Administração, com diversas habilitações, no processo seletivo 2001/2002. Com a autorização dos referidos cursos em julho de 2001, a Faculdade padrão teve um aumento de 1.400 vagas, passando de quinhentas para 1.900 vagas, o que, em termos percentuais, representa um crescimento de 380% em número de vagas (GOMES, 2002, p p. 116-117).

A expansão de cursos de graduação e vagas na Faculdade Padrão continua apresentando crescimento significativo, assim como a abertura de dois novos *campi*, criados para atender às demandas. Observe o seu crescimento na **Figura 36**:

| FACULDADE PADRÃO<br>CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS |                                       |                                  |                |                              |
|----------------------------------------------------|---------------------------------------|----------------------------------|----------------|------------------------------|
| Curso                                              | Modalidade/<br>Habilitação/<br>Ênfase | Situação Legal                   |                | Nº de<br>vagas<br>oferecidas |
|                                                    |                                       | Autorização                      | Reconhecimento |                              |
| Administração                                      | Empresas                              | Port.1.585 de 19/07/2001         |                | 300                          |
|                                                    | Análise de Sistemas                   | Port.1.585 de 19/07/2001         |                | 200                          |
|                                                    | Comércio Exterior                     | Port.1.585 de 19/07/2001         |                | 200                          |
|                                                    | Gestão Turística                      | Port.1.585 de 19/07/2001         |                | 200                          |
|                                                    | Marketing                             | Port.1.585 de 19/07/2001         |                | 200                          |
|                                                    | Hotelaria                             | Port. 1.459 de 23/12/1998        |                | 100                          |
|                                                    |                                       |                                  |                |                              |
| Ciências<br>Biologias                              | Modalidade Médica                     | Port.1.583 de 19/07/2001         |                | 100                          |
| Ciência<br>Contábeis                               |                                       | Port. 199 de 08/02/2001          |                | 100                          |
| <b>Pedagogia</b>                                   | <b>Administração Escolar</b>          | <b>Port. 1.026 de 20/07/2000</b> |                | 100                          |
|                                                    | <b>Orientação Escolar</b>             |                                  |                | <b>100</b>                   |
|                                                    | <b>Supervisão Escolar</b>             |                                  |                | 100                          |
| Fisioterapia                                       |                                       | Port. 1.771 sw 19/06/2002        |                | 100                          |
| Direito                                            |                                       | Port. 4.034 de 23/12/2003        |                | 200                          |
| Enfermagem                                         |                                       | Port. 3.768 de 12/12/2003        |                | 100                          |
| <b>Total</b>                                       |                                       |                                  |                | <b>2.100</b>                 |

Figura 36 – Cursos de Graduação oferecidos pela Faculdade Padrão, de acordo com dados do Inep.

Sobre o curso de Pedagogia na IES, foram levantadas informações por meio de documentos oficiais consultados, que permitem compreender, em linhas gerais, a concepção do curso ofertado, uma vez identificado que a Faculdade Padrão é a instituição de ensino

superior privada, em Goiânia, que apresenta o maior número de alunos matriculados no curso de Pedagogia, mantendo a abertura de quatro novas turmas a cada semestre, com uma média de cinquenta alunos por turma<sup>35</sup> Contudo, percebe-se que o refluxo apresentado pelo curso de Pedagogia da Faculdade Objetivo, no final do ano de 2004, não atingiu o fluxo do curso de Pedagogia da Faculdade Padrão.

Conforme consta registrado em documento oficial da instituição:

A concepção do curso de Pedagogia da Faculdade Padrão propõe a formação do profissional habilitado com base docente para realizar trabalho pedagógico-administrativo na Educação Básica, nas organizações sociais e empresas em geral. Capacitado para atuar na docência em educação Infantil, séries iniciais do ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação de Portadores de necessidades Especiais ou Magistério de disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio, assim como atuar nas áreas emergentes no campo educacional (MANUAL DO ALUNO, 2001/1, p. 4).

Ao analisar a matriz curricular do curso, foi possível verificar que ementas desarticuladas da concepção anunciada e da relação teoria e prática e o conjunto das disciplinas oferecidas no encaminhamento do projeto de formação acadêmica propõem uma formação pulverizada e insuficiente para atender à formação do perfil do egresso proposto.

Pode-se considerar, a partir da realidade identificada no interior do curso de Pedagogia da Faculdade Padrão, que existe aí uma lacuna no essencial da formação do pedagogo, como afirma Pimenta: “um curso de pedagogia não dá conta de formar pedagogos para se inserirem em inúmeras áreas de atuação constatadas nas várias modalidades de currículo existente nas universidades e nas demais instituições de ensino superior” (PIMENTA, 2004).

O discurso exposto no projeto do curso afirma que a formação no curso de Pedagogia da Faculdade Padrão “possibilita a opção por habilitações e competências específicas em grandes áreas de formação aplicada, profissional, docências e pesquisadores”. No entanto, o estudo aqui desenvolvido, a partir dos dados levantados nos documentos oficiais, que foram explorados para fins desta interpretação, não permite identificar na organização pedagógica do curso, a articulação entre ensino e pesquisa.

Considerando os objetivos e a organização curricular apresentados no projeto do curso de Pedagogia, o pedagogo formado neste curso

Terá uma consistente base teórica articulada à investigação e prática educacional com ênfase ao conhecimento específico da educação. Sua formação abrangerá compreensão do processo de construção do conhecimento no indivíduo, capacidade de formular e encaminhar soluções de problemas educacionais, capacidade de estabelecer diálogo entre a área educacional e as demais áreas, saber articular

<sup>35</sup> Apesar de a instituição não ter formalizado este dado quantitativo sobre os reais números de alunos no curso de Pedagogia, foi possível identificar, por meio dos documentos consultados (relação de docentes e distribuição de carga horária), que o curso, desde a sua criação, não apresentou nenhuma ruptura na abertura de novas turmas, inclusive, mantendo a distribuição de carga horária docente a cada semestre.

ensino e pesquisa, visão para identificar problemas sócio culturais e propor ações criativas, saber desenvolver metodologia e materiais pedagógicos, articulação da atividade educacional nas diferentes formas de gestão educacional, na organização de trabalho pedagógico escolar, no planejamento, execução e avaliação de proposta pedagógica da escola (MANUAL DO ALUNO, 2001/1, p. 4).

Pode-se concluir que as ambigüidades expostas no interior do curso de Pedagogia da Faculdade Padrão não serviram de entrave para o encaminhamento do processo de expansão, entre os anos de 2000 a 2004. Ao contrário, identifica-se que, neste cenário de disputas, a moeda de troca que está em jogo tem demonstrado ser, não a certeza do “o quê estou pagando, mas quanto estou pagando pelo que pretendo comprar” – neste caso em específico a busca pelo diploma.

### 3.1.3 Faculdades Objetivo

As Faculdades Objetivo mantêm uma organização acadêmica de categoria administrativa privada, particular em sentido estrito, e tem como mantenedora a Sociedade Objetivo de Ensino Superior – IUESO.

A criação da IES foi respaldada pelo documento Decreto Federal nº 94.649, datado do dia 17/07/1987, com publicação em 20/07/1987, e está credenciada para ministrar Educação a Distância.

Conforme dados já registrados por Gomes (2002, p. 102), “o Sistema Objetivo integra escolas de ensino fundamental, médio e superior e é um dos maiores do país. “Foi criado há 35 anos, numa pequena sala em São Paulo, pelo empresário João Carlos Di Gênio, e hoje tem quatrocentos estabelecimentos”, conta Souza (2000, p. 3).

Iniciou suas atividades em Goiânia com um cursinho pré-vestibular, em 1974 e, segundo Souza (2000, p. 3) “em dez anos de atuação, abriu dez unidades, sete na capital e três no interior, dentre elas a Faculdade Objetivo”.

Conforme Regimento da Instituição, em seu Art. 2º, o Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo – IUESO tem por objetivos:

a) desenvolver a pesquisa e a iniciação científica, visando colaborar no avanço da ciência e da cultura; b) promover a extensão, aberta à participação da população, para difundir as conquistas e benefícios resultantes dos estudos; c) sistematizar e investigar gerados na instituição; d) estimular a criação cultural, por meio da promoção de eventos diversificados; e) desenvolver atividades educativas, culturais, humanistas, técnicas e científicas que beneficiem efetivamente a comunidade onde se insere; f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade (REGIMENTO DA INSTITUIÇÃO).



Apresenta a sua Missão Institucional na defesa de primar por,

“investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em sua área de atuação. Para alcançar tais objetivos a Instituição promove a educação superior integrando a pesquisa e a extensão, visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o auto-conhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do estado e da região (PROJETO DE PEDAGOGIA, p. 4).

E, assim, respaldada por seu projeto institucional, em 1988, iniciou suas atividades no ensino superior em Goiânia com dois cursos: o de Farmácia/Bioquímica, com cem vagas, no período noturno, reconhecido pelo Decreto nº 95.239, de 13 de novembro de 1987, e o de Tecnologia em Processamento de dados, também com cem vagas, no turno noturno, reconhecido Pelo Decreto nº 94.649, de 17 de julho de 1987

Segundo os estudos e registros de Gomes (2002, p. 102), a Faculdade Objetivo ofereceu, neste mesmo ano de sua pesquisa, 1.175 vagas em onze cursos (8 em funcionamento e 3 autorizados). O número de cursos no processo seletivo de 2001/2002 foi aumentado para quinze, dentre eles o curso de Pedagogia.

Com o estabelecimento do campus da UNIP em Goiânia, a Faculdade Objetivo instituiu o processo seletivo semestral e, a partir do ano de 2000, passou a oferecer processo seletivo unificado Objetivo/UNIP, uma vez que essas duas IES possuem um mesmo mantenedor. Sobre este aspecto, é interessante observar como um mesmo mantenedor instituiu em um mesmo município duas frentes de trabalho voltadas para o mercado educacional e, principalmente, como as duas IES se comportam em relação às vagas ofertadas e os processos seletivos unificados para garantir que uma universidade fora de sede, como é o caso da Universidade Paulista – UNIP, instalada no município de Goiânia na década de 1990, criou o seu mecanismo de expansão tendo como fio condutor desse movimento as Faculdades Objetivo, sua “casa local”.

Gomes registrou, em seus estudos sobre o ensino superior privado em Goiânia, que

A década de 1990 trouxe para Goiânia uma nova realidade do ensino superior, mediante um processo expansionista das IES privadas com fins lucrativos, em decorrência de políticas educacionais que encaminham uma reconfiguração do ensino privado, explicitando a sua natureza privada e os fins lucrativos nos modelos empresariais, configurando investimentos empresariais locais e de outros Estados. Alterou-se substancialmente a realidade do ensino superior, que encaminhou um processo visível de mudanças, uma vez que a educação superior foi considerada por empresários goianos como um mercado com grande potencial para investimentos (GOMES, 2002, p. 103).

A identificação do Estado promissor fez com que muitos empresários buscassem rapidamente o encaminhamento para a criação e autorização de cursos superiores na capital,

Goiânia, que, na década de 1990, mostrou todo o seu potencial, inclusive, atraídos pelos incentivos do próprio governo local, com a implantação do programa Bolsa Universitária<sup>36</sup>.

Esta realidade local fez com que o *boom* expansionista, em Goiânia, assumisse os seus contornos de forma rápida e diferenciada, conforme a vocação e identidade institucional adotada pelas IES.

Contudo, pode-se observar nas **Figura 33 e 34**, a expansão da Faculdade Objetivo por meio da abertura de novos cursos e, conseqüentemente, o aumento de vagas, acenando substantivamente para a disputa acirrada no campo das IES privadas em Goiânia.

| FACULDADES OBJETIVO<br>CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS |                                                                                                                            |                         |                                                                                                                             |                              |
|-------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| Curso                                                 | Modalidade/<br>Habilitação/<br>Ênfase                                                                                      | Situação Legal          |                                                                                                                             | Nº de<br>vagas<br>oferecidas |
|                                                       |                                                                                                                            | Autorização             | Reconhecimento                                                                                                              |                              |
| Administração                                         | Empresas<br>Análise de Sistemas<br>Comércio Exterior                                                                       |                         | Port. 031 de 28/10/2003                                                                                                     | 150                          |
|                                                       |                                                                                                                            |                         | Port. 3.152 04/10/2004                                                                                                      | 150                          |
|                                                       |                                                                                                                            |                         | Port. 3.152 04/10/2004                                                                                                      | 150                          |
| Comunicação Social                                    | Publicidade e Propaganda                                                                                                   |                         | Port. 4.274 de 21/12/2004                                                                                                   | 150                          |
| Ciência da Computação                                 |                                                                                                                            |                         | Port. 745 de 06/05/1999 – Port. Renov. 504 de 18/02/2005                                                                    | 150                          |
| Direito                                               |                                                                                                                            |                         | Port. 1.624 de 13/05/2005                                                                                                   | 200                          |
| Engenharia Civil                                      |                                                                                                                            |                         | Port. 3.766 de 16/11/2004                                                                                                   | 150                          |
| Engenharia Elétrica                                   |                                                                                                                            |                         | Port. 1.770 de 20/05/2005                                                                                                   | 150                          |
| Farmácia                                              | Farmacêutico Bioquímico                                                                                                    |                         | Port. 132 de 20/01/1993<br>Port. Renov. 3.156 de 13/09/2005                                                                 | 150                          |
| Fonoaudiologia                                        |                                                                                                                            |                         | 3.768 16/11/2004                                                                                                            | 150                          |
| Pedagogia                                             | Admin. Educação na Empresa<br>Admin. Escolar<br>Magist. Educação Infantil<br>Magist. Séries Iniciais<br>Ensino Fundamental | Port. 265 de 03/03/2000 | Proc. de Avaliação in loco - nº 6867, curso: 25334. Relatório final conceito B, ainda não dispõe da Port. de reconhecimento | 450                          |
| Tecnologia em Processamentos de dados                 | Tecnólogo (curso com 3 anos de duração)                                                                                    |                         | Port. 465 de 22/03/1991                                                                                                     | 150                          |
| Turismo                                               |                                                                                                                            |                         | Port. 3.767 de 16/11/2004                                                                                                   | 150                          |
| <b>Total</b>                                          |                                                                                                                            |                         |                                                                                                                             | <b>2.300</b>                 |

**Figura 33** - Cursos de Graduação oferecidos pelas Faculdades Objetivo, de acordo com dados do Inep.

<sup>36</sup> Idealizado em 1999 pelo Governo do Estado de Goiás, em parceria com a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), o programa Bolsa Universitária atende a estudantes matriculados em instituições privadas de ensino superior, garantindo subsídios de até 80% da mensalidade, com o teto de R\$ 250,00. Para receber o benefício é necessário: residir no Estado de Goiás, ter baixa renda, não receber auxílio de qualquer fonte para o custeio dos estudos, não possuir curso superior completo, estar matriculado em faculdade ou universidade particular de ensino superior do Estado de Goiás (Revista Movimento e Cidadania, Ano IV – nº 17, 2005).

| FACULDADES OBJETIVO<br>CURSOS TECNOLÓGICOS OFERECIDOS |                                        |                                 |                |                              |
|-------------------------------------------------------|----------------------------------------|---------------------------------|----------------|------------------------------|
| Curso                                                 | Modalidade/<br>Habilitação/<br>Ênfase  | Situação Legal                  |                | Nº de<br>vagas<br>oferecidas |
|                                                       |                                        | Autorização                     | Reconhecimento |                              |
| Comunicação                                           | Ilustração Digital                     | Port. 3.398 de 21/10/2004       |                | 100                          |
|                                                       | Comunicação Empresarial                | Pot. 3.397 de 21/10/2004        |                | 100                          |
|                                                       | Comunicação para WEB                   | Port. 3.396 de 22/10/2004       |                | 100                          |
|                                                       | Tecnologia em Multimídia               | Port. 2.194 de 22/07/2004       |                | 100                          |
| Gestão                                                | Comércio Exterior                      | Port. 93 de 12/01/2004          |                | 100                          |
|                                                       | Gestão de Marketing                    | Port. 92 de 12/01/2004          |                | 100                          |
|                                                       | Gestão de Sistema de Informação        | Port. 1.164 de 03/05/2004       |                | 100                          |
|                                                       | Gestão Empreendedora                   | Port. Port. 1.358 de 18/05/2004 |                | 100                          |
|                                                       | Gestão Hospitalar                      | Port. 3.561 de 18/05/2004       |                | 100                          |
|                                                       | Gestão Mercadológica                   | Port. 1.359 de 18/05/2004       |                | 100                          |
|                                                       | Recursos Humanos                       | Port. 447 de 20/02/2004         |                | 100                          |
|                                                       | Organização de Eventos                 |                                 |                | 100                          |
| Turismo e Hospitalidade                               | Tecnologia em Eventos                  | Port. 3.562 de 29/10/2004       |                | 100                          |
|                                                       | Turismo Receptivo                      | Port. 3.563 de 29/10/2004       |                | 100                          |
| Informática                                           | Gerenciamento de Redes de Computadores | Port. 1.165 de 03/05/2004       |                | 100                          |
| Design                                                | Produção Gráfica                       | Port. 3.395 de 21/10/2004       |                | 100                          |
| <b>Total</b>                                          |                                        |                                 |                | <b>1.600</b>                 |

**Figura 34** – Cursos Tecnológicos oferecidos pelas Faculdades Objetivo, de acordo com dados do Inep.

O *boom* expansionista pós 1990, ocorrido nas Faculdades Objetivo, apresentou seu crescimento acelerado com a abertura de cursos Tecnólogos (curta duração – 2 anos), com isso, dobrando a quantidade dos cursos ofertados. Este movimento assumido pela IES, assim como, por outras também localizadas no município de Goiânia, reafirmam o processo de expansão do ensino superior por meio do processo de diferenciação e diversificação, já trabalhados nos capítulos anteriores.

Conforme dados apresentados por Gomes (2002), até o ano da sua pesquisa, as Faculdades Objetivo ofertavam 1.175 vagas, passando a ofertar no ano de 2005, 3.900 vagas, sendo que, deste total, 2.300 vagas correspondem aos cursos de graduação tradicional e 1.600 vagas ofertadas nos cursos de curta duração – Tecnológicos.

No contexto da expansão dos cursos de Pedagogia em Goiânia, foi possível identificar as Faculdades Objetivo como a primeira IES a entrar para o mercado educacional goianiense na competição de vagas com a Universidade Católica de Goiás, que, desde 1959, permanecia na condição de única IES privada/confessional a ofertar o curso de Licenciatura em Pedagogia.

A seguir, serão tratados alguns aspectos considerados relevantes quanto à centralidade deste estudo sobre o fluxo e o refluxo das vagas destinadas aos cursos de Pedagogia, no município de Goiânia.

O discurso defendido pelas Faculdades Objetivos, que, enquanto agência promotora de educação superior, deve ser possuidora de uma política de graduação rigorosa, sólida e articulada organicamente a um projeto de sociedade e de educação, pode ser interpretado por meio da seguinte citação:

Reconhecendo a crescente importância do conhecimento para a formação de sujeitos e para o processo de desenvolvimento da sociedade, o IUESO pretende produzi-lo articulando o ensino com a pesquisa a partir da análise da realidade social, econômica, política e cultural local, buscando compreender melhor e mais profundamente a realidade que seu egresso irá contribuir para transformar. Neste sentido, esta Instituição tem como diretriz uma formação que combina equilibra o desenvolvimento técnico e humanístico e que promove a visão sistêmica do estudante (PROJETO DO CURSO DE PEDAGOGIA, 2001/2002, p. 4).

Na concepção do ensino de graduação ofertado pela IES, encontram-se os seguintes argumentos:

O IUESO, orientado por uma visão interdisciplinar, concebe a sua organização didático-pedagógica a partir do avanço da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade e reconhece, assim, que todo o conhecimento é igualmente importante. Neste sentido procura a integração do ensino com a pesquisa e estimula a extensão por meio das ações factíveis e razoáveis ao seu universo de aplicação (PROJETO DO CURSO DE PEDAGOGIA, 2001/2002, p. 6).

A concepção do curso de Pedagogia das Faculdades Objetivo assume a posição de diferenciação e diversificação, propondo a formação do pedagogo com quatro habilitações em um só curso e abre novas perspectivas de atuação do pedagogo em espaços não formais de educação. Sobre estes aspectos, o texto do projeto do curso expõe os seguintes argumentos:

A relevância da formação do licenciado em Pedagogia volta-se ao desenvolvimento de sua capacidade reflexiva buscando nas teorias científicas a articulação às práticas, a partir da compreensão e da análise do todo que se constitui na organização do trabalho educativo, tendo como objetivo final a transformação da sociedade, visando o desenvolvimento da cidadania. A formação do pedagogo das Faculdades Objetivo não se limita às atividades em sala de aula, tampouco com administrador de ensino e Diretor de escolas. Novas opções de trabalho surgiram nos últimos anos, criando novas alternativas para o graduado nesta área. Entre as mais atraentes está o programa de formação continuada e de capacitação de pessoal em empresas (PROJETO DO CURSO DE PEDAGOGIA, 2001/2002, p. 10).

Contudo, o objetivo proposto para o curso de Pedagogia prevê a formação do profissional atuante, na escola e fora dela, capacitado a planejar cursos, avaliar currículos e aproximar a comunidade das escolas, estando sempre à frente da educação, ensinando a ensinar. Na defesa de tais ambigüidades em relação ao curso de Pedagogia, se analisado a partir das discordâncias sobre a diretrizes nacionais (ainda não aprovadas na sua versão final), o curso de Pedagogia das Faculdades Objetivo estabeleceu como perfil esperado para seu egresso as seguintes expectativas:

O Licenciado em Pedagogia consciente de sua função social na educação e na formação de cidadãos. Capaz de equacionar os fundamentos da educação e assumir o compromisso de transformar a educação, tendo como perspectiva ampla a transformação da sociedade, visando o desenvolvimento da cidadania. Pedagogo habilitado para atuar nos seguintes campos: Educação Infantil, Ensino Fundamental (séries iniciais), Organização e gestão Educacional (administração da educação em ambientes escolares), Administração da educação na Empresa (organização e gestão educacional de unidades e experiências não-escolares básicas, que abrangem as diversas áreas das Ciências Humanas, permite formar pedagogos capazes de desenvolver seus potenciais, buscando a integração entre escola, empresa e comunidade) (PROJETO DO CURSO DE PEDAGOGIA, 2001/2002, p. 12).

Os argumentos utilizados como possibilidades de formação desse “hiper profissional” apresentam-se respaldados no documento pesquisado para o levantamento destas informações (PROJETO DO CURSO DE PEDAGOGIA 2001/2002, pp. 15-19).

Ao analisar os itens expostos no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia das Faculdades Objetivo, identifica-se que os argumentos ali utilizados, em defesa do projeto do curso, reafirmam e fortalecem os diferentes argumentos já utilizados na justificativa do *boom* expansionista, por meio da valorização do processo de diferenciação e diversificação, na década de 1990. Tais argumentos são fortalecidos no documento formal - Projeto do Curso de Pedagogia, no discurso da formação de um profissional preparado para o mercado de trabalho globalizado e atento às demandas desse novo século.

Contudo, ao finalizar o levantamento de dados sobre o curso de Pedagogia das Faculdades Objetivo, identifica-se que, no ano de 2004, aconteceu a conclusão da primeira turma de formandos com vinte e dois egressos. Neste mesmo período, o curso já convivía com a redução drástica de alunos e com o processo de extinção dentro da IES, por não apresentar demandas para o preenchimento das 450 existentes.

Identifica-se neste cenário, o primeiro refluxo localizado no processo da expansão dos cursos de Pedagogia em Goiânia.

Assim, as Faculdades Objetivo vivem na atualidade, a relação contraditória entre o acúmulo de vagas e a ausência de demandas para este curso.

Ao se interpretar os dados da expansão dos cursos de Pedagogia entre os anos de 1959

a 1987, depara-se com a seguinte situação: neste período foram criadas, em Goiânia, três IES privadas, sendo uma confessional/privada e duas integralmente privadas, no entanto, não houve abertura de novos cursos de Pedagogia e nem aumento de vagas.

Assim, o município de Goiânia conviveu com a estabilidade de vagas, demandas e ingresso para o curso de Pedagogia até meados dos anos 1990, período este, marcado pelo *boom* expansionista.

Contudo, o aumento de vagas, demandas e ingresso, após a segunda metade dos anos 1990, manteve-se restrita às duas únicas IES que ofertavam o curso de Pedagogia, em Goiânia: Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás, como se pode observar na **Figura 35**:

| CURSOS DE PEDAGOGIA NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA: 1991-1999 |                               |                      |          |                                |                      |          |
|--------------------------------------------------------|-------------------------------|----------------------|----------|--------------------------------|----------------------|----------|
| ANO                                                    | UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS |                      |          | UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS |                      |          |
|                                                        | VAGAS OFERECIDAS              | CANDIDATOS INSCRITOS | INGRESSO | VAGAS OFERECIDAS               | CANDIDATOS INSCRITOS | INGRESSO |
| 1991                                                   | 105                           | 525                  | 105      | 300                            | 1316                 | 235      |
| 1992                                                   | 105                           | 538                  | 108      | 300                            | 212                  | 200      |
| 1993                                                   | 105                           | 413                  | 118      | 300                            | 130                  | 158      |
| 1994                                                   | 105                           | 508                  | 108      | 200                            | 109                  | 165      |
| 1995                                                   | 105                           | 435                  | 105      | 200                            | 275                  | 200      |
| 1996                                                   | 105                           | 584                  | 106      | 200                            | 374                  | 200      |
| 1997                                                   | 105                           | 585                  | 107      | 350                            | 674                  | 360      |
| 1998                                                   | 140                           | 803                  | 142      | 339                            | 513                  | 314      |
| 1999                                                   | 140                           | 976                  | 143      | 410                            | 816                  | 408      |
| TOTAL                                                  | 1.015                         | 5.367                | 1.042    | 2.599                          | 4.419                | 2.240    |

**Figura 35** – Cursos de Pedagogia no Município de Goiânia: 1991-1999, de acordo com dados do Inep.

Percebe-se um tímido crescimento de vagas no setor público, se comparado ao aumento apresentado no setor privado. No entanto, também se identifica um aumento da demanda do curso, especialmente pelo setor público, sem condições de atender em função da baixa oferta de vagas.

Como se poderá ver mais adiante, é a partir deste cenário que surgem os novos cursos de Pedagogia em Goiânia, com a criação de IES e um aumento de vagas jamais presenciado, inclusive, por parte das IES já existentes (Faculdade Anhanguera e Faculdades Objetivo).

### 3.1.6 Faculdades Alves Faria – ALFA

As Faculdades Alves Faria – ALFA são uma IES privada com fins lucrativos, criada em Goiânia, no ano de 1999. Possui sede própria e sua mantenedora é o Centro Educacional

Alves Faria LTDA.

As Faculdades ALFA são mais um dos empreendimentos do grupo familiar Alves e Faria. Grupo com longa história no Estado de Goiás, advindo de uma tradição na área empresarial na qual atua, desde o início do século XX, como comerciante de pequeno, médio e grande porte.

A vocação para os negócios no grupo empresarial pode ser identificada a partir da sua expansão no ramo atacadista, pois passou de proprietários de armazém à condição de maior atacadista de secos e molhados da América Latina e gestor da rede de supermercados Alô Brasil, vendida, para a rede de Supermercados Marcos, no ano de 2003, momento este em que o grupo optou por maiores investimentos na área educacional, “negócio já criado” desde 1999 e em processo de consolidação e reconhecimento de dez, dos seus onze cursos de graduação, ofertados para a comunidade goianiense, assim como o encaminhamento da estruturação de uma Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, com a concepção da “vendas de produtos para o mercado” e consultoria empresarial.

O grupo Alves e Faria, atualmente, evolui envolve com a gestão de grandes negócios por meio de suas empresas: Refrescos Bandeirantes – REBIC, concessionários da Coca-Cola no Centro-Oeste e Tocantins, REMBAL indústria de embalagens, Aqua LIA – indústria de água mineral e a empresa educacional mantida pelo Centro Educacional Alves Faria – Faculdades ALFA.

A opção pela abertura de negócios no ramo da prestação de serviços educacionais vincula-se ao processo expansionista desenvolvido no país, no decorrer dos anos 90, em que, segundo Sguissardi (2000, p. 171), “há uma mercantilização da educação superior brasileira, (...) busca-se uma aproximação com o setor produtivo, não só por causa dos ingressos orçamentários, mas, também, como parâmetro para o que deve ser produzido pela IES. Verifica-se forte tendência à subsunção institucional ao processo produtivo econômico”

Nesta perspectiva, recorre-se aos estudos e registros de Gomes quando, por meio de pesquisas já realizadas nessa IES, identificou que

No caso das Faculdades ALFA, o processo de subsunção institucional ao processo produtivo e econômico é explicitado no projeto pedagógico, o qual assinala que, após sucesso no ramo empresarial, torna-se “natural que agora, mediante leis mais flexíveis e disposição empreendedora viessem às famílias Alves e Faria engajarem-se na luta pelo desenvolvimento da educação regional e nacional, inconformados com a carência de pessoal de alto nível para as lides empresariais” (GOMES, 2002, p. 119).

Assim, dando continuidade aos levantamentos de dados realizados por Gomes,

foi possível identificar no documento oficial da IES, dois grandes estímulos que deram origem ao empreendimento:

a) o Decreto Lei nº 2.207, de 15 de abril de 1997, que determina sobre a participação do capital produtivo nas tarefas educacionais;

b) Reforma Educacional, com lastro na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, promovendo a desejada liberdade de proposta pedagógica institucional. (PROJETO de implantação das faculdades Alves Faria, p. 6).

Conforme registros oficiais, dentre as estratégias de implantação desenvolvidas pela IES, destaca-se a presença efetiva de consultores externos, que trabalharam na elaboração dos projetos de curso e assumiram o compromisso de assessorar cada um dos coordenadores de curso e seu respectivo corpo docente até à formatura da primeira turma de cada projeto de curso empreendido.

De acordo com a descrição dos pleitos demandados no projeto inicial da IES, destacou-se: credenciamento das Faculdades Alves Faria – ALFA junto aos órgãos superiores – MEC, processo de autorização dos cursos de graduação em Administração de Empresas, Análise de Sistemas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Turismo e Hotelaria e o curso de Pedagogia com todas as habilitações e ênfase em Educação Superior.

O documento oficial da IES apresenta o embasamento legal que norteou as tomadas de decisões na operacionalização do empreendimento assumido pelo grupo mantenedor

Portaria nº 640, de 13 de maio de 1997 dispõe sobre o credenciamento de faculdades, institutos superiores ou escolas superiores. Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996, estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997, regulamenta para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46, e inciso 1º, 52, parágrafo único, 54, 88 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997 (PROJETO de implantação das faculdades Alves Faria, p. 11).

Adequados ao embasamento legal para o empreendimento do negócio na área de prestação de serviços educacionais, assim como ao objetivo institucional de alcançar a condição de ser Centro de Excelência Educacional, surge a missão da “Melhor Escola de Negócios do Centro-Oeste”:

Nossa região e desenvolvimento ofereceu-nos, naturalmente, o símbolo que queríamos para nossa missão: “a semente”. Buscamos definir a missão da Instituição Alves Faria como símbolo da semente e do semeador.

Essa imagem busca assegurar a perenidade do nosso labor por meio deste objeto sensível e concreto, que é a semente, que é aquela que frutifica e distribui generosamente, à sociedade humana os seus frutos; e tem a superioridade de asseverar com profundidade, o engajamento da Instituição com o processo histórico



cultural de desenvolvimento da sociedade brasileira que se amplia por extensão ao desenvolvimento da humanidade. “Ecce exit Qui seminar, seminare” (Matheus, XIII-3) Eis que um semeador saiu a semear (PROJETO de Implantação das Faculdades Alves Faria, p. 12).

A analogia utilizada entre a Parábola do Semeador, passagem bíblica do novo testamento registrada em Mateus, 13, 3-9, e os argumentos utilizados para os procedimentos de criação da IES Faculdades Alfa, oferecem condições para uma análise que retoma a origem do Estado de Goiás, considerado desde o seu início como um grande pólo rural, agricultor e forte produtor de grãos. Serviu e serve, até os dias atuais, de berço onde se depositam interesses pela criação e desenvolvimento.

O plantio não se trata dos grãos até então semeados, germinados e comercializados, mas de uma semente da venda de serviços educacionais, adubada pela Lei 9.394/96, que viabilizou o lançar de muitas sementes.

Goiânia, uma capital relativamente jovem, situada no Centro-Oeste, tornou-se, na década de 90, um pólo estruturalmente preparado para o plantio de inúmeras variedades de “sementes”, diversificadas e diferenciadas,<sup>37</sup> porém, semeadas no terreno chamado ensino superior privado com fins lucrativos.

Neste cenário marcado pela expansão do setor privado de ensino, já no final da década de 90, as Faculdades Alfa iniciou as suas atividades acadêmicas em Goiânia, inicialmente, com os cursos de graduação em Administração, Turismo e Sistema de Informações. O primeiro processo seletivo foi realizado em julho de 2000, sendo ofertado um total de 260 vagas, distribuídas entre os três cursos citados.

No final do ano de 2000, foi, então, autorizado o curso de Pedagogia, pelo Decreto nº 2.072, ofertando cem vagas, sendo cinquenta vagas para cada turno (matutino e noturno).

No primeiro semestre de 2001, recebeu autorização para os cursos de Ciências Contábeis, Administração de Produção, Administração em Marketing e, no segundo semestre de 2001, recebeu autorização para o funcionamento dos cursos de Comunicação Social, com ênfase em Jornalismo, e Ciências Econômicas.

Atenta ao seu tempo e mantendo na sua organização os mecanismos para se tornar mais ágil, eficiente e flexível, no mercado competitivo em que se encontra inserida, formalizou a entrada de mais um curso de graduação, desta vez, ofertando o curso de Direito, com cem vagas, tendo o seu primeiro vestibular realizado no ano de 2002.

---

<sup>37</sup> Sobre esse assunto, ver DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira (orgs). Políticas e Gestão da Educação Superior : transformações recentes e debates atuais. 2003, pp. 21-23.

O movimento real da consolidação dos projetos iniciais implantados e a expansão recente dos cursos de graduação e aumento de vagas ocorridos no interior das Faculdades Alfa pode ser observado na Figura 39:

| FACULDADES ALVES FARIA – ALFA<br>CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS |                                                                         |                              |                                                                                                                                                                                          |                              |
|-----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| Curso                                                           | Modalidade/<br>Habilitação/<br>Ênfase                                   | Situação Legal               |                                                                                                                                                                                          | Nº de<br>vagas<br>oferecidas |
|                                                                 |                                                                         | Autorização                  | Reconhecimento                                                                                                                                                                           |                              |
| Administração                                                   | Empresas<br>Marketing<br>Produção<br>Pública                            |                              | Port.446 de 04/02/2005                                                                                                                                                                   | 300                          |
|                                                                 |                                                                         |                              | Port.446 de 04/02/2005                                                                                                                                                                   | 150                          |
|                                                                 |                                                                         |                              | Port.446 de 04/02/2005                                                                                                                                                                   | 150                          |
|                                                                 |                                                                         |                              | Port.446 de 04/02/2005                                                                                                                                                                   | 150                          |
| Ciência<br>Contábeis                                            |                                                                         |                              | Port. 2.070 de<br>09/06/2005                                                                                                                                                             | 450                          |
| Direito                                                         |                                                                         | Port. 1.244 de<br>25/04/2002 |                                                                                                                                                                                          | 200                          |
| Sistema de<br>Informações                                       |                                                                         |                              | Port. 441 de 04/02/2005                                                                                                                                                                  | 200                          |
| Turismo                                                         |                                                                         |                              | Port. 444 de 04/02/2005                                                                                                                                                                  | 360                          |
| <b>Pedagogia</b>                                                | <b>Anos Iniciais do Ensino<br/>Fundamental e<br/>Gestão Educacional</b> |                              | <b>Passou pela Avaliação<br/>In-loco da Comissão<br/>Inep – nº 8555 curso –<br/>43399, com CMB no<br/>relatório apresentado,<br/>porém, a Portaria<br/>ainda não foi<br/>publicada..</b> | <b>150</b>                   |
| Ciências<br>Econômicas                                          |                                                                         |                              | Port. 2.0073 de<br>09/06/2005                                                                                                                                                            | 315                          |
| Comunicação<br>Social                                           | Jornalismo                                                              |                              | Port. 2.154 16/06/2005                                                                                                                                                                   | 300                          |
| <b>Total: 11</b>                                                |                                                                         |                              |                                                                                                                                                                                          | <b>2.725</b>                 |

**Figura 39** – Cursos de Graduação oferecidos pela ALFA, de acordo com dados do Inep.

Ao se interpretar a expansão de cursos e o aumento de vagas na IES, por meio dos dados registrados, reporta-se ao estudo de Gomes, que possibilita uma análise comparativa dos números apresentados. Segundo esse autor (2002, p. 121), os cursos oferecidos pelas Faculdades Alfa, segundo tabela de área do conhecimento da CAPES, estão concentrados em três áreas: Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas e Ciências Exata e da Terra, sendo que o maior número de cursos se concentra na área de Ciências Sociais Aplicadas.

Assim, pode-se deduzir que foi mantido o fortalecimento da área de Ciências Sociais Aplicadas, dando ênfase à concentração dos cursos na área de negócios, o que confere à Instituição o *slogam* de “A Melhor Escola de Negócios do Centro-Oeste”. As vagas, que, no ano de 2001, somavam um total de 1.675, passaram para 2.725, no ano de 2004, apresentando um crescimento de 1.050 vagas em três anos.

O crescimento de vagas observado não representa, no entanto, o movimento quantitativo real dos cursos de graduação ofertados pelas Faculdades Alfa. Atualmente, a IES convive com o refluxo no interior dos seus cursos e busca nos seus mecanismos de flexibilização dos valores cobrados em suas mensalidades e na persistência pela qualidade dos serviços prestados contornar a concorrência acirrada em que se encontra frente às demais IES privadas de Goiânia, que ofertam cursos de graduação similares e disputam os mesmos egressos.

Do projeto do curso de Pedagogia da IES trata-se, mais adiante, num estudo comparativo entre o curso de Pedagogia da Faculdade Alfa e o curso de Pedagogia da Universidade Católica de Goiás.

### 3.1.5 Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO

A Universidade Salgado de Oliveira tem como mantenedora a Associação Salgado Oliveira de Educação e Cultura – ASOEC. Foi a primeira instituição privada a estabelecer *campus* fora de sede<sup>38</sup>, no município de Goiânia, em 1996.

É uma universidade originária de uma pequena escola em São Gonçalo, município do Estado do Rio de Janeiro, que logo se transformou no Colégio Dom Hélder Câmara. Muitas transformações ocorreram até que, em 1976, tiveram início os primeiros cursos superiores, com a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Gonçalo.

Em 1985, já eram 10 cursos, e a instituição transformava-se em Faculdades Integradas de São Gonçalo. Com a aprovação da carta-consulta, teve início o processo de criação da universidade, em 1990, concretizado após três anos, pela Portaria Ministerial nº 1283, de 8 de setembro de 1993, publicada no DOU do dia seguinte, quando surgiu a Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO.

Quando de seu reconhecimento, a UNIVERSO contava com dois campi (São Gonçalo e Niterói), no Rio de Janeiro, e oferecia cursos de pós-graduação em diversas unidades da Federação.

Com base em seu Plano de Expansão e em seu Estatuto, a UNIVERSO abriu, a partir de 1996, os campi de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, e de Goiânia, no Estado de Goiás. Em 2000, abriu o campus de Recife, em Pernambuco e, em julho de 2003, começou as atividades no campus de Juiz de Fora, em Minas Gerais.

---

<sup>38</sup> A sede fica na cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro e, com isso, enfrenta problemas legais junto ao MEC, desde a sua estruturação em Goiânia, por se tratar de cursos fora da sede, atuando sob liminar judicial e tendo todos os seus diplomas expedidos pela sua sede.

Em 2004, a UNIVERSO chega à capital mineira, com a abertura do campus de Belo Horizonte. No mesmo ano, surgem mais três novos campi, com a criação das unidades de Osasco (SP), Brasília (DF) e do Rio de Janeiro (RJ). Em meados de 2005, a UNIVERSO abre seu segundo campus na Região Nordeste, na cidade de Salvador.

Não foi possível completar os dados sobre o processo de expansão de cursos e vagas da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, no município de Goiânia, no período posterior aos dados levantados na pesquisa de Gomes (2002), pois os mesmos não estão disponíveis no sistema Inep, e também não foram disponibilizados pela IES.

Contudo, o aumento de cursos, que foi significativo num curto período de dois anos (2002 a 2004), pode ser interpretado por meio das **Figuras 37 e 38**. Ressalta-se a implementação da estratégia de expansão adotada pela IES por meio da criação de cursos Tecnológicos de curta duração.

| UNIVERSIDADE SALGADO OLIVEIRA - UNIVERSO |                                                                            |                |                |                              |
|------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|------------------------------|
| CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS           |                                                                            |                |                |                              |
| Curso                                    | Modalidade/<br>Habilitação/<br>Ênfase                                      | Situação Legal |                | Nº de<br>vagas<br>oferecidas |
|                                          |                                                                            | Autorização    | Reconhecimento |                              |
| Administração                            | Administração em Comércio Exterior                                         |                |                | 720<br>100                   |
| Análise de Sistemas                      | Sistemas de Informação                                                     |                |                | 500                          |
| Ciências Contábeis                       |                                                                            |                |                | 180                          |
| Design de Moda                           |                                                                            |                |                | *                            |
| Direito                                  |                                                                            |                |                | 440                          |
| Educação Física                          |                                                                            |                |                | *                            |
| Enfermagem                               |                                                                            |                |                | *                            |
| Engenharia de Produção                   |                                                                            |                |                | *                            |
| Fisioterapia                             |                                                                            |                |                | *                            |
| Geografia                                |                                                                            |                |                | 120                          |
| História                                 |                                                                            |                |                | 120                          |
| Letras                                   | Licenciatura Português                                                     |                |                | *                            |
|                                          |                                                                            |                |                | 120                          |
| Matemática                               |                                                                            |                |                | 120                          |
| <b>Pedagogia</b>                         | <b>Docência dos anos Iniciais do Ensino Fundamental Gestor Educacional</b> |                |                | <b>120</b>                   |
| <b>Total</b>                             |                                                                            |                |                | <b>*</b>                     |

**Figura 37** – Cursos de Graduação oferecidos pela UNIVERSO, de acordo com dados do Inep.

| UNIVERSIDADE SALGADO OLIVEIRA - UNIVERSO |                                                                                                                                                                                                                                                            |                |                |                        |
|------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|------------------------|
| CURSOS DE TECNÓLOGOS OFERECIDOS          |                                                                                                                                                                                                                                                            |                |                |                        |
| Curso                                    | Modalidade/ Habilitação/ Ênfase                                                                                                                                                                                                                            | Situação Legal |                | Nº de vagas oferecidas |
|                                          |                                                                                                                                                                                                                                                            | Autorização    | Reconhecimento |                        |
| Área de Gestão                           | Gestão de Agronegócios<br>Gestão de Comércio Varejista<br>Negócios Imobiliários<br>Gestão de Pequenas e Médias Empresas<br>Gestão de Telecomunicações<br>Gestão Esportiva<br>Hotelaria e Gestão de Empresas de Turismo<br>Internet e Redes de Computadores |                |                | *                      |
| <b>Total</b>                             |                                                                                                                                                                                                                                                            |                |                | *                      |

**Figura 38** – Cursos Tecnológicos oferecidos pela UNIVERO, de acordo com dados do Inep.

(\*) – Dados não disponibilizados.

A Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERO aumentou a oferta de graduação no município de Goiânia, de dez, em 2001, para quinze cursos em 2004, oferecendo, ainda, oito cursos de Tecnólogos, perfazendo um total de vinte e três cursos ofertados

Sobre o curso de Pedagogia ofertado pela UNIVERO, *campus* de Goiânia, também não foi possível levantar maiores informações que permitissem uma melhor interpretação, pois a IES não concordou em disponibilizar os dados solicitados que poderiam contribuir com este estudo, sendo, portanto, necessário se reportar aos estudos de Gomes . Segundo esse autor (2002, p. 127), em 2001, tiveram início as licenciaturas, com os cursos de História, Letras, Matemática e Pedagogia - licenciatura, ofertando-se cento e vinte vagas no turno vespertino

Contudo, foi possível levantar apenas informações disponíveis na Internet, por meio do texto disponível na página on-line de consulta das IES, que estão igualmente disponível para todos os *campi* das diferentes capitais brasileiras em que a Universidade Salgado de Oliveira se encontra instalada fora de sede. De acordo com o site institucional, “o curso de Pedagogia da Universidade Salgado de Oliveira destina-se à formação do pedagogo preparado para atuar como professor, pesquisador e gestor educacional desenvolvendo um currículo estruturado em base de rede de saberes contextuais”.

A ausência de dados referentes ao curso não impediu de se identificar no texto disponível na Internet o anúncio de uma proposta curricular elaborada a partir de eixos

temáticos constituídos por “rede de saberes contextuais”<sup>39</sup>. Contudo, a ausência do projeto acadêmico do curso não possibilitou uma análise mais detalhada, com objetivo de compreender em que se constitui a proposta de formação baseada em “redes de saberes contextuais” e em que medida se articula com as discussões e ambigüidades que permeiam outros projetos de cursos de Pedagogia no âmbito nacional, regional e local, mas especificamente, no Município de Goiânia.

### 3.1.7 Universidade Paulista – UNIP

A Universidade Paulista, UNIP, reconhecida pela Portaria nº 550/88, iniciou suas atividades em 9 de novembro de 1988. Foi constituída a partir do Instituto Unificado Paulista, IUP, do Instituto de Ensino de Engenharia Paulista, IEEP, e do Instituto de Odontologia Paulista, IOP; o primeiro destes, autorizado a funcionar em 1972, inicialmente com os cursos de Comunicação Social, Letras, Pedagogia e Psicologia.

A Universidade Paulista – UNIP foi a segunda IES com sede em outro Estado Brasileiro a estabelecer seu Campus em Goiânia, no decorrer dos anos 1990. No entanto, todos os dados aqui apresentados fazem parte de informações em nível nacional, pois a instituição local não dispôs das informações solicitadas para este estudo específico sobre a expansão da IES em Goiânia.

De acordo com os dados levantados no site da instituição em âmbito nacional, destacam-se alguns aspectos considerados relevantes para a compreensão da estrutura universitária instalada em Goiânia nos anos 90.

A UNIP promove a formação atualizada dos alunos e sua capacitação para uma sociedade em mudança, por meio de um ensino de qualidade, tecnologicamente avançado e dirigido para o futuro, nas áreas das ciências humanas, sociais, exatas e da saúde. Sua finalidade maior é promover o desenvolvimento do potencial dos alunos, estabelecendo condições que possibilitem uma inserção ativa no mercado de trabalho e a solução criativa de problemas que a sociedade propõe (UNIP, site institucional).

Destaca-se, nesse aspecto levantado, a definição das áreas em que a universidade atua nos seus diferentes *campi*. Com referência aos tipos de cursos oferecidos, a Unip foge ao padrão das IES criadas em Goiânia nos anos 1990.

---

<sup>39</sup> Sobre a elaboração da rede de saberes contextuais, ver Anexo A – Universidade Salgado de Oliveira Fluxograma do Curso de Pedagogia – junho de 2003.

Enquanto as demais IES estudadas ofertam seus cursos nas áreas de Ciências Humanas e, em alguns casos se verticaliza a atuação mais expressa na área de Ciências Sociais Aplicadas, a Unip se destaca como uma instituição que diversifica o seu universo de cursos ofertados, expandindo-se simultaneamente nas três grandes áreas do conhecimento.

Como proposta de ensino de graduação, destaca-se o referencial, também utilizado nos diferentes *campi* como linha mestra a ser seguida:

A Universidade Paulista – UNIP tem no ensino de graduação a sua principal atividade, desenvolvida por professores conscientes de suas responsabilidades sociais na busca de soluções dos problemas que afligem o cotidiano das coletividades.

Consciente de suas responsabilidades no contexto nacional, a UNIP projeta-se para o futuro apoiando-se em alguns objetivos fundamentais, nos quais destacamos um, como referência para interpretarmos o movimento assumido pela IES no município de Goiânia nos anos 1990: ministrar ensino de qualidade, por meio de ações integradas entre institutos e administração superior, com rigoroso acompanhamento das atividades desempenhadas, aperfeiçoamento dos recursos humanos e aprimoramento das condições materiais dos campi (UNIP, site institucional).

O objetivo destacado na citação evidencia o aspecto didático-metodológico com que as questões de ensino-aprendizagem são tratadas no interior do curso, que, por meio de uma gestão pedagógica centralizada, acompanha rigorosamente as atividades desempenhadas ao longo do curso, seguido de controle externo ao campus, por meio de avaliações formais aplicadas, com o intuito de verificar o grau de aderência ao projeto da Universidade Paulista – Unip, no seu âmbito nacional.

As **Figuras 40 e 41** destacam o crescimento apresentado pela IES, em Goiânia, entre os anos de 2001 a 2004.

| UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP<br>CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS |                                                |                |                                             |                              |
|----------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|----------------|---------------------------------------------|------------------------------|
| Curso                                                          | Modalidade/<br>Habilitação/<br>Ênfase          | Situação Legal |                                             | Nº de<br>vagas<br>oferecidas |
|                                                                |                                                | Autorização    | Reconhecimento                              |                              |
| Administração                                                  | Administração de Empresas<br>Comércio Exterior |                | Port.875/93<br>Port.482/94                  | 200<br>200                   |
| Análise de<br>Sistemas                                         |                                                |                | Port. 1.256/94                              | 200                          |
| Arquitetura e<br>Urbanismo                                     |                                                |                | Port. 606/96                                | 200                          |
| Ciência da<br>Computação                                       |                                                |                | Port. 1.201/92                              | 500                          |
| Ciências                                                       | Matemática                                     |                | Port. 1.201/92                              | 100                          |
| Ciências<br>Biológicas                                         |                                                |                | Aut.- Res. CONSUNI nº<br>05/03 de 23/5/2003 | 100                          |
| Ciências<br>Contábeis                                          |                                                |                | Port. 1.265/94                              | 100                          |
| Ciências<br>Econômicas                                         |                                                |                | Port. 848/96                                | 100                          |

| Comunicação Social                                                           | Publicidade e Propaganda                    |                | Decr. 77.546/76                             | 100                          |
|------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|----------------|---------------------------------------------|------------------------------|
|                                                                              |                                             |                |                                             |                              |
| Desenho Industrial                                                           |                                             |                | Port. 1.778/94                              |                              |
| Direito                                                                      |                                             |                | Port. 1.637/94                              | 800                          |
| <b>UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP</b><br><b>CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS</b> |                                             |                |                                             |                              |
| Curso                                                                        | Modalidade/<br>Habilitação/<br>Ênfase       | Situação Legal |                                             | Nº de<br>vagas<br>oferecidas |
|                                                                              |                                             | Autorização    | Reconhecimento                              |                              |
| Educação Física                                                              |                                             |                | Port. 2.449/01                              |                              |
| Estudos Sociais                                                              | Geografia<br>História                       |                | Port. 22/88                                 |                              |
| Enfermagem                                                                   |                                             |                | Port. 2.445/01                              | 400                          |
| Engenharia                                                                   | Aeronáutica                                 |                | Aut.- Res. CONSUNI nº<br>05/03 de 23/5/2003 | 200                          |
|                                                                              | Civil                                       |                | Port. 26/82                                 |                              |
|                                                                              | Computação                                  |                | Port. 1.013/96                              |                              |
|                                                                              | Controle e Automação<br>(Mecatrônica)       |                | Port. 1.113/96                              |                              |
|                                                                              | Elétrica/Eletrônica                         |                | Port. 1.806/94                              | 200                          |
|                                                                              | Elétrica/Eletrotécnica                      |                | Port. 1.806/94                              |                              |
|                                                                              | Elétrica/Telecomunicações                   |                | Port. 1.806/94                              |                              |
|                                                                              | Mecânica                                    |                | Port. 26/82                                 |                              |
| Farmácia<br>Bioquímica                                                       | Produção Mecânica                           |                | Port. 26/82                                 |                              |
|                                                                              | Química                                     |                | Port.60/96                                  |                              |
| Farmacêutico-Bioquímico                                                      |                                             |                | Port. 984/93                                | 400                          |
| Fisioterapia                                                                 |                                             |                | Port. 2.447/01                              | 200                          |
| Fonoaudiologia                                                               |                                             |                | Port. 1.705/99                              |                              |
| Hotelaria                                                                    |                                             |                | Aut.- Res. CONSUNI nº<br>05/03 de 23/5/2003 |                              |
| Letras                                                                       | Português e Inglês<br>Tradutor e Intérprete |                | Port. 77.546/<br>Port. 560/8776             |                              |
| Marketing                                                                    |                                             |                | Port. 1.837/94                              |                              |
| Matemática                                                                   | Informática                                 |                | Port. 1.838/92                              |                              |
| Medicina<br>Veterinária                                                      |                                             |                | Port. 1.820/94                              |                              |
| Moda                                                                         |                                             |                | Port. 1.266/94                              |                              |
| Nutrição                                                                     |                                             |                | Port. 2.448/01                              | 100                          |
| Odontologia                                                                  |                                             |                | Port. 456/84                                | 100                          |
| Pedagogia                                                                    | Desen. Recursos Humanos                     |                | Port. 1.129/95                              | 200                          |
|                                                                              | Educação Pré-Escolar                        |                | Port. 14/88                                 |                              |
|                                                                              | Magistério do 1º Grau                       |                | Port. 1.129/95                              |                              |
|                                                                              | Magistério do 2º Grau                       |                | Port. 14/88                                 |                              |
|                                                                              | Administração Escolar                       |                | Decr. 77.546/76                             |                              |
|                                                                              | Supervisão Escolar                          |                | Port. 14/88                                 |                              |
|                                                                              | Orientação Educacional                      |                | Decr. 77.546/76                             |                              |
|                                                                              | Psicopedagogia                              |                | Decr. 77.546/76                             |                              |
| Propaganda e<br>Marketing                                                    |                                             |                | Port. 1.380/95                              | 200                          |
| Psicologia                                                                   |                                             |                | Decr. 77.546/76                             | 400                          |
| Relações<br>Internacionais                                                   |                                             |                | Aut.- Res. CONSUNI nº<br>05/03 de 23/5/2003 |                              |



| Secretariado Executivo Bilíngüe                                        | Automação de Escritórios                    |                | Port. 1.520/93                              |                              |
|------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|----------------|---------------------------------------------|------------------------------|
| Tecnologia em Processamentos de Dados                                  |                                             |                | Port. 2.023/91                              |                              |
| <b>UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP<br/>CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS</b> |                                             |                |                                             |                              |
| Curso                                                                  | Modalidade/<br>Habilitação/<br>Ênfase       | Situação Legal |                                             | Nº de<br>vagas<br>oferecidas |
|                                                                        |                                             | Autorização    | Reconhecimento                              |                              |
| Turismo                                                                | Agenciamento<br>Hotelaria<br>Lazer e Evento |                | Port. 1.262/94                              |                              |
| Zootecnia                                                              |                                             |                | Aut.- Res. CONSUNI nº<br>05/03 de 23/5/2003 |                              |
| <b>Total</b>                                                           |                                             |                |                                             |                              |

**Figura 40** – Cursos de Graduação oferecidos pela UNIP, de acordo com dados do Inep.

| <b>UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP<br/>CURSOS TECNOLÓGICOS OFERECIDOS</b> |                                       |                |                                            |                              |
|------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|----------------|--------------------------------------------|------------------------------|
| Curso                                                                  | Modalidade/<br>Habilitação/<br>Ênfase | Situação Legal |                                            | Nº de<br>vagas<br>oferecidas |
|                                                                        |                                       | Autorização    | Reconhecimento                             |                              |
| Comunicação Digital                                                    | Designer Gráfico                      |                | Aut. Res. CONSUNI<br>nº08/02 de 15/8/02    | 100                          |
|                                                                        | Designer Multimídia                   |                |                                            | 100                          |
|                                                                        | Fotografia Digital                    |                |                                            | 100                          |
|                                                                        | Vídeo Digital                         |                |                                            | 100                          |
|                                                                        | Web Design                            |                |                                            | 100                          |
|                                                                        | Desenho Gráfico Digital               |                |                                            | 1000                         |
|                                                                        | (Desenho Técnico)                     |                |                                            |                              |
| Gestão                                                                 | Comércio Exterior                     |                |                                            | 100                          |
|                                                                        | Empreendimentos de Saúde              |                |                                            | 100                          |
|                                                                        | Empreendimento de Turismo e Hotelaria |                |                                            | 100                          |
|                                                                        | Empreendimentos Esportivos            |                |                                            | 100                          |
|                                                                        | Gerenciamento de Redes                |                |                                            | 100                          |
|                                                                        | Marketing                             |                |                                            | 100                          |
|                                                                        | Negócios Empresariais                 |                |                                            | 100                          |
| Gestão                                                                 | Organização de Eventos                |                | Aut. Res. CONSUNI nº<br>08/03 de 22/7/2003 | 100                          |
|                                                                        | Pequenas e Médias Empresas            |                |                                            | 100                          |
|                                                                        | Recursos Humanos                      |                |                                            | 100                          |
|                                                                        | Sistema de Informação                 |                |                                            | 100                          |
|                                                                        | Moda, Estilismo e Design              |                |                                            | 100                          |
| <b>Total</b>                                                           |                                       |                |                                            | 1.800                        |

**Figura 41** – Cursos Tecnológicos pela UNIP, de acordo com dados do Inep.

Destaca-se o movimento de criação dos cursos de formação de Tecnólogos, como articulador do *boom* expansionista de cursos e vagas da IES privadas com sede em Goiânia, entre os primeiros anos do século XXI. Observa-se que duas IES de Goiânia também apresentam um movimento similar na criação dos cursos tecnológicos. As Faculdades Objetivo são uma delas, inclusive ofertando alguns cursos tecnológicos que se aproximam aos cursos ofertados pela Unip e UNI-ANHAGUERA seguindo, também a tendência da expansão

por meio dos cursos tecnológicos, com destaque para os cursos nas áreas de comunicação e gestão.

Em relação ao curso de Pedagogia ofertado pela Unip, destaca-se a rapidez da sua extinção. O curso iniciou suas atividades, em Goiânia, no ano de 2001, formando a sua primeira turma em 2004. Desde 2003, porém, não oferta o curso em seus processos seletivos e convive com os encaminhamentos da conclusão da segunda turma de formandos, que encerrará a história do curso de Pedagogia na Universidade Paulista - campus Goiânia.

Observa-se que a atenção tem sido reportada para outras áreas que se apresentam mais atrativas, deixando de lado a disputa de campo pela demanda dos cursos de Pedagogia no cenário goianiense.

### 3.1.8 Faculdade Araguaia – FARA

A Sociedade de Educação e Cultura de Goiás, mantenedora da Faculdade Araguaia, apresenta-se como uma instituição inovadora, voltada para o desenvolvimento intelectual do ser humano e com modernas técnicas pedagógicas.

A Faculdade Araguaia, categoria administrativa privada, tem sua origem advinda da experiência educacional desenvolvida em Colégio de Ensino Fundamental e Médio e ampliada para o ensino superior, com a oferta de cursos de graduação e pós-graduação.

A IES encontra-se estruturada administrativamente com a presença de um Diretor Geral, Direção Administrativa e Pedagógica, Direção de Departamento Financeiro, Direção de Extensão, Processo Seletivo e Pós-Graduação e Coordenadores de curso.

Dentre as demais IES já caracterizadas, a Faculdade Araguaia foi a última IES privada de Goiânia a oferecer o curso de Pedagogia, e iniciou as atividades acadêmicas do curso no segundo semestre do ano de 2001.

A criação e expansão dos cursos e vagas da IES podem ser interpretados na **Figura 42**.

| FACULDADE ARAGUAIA - FARA      |                                                             |                                                                                 |                |                              |
|--------------------------------|-------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|----------------|------------------------------|
| CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS |                                                             |                                                                                 |                |                              |
| Curso                          | Modalidade/<br>Habilitação/<br>Ênfase                       | Situação Legal                                                                  |                | Nº de<br>vagas<br>oferecidas |
|                                |                                                             | Autorização                                                                     | Reconhecimento |                              |
| Ciências<br>Biológicas         | Bacharel<br>Licenciatura                                    | Port. 3.332 de 18/10/2002<br>Port. 3.332 de 18/10/2002                          |                | 200<br>200                   |
| Ciências<br>Contábeis          |                                                             | Port. 693 de 05/04/2001                                                         |                | 120                          |
| Comunicação<br>Social          | Jornalismo<br>Publicidade e Propagando<br>Relações Públicas | Port. 3.331 de 18/10/2004<br>Port. 977 de 17/05/2001<br>Port. 977 de 17/05/2001 |                | 200<br>150<br>200            |

|                  |                                                            |                                  |  |              |
|------------------|------------------------------------------------------------|----------------------------------|--|--------------|
| <b>Pedagogia</b> | <b>Magistério dos Anos Iniciais<br/>Gestão Educacional</b> | <b>Port. 1.175 de 11/06/2001</b> |  | <b>150</b>   |
| <b>Total</b>     |                                                            |                                  |  | <b>1.220</b> |

**Figura 42** – Cursos de graduação oferecidos pela Faculdade Araguaia, de acordo com dados do Inep.

Sobre o curso de Pedagogia na IES pode-se destacar que a concepção do curso segue a tendência dos demais cursos concorrentes que ofertam um projeto de formação de professores com ênfase voltada para a Docência dos anos iniciais e Gestão Educacional.

Identifica-se uma similaridade entre a proposta pedagógica dos cursos de Pedagogia das Faculdades Alfa e Faculdade Araguaia, pois ambos articulam na sua organização curricular a relação teoria e prática no processo de formação com as mesmas habilitações, disciplinas teóricas e carga horária destinada às atividades técnico-científico-culturais e Práticas de Estágio.

O quadro da expansão dos cursos de Pedagogia no setor privado de Goiânia pode ser interpretado por meio dos dados quantitativos de 2000 a 2003. Este período caracterizou o auge da expansão dos cursos de Pedagogia, no Município de Goiânia, como se pode observar na **Figura 43**:

| <b>CURSOS DE PEDAGOGIA NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA: 2000 – 2003</b> |                                       |                             |                  |                                         |                             |                  |
|-----------------------------------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------------------|-----------------------------|------------------|
| <b>ANO</b>                                                      | <b>UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS</b> |                             |                  | <b>FACULDADES PARTICULARES ISOLADAS</b> |                             |                  |
|                                                                 | <b>VAGAS OFERECIDAS</b>               | <b>CANDIDATOS INSCRITOS</b> | <b>INGRESSOS</b> | <b>VAGAS OFERECIDAS</b>                 | <b>CANDIDATOS INSCRITOS</b> | <b>INGRESSOS</b> |
| 2000                                                            | 400                                   | 574                         | 342              | 200                                     | 420                         | 200              |
| 2001                                                            | 500                                   | 401                         | 360              | 300                                     | 339                         | 184              |
| 2002                                                            | 650                                   | 656                         | 429              | 1000                                    | 2.429                       | 630              |
| 2003                                                            | 540                                   | 1.581                       | 341              | 800                                     | 1.037                       | 431              |
| <b>TOTAL</b>                                                    | <b>2.090</b>                          | <b>3.212</b>                | <b>1.472</b>     | <b>2.300</b>                            | <b>4.225</b>                | <b>1.445</b>     |

**Figura 43** – Cursos de Pedagogia no Município de Goiânia: 2000-2003, de acordo com dados do Inep.

Entre os anos de 2000 a 2001, identificou-se o crescimento superior das vagas ofertadas, candidatos inscritos, e ingressos, por parte da Universidade Católica em relação às demais IES do setor privado, que nesse período, passaram a ofertar o curso de Pedagogia em Goiânia (Faculdade Padrão e Faculdade Objetivo). Assim, pode-se dizer que, mesmo considerando o crescimento do curso no setor privado, a Universidade Católica de Goiás se manteve à frente das demais IES, nesse primeiro momento.

Essa mesma realidade não pode ser vista nos anos subsequentes, em que a Universidade Católica passou a conviver diretamente com o refluxo de suas vagas.

Considerando o movimento exposto por meio dos dados levantados e a complexidade do próprio movimento, será feita uma análise mais exaustiva de duas instituições que compõem o conjunto das IES até aqui caracterizadas.

### 3.1.4 Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA

O Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA originou-se da Faculdade Anhangüera, a primeira IES privada com fins lucrativos fundada em Goiânia, no ano de 1973, regularizada pelo Decreto nº 71.832/73, de 09/02/1973, e tem como mantenedora a Associação Goiana de Ensino.

Gomes, em seus estudos sobre o ensino superior privado em Goiânia, verticalizou suas análises para um estudo mais detalhado sobre a IES Faculdade Anhangüera, portanto, reporta-se aos estudos da autora, quando afirma:

A criação da instituição foi fruto do sonho de um grupo de professores, que pensou criar, em Goiânia, uma IES que ministrasse o curso de Ciências Econômicas. Embora se pensasse em um curso de Ciências Econômicas, a Faculdade Anhangüera iniciou suas atividades acadêmicas com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito, com autorização no ano de 1973 e reconhecimento em 1997. Posteriormente, em 1998, foram autorizados os cursos de Ciências Econômicas e Tecnologia em Processamento de Dados (GOMES, 2002, p. 101).

Sobre as características administrativas desta IES, Gomes também registrou:

Como primeira IES privada com fins lucrativos em Goiânia, a Faculdade Anhangüera de Ciências Humanas consolidou-se no mercado como uma instituição com características e culturas administrativas e gerenciais próprias, retratando o perfil dos mantenedores no processo administrativo, financeiro e até mesmo pedagógico. Ressalta-se como característica singular dos mantenedores da Faculdade Anhangüera todos serem professores do ensino em Goiânia e Anápolis, até no momento de criação da Faculdade em 1973 (GOMES, 2002, p. 141).

Contudo, percebe-se que a criação da Faculdade Anhanguera, no início dos anos 1970, foi estimulada pela Reforma Universitária de 1968, levando um grupo de docentes a pensar e operacionalizar um projeto idealizado, por meio de uma instituição privada de ensino, no qual, certamente, na condição de docentes inseridos nos processos educativos locais, identificaram oportunidades de negócio no ramo da educação.

“No decorrer dos anos 70 e 80 e até meados da década de 1990, houve uma demanda significativa de vagas para seus cursos. O curso de Direito, o mais concorrido da IES já teve demanda que variava de vinte cinco a vinte e oito candidatos/vagas”, diz Gomes (2002, p. 141).

Do período de sua criação, ao seu movimento de expansão, percebe-se que houve, por parte de seus mantenedores, o cuidado de se adaptar ao *boom* expansionista do setor privado

em Goiânia, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos 1990. Tal assunto foi tratado por Gomes em seus estudos da “Reconfiguração da IES privada com fins lucrativos mediante o processo de expansão e das políticas educacionais – o caso da Faculdade Anhangüera”, em que finalizou a sua discussão registrando:

Finalmente, qual o significado dessa reconfiguração? Ao mesmo tempo em que busca se adequar às exigências do Estado avaliador e fiscalizador, procura também aproximar-se do setor produtivo, com a flexibilização, a mercantilização do ensino. O estudo evidenciou que a Faculdade Anhangüera, mediante o processo de expansão do ensino superior privado com fins lucrativos em Goiânia, encaminha novas orientações em consonância com as políticas desenvolvidas no país, em decorrência de componentes estruturais da nova fase de organização do capital, adquire dimensões cada vez mais amplas, com o processo de desestatização/privatização do estado legitimado pelas concepções e projetos desenvolvidos por corporações transnacionais, tais como FMI, BID e Banco Mundial, provocando intenso processo de mercantilização de espaços sociais, dentre esses, a educação superior (GOMES, 2002, p. 150).

Com o objetivo de concretização do movimento de expansão da Faculdade Anhangüera, conforme o que foi anunciado por Gomes (2002), em 11 de março de 2004 o Ministério da Educação (MEC) aprovou a transformação da Faculdade Anhangüera para Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

Fiel à sua missão como Instituição de Ensino Superior e comprometido com a formação acadêmica, o Uni-ANHANGUERA conta com expressivo número de docentes, doutores e mestres que atuam nos cursos de graduação e pós-graduação em consonância com o projeto pedagógico focado nas demandas de mercado de trabalho. Como Instituição de Ensino Superior, o Uni-ANHANGUERA se orgulha de sua tradição, vitórias e conquistas, e encontra-se confiante, forte e preparado para o futuro, pronto para contribuir com o Brasil, oferecendo um ensino de qualidade, aprimorando a formação profissional e humanística de seu povo (Uni-ANHANGUERA, site institucional, 2005.)

A estrutura organizacional do Uni-ANHANGUERA conta com Reitoria, Pró-Reitorias, Diretorias e Coordenadores, que, por meio dos seus trabalhos, vêm buscando a estruturação do projeto institucional em curso.

A pesquisa e a extensão no Uni-ANHANGUERA estão sob supervisão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, que tem como objetivo a promoção destas atividades nos núcleos afins, dentro de cada curso.

Com o objetivo de viabilizar a divulgação da produção científica de seus docentes e discentes, o Uni-ANHANGUERA dispõe da Revista Anhangüera, periódico destinado à publicação de artigos produzidos por docentes e os Cadernos de Cursos destinados a divulgar a produção técnico-científica de seus discentes.

Atualmente, encontram-se em funcionamento vinte cursos de graduação e quatorze de pós-graduação lato sensu. De conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional - LDB, nº 9394/96, iniciou em 2001 um programa de Cursos Superiores Seqüenciais de Complementação de Estudos, em diversas áreas. Em parceria com a Universidade de Brasília, iniciou-se em 2003, o curso de Mestrado em Economia, com foco na Gestão Econômica do Meio Ambiente

As **Figuras 30, 31 e 32** demonstram a evolução dos cursos já ofertados pela antiga Faculdade Anhanguera, assim como a expansão ocorrida no final dos anos 1990 e a entrada do século XXI – (2005).

| <b>CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNI-ANHANGUERA</b><br><b>CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS</b> |                                                                         |                                                                                             |                                                                                                                                                           |                                       |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| <b>Curso</b>                                                                                   | <b>Modalidade/<br/>Habitação/<br/>Ênfase</b>                            | <b>Situação Legal</b>                                                                       |                                                                                                                                                           | <b>Nº de<br/>Vvgas<br/>oferecidas</b> |
|                                                                                                |                                                                         | <b>Autorização.</b>                                                                         | <b>Reconhecimento.</b>                                                                                                                                    |                                       |
| Administração                                                                                  | Planejamento<br><br>Marketing,<br>Finanças<br><br>Gestão de<br>Pessoas. |                                                                                             | Decreto nº 80.180/77, de<br>17/08/1977<br>D.O.U 18/08/1977; Renovação<br>de Reconhecimento Portaria nº<br>1.482/2001, de 13/07/2001.<br>D.O.U. 16/07/2001 | 225                                   |
| Agronomia                                                                                      |                                                                         | Res.. nº 03/2004, de<br>08/10/2004 - do Conselho<br>Universitário e D.O.U. de<br>24/12/2004 |                                                                                                                                                           | 120                                   |
| Ciências<br>Biológicas                                                                         | Bacharelado e<br>Licenciatura                                           | Res. nº 03/2004, de<br>08/10/2004 - do Conselho<br>Universitário e D.O.U. de<br>24/12/2004  |                                                                                                                                                           | 180                                   |
| Ciências<br>Contábeis                                                                          |                                                                         |                                                                                             | Decreto nº 80.180/77, de<br>17/08/1977<br>D.O.U 18/08/1977; Renovação<br>de Rec. pela Portaria nº 616, de<br>12/03/2004. D.O.U. 16/03/2004                | 180                                   |
| Ciências<br>Econômicas                                                                         |                                                                         |                                                                                             | Rec. pela Port. nº 1.703/93, de<br>03/12/1993. D.O.U.06/12/1993<br>Renovação de Rec. pela. Port.<br>nº 615, de 12/03/2004. D.O.U.<br>16/03/2004.          | 100                                   |
| Comunicação<br>Social                                                                          | Publicidade e<br>Propaganda                                             | Res. nº 01/2004, de<br>03/06/2004 - do Conselho<br>Universitário e D.O.U. de<br>24/12/2004  |                                                                                                                                                           | 100                                   |
| Direito                                                                                        |                                                                         |                                                                                             | Dec. nº 80.180/77, de<br>17/08/1977<br>D.O.U 18/08/1977; Renovação<br>de Rec. pela Port. nº<br>1.809/2000, de 31/10/2000.<br>D.O.U. 07/11/2000            | 225                                   |
| <b>Normal<br/>Superior</b>                                                                     | <b>Educação<br/>Infantil</b>                                            | <b>Port. nº 2.400/2002, de<br/>23/08/2002<br/>D.O.U. 26/08/2002</b>                         |                                                                                                                                                           | <b>300</b>                            |
| <b>Normal<br/>Superior</b>                                                                     | <b>Anos Iniciais<br/>do Ensino<br/>Fundamental</b>                      |                                                                                             |                                                                                                                                                           |                                       |

|         |  |                                                       |  |     |
|---------|--|-------------------------------------------------------|--|-----|
| Turismo |  | Port. nº 1.357/01 de 04/07/2001.<br>D.O.U. 09/07/2001 |  | 100 |
|---------|--|-------------------------------------------------------|--|-----|

| CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNI-ANHANGUERA<br>CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                   |                                                                                                                                    |                              |
|----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| Curso                                                                            | Modalidade/<br>Habilitação/<br>Ênfase                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Situação Legal                                                                    |                                                                                                                                    | Nº de<br>Vagas<br>oferecidas |
|                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Autorização.                                                                      | Reconhecimento.                                                                                                                    |                              |
| Engenharia da Computação                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Res. nº 03/2004, de 08/10/2004 - do Conselho Universitário e D.O.U. de 24/12/2004 |                                                                                                                                    | 100                          |
| Processamento de Dados                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                   | Port. nº 863/94, de 06/06/1994<br>D.O.U. 07/06/1994. Renovação de Reconhecimento Portaria nº 179, de 14/01/2004. D.O.U. 15/01/2004 | 100                          |
| Pedagogia                                                                        | Gestão Educacional e Tecnologias                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Res. nº 01/2004, de 03/06/2004 - do Conselho Universitário e D.O.U. de 24/12/2004 |                                                                                                                                    | 300                          |
|                                                                                  | Docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                   |                                                                                                                                    |                              |
| Química                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Res. nº 03/2004, de 08/10/2004 - do Conselho Universitário e D.O.U. de 24/12/2004 |                                                                                                                                    | 180                          |
| Dezoito novos cursos de graduação                                                | Design,<br>Educação Física,<br>Enfermagem,<br>Engenharia Ambiental,<br>Engenharia de Alimentos,<br>Farmácia,<br>Física,<br>Fisioterapia,<br>Fonoaudiologia,<br>Geografia,<br>História,<br>Letras,<br>Matemática,<br>Nutrição,<br>Relações Internacionais,<br>Serviço Social,<br>Sistema de Informação,<br>Terapia Ocupacional, |                                                                                   |                                                                                                                                    | 3.400                        |
| <b>Total</b>                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                   |                                                                                                                                    | <b>5.610</b>                 |

**Figura 30** – Cursos de graduação oferecidos pelo UNI-ANHANGUERA, de acordo com dados do Inep.

| CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNI-ANHANGUERA<br>CURSOS TECNOLÓGICOS OFERECIDOS |                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                   |                                                                                                                                   |                              |
|----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| Curso                                                                            | Modalidade/<br>Habitação/<br>Ênfase                                                                                                                                                                                                                           | Situação Legal                                                                    |                                                                                                                                   | Nº de<br>vagas<br>oferecidas |
|                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                               | Autorização                                                                       | Reconhecimento                                                                                                                    |                              |
| Informática                                                                      | Desenvolvimento de Software para a Internet                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                   | Port. nº 863/94, de 06/06/1994<br>D.O.U. 07/06/1994 Renovação de Reconhecimento Portaria nº 179, de 14/01/2004. D.O.U. 15/01/2004 | 100                          |
| Gestão                                                                           | Tecnologia em Multimídia                                                                                                                                                                                                                                      | Res. nº 03/2004, de 08/10/2004 - do Conselho Universitário e D.O.U. de 24/12/2004 |                                                                                                                                   | 180                          |
|                                                                                  | Gestão de Pequenas e Médias Empresas                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                   |                                                                                                                                   |                              |
|                                                                                  | Gestão de Vendas                                                                                                                                                                                                                                              | Res. nº 03/2004, de 08/10/2004 - do Conselho Universitário e D.O.U. de 24/12/2004 |                                                                                                                                   | 180                          |
|                                                                                  | Gestão de Controle Ambiental                                                                                                                                                                                                                                  | Port. nº 3.091/03 de 30/10/2003 D. O.U. 31/10/2003                                |                                                                                                                                   | 150                          |
|                                                                                  | Gestão de Telemarketing                                                                                                                                                                                                                                       | Port. nº 3.088/03 de 30/10/2003 D.O.U 31/10/2003                                  |                                                                                                                                   | 200                          |
| Dez novos cursos Tecnólogos implantados na área de gestão                        | Gestão de Eventos, Gestão de Agronegócio, Gestão e Controle de Qualidade, Gestão de Pessoas, Gestão de Segurança Pública, Gestão de Varejo, Gestão Imobiliária, Gestão Pública e Planej. Municipal, Gestão de Logística e Distribuição, Redes de Computadores |                                                                                   |                                                                                                                                   | 1.860                        |
| <b>Total</b>                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                   |                                                                                                                                   | <b>2.670</b>                 |

**Figura 31** – Cursos Tecnológicos oferecidos pelo UNI-ANHANGUERA, de acordo com dados do Inep.

| CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNI-ANHANGUERA<br>CURSOS SEQUENCIAIS OFERECIDOS                                                                                                                                                        |                        |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| CursoModalidade/ Habitação/ Ênfase                                                                                                                                                                                                     | Nº de vagas oferecidas |
| Gestão de Instituições de Educação Infantil -Negócios de Terceiro Setor - Pequenas Empresas - Gestão de Vendas - Linux e Aplicativos Livres - Marketing de Relacionamento - Programação Web - Regulamentação Ambiental - Telemarketing | <b>4.090</b>           |
| <b>Total</b>                                                                                                                                                                                                                           | <b>4.090</b>           |

**Figura 32** – Cursos Sequenciais oferecidos pelo UNI-ANHANGUERA, de acordo com dados do Inep.



A expansão acelerada, a partir do ano 2000, ocorreu com a implantação de quinze cursos Tecnológicos e quatorze cursos seqüenciais, somando um total de 6.076 vagas disponíveis e mais 5.610 vagas dos cursos de graduação, perfazendo um total de 11.686 oportunidades de ingresso para o ensino superior nas modalidades: graduação tradicional, cursos Tecnológicos e Seqüenciais.

Sobre a expansão do curso de Pedagogia na IES, identificou-se que, apesar de a Faculdade Anhanguera ter sido criada em 1973, só veio ofertar o curso de Pedagogia já na condição de Centro Universitário, no ano de 2005.

O curso tem por ênfase formar o Pedagogo com duas habilitações – Gestão Educacional e Tecnologias Educacionais e Docência para os anos Iniciais do Ensino Fundamental. No entanto, passou a ofertar, a partir do ano de 2003, o curso Normal Superior com duas licenciaturas – Educação Infantil e Anos Iniciais, respaldados pela LDB Lei 9.394/96, em seu Art. 16<sup>40</sup>.

Diante das ambigüidades apresentadas no curso de formação de professores no Brasil, desde a sua criação, em 1939, conforme já discutidas em capítulos anteriores deste trabalho, observa-se que a Uni-ANHANGUERA, ao cuidar da criação do curso de Pedagogia, pautou-se em primeiro plano na criação do curso Normal Superior como nascedouro do curso de Pedagogia, certamente, atendendo ao Art. 17, da Lei 9.394/96.<sup>41</sup>

Contudo, pode-se observar que a Universidade Católica, durante três décadas (entre os anos 70 e 90), não conviveu com a concorrência de vagas destinadas ao curso de Pedagogia, em relação a Uni-ANHANGUERA, que só passou a ofertar vagas para Pedagogia no ano de 2005.

### **3.2 Os cursos de Pedagogia: o caso da Universidade Católica de Goiás e das Faculdades ALFA: um olhar investigativo**

A centralidade do estudo aqui proposto apresenta em seus limites, o nível de verticalização alcançado, em função dos dados que foram possíveis de serem levantados para a realização deste trabalho.

Com o objetivo de melhor compreender o que aproxima ou distingue os dois cursos de Pedagogia no setor privado em Goiânia, e como os projetos acadêmicos dos cursos foram se

<sup>40</sup> A conclusão de curso Normal Superior dará direito a diploma de licenciado para atuar na educação infantil ou para a docência nos anos iniciais do ensino fundamental, conforme a licenciatura concluída. É permitida mais de uma licenciatura mediante complementação de estudos, tal como indicado no inciso 1º, do art.25.

<sup>41</sup> As instituições, sejam elas Institutos Superiores de educação, Universidades ou Centros Universitários, poderão oferecer as mesmas licenciaturas descritas no artigo anterior, no curso de Pedagogia.

adequando em função das ambigüidades existentes no interior do próprio curso de Pedagogia, será feita uma análise mais detalhada sobre os dois cursos identificados como objeto de estudo: UCG e ALFA.

Buscou-se com estas análises compreender, também, como as IES encaminharam o projeto pedagógico de seus cursos de Pedagogia, num período marcado pelo *boom* expansionista ocorrido a partir da segunda metade da década de 1990 e refletido nos cursos de Pedagogia do município de Goiânia, significativamente a partir do ano 2000, com a acirrada concorrência e um refluxo das vagas.

### 3.2.1 Curso de Pedagogia da Universidade Católica de Goiás: da retomada histórica ao projeto acadêmico atual.

O curso de Pedagogia da Universidade Católica de Goiás – UCG teve seu início ainda na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e apresentou sua relevância neste contexto, pois fez parte do projeto de criação do ensino superior católico, nascedouro da primeira universidade do Estado de Goiás.

O história de criação do curso de Pedagogia da UCG, em 1949, tem seu início marcado pelo Decreto Federal nº 26.144, de 04/01/1949 e o reconhecimento pelo Decreto Federal nº 30.588, de 22/02/1952.

Entre os anos de 1949 a 1973 o curso de Pedagogia funcionou ligado à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - FFCL, juntamente como os cursos de Letras e História.

Durante este período, destacou-se no cenário nacional o crescimento do curso de Pedagogia nas diferentes regiões brasileiras, o paralelismo entre o público e o privado com o fortalecimento do setor privado, e a Portaria Ministerial nº 478, de 1954, que entrou em vigor dando condições para os egressos de Pedagogia obterem, além do registro de professores nas Matérias Pedagógicas do curso de professores primários, registro em História e Matemática (no ensino primário) e Filosofia (no ensino secundário).

Ainda neste período, aconteceu a discussão nacional sobre a delimitação do mercado de trabalho para egressos formados nos curso de Pedagogia e o Estado de Goiás viu nascer o segundo curso de Pedagogia, na Universidade Federal de Goiás, no ano de 1960.

A aprovação da LDB – Lei 4.024/61 trouxe aos cursos de Pedagogia a fixação do currículo mínimo e também a continuidade da discussão sobre o mercado de atuação do pedagogo. O Parecer nº 251/62, cerceado pela idéia de provisoriedade, tratou do assunto de forma geral ao estabelecer que o curso deveria formar professores das Disciplinas

Pedagógicas do Normal e o Técnico de Educação, determinando que as duas modalidades de formação aconteceriam no bacharelado e na licenciatura. Contudo, o curso de Pedagogia da UCG não ficou alheio a estas discussões, mantendo a sua posição com o projeto de formação de professores dentro de um projeto de Licenciatura.

A Reforma Universitária de 68 (LDB - Lei 5.540/68) criou mecanismos para que as Universidades brasileiras organizassem suas estruturas departamentais, estabelecendo normas de organização e funcionamento do ensino superior e a sua articulação com a escola média. Do debate desencadeado sobre a dicotomia bacharelado ou licenciatura surgiu o Parecer 252/69 do CFE como o intuito de regulamentar o curso de Pedagogia no Brasil. Este determinava a exigência das especializações e da comprovação da prática de magistério.

A definição da organização acadêmica departamental proposta na Reforma Universitária foi assumida pela Universidade Católica de Goiás e, no ano de 1973, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL foi extinta, dando espaço para a criação da estrutura departamental na Universidade, que deu origem à criação do Departamento de Educação – EDU.

A trajetória do Departamento de Educação – EDU foi marcada pela permanente revisão crítica de seu percurso acadêmico na busca contínua do aprimoramento da ação educativa, pois mantinha-se atento às discussões nacionais.

O reflexo do debate promovido no campo da Educação durante a década de setenta, resultou em uma revisão crítica do paradigma psicologista-tecnicista que de modo hegemônico, vinha definindo as práticas educativas e os cursos de formação de professores do período. Tal concepção foi substituída pelos paradigmas da História e da Sociologia que compreendem a prática educativa como expressão cultural e política da sociedade na qual esta prática se realiza. (PROJETO DO CURSO DE PEDAGOGIA, 2003, p. 7).

Internamente, e pautados nas discussões nacionais, foram realizadas as discussões locais sobre a redefinição da política institucional que vinha sendo implantada na UCG, por meio do debate sobre a “autonomia universitária, instituição participada, participante e participativa”. Este debate foi fundamentado pelo compromisso político da Igreja Católica a favor dos pobres. Os frutos dos debates realizados influenciaram na reformulação curricular realizada, em 1984, e, conseqüentemente, as demais reformulações vividas no interior do curso de Pedagogia da UCG.

Serão pontuados, a seguir, os movimentos de reformulação curricular realizados no curso de Pedagogia.

Nos anos 80, o processo de discussão da Reforma Curricular tornou-se prioridade na UCG, notadamente no Departamento de Educação, que participou ativamente nas discussões.

Desde o início, entendeu-se que debates sobre reformas curriculares implicam um campo de discussão mais vasto do que o ligado à estrita problemática da grade curricular. “Não se tratava apenas de repensar as grades curriculares, mas de fundamentalmente se repensar idéias pedagógicas” (UCG/EDU, 1985, p.23).

Contudo, o que se interrogava no interior do curso, era a própria educação que estava sendo promovida no seu sentido e na sua significação histórica.

[...] o reflexo do debate promovido no campo da Educação durante a década de setenta do século XX, resultou em uma revisão crítica do paradigma psicologista-tecnicista que, de modo hegemônico, vinha definindo as práticas educativas e os cursos de formação de professores naquele período. Tal concepção foi substituída pelos paradigmas da História e da Sociologia que compreendem a prática educativa como expressão cultural e política da sociedade na qual se realiza (PROJETO DO CURSO DE PEDAGOGIA, 2003, p. 7).

Como resposta aos debates e reflexões, a UCG promoveu internamente, no curso de Pedagogia, a primeira reformulação do currículo do curso, redefinindo os seus princípios orientadores, sua estrutura curricular, seu sistema de avaliação e sua organização acadêmica, com o objetivo de reforçar a manutenção da docência como base de formação do pedagogo.

Subseqüente à primeira reformulação curricular de 1984, outras duas reformulações foram realizadas pelo Departamento de Educação, sendo que, em ambas prevaleceram os princípios definidos no projeto Curricular de 1984.

A segunda reformulação curricular ocorreu em 1992 e consistiu na ampliação das habilitações que vinham sendo oferecidas pelo EDU/ Pedagogia – habilitação para Magistério de 2º grau e Habilitação para as Séries Iniciais do 1º grau, com a inclusão da habilitação Pedagogia Escolar.

A terceira reformulação curricular ocorreu em 1994 e foi implantada com o objetivo de atender às exigências do Projeto de Formação de Professores da UCG, promovendo alterações na estrutura curricular, incluindo novas disciplinas na grade, estabelecendo a interdisciplinaridade como princípio pedagógico organizador do curso.

As reformulações curriculares realizadas entre os anos de 1984 a 1994 foram reafirmadas nas discussões internas em consonância com as posições assumidas pelas entidades de classes representativas dos docentes universitários (ANPED, ANFOPE, ANDES, UNDIME, FORUNDIR).

Os estudos desencadeados contribuíram para a abertura de novas discussões sobre as diretrizes curriculares para os cursos de formação de professores, e deram origem aos novos encaminhamentos para a reformulação propostas que entraram em vigor no ano de 2004.

As discussões que deram origem à quarta reformulação do curso de Pedagogia da UCG mantiveram os princípios orientadores do curso, deste a reformulação de 1984, conforme pode ser observado na seguinte citação:

Para pensar a educação hoje, não basta ler as leis que a regem, nem procurar “humanizar” esta educação. É necessário, antes de tudo, localizá-la dentro do contexto econômico, político e social, buscando conhecer o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, analisar a forma como a educação se desenvolve dentro desse processo e conceber o educador como elemento de realização de um projeto coerente e capaz de contribuir para a concretização de novo projeto, mais adequados aos interesses populares. Só a partir disso é que podemos buscar alternativas para a educação e para o fazer educacional. Não se trata de pensar a educação como fenômeno em si, mas tentar localizá-la num âmbito maior, compreendendo todas as implicações que cercam o ato educativo (EDU, 1984, p. 7).

Contudo, a última reformulação curricular pela qual passou o curso de Pedagogia tem suas bases nos mesmos princípios da reformulação de 1984, porém, em função das transformações atuais que agravam as desigualdades sociais e impõem desafios constantes para as universidades nos seus processos de reformulação de curso, não pesaram apenas as políticas educacionais com as definições de critérios de organização e funcionamento do sistema nacional de ensino como justificativa da reformulação, mas, sobretudo, pesou a manutenção da identidade institucional de UCG.

Ao analisar o projeto atual do curso (2003), encontra-se a justificativa para a sua reformulação.

movimento de inclusão e exclusão que define as regiões e os lugares que os sujeitos nelas ocupam, comprometida com os propósitos educativos que caracterizam sua trajetória acadêmica e reconhecendo que o dinamismo do mundo em construção requer uma permanente atualização de suas ações educativas, o Departamento de Educação procedeu a revisão e reformulação do currículo do curso de Pedagogia e das disciplinas de formação pedagógicas para as licenciaturas da UCG substancialmente modificados pela reforma educativa implantada no país com a promulgação da LDB 9394/96” (PROJETO DO CURSO DE PEDAGOGIA, 2003, p. 3).

Os argumentos apresentados encontram ressonância nos documentos oficiais do projeto do curso (1984), que justifica a manutenção dos princípios já anunciados, neste momento, porém, buscando na manutenção destes argumentos a sustentabilidade para a sobrevivência em um cenário marcado pela ampla expansão dos cursos de pedagogia do setor privado em Goiânia.

A partir da década de 1990, a instituição passou a vivenciar nos seus mecanismos de gestão financeira e acadêmica o atropelo da concorrência, que se apresentou com o *boom* expansionista da década. Esta realidade aparente fez com que todos os processos de flexibilidade e elasticidade fossem articulados na busca incansável da redução de custos com

a reformulação da matriz curricular, criando mecanismos de aproximação com as demais licenciaturas por meio do conjunto de disciplinas comuns, o que representou uma otimização de custos e a possibilidade de “mudar sem afetar a qualidade”.

Com o intuito de fazer uma análise mais detalhada do projeto atual do curso de Pedagogia da UCG, será focalizada, a partir dos itens que compõem o texto final do documento, a proposta de formação para o pedagogo formado na UCG.

Sobre a sua missão, é defendida a formação integral e ética do ser humano, e reafirmado o compromisso de ser referência regional e nacional na formação de profissionais que sejam comprometidos com a vida, com o progresso da sociedade e com o desenvolvimento regional. Desta forma, a Universidade Católica afirma sua inserção regional como Instituição Católica de Ensino Superior, Comunitária e Filantrópica, que busca identificação com as especificidades da região Centro-Oeste, no contexto da sua contemporaneidade, o que depende, também, do valor cobrado em suas mensalidades.

Considera-se aqui a relevante função social desempenhada por esta Instituição de Ensino Superior, que, arduamente “cuida” da sua manutenção através da diferenciação dentre as demais por ser uma universidade privilegiada pelo desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, forma expressiva de garantir a sobrevivência do curso de pedagogia com custeios de bolsas, filantropia e prestações de serviços à comunidade como manutenção dos custos apresentados na gestão financeira de um curso de graduação.

Os princípios pedagógicos do curso são orientados pela conduta institucional, na manutenção dos princípios que consideram válidos e o abandono daqueles que reconhece como equívocos, incorpora, cria e recria novos princípios, promovendo as mudanças à manutenção de sua tradição acadêmica. Contudo, o presente projeto reformulado apresenta em seus princípios pedagógicos o texto:

[...] as reformulações propostas não podem ser consideradas, portanto, como simples adaptação do currículo às exigências legais e sim, o resultado de uma reflexão crítica que, de uma perspectiva histórica, permitiu explicitar as lacunas, os exageros e os vícios da atual política educacional. A opção desse projeto é pelos princípios políticos-pedagógicos anteriormente mencionados e que se pretende ver preservados no curso de Pedagogia da UCG (PROJETO DO CURSO DE PEDAGOGIA, 2003, p. 11).

Sobre os objetivos do curso de Pedagogia foi mantida a área de concentração na docência, como já exposto na reformulação de 1984 e, mais uma vez aqui reforçada, e a alteração em duas de suas habilitações para Educação Infantil, mantendo a habilitação para as Séries Iniciais do ensino Fundamental.

A docência aqui entendida em seu sentido mais amplo, compreende a ação educativa metódica e sistematicamente realizada em ambientes escolares e não escolares, tendo por finalidade a reconstrução das formas de pensar, sentir e atuar dos sujeitos dessa ação [...] (PROJETO DO CURSO DE PEDAGOGIA, 2003, p. 13).

A organização curricular proposta encontra-se articulada à área de concentração do curso, que é a docência e, como modalidade desta, a organização do trabalho pedagógico, dando ênfase à alfabetização.

A organização do trabalho pedagógico é aqui entendida em sentido amplo, compreendendo as políticas educacionais que normatizam as instituições escolares, passando pela gestão escolar, pela organização curricular e pela ação educativa na sala de aula (PROJETO DO CURSO DE PEDAGOGIA, 2003, p. 15).

A estrutura curricular está organizada de modo disciplinar, aliando ensino, pesquisa e extensão, considerados como atividades básicas e prioritárias para a realização do curso. A organização das disciplinas apresenta-se orientada por um eixo gerador que expressa a concepção que o Departamento de Educação assume como “constitutiva da formação de professores a ser construída, refletida e vivenciada ao longo do curso: Educação como Prática Social e Pedagógica”.

A organização pedagógica e didática de cada período encontra-se articulada ao eixo temático, definido como referencial para estruturação do período.

A estrutura de carga horária definida para o curso é de 2.910 horas, distribuídas em sete períodos para graduação e, acrescidas de 720 horas destinadas à especialização, a ser realizada no 8º período do curso.

As horas destinadas à graduação estão distribuídas conforma exigências da Resolução 1 e 2 de 2002, do CNE, e deliberação 052/87CEPE a saber: 200 horas de atividades científico-culturais, 400 horas de atividades práticas previstas desde o início do curso, 420 horas de estágio, 240 horas de disciplinas do núcleo comum do UCG, 390 horas do núcleo comum das licenciaturas da UCG e 1.250 horas de disciplinas de formação específica (PROJETO DO CURSO DE PEDAGOGIA, 2003, p. 16)

Pode-se interpretar que a reformulação do curso de Pedagogia da UCG apresenta, na sua articulação, a necessidade de mudança amparada pela LEI 9.394/96, porém, com os seus fins articulados às discussões que antecedem à legislação atual.

O texto do projeto de reformulação tece a reconstrução de um curso marcado por décadas e a incessante necessidade de manutenção de um currículo defendido desde 1984.

Os argumentos utilizados assim como a elaboração criteriosa do projeto atual evidenciam o conjunto das idéias já fundamentadas.

Na reformulação atual, o núcleo comum das licenciaturas surge como possibilidade de articulação da relação teoria e prática, inserção das bases de formação do educador com o objetivo de “integração dos alunos aos cursos de formação de professores”. Contudo, não se pode deixar de interpretar que este é o grande “achado”, podendo ser realizado no envolvimento de trezentos e noventa horas para todas as Licenciaturas.

Eis que, na busca constante por caminhos mais curtos e menos dispendiosos, surge a possibilidade de garantir a manutenção da tradição acadêmica de formação docente, sem alterar os princípios pedagógicos defendidos desde 1984 e, com isso, criar mecanismos para garantir a sobrevivência dos cursos (Pedagogia e Licenciaturas), frente ao mercado concorrencial.

O trabalho monográfico apresenta-se como um diferencial no curso de Pedagogia da UCG, pois oferece condições de elaboração de síntese do curso, permitindo aos alunos incursões mais verticalizadas nas temáticas escolhidas, orientadas pelo eixo temático e pela compreensão da função social do professor, das necessidades da escola, das exigências dos paradigmas educacionais e das inovações criativas construídas cientificamente. O trabalho monográfico é realizado nos dois últimos períodos do curso (6º e 7º).

Ao analisar os detalhes da estruturação do curso de Pedagogia, identifica-se na sua trajetória o eixo articulador da defesa da docência como área de formação, independente da habilitação proposta nos diferentes períodos em cada uma das reformulações realizadas (1984, 1992, 1994, 2003). Contudo, identifica-se, também que a Universidade Católica de Goiás – UCG, com a sua autonomia universitária e relevância social enquanto produtora de conhecimento, convive no curso de Pedagogia por ela ofertado com os mesmos contornos na luta contra o “mal do refluxo” similar às demais IES concorrentes, que passaram a fazer parte da história dos cursos de Pedagogia em Goiânia, com a expansão dos cursos e das vagas ofertadas, pós a década de 1990.

Percebe-se que o tempo não foi o maior aliado e que a história do curso de Pedagogia construída na UCG passou por uma reescrita elástica, para garantir a manutenção do seu diferencial frente às IES concorrentes.

Em consonância com esses princípios instituídos desde a década de 1980, o Departamento de Educação da UCG vem definindo sua trajetória e defendendo a sua posição



de atualizado e atuante, mantendo por meio da sua autonomia universitária os seguintes argumentos:

[...] Atualizado porque atento aos problemas sociais e educacionais da sociedade brasileira e referendado pelos conhecimentos e experiências acadêmicas acumulada ao longo da sua história e trajetória. Atuante porque inserido e comprometido com o projeto social de desenvolvimento da cidade de Goiânia, da região Centro-Oeste, do Brasil e com a construção de um mundo melhor (PROJETO DO CURSO DE PEDAGOGIA, 2003, p. 2).

Ao se interpretar os argumentos expostos nesta citação e, também, os números do refluxo expostos no curso de Pedagogia da UCG, compreende-se que a moeda de troca guardada no interior do curso de Pedagogia, que aparentemente poderia ser utilizada como diferencial competitivo junto ao mercado concorrente, muito pouco, tem sido explorada como possibilidade de manutenção e atração de novos alunos.

| UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – UCG:<br>CURSO DE PEDAGOGIA: FLUXO E REFLUXO |              |              |            |
|------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|------------|
| ANO                                                                          | MATRICULADOS | TRANCAMENTOS | EGRESSOS   |
| 2001                                                                         | 2.135        | 57           | 220        |
| 2002                                                                         | 1.798        | 51           | 239        |
| 2003                                                                         | 1.304        | 19           | 234        |
| 2004                                                                         | 1.221        | 15           | 196        |
| <b>TOTAL</b>                                                                 | <b>6.458</b> | <b>142</b>   | <b>889</b> |

**Figura 44** – Curso de Pedagogia da UCG: fluxo e refluxo, de acordo com dados institucionais.

Percebe-se que as instituições convivem internamente com a entrada e saída de alunos, que buscam com o movimento de trocas institucionais a manutenção financeira dentro dos cursos e, aparentemente, não demonstram assimilar a o valor agregado do curso, na maioria das vezes, pautando-se simplesmente no compromisso com a busca do diploma.

A interpretação do discurso de inserção e do desenvolvimento das ações educativas realizadas pelo Departamento de Educação da UCG leva a crer que a formação dos indivíduos através do curso de Pedagogia nesta Instituição promove um *status* diferenciado na distribuição de “bens econômicos e sociais”. O capital cultural disponível neste departamento sem sombra de dúvidas estabelece um conjunto de forças junto às demais instituições de ensino do setor privado que oferecem o curso de pedagogia em Goiânia, pois é possível identificar a relação efetivamente existente entre ensino, pesquisa e extensão operacionalizada no curso de Pedagogia da UCG.

Assim, pode-se destacar, como diferencial instituído na UCG e valor agregado ao curso de Pedagogia, uma pesquisa consolidada, com uma Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado em Educação) e um Núcleo de Pesquisa bem estruturado, criado em 1995, com

três grupos de pesquisa na Plataforma Lattes e com linhas de pesquisa identificadas com o Mestrado, que são as seguintes: Grupo de Pesquisa Juventude e Educação, que tem as seguintes linhas de pesquisa: Escola, Sociedade e Cultura, Políticas Públicas para Jovens, Sociabilidade Juvenil; Grupo de Pesquisa Pensamento Educacional Brasileiro, com as seguintes linhas de pesquisa: Filosofia da Educação, História da Educação; Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Gestão Escolar, com as seguintes linhas de pesquisa: Políticas de Formação de Professores, Políticas Educacionais, Gestão Escolar, Trabalho e Sociedade.

A pesquisa no Núcleo é realizada em articulação com a graduação, e, por isso, envolve bolsistas de graduação nos projetos de pesquisa através das bolsas de Iniciação Científica do PIBIC (Programa de Bolsa de Iniciação Científica do CNPq) e Iniciação Científica do BIC (Bolsas de Iniciação Científica da própria Instituição).

A real concorrência tem provocado a demanda da manutenção de um curso de Pedagogia com menor custo operacional e com possibilidade de disputa num campo onde o capital intelectual acumulado nem sempre se sobrepõe à demanda de manutenção do capital econômico como lógica de sobrevivência. Diante do exposto, identifica-se que a relação ensino, pesquisa e extensão na UCG, consubstanciada pelo projeto de iniciação científica com a manutenção de bolsas, têm contribuído, de forma intensa, para a manutenção do curso, destacando-se como um grande diferencial.

O discurso de tradição acadêmica, certamente, mantém seu peso e valor na venda do produto, mas não sustenta a manutenção e sobrevivência dos alunos num campo de disputas, onde as escolhas são variadas. Daí, a necessidade de implantação dos mecanismos e estratégias de disputas no campo.

### 3.2.2 Curso de Pedagogia das Faculdades ALFA: da intenção à criação.

Ao se discutir com mais detalhes sobre o curso de Pedagogia das Faculdades ALFA, procurar-se-á ater, a três momentos básicos, que melhor explicitam os movimentos vividos no interior do curso entre os anos de 2001 a 2004.

O referido curso apresentou embates desde a primeira versão do seu projeto acadêmico, que encaminhou junto ao MEC o pedido de autorização para o funcionamento de um curso de Pedagogia com habilitações para educação infantil, séries iniciais, disciplinas pedagógicas e ênfase voltada para educação superior. Este projeto não foi autorizado e, a partir das observações formalizadas por seus avaliadores, foi dado início a uma frente de

trabalho na reconstrução de um projeto que atendesse às exigências legais para se obter o funcionamento do curso na IES. A nova versão do curso foi encaminhada ao MEC e, em 21/12/2000, pela Portaria nº 2.072, o curso foi autorizado para oferta de vagas.

O curso de Pedagogia das Faculdades Alves Faria – ALFA foi criado com o intuito de oferecer à comunidade um curso de Licenciatura Plena com Habilitação para as Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio e Administração Educacional.

O parecer conclusivo da comissão de avaliação formalizou a seguinte informação:

As modificações efetivadas no Projeto Pedagógico original visando à melhoria qualitativa do curso refletem uma proposta mais orgânica de formação do pedagogo capaz de atuar no ensino e na organização e gestão do sistema, unidades e projetos educacionais, em consonância com a legislação em vigor (PARECER DA COMISSÃO).

Desta forma, a IES, por meio da sua coordenação do curso de Pedagogia, formalizou os encaminhamentos necessários para implementação da proposta acadêmica do curso de Pedagogia dando início à sua primeira turma no ano de 2001.

O curso de Pedagogia, então implementado nas Faculdades ALFA, teve no seu início um descompasso com a Diretriz Curricular vigente. Apesar de autorizado para o desenvolvimento de um curso, cuja ênfase era pautada na formação do pedagogo para atuar nas Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio e na Administração Educacional, também foi exigido pela comissão de avaliação a reformulação da matriz curricular com ênfase às disciplinas pedagógicas específicas para a formação do pedagogo apto a atuar nas séries iniciais do ensino fundamental. Contudo, identificou-se que houve no início do curso uma intenção de projeto acadêmico autorizado sob o compromisso legal do cumprimento das determinações apresentadas no parecer final da comissão de autorização.

Desta forma, o projeto do curso de Pedagogia, recém criado, foi ao longo de sua implementação sendo encaminhado para as discussões teóricas e práticas concretizadas na formação de seus alunos para Pedagogia - Licenciatura Plena Docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Educacional, uma vez que a matriz curricular foi adequada para esta demanda de formação, considerando a docência como base da formação do pedagogo.

A maior ambigüidade encontrada entre a intenção do curso autorizado (2000) e a sua implementação nos seus dois primeiros anos (2001 e 2002) foi detectada pela ausência do espaço determinado como campo de estágio para os acadêmicos em processo de formação. Encontraram-se, de um lado, a possibilidade legal da formação do pedagogo para atuar nas Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio e Administração Educacional e do outro, a

indisponibilidade deste espaço de aprendizagem prática devido à extinção dos cursos de Magistério, nos quais deveriam acontecer as práticas de estágio destinadas a esta habilitação. Contudo, interpretou-se, segundo análises, que se tratava de um curso de Pedagogia com duas habilitações, porém, fragilizado na sua centralidade.

Percebeu-se que a proposta de formação do pedagogo, habilitado para atuar na Administração Educacional, esvaziava-se em si mesma, pois sinalizava as possibilidades da formação de um administrador educacional sem campo de atuação devido ao distanciamento com que discussões conceituais apresentavam-se dispostas na grade matriz curricular do curso. Outra dificuldade também identificada estava relacionada ao campo de estágio para a realização do projeto que concretizasse a formação nesta habilitação. Assim, encontravam-se no interior do curso, duas turmas de acadêmicos em processo de formação.

Outros dois aspectos importantes nesta discussão também foram identificados por meio dos dados levantados para este estudo, e de forma complexa acentuaram as discussões, debates e insegurança por parte dos alunos envolvidos no projeto: primeiro, neste mesmo período (2001 – 2002), o cenário goiano foi palco de uma discussão árdua sobre o papel do pedagogo e a sua relevância na escola, também foi lançado um concurso público pela Secretaria Estadual de Educação, no qual não foram abertas vagas para contratação de pedagogos. Segundo, a Secretaria de Educação do Município de Goiânia não abria espaço para contratar pedagogos que não tivessem formação para a atuação em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Diante do exposto, foram levantadas por parte dos gestores do curso, as possibilidades legais de reposicionamento do curso com a concretização de uma prática pedagógica instituída que atendesse aos anseios de formação do Pedagogo formado pelas Faculdades ALFA.

A partir deste contexto, passou-se a localizar nos dados levantados sobre o curso de Pedagogia das Faculdades ALFA uma preocupação explícita dos gestores e de todo o corpo docente envolvido, que, a partir daí, iniciaram seus trabalhos e estudo, reflexão e reestruturação de projeto acadêmico em andamento.

Os dados levantados evidenciam que a reestruturação do curso foi encaminhada por meio da redefinição do seu projeto acadêmico, repensado desde as suas bases constitutivas. O projeto, na sua primeira versão, previa em um mesmo curso de Pedagogia a formação do bacharel e licenciado (Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio e o Administrador

Educacional – Técnico em Educação) e mantinha no seu interior a dicotomia sustentada pelo Parecer 252/69.

Os encaminhamentos instituídos criaram uma nova dinâmica ao curso, que, ao repensar as suas bases, iniciou um processo de “reestruturação em movimento”, que a cada novo semestre ganhava forma no encaminhamento das discussões teóricas e práticas que norteavam o processo de formação acadêmica dos discentes envolvidos. A partir de então, o curso foi assumindo a centralidade da docência como eixo de formação do pedagogo, e, a partir desta centralidade, efetivando a articulação para a formação teórica e prática da docência nas séries iniciais e Gestão Educacional.

De acordo com registros levantados na documentação do curso, foi possível encontrar os seguintes argumentos:

tal como formulado e reformulado, ao longo de sua implementação, o curso de Pedagogia das Faculdades Alfa, apresenta características diferenciadas propiciando uma formação profissional baseada em sólidos conhecimentos teórico-práticos, buscando, ao mesmo tempo, atender as alterações processadas na legislação para a formação de professores (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA).

Argumentos estes, fundados na necessidade de estruturação de um curso de pedagogia capaz de atender às exigências legais para o seu funcionamento e, em especial, à captação de uma demanda ainda não absorvida por outras IES. A tônica desse discurso também é sustentada pelo interesse da IES em assumir gradativamente na “Escola de Negócios do Centro-Oeste” a linguagem, o fazer pedagógico e a discussão teórica necessários para sua manutenção no ramo de prestação de serviços educacionais.

A prática instituída no curso em função da reestruturação vai aos poucos avançando ao projeto original e, com isso, garantindo a formação do pedagogo com a centralidade na docência.

[...] no segundo semestre ano de 2002 foram implementados no 4º período do curso de Pedagogia os projetos: Apoio Pedagógico e Desafios Escolares. O projeto Apoio Pedagógico, tendo por objetivo preparar o graduando de Pedagogia para o ensino nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e o projeto Desafios Escolares visando a formação do gestor educacional/coordenador pedagógico por meio da apreensão de conhecimentos teórico-prático do trabalho pedagógico nos diferentes níveis e modalidades de educação/ensino (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA).

A proposta de adequação da disciplina *Pesquisa e Prática Pedagógica – Estágio Curricular* foi realizada com o objetivo de atender à Resolução CNE/CP1, de 18 de fevereiro de 2002. Também ocorreu a necessidade de prática de estágio supervisionado nas duas Habilitações do curso: a) Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio (então operacionalizada através dos projetos Apoio Pedagógico e Desafios Escolares e já redirecionadas para a formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental); b) a Administração Educacional foi entendida, desde a implementação do curso, como Gestão Educacional e, portanto, como componente formativo resultante de uma visão ampla de Docência. Ou seja, a gestão educacional compreende a atuação do Pedagogo Licenciatura Plena no exercício das atividades concernentes à gestão escolar e, ainda, a formação para atuação do gestor em espaços educacionais não escolares.

Com o objetivo de melhor adequar a proposta do curso em andamento, novas adequações foram formalizadas na grade curricular do curso. Tais adequações também foram documentadas em atas de reunião do Colegiado de Curso e publicadas no Diário Oficial, em 08/04/2002. Contudo, o movimento real, conduzido ao longo do curso, fez surgirem novas alterações, todas acatadas e formalizadas com a publicação no Diário Oficial da União do dia 25 de setembro de 2003.

A criação de disciplinas optativas visou a atender à orientação legal de flexibilização do currículo em uma perspectiva interdisciplinar sistematizando a formação do profissional capacitado para a gestão educacional em espaços escolares e não escolares e para a docência dos anos iniciais do ensino fundamental. “O argumento de flexibilização do currículo através das disciplinas optativas viabiliza a otimização de custos com disciplinas que podem ser oferecidas em outros cursos da IES, gerando para o curso de Pedagogia uma redução com custo docente.

Assim, todas as alterações efetuadas no curso de Pedagogia das Faculdades ALFA foram realizadas visando ao interesse maior dos alunos no contexto das mudanças legais que se processaram, aliadas, porém, à necessidade de melhor posicionar a gestão financeira do curso, na busca de sua manutenção e sobrevivência.

As alterações na matriz curricular ocorreram ao longo do curso entre os anos de 2001 a 2004 e foram vivenciadas por grande parte dos alunos egressos da primeira turma do curso de Pedagogia das Faculdades ALFA.

O movimento dado ao curso, da sua intenção à realização, fez surgir uma nova demanda de trabalho envolvendo o Colegiado do Curso com o objetivo de consolidar nas

bases documentais o projeto acadêmico que viesse consolidar a reestruturação já ocorrida no curso entre os anos de 2001 a 2004.

Neste terceiro momento, tratar-se-á das discussões e dos encaminhamentos que deram origem ao projeto atual do curso. Para a realização desse levantamento de informações e análises, foram necessários estudos detalhados do projeto acadêmico, matriz curricular e consultas às atas de Colegiado de Curso disponibilizadas.

Considerando o cenário apresentado na análise documental formalizada neste estudo e a lógica de formação empreendida desde o início do curso – Docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Educacional - e, ainda, as alterações na legislação educacional no tocante à formação de Professores, especialmente a Resolução 01 e 02/02 CNE, identificou-se que foi criada uma comissão para o desenvolvimento de estudos com vistas à adequação do Projeto do Curso de Pedagogia a essas resoluções, uma vez que “os cursos de formação de professores para a educação básica que se encontrarem em funcionamento deverão se adaptar a essa resolução num prazo de dois anos” (Resolução 01/2002 CNE).

Nos documentos oficiais pesquisados foi possível identificar o argumento de que “nas mudanças efetivadas no decorrer do processo de estruturação do curso não houve descaracterização do percurso adotado, possibilitando, desse modo, maior organicidade da proposta em andamento”.

As alterações realizadas no curso, ao longo dos anos de 2001 a 2004, seguidas do trabalho de reescrita do projeto original para o projeto atual, deram origem à versão final do Projeto do Curso de Pedagogia Licenciatura Plena das Faculdades ALFA, com o seguinte texto:

O Projeto Acadêmico do Curso de Pedagogia das Faculdades ALFA, autorizado a funcionar pela Portaria MEC n. 2.072, de 21 de dezembro de 2000, expressa sua concepção relativa à formação do Pedagogo nos dias atuais, considerando, sobretudo, o contexto socioeconômico-cultural e educacional do Estado de Goiás e da região centro-oeste, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica (Pareceres CNE/CP n.09, 27 e 28/01 e Resoluções CNE/CP n.1/02 e n.2/02) e os parâmetros legais para formação do pedagogo, destacadamente, a Proposta de Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia, apresentada pela Comissão de Especialistas em 1999, e o Documento Norteador para Comissões de Autorização e Reconhecimento de Curso de Pedagogia (PROJETO ACADÊMICO DO CURSO DE PEDAGOGIA, 2004/2, p. 3).

Ainda sobre a reestruturação e reescrita do projeto original para a concretização do projeto atual identificou-se que

Este Projeto relaciona-se, pois, com as alterações vividas pela educação brasileira nos últimos anos e pela ALFA, em particular, visando a estabelecer a identidade profissional do Pedagogo formado pela Instituição. A trajetória de formação do pedagogo nas Faculdades ALFA levou a Instituição a elaborar e aprovar um Projeto

Acadêmico que consolida e ajusta o curso em andamento, tendo por base o movimento curricular e pedagógico real praticado no curso e as mudanças que vêm ocorrendo na legislação educacional, notadamente no campo da formação de professores. Nessa direção, o Projeto apresentando procura cumprir diretriz da Resolução CNE/CP 01/2002, que define que os cursos de formação de professores para a educação básica que se encontrarem em funcionamento deverão se adaptar a essa resolução num prazo de dois anos” (PROJETO ACADÊMICO DE PEDAGOGIA, 2004/2, p. 3).

Interpretou-se que a elasticidade com que o projeto foi sendo construído, ao longo do seu percurso, evidenciou o desejo da Instituição em consolidar o seu “Negócio” junto à comunidade acadêmica ALFA e, em especial, às IES concorrentes.

O texto original do projeto expõe que o presente documento foi elaborado considerando, de modo geral, as análises e as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n.9.394/96) bem como os referenciais teórico-conceituais produzidos pelos diferentes grupos de professores e pesquisadores do campo da educação, por meio dos seus organismos coletivos, como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – ANPED, a Associação Nacional de Formação de Professores – ANFOPE, o Fórum de Diretores de Faculdades de Educação, a Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE, entre outros.

Sobre a consolidação do projeto acadêmico do curso de Pedagogia das Faculdades ALFA, no desenvolvimento do seu percurso natural, após o seu processo de reestruturação, extraiu-se a sua concepção, que foi construída por meio da sua prática instituída e que deu origem a seu projeto atual.

O Projeto ora apresentado reitera, desde sua autorização, *o eixo da docência na formação do Pedagogo*, incorporando reflexões que buscam compreender os desafios deste profissional na sua atuação nos anos iniciais do ensino fundamental e na *gestão educacional*. O curso busca ainda preparar o Pedagogo para atuar em outras áreas nos sistemas de ensino ou em outras instituições e contextos (não escolares) que envolvam a dimensão e a prática educativa. Trata-se, pois, de um curso de Pedagogia – Licenciatura Plena – centrado na docência dos anos iniciais do ensino fundamental e gestão educacional (Grifos nossos).

Por meio dos dados e análises realizadas, identificou-se que todo este trabalho foi construído mediante o envolvimento de uma equipe de docentes na sua maioria horista, porém, comprometida com o estudo, reflexão e o encaminhamento de uma prática pedagógica em um curso de formação de professores, em que o eixo teórico epistemológico norteou todo um fazer pedagógico pautado pelos princípios do ensino pela pesquisa, segundo os quais a



relação ensino, pesquisa e extensão não tomou a dimensão desejada pela equipe mas foi assumido como a tônica do diferencial do curso ante as concorrentes.

O projeto atual do curso de Pedagogia das Faculdades, assim organizado, apresenta, inicialmente, as bases teórico-conceituais para a formação de profissionais, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional das Faculdades ALFA. Destaca-se nessa discussão a concepção de formação de profissionais críticos-reflexivos, frente aos desafios da sociedade contemporânea. Tal perspectiva, do ponto de vista institucional, deve também nortear a formação do pedagogo.

Na seqüência, o projeto tece considerações sobre o cenário da formação de pedagogos, enfatizando a relevância do curso e a necessidade da formação de professores no Brasil, na região centro oeste e, sobretudo, em Goiás, visando a produzir uma educação de qualidade para todos.

Destaca-se, em seguida, a apresentação das bases teórico-conceituais do curso de Pedagogia, ou melhor, os eixos epistemológicos, os objetivos e o perfil dos egressos. Explicitam-se, de um lado, as concepções de sociedade, de cultura, de homem, de educação, de escola e de formação que embasam o projeto e, de outro, os parâmetros da opção pela formação do pedagogo para a docência nos anos iniciais do ensino fundamental e gestão educacional.

Essas definições ganham maior compreensão a partir da explicitação das bases da organização curricular do curso, que se baseia nos seguintes componentes: reflexão sobre a sociedade, a educação, a formação humana e a escola; formação didático-pedagógica para a docência; trabalho docente nos anos iniciais do ensino fundamental; organização e gestão do trabalho pedagógico na educação escolar e não-escolar; realização de estudos nas áreas de formação do pedagogo; estágio supervisionado, articulado aos anos iniciais do ensino fundamental e à gestão escolar; prática como componente curricular; trabalho de conclusão de curso; atividades acadêmico-científico-culturais (atividades complementares).

O projeto contém, ainda, caracterização da estrutura do curso, enfatizando a duração e a carga horária necessárias à integralização curricular, assim como os componentes essenciais da matriz curricular. Há, também, explicitação importante sobre o modo como a instituição concebe a avaliação do processo ensino-aprendizagem e do curso.

Por fim, sintetizou-se o que antes era intenção anunciada (projeto autorizado) e tomou forma na medida em que foi nascendo (prática instituída), chegando ao término acompanhado por um processo de reconhecimento dentro de outras bases constitutivas que deram origem à

matriz curricular atual, que atende ao projeto do curso de Pedagogia das Faculdades ALFA.

Na luta concorrencial, num mercado saturado, em que a quantidade de vagas disponíveis nos cursos de Pedagogia é superior às demandas apresentadas e, principalmente, à quantidade de matrículas efetivada a cada semestre, identificaram-se nos cursos de Pedagogia das duas IES estudadas mecanismos e estratégias que distanciam e aproximam os cursos na sua busca de sobrevivência e garantia de desenvolvimento do projeto acadêmico do curso de Pedagogia.

Identificou-se que o projeto do curso de Pedagogia não se sustenta dentro das IES somente pelo fato de ser relevante ao Projeto Institucional e, no caso das duas instituições, também por fazer parte da sua história de criação e da concepção da política de formação de professores desenvolvida em cada uma delas.

O curso de Pedagogia, certamente, assume a sua posição preponderante na construção do trabalho pedagógico institucional na busca da articulação das diferentes áreas de saber, que definem a linha adotada pela IES. No entanto, a sua manutenção e sobrevivência também estão relacionadas à comprovação da sua sustentabilidade financeira, que, nas duas IES estudadas, é mantida pelas mensalidades cobradas. Sobre este aspecto, identificaram-se semelhanças nas duas IES, que contam com a participação de Bolsas Universitárias, como se pode interpretar na **Figura 45**:

| <b>BOLSAS UNIVERSITÁRIAS POR IES</b> |             |             |             |              |
|--------------------------------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| <b>INSTITUIÇÃO</b>                   | <b>ANO</b>  |             |             | <b>TOTAL</b> |
|                                      | <b>2002</b> | <b>2003</b> | <b>2004</b> |              |
| Universidade Católica de Goiás – UCG | 316         | 180         | 110         | 606          |
| Faculdades Alves Faria – Alfa        | 16          | 55          | 68          | 139          |

**Figura 45** – Bolsas universitárias por IES, de acordo com dados da OVG-Goiás.

As Bolsas Universitárias, distribuídas pelo Governo do Estado de Goiás aos universitários de baixa renda, são administradas pela Organização das Voluntárias de Goiás - OVG. Essa modalidade de bolsa apresenta-se como um estímulo para aqueles que desejam cursar o ensino superior e, por indisponibilidades financeiras, dependem de auxílio. Este tipo de bolsa exige um trabalho de contrapartida que é prestado ao Governo em troca do benefício.

A seguir, serão pontuadas outras semelhanças que identificadas nas estratégias de manutenção dos cursos de Pedagogia da Universidade Católica de Goiás – UCG e

Faculdades Alves Faria – ALFA:

a) o financiamento estudantil – FIES: apresenta-se como um mecanismo de sustentação dos alunos no curso de Pedagogia, que, em muitos casos, entram para o curso certos de poderem contar com o incentivo do governo federal - FIES para a garantia do pagamento da maior parte da mensalidade cobrada;

b) as parcerias com instituições de Ensino Fundamental e Médio para realização dos projetos de estágios, entre outros projetos pedagógicos associados ao curso, são trabalhados na sua maioria como possibilidade de atrair novos alunos aos cursos, que também utilizam de estratégias de marketing e vendas na busca de seus alunos/clientes;

c) semelhanças na forma de contratação de professores horistas, que oneram menos o curso, e, ao mesmo tempo, um quadro de permanentes que garante a manutenção da concepção e qualidade do curso, assim como a otimização dos docentes na estruturação de núcleo das disciplinas comuns a mais de um curso.

Os cursos de Pedagogia das duas IES estudadas são marcados por uma distância cronológica de cinquenta anos, o que não só os distancia como os diferencia.

Com o objetivo de destacar algumas diferenças que criam distâncias entre as duas IES ressaltou-se a motivação para a criação do curso:

a) no caso da UCG, identificou-se que o curso de Pedagogia foi criado pela força da legislação do seu tempo, que exigia a criação de cursos de formação de professores ligados à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, como nascedouro da Universidade Católica de Goiás, confessional e filantrópica.

b) no caso das Faculdades Alves Faria – Alfa, o curso de Pedagogia nasceu como um fruto do *boom* expansionista do setor privado no final da década de 1990, com o objetivo de consubstanciar o Projeto Pedagógico Institucional e criar possibilidade de formar profissionais de educação como referência institucional, sob a ótica da sobrevivência financeira como qualquer outro curso inserido no mercado.

Assim, conclui-se que independente da natureza da IES, da sua concepção institucional, do seu projeto de formação, ou dos mecanismos e estratégias de sobrevivência adotados como respostas à lógica da expansão do ensino superior, o *boom* da expansão do final dos anos 90, deixou para os cursos de Pedagogia da Universidade Católica de Goiás e Faculdades Alves Faria - Alfa, como resposta para novos processos e tomadas de decisão, o *boom* do refluxo, que agora passa a fazer parte de novo cenário.

A **Figura 46** mostra esse novo fenômeno que redesenha a lógica dos cursos de Pedagogia

nas duas IES analisadas:

| UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS E FACULDADES ALVES FARIA<br>FLUXO DE ALUNOS NO CURSO DE PEDAGOGIA - 2001/2004 |                             |               |               |              |            |                 |               |               |              |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|---------------|---------------|--------------|------------|-----------------|---------------|---------------|--------------|-----------|
| Ano                                                                                                          | UNIVERSIDADE CATÓLICA - UCG |               |               |              |            | FACULDADES ALFA |               |               |              |           |
|                                                                                                              | Entrada Vest.               | Transf.. Ext. | Port. Diploma | Tranc. Mat.. | Transf.    | Entrada Vest.   | Transf.. Ext. | Port. Diploma | Tranc. Mat.. | Transf.   |
| 2001                                                                                                         | 291                         | 25            | 13            | 13           | 15         | 99              | 1             | -             | 6            | 3         |
| 2002                                                                                                         | 137                         | 13            | 1             | 13           | 19         | 104             | 5             | 1             | 19           | 7         |
| 2003                                                                                                         | 86                          | 20            | 11            | 8            | 27         | 157             | 12            | 5             | 32           | 1         |
| 2004                                                                                                         | 184                         | 44            | 10            | 17           | 46         | 127             | 14            | 1             | 44           | 7         |
| <b>TOTAL</b>                                                                                                 | <b>698</b>                  | <b>92</b>     | <b>35</b>     | <b>51</b>    | <b>107</b> | <b>487</b>      | <b>34</b>     | <b>7</b>      | <b>101</b>   | <b>18</b> |

**Figura 46** – Fluxo de alunos do Curso de Pedagogia da UCG e da ALFA, de acordo com dados institucionais.

Ao observar a **Figura 47**, pode-se compreender como o refluxo se configurou a cada ano nos cursos de Pedagogia das IES, onde os dados foram levantados.

| UNIVERSIDADE CATOLICA DE GOIÁS E FACULDADES ALVES FARIA<br>EGRESSOS DO CURSO DE PEDAGOGIA: 2001-2004 |                                     |                               |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|------------|
| ANO                                                                                                  | EGRESSOS                            |                               | TOTAL      |
|                                                                                                      | UNIVESIDADE CATOLICA DE GOIÁS - UCG | FACULDADES ALVES FARIA – ALFA |            |
| <b>2001</b>                                                                                          | <b>220</b>                          | -                             | <b>220</b> |
| <b>2002</b>                                                                                          | <b>239</b>                          | -                             | <b>239</b> |
| <b>2003</b>                                                                                          | <b>234</b>                          | -                             | <b>234</b> |
| <b>2004</b>                                                                                          | <b>196</b>                          | <b>34</b>                     | <b>230</b> |

**Figura 47** - Egressos do curso de Pedagogia da UCG e da ALFA: 2001-2004, de acordo com dados institucionais.

O estudo conduzido até aqui sinaliza a abertura de novas indagações na busca de respostas, que, certamente, os limites estabelecidos para este trabalho não conseguiram apreender.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, fez-se uma retomada histórica para melhor compreender o processo de expansão do ensino superior no Brasil, buscando apreender a lógica da expansão nas

diferentes regiões brasileiras, como possibilidade de interpretar a expansão do ensino superior que ocorreu na região Centro-Oeste, no Estado de Goiás e, mais especificamente, no município de Goiânia.

A construção de uma linha temporal, possibilitou organizar os acontecimentos que marcaram a história do ensino superior no Brasil, evidenciando a concepção de que as políticas desencadeadas nos Estados e municípios não são autônomas mas estão inseridas em contextos mais amplos e diferenciados de região para região.

A análise das relações historicamente estabelecidas entre Estado e educação superior no Brasil permitiu a construção do entendimento de como o Estado de Goiás inseriu-se na lógica expansionista do ensino superior e, por meio da política local, articulada ao movimento nacional de uma política desenvolvimentista, passou a fazer parte do cenário do ensino superior brasileiro, acelerando um processo interno de desenvolvimento regional, tendo o ensino superior como o caminho para o desenvolvimento.

O estudo da expansão dos cursos de Pedagogia do setor privado em Goiânia, após os anos 90, objeto central do presente trabalho, exigiu, para sua compreensão, que as análises iniciais se reportassem à criação dos primeiros cursos de Pedagogia no Brasil, identificando-os na relação público e privado.

Tal encaminhamento implicou na realização de uma leitura do processo de modernização da sociedade capitalista no Brasil e na identificação da emergência do Estado liberal, que se orientou no sentido de proteger e fortalecer a iniciativa privada.

Ainda sobre a abordagem da problemática da relação público e privado na sociedade brasileira, o trabalho procurou articular no contexto histórico a consolidação do ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil, tratando das articulações e relações de complementaridade dos interesses e diretrizes políticas e econômicas para a educação superior nacional.

Nesse sentido, constatou-se que a criação da primeira Universidade do Estado de Goiás, nascida da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e berço do primeiro curso de Pedagogia do Estado e de Goiânia, embora se constituísse uma instituição de caráter confessional e filantrópica, com o *boom* expansionista, assumiu todos os contornos do setor privado de ensino em função da sobrevivência financeira da própria Universidade.

Assim, as questões norteadoras da pesquisa buscaram a retomada da discussão sobre os cursos de Pedagogia, a partir dos embates do campo de disputas, com as questões centrais ainda não resolvidas até hoje, devido à ausência de diretrizes nacionais para os cursos de Pedagogia.

Esse embate, visivelmente percebido nas diferentes concepções, projetos de cursos, e estratégias adotadas na estruturação dos cursos de Pedagogia das instituições analisadas, se concentra em torno da dicotomia bacharelado e licenciatura e na tentativa de articulação da docência como ênfase de formação e está presente, desde a década de 80, nas discussões promovidas pela comunidade acadêmica, associações docentes e órgãos reguladores, entre os quais a ANFOPE, o FORUNDIR e o próprio Conselho Estadual de Educação.

Os dados levantados e analisados nas instituições que constituíram o universo pesquisado evidenciam as repercussões desse movimento no interior de seus cursos de Pedagogia, como ficou demonstrado pela análise detalhada da implantação dos cursos de Pedagogia em duas instituições de ensino superior do município de Goiânia: as reformulações do currículo do curso de Pedagogia dessas instituições pautam-se, ao mesmo tempo, pelas discussões nacionais e regionais sobre os direcionamentos do curso de Pedagogia e pelas estratégias de sustentabilidade financeira, num campo marcado por acirrada concorrência.

A lógica expansionista dos cursos de Pedagogia não foi a mesma para todos os Estados brasileiros, ela teve o seu início no Estado de Goiás e município de Goiânia somente no ano de 1999, com a abertura de novos cursos e aumento de vagas.

O retrato da expansão vista em outros cursos de graduação no município de Goiânia, na década de 90, não teve a mesma dimensão nos cursos de Pedagogia, que só apresentaram intenso crescimento de vagas e concorrência a partir do ano 2000, marcando a existência de todas as IES privadas com fins lucrativos, que, atualmente, fazem parte da oferta e concorrência dos cursos de Pedagogia em Goiânia.

Dessa forma, os embates referentes ao curso de Pedagogia, que aconteciam desde a década de 80 em outros Estados Brasileiros, acentua-se em torno dos embates locais, porém, o movimento em Goiás não vai acontecer no conjunto de todas as IES que ministram o curso de Pedagogia. Nos dois casos analisados (UCG e ALFA), os embates sobre o curso de Pedagogia convergem para a concepção de formação de professores consubstanciada pelo movimento da ANFOPE e FORUNDIR na defesa da centralidade de uma formação de base docente.

Pode-se, por fim, afirmar que, antes da década de 90, a lógica da educação superior em Goiânia era pautada na discussão entre o público e o confessional, de caráter filantrópico, representados pelas Universidades Federal e Católica. No entanto, as novas IES, estabelecidas na década de 1990, trazem, desde seu nascimento, a lógica concorrencial, inerente ao modelo de organização com que todas as IES pesquisadas foram criadas.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 4. ed. Boitempo Editorial, 1999.

BIANCHETTI, Roberto G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 3. ed. São Paulo,

Cortez, 2001.

BRZEZINSKI, Iria (org.). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1997.

BRZEZINSKI, Iria. *Formação de Professores : dilemas e perspectivas. Contradições e ambigüidades no curso de Pedagogia: do professor primário ao professor primário*. In.: Anais, Conferencias, mesas-redondas e Simpósios do Encontro Nacional de didática e Prática de Ensino. Goiânia, 1994, p. 324-364.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas-SP: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução: Denice Bárbara Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. *Educação superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade temporã*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

\_\_\_\_\_. *A universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

\_\_\_\_\_. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DOURADO, Luiz Fernandes. *A interiorização da educação superior e privatização do público*. Goiânia : Editora UFG, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes (orgs). *Universidade pública: políticas e identidade institucional*. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs). *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã, 2003.

DURHAM, Eunice R.; SAMPAIO, Helena. *O ensino privado no Brasil*. Documento de Trabalho NUPES 3/95. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1995.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade & Poder*. Rio de Janeiro : Achiamé, 1980.



\_\_\_\_\_. *Universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, Helena Costa Lopes. *Formação de professores no Brasil: 10 anos de embates entre projetos de formação*. Revista Educação e Sociedade, v. 23, n. 80, Campinas-SP, 2002.

GAUDÊNCIO, Frigotto (org.). *Educação e a crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 3. ed. Petrópolis- RJ : Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. 8. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

GENTILI, Pablo (org.). *Universidade na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo : Cortez, 2001.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil*. São Paulo : Cortez, 1993.

KLEIN, Lúcia; SAMPAIO, Helena. Políticas de ensino superior na América Latina: uma análise comparada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 24, 1994, pp. 85-109.

MARTINS, Carlos Benedito. *Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas*. São Paulo : Correio Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. MARTINS, Carlos Benedito. *Ensino pago: um retrato sem retoques*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. Correio Brasiliense 1988.

MARTINS, C. B. *Estrutura e ator: a teoria da prática em Bourdieu*. In: Educação e Sociedade, n. 27 (33-46), set. 1987.

MILTON, Santos. *O Ensino superior público e particular e o território brasileiro*. Brasília: ABMES, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *O empresariamento da educação : novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *A ilusão pedagógica 1930-1945: estado, sociedade e educação em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1994.

OLIVEIRA, João Ferreira. Políticas educacionais e reconfiguração da educação superior no Brasil. In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes (orgs.). *Universidade Pública: políticas e identidade institucional*. Campinas: Autores Associados, 1999.

OLIVEIRA, Romualdo Portela (ORG.). *Política educacional : impasses e alternativas*. São Paulo : Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (org). *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo : Hucitec, UNESP, 1998.

ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

POLÍTICAS Públicas de Educação Superior: desafios e proposições. Brasília: ABMES, 2002.

PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Tradução: Luiz Alberto Monjadim. Rio de Janeiro : ed. FGV, 2000.

RIBEIRO, Maria das Graças M. *Educação superior brasileira: reforma e diversificação institucional*. Bragança Paulista : EDUSF, 2002.

ROSSATO, Ricardo. *Universidade: nove anos de história*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil 1930-1973*. 7. ed. Petrópolis, 1985.

SAMPAIO, Helena. *Evolução do ensino superior brasileiro: 1908-1990*. Documento de Trabalho NUPES, 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SAMPAIO, Helena. *O setor privado de ensino superior no Brasil*. Tese de Doutorado apresentado no departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 4. ed. Campinas, SP : Autores Associados, 1998.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. *Novas faces da educação superior no Brasil*. 2. ed. São Paulo : Cortez; 2001.

\_\_\_\_\_. *Reformas do Estado e da Educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA, Carmem Silva Bissolli da. *Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade*. Campinas, SP : Autores Associados, 1999.

SGUISSARDI, Valdemar. *Educação superior: velhos e novos desafios*. São Paulo : Xamã, 2000.

SILVA, Rinalva Cassiano (org.). *Educação para o século XXI: dilemas e perspectivas*. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1999. In: DOURADO, Luiz Fernandes. *As transformações da sociedade contemporânea, o papel do Banco Mundial e os impactos na educação superior brasileira*, p. 117-128.

SGUISSARDI, Valdemar (org.) *O Desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas?* São Paulo : Xamã, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY Maria Helena Bausquet.; COSTA RIBEIRO, Vanda Maria (Orgs). *Tempos de Capanema*, Edusp/Paz e Terra, 1994. pp. 173-230.

TEIXEIRA, Anísio. *O ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1969.

TRINDADE, Héliogio (org). *Universidade em ruínas : na república dos professores*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

## PERIÓDICOS

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE: Revista de Ciência da Educação. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, vol. 23, n. 80, Número Especial – 2002. p. 137-168.

\_\_\_\_\_. Revista de Ciência da Educação. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, vol. 24, n. 85, Número Especial – 2003. p. 1.095-1.124.

\_\_\_\_\_. Revista de Ciência da Educação. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 86, Número Especial – 2004. p. 263-268.

## DISSERTAÇÕES

GOMES, Maria Antonia. *A Expansão e a Reconfiguração do Ensino Superior Privado nos anos 90: o caso do município de Goiânia*. Goiânia, 2002.

BALDINO, José Maria. *Ensino Superior em Goiás em Tempos de Euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80*. Goiânia, 1991.

QUARESMA, Máisa dos Reis. *Expansão dos Cursos de Pedagogia no Brasil no Período de 1939 a 1975*. Rio de Janeiro, 1978.

## PROJETOS

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. Departamento de Educação UCG. *A formação do Educador*, Goiânia, caderno nº 1, 1980.

\_\_\_\_\_. Departamento de Educação UCG. *A formação do Educador*, Goiânia, caderno nº 2, 1982.

\_\_\_\_\_. Vice Reitoria para Assuntos Acadêmicos/Departamento de Educação. *Projeto de Formação de professores da UCG*. Goiânia, Janeiro de 2003.

\_\_\_\_\_. Departamento de Educação. *Uma Concepção de Formação de professores no Departamento de Educação*. Direção Colegiada. Goiânia, 26 de agosto de 2003.

CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA. *Projeto de Implantação da Faculdade Alves Faria*. Goiânia, 1998.

\_\_\_\_\_. Faculdade Alves Faria. *Projeto pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia*. Goiânia, 1999.

\_\_\_\_\_. Faculdade Alves Faria. *Projeto pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia*. Goiânia, 2000.

\_\_\_\_\_. Faculdade Alves Faria. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia*. Goiânia, 2004.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE GOIÁS. Faculdade Padrão. *Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Proposta Pedagógica*. Goiânia, 2004.

\_\_\_\_\_. *Curso de Pedagogia/Manual do aluno*. Goiânia, 2001.

\_\_\_\_\_. Faculdade Padrão. *Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia*. Livro de Ata 2000-2004. Goiânia, 2004.

SOCIEDADE OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR. Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo – IUESO. *Projeto de Pedagogia*. Goiânia, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS. *Movimento Cidadania*. Ano IV – nº 17-fevereiro. Goiânia, 2005.

UNIVERSIDADE PAULISTA. *Calendário escolar e informações acadêmicas*. Goiânia, 2004.

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA. *Manual do aluno*. Goiânia, 2004.

### **SITES PESQUISADOS:**

### **DOCUMENTOS/PARECERES/DECRETOS**

BRASIL/MEC. *Diretrizes curriculares para a formação inicial de professores da educação básica em curso de nível superior*. Brasília, maio, 2000.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-Lei nº 1.190*, de 4 de abril de 1939. Organização da Faculdade Nacional de Filosofia. In: Nóbrega, V.L. *Enciclopédia da Legislação do Ensino*. Rio de Janeiro: s.n., v.2, p. 562-70, s;d.

\_\_\_\_\_. *Decreto-Lei nº 8.530* de 2 de Janeiro de 1946. *Lei Orgânica do Ensino Normal*. In: Nóbrega, V.L. *Enciclopédia da Legislação do Ensino*. Rio de Janeiro: s.n., v. 1., p. 304, s.d.

BRASIL, Congresso Nacional. *Lei n. 4.024*, de 20 de dezembro 1961, Fixa as diretrizes e Bases da educação nacional. In: SAVIANI, D. *A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas* 4º ed. Campinas, SP: Autores Associados, p. 11-21, 1998.

BRASIL, Conselho Federal de Educação . *Parecer nº 251/62*. Currículo mínimo e duração do curso de Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. Documenta, n.11, p. 59-65, 1963.

\_\_\_\_\_. *Parecer nº 252/69*. Estudos Pedagógicos Superiores. Mínimos de Conteúdos e duração para o curso de graduação em Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. Documenta, n. 100, p. 101-17, 1969.

\_\_\_\_\_. *Indicação n. 22*, de 8 de fevereiro de 1973. Trata da Formação do magistério. Autoria: Valnir Chagas. In: CHAGAS, v. Formação do Magistério: novo sistema. São Paulo: Atlas, p. 13-26, 1976.

\_\_\_\_\_. *Indicação n. 67*, de 2 de setembro de 1975. Trata dos Estudos Superiores de Educação. Autoria: Valnir Chagas. In: CHAGAS, V. Formação do Magistério: novo sistema. São Paulo: Atlas, p. 13-26, 1976.

\_\_\_\_\_. *Indicação n. 70*, de 29 de janeiro de 1976. Trata do preparo do Especialista em Educação. Autoria: Valnir Chagas. In: CHAGAS, V. Formação do Magistério: novo sistema. São Paulo: Atlas, p. 101-38, 1976.

#### **ANEXO – RELAÇÃO DE BOLSISTAS E TEMAS DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS: UCG 1992-2005**

| <b>Aluno</b>                            | <b>Vigência</b>         | <b>Progra-ma</b> | <b>Orientador</b>               | <b>Título do Projeto</b>                                                                                                                   |
|-----------------------------------------|-------------------------|------------------|---------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Laura Wanessa<br>Machados dos<br>Santos | 02/2005<br>a<br>01/2006 | BIC-UCG          | Maria Esperança<br>F. Carneiro  | <u>PERSONAGEM FEMININA NO<br/>MOVIMENTO NACIONAL DE<br/>FORMAÇÃO DE PROFESSORES:<br/>reconstituição histórica de 1932 aos dias atuais.</u> |
| Camilla Alonso<br>Lobo Rosa             | 02/2005<br>a            | BIC-UCG          | Maria Zeneide<br>Carneiro M. de | <u>PERSONAGEM FEMININA NO<br/>MOVIMENTO NACIONAL DE</u>                                                                                    |

|                                           |                   |                    |                                   |                                                                                                                                                                                |
|-------------------------------------------|-------------------|--------------------|-----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                           | 01/2006           |                    | Almeida                           | <u>FORMAÇÃO DE PROFESSORES: reconstituição histórica de 1932 aos dias atuais.</u>                                                                                              |
| Cristiane Cavalcante do Prado             | 02/2005 a 01/2006 | VOLUNTÁRIOS        | Lenita Maria Junqueira Schultz    | <u>Instituinte e Instituído: o papel da Faculdade de Educação e do Instituto Superior de Educação na formação dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental</u> |
| Marcella Nunes dos Reis                   | 02/2005 a 01/2006 | VOLUNTÁRIOS        | Maria Esperança F. Carneiro       | <u>PERSONAGEM FEMININA NO MOVIMENTO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: reconstituição histórica de 1932 aos dias atuais.</u>                                                 |
| Larissa Bento de Brito                    | 02/2005 a 01/2006 | VOLUNTÁRIOS        | Maria Esperança F. Carneiro       | <u>PERSONAGEM FEMININA NO MOVIMENTO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: reconstituição histórica de 1932 aos dias atuais.</u>                                                 |
| Maria Magdalena Teodoro da Silva Barcelos | 08/2004 a 07/2005 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Eleuza de Melo Silva              | <u>Instituinte e Instituído: o papel da Faculdade de Educação e do Instituto Superior de Educação na formação dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental</u> |
| Hugo Rosa da Silva                        | 08/2004 a 07/2005 | VOLUNTÁRIOS        | Iria Brzezinski                   | <u>Programa de Formação de Professores da UCG: Avaliação, Diretrizes Curriculares Nacionais e Redimensionamento do Currículo</u>                                               |
| Juliana Ferreira Calaça                   | 08/2004 a 07/2005 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Edna Mendonça Oliveira de Queiroz | <u>JUVENTUDE, ESCOLARIZAÇÃO E PODER LOCAL: REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA</u>                                                                                                 |
| Caroline Freitas Mundim Lôbo Rezende      | 08/2004 a 07/2005 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Maria Tereza C. Guimarães         | <u>JUVENTUDE, ESCOLARIZAÇÃO E PODER LOCAL: REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA</u>                                                                                                 |
| Selisonia Ribeiro Gomes                   | 08/2004 a 07/2005 | VOLUNTÁRIOS        | Iria Brzezinski                   | <u>Programa de Formação de Professores da UCG: Avaliação, Diretrizes Curriculares Nacionais e Redimensionamento do Currículo</u>                                               |
| Marciane Braga Goulart                    | 08/2004 a 07/2005 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Iria Brzezinski                   | <u>Programa de Formação de Professores da UCG: Avaliação, Diretrizes Curriculares Nacionais e Redimensionamento do Currículo</u>                                               |
| VANDA FRANCISCO CAMARGO                   | 08/2004 a 07/2005 | VOLUNTÁRIOS        | Iria Brzezinski                   | <u>Programa de Formação de Professores da UCG: Avaliação, Diretrizes Curriculares Nacionais e Redimensionamento do Currículo</u>                                               |
| Deidmaia Lima Silva                       | 08/2004 a 07/2005 | BIC-OVG-SECTEC-UCG | Iria Brzezinski                   | <u>Programa de Formação de Professores da UCG: Avaliação, Diretrizes Curriculares Nacionais e Redimensionamento do Currículo</u>                                               |

|                                      |                         |                    |                                      |                                                                                                                                                                                |
|--------------------------------------|-------------------------|--------------------|--------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Záira Rodrigues dos Santos           | 08/2004<br>a<br>07/2005 | VOLUNTÁRIOS        | Iria Brzezinski                      | <u>Programa de Formação de Professores da UCG: Avaliação, Diretrizes Curriculares Nacionais e Redimensionamento do Currículo</u>                                               |
| THIAGO FERREIRA CAMPOS               | 08/2004<br>a<br>07/2005 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Lúcia Helena Rincon Afonso           | <u>PERSONAGEM FEMININA NO MOVIMENTO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: reconstituição histórica de 1932 aos dias atuais.</u>                                                 |
| Lúcio Paulo de Carvalho              | 08/2004<br>a<br>07/2005 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Iria Brzezinski                      | <u>Programa de Formação de Professores da UCG: Avaliação, Diretrizes Curriculares Nacionais e Redimensionamento do Currículo</u>                                               |
| Mariana Coelho Brito                 | 08/2004<br>a<br>07/2005 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Iria Brzezinski                      | <u>Programa de Formação de Professores da UCG: Avaliação, Diretrizes Curriculares Nacionais e Redimensionamento do Currículo</u>                                               |
| Susane Mota Marçal                   | 08/2004<br>a<br>07/2005 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Iria Brzezinski                      | <u>Programa de Formação de Professores da UCG: Avaliação, Diretrizes Curriculares Nacionais e Redimensionamento do Currículo</u>                                               |
| Suyara Artiaga Rosa                  | 08/2004<br>a<br>07/2005 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Lúcia Helena Rincon Afonso           | <u>PERSONAGEM FEMININA NO MOVIMENTO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: reconstituição histórica de 1932 aos dias atuais.</u>                                                 |
| Bruna Petruska Bosso                 | 08/2004<br>a<br>07/2005 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Lúcia Helena Rincon Afonso           | <u>PERSONAGEM FEMININA NO MOVIMENTO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: reconstituição histórica de 1932 aos dias atuais.</u>                                                 |
| Mila Belissimo Antonio José          | 08/2004<br>a<br>07/2005 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Marília Gouveia de Miranda           | <u>Aprendizagem e retórica</u>                                                                                                                                                 |
| Gleicy de Miranda Porto              | 08/2004<br>a<br>07/2005 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Eleuza de Melo Silva                 | <u>Instituinte e Instítuido: o papel da Faculdade de Educação e do Instituto Superior de Educação na formação dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental</u> |
| Fúlvia Michely Farias Brandão        | 08/2004<br>a<br>07/2005 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Maria Zeneide Carneiro M. de Almeida | <u>PERSONAGEM FEMININA NO MOVIMENTO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: reconstituição histórica de 1932 aos dias atuais.</u>                                                 |
| soraya cristina dos santos junqueira | 08/2004<br>a<br>07/2005 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Lúcia Helena Rincon Afonso           | <u>PERSONAGEM FEMININA NO MOVIMENTO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: reconstituição histórica de 1932 aos dias atuais.</u>                                                 |
| Grazielle de Castro                  | 02/2004<br>a<br>01/2005 | BIC-UCG            | Maria Zeneide Carneiro M. de Almeida | <u>Um Olhar retrospectivo sobre a trajetória do curso de Pedagogia e o Departamento de Educação: história e memória(1958-1999).</u>                                            |
| Arthur Ramos do Nascimento           | 02/2004<br>a<br>01/2005 | BIC-UCG            | Maria Zeneide Carneiro M. de Almeida | <u>Um Olhar retrospectivo sobre a trajetória do curso de Pedagogia e o Departamento de Educação: história e memória(1958-1999).</u>                                            |
| Rosana Lemes de Oliveira             | 08/2003<br>a<br>07/2004 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Marcos Antônio da Silva              | <u>ESTUDO DA POPULAÇÃO DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL</u>                                                                                       |



|                                          |                         |                        |                                      |                                                                                                                                                                                |
|------------------------------------------|-------------------------|------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bruna Petruska Bosso                     | 08/2003<br>a<br>07/2004 | PIBIC-<br>CNPq/BIC-UCG | Lúcia Helena Rincon Afonso           | <u>PERSONAGEM FEMININA NO MOVIMENTO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: reconstituição histórica de 1932 aos dias atuais.</u>                                                 |
| Marcelo Carneiro Moraes                  | 08/2003<br>a<br>07/2004 | PIBIC-<br>CNPq/BIC-UCG | Marcos Antônio da Silva              | <u>ESTUDO DA POPULAÇÃO DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL</u>                                                                                       |
| Delúbia Maciel Oliveira                  | 08/2003<br>a<br>07/2004 | PIBIC-<br>CNPq/BIC-UCG | Maria Zeneide Carneiro M. de Almeida | <u>Um Olhar retrospectivo sobre a trajetória do curso de Pedagogia e o Departamento de Educação: história e memória(1958-1999).</u>                                            |
| Belmiro Rocha Fernandes Junior           | 08/2003<br>a<br>07/2004 | PIBIC-<br>CNPq/BIC-UCG | Maria Zeneide Carneiro M. de Almeida | <u>PERSONAGEM FEMININA NO MOVIMENTO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: reconstituição histórica de 1932 aos dias atuais.</u>                                                 |
| Alexandre da Silva Fernandes             | 08/2003<br>a<br>07/2004 | PIBIC-<br>CNPq/BIC-UCG | Maria Esperança F. Carneiro          | <u>PERSONAGEM FEMININA NO MOVIMENTO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: reconstituição histórica de 1932 aos dias atuais.</u>                                                 |
| Simone Fontenelle da Silva               | 08/2003<br>a<br>07/2004 | PIBIC-<br>CNPq/BIC-UCG | Iria Brzezinski                      | <u>Programa de Formação de Professores da UCG: Avaliação, Diretrizes Curriculares Nacionais e Redimensionamento do Currículo</u>                                               |
| Maria Magdalena Teodoro da Silva Barcelo | 08/2003<br>a<br>07/2004 | PIBIC-<br>CNPq/BIC-UCG | Eleuza de Melo Silva                 | <u>Instituinte e Instituído: o papel da Faculdade de Educação e do Instituto Superior de Educação na formação dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental</u> |
| Marciane Braga Goulart                   | 08/2003<br>a<br>07/2004 | PIBIC-<br>CNPq/BIC-UCG | Iria Brzezinski                      | <u>Programa de Formação de Professores da UCG: Avaliação, Diretrizes Curriculares Nacionais e Redimensionamento do Currículo</u>                                               |
| Vanda Francisco Camargo                  | 08/2003<br>a<br>07/2004 | PIBIC-<br>CNPq/BIC-UCG | Iria Brzezinski                      | <u>Programa de Formação de Professores da UCG: Avaliação, Diretrizes Curriculares Nacionais e Redimensionamento do Currículo</u>                                               |
| Maria do Socorro Santos da Silva         | 07/2002<br>a<br>06/2003 | BIC-OV<br>G-SECTEC-UCG | Iria Brzezinski                      | <u>Avaliação do Programa de Formação de Professores da UCG - a interdisciplinariedade e a profissionalização docente</u>                                                       |
| Regiane Caetano da Silva Costa Cordeiro  | 08/2002<br>a<br>07/2003 | VOLUNTÁRIOS            | Maria Tereza Canezin Guimarães       | <u>Juventude, Educação e Campo Simbólico</u>                                                                                                                                   |
| Cristiane Silva Paula                    | 08/2002<br>a<br>07/2003 | VOLUNTÁRIOS            | Maria Tereza Canezin Guimarães       | <u>Juventude, Educação e Campo Simbólico</u>                                                                                                                                   |
| Marcia Bueno dos Santos                  | 08/2002<br>a<br>06/2003 | BIC-UCG                | Maria Tereza Canezin Guimarães       | <u>Juventude, Educação e Campo Simbólico</u>                                                                                                                                   |
| Edileuza F. Miranda de Mendonça          | 96/97                   | PIBIC-<br>CNPq/BIC-UCG | Antônia F. Nonato                    | A monografia do curso de pedagogia: um estudo metodológico do processo de produção científica.                                                                                 |
| Rosilda Camelo dos Santos                | 99/2000                 | PIBIC-<br>CNPq/BIC-UCG | Maria Francisca de Souza C. Bites    | A política educacional e a integração do aluno portador de necessidades educacionais especiais.                                                                                |

|                                      |                                        |                    |                                   |                                                                                                 |
|--------------------------------------|----------------------------------------|--------------------|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Luciana Estrela Costa                | 99/2000<br>(Renovação 2001 - cx. 186)  | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Maria Francisca de Souza C. Bites | A política educacional e a integração do aluno portador de necessidades educacionais especiais. |
| Josiane Nunes Gonçalves              | 99/2000<br>(Renovação – 2001 – cx.188) | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Maria Francisca de Souza C. Bites | A política educacional e a integração do aluno portador de necessidades educacionais especiais. |
| Sandra Paula C. Simões Sahium        | 99/2000                                | BIC-UCG            | Maria Francisca de Souza C. Bites | A política educacional e a integração do aluno portador de necessidades educacionais especiais. |
| Adriana Aparecida Rodrigues da Silva | 99/2000                                | BIC-UCG            | Maria Francisca de Souza C. Bites | A política educacional e a integração do aluno portador de necessidades educacionais especiais. |
| Zuleika Bernardes de Oliveira Campos | 99/2000<br>(Renovação 2001 cx.185)     | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Iria Brezezinski                  | Avaliação do programa de formação de professores da Universidade Católica de Goiás.             |
| Rodrigo Fidelis Fernandes            | 99/2000<br>(Renovação 2001 – cx. 185)  | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Iria Brzezinski                   | Avaliação do programa de formação de professores da Universidade Católica de Goiás.             |
| Manoel Arantes Rodrigues             | 99/2000                                | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Iria Brzezinski                   | Avaliação do programa de formação de professores da Universidade Católica de Goiás.             |
| Kassiane Cristina Boldrim            | 99/2000                                | BIC-UCG            | Iria Brzezinski                   | Avaliação do programa de formação de professores da Universidade Católica de Goiás.             |
| Maira Torres Correa                  | 2000/2001                              | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Maria Zeneide N. de Almeida       | O Departamento de Educação da UCG 1970/1990.                                                    |
| Simone de Paula Soares               | 2000/2001                              | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Maria Zeneide N. de Almeida       | O Departamento de Educação da UCG 1970/1990.                                                    |
| Viviane Arantes de Andrade           | 99/2000                                | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Denise Silva Araújo               | Criando Filhos: a família goiana e os elos parentais – construindo um referencial teórico.      |
| Luciane M. Reis Correa Chaves        | 99/2000                                | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Denise Silva Araújo               | Criando Filhos: a família goiana e os elos parentais – construindo um referencial teórico.      |
| Jaqueline Moreira Coelho             | 99/2000                                | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Glacy Queiros de Roure            | Criando os filhos em nome do pai: refletindo sobre o processo de identificação contemporânea.   |
| Juliana C. de Resende                | 99/2000                                | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Glacy Queiros de Roure            | Criando os filhos em nome do pai: refletindo sobre o processo de identificação contemporânea.   |
| Maria de Fátima Campos               | 99/2000                                | BIC-UCG            | Sueli Azevedo de Souza da C. Lima | A construção da gestão democrática na escola pública rompendo com a rotina burocrática.         |
| Luzia Bandeira Ludovico              | 99/2000                                | BIC-UCG            | Sueli Azevedo de Souza da C. Lima | A construção da gestão democrática na escola pública rompendo com a rotina burocrática.         |
| Maria de Fátima Campos               | 99/2000                                | BIC-UCG            | Sueli Azevedo de Souza da C. Lima | A construção da gestão democrática na escola pública rompendo com a rotina burocrática.         |

|                                      |                                        |                    |                                   |                                                                                                             |
|--------------------------------------|----------------------------------------|--------------------|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Maria Amália Assunção Santos         | 1998/1999                              | BIC-UCG            | Virginia Sales Gebrim             | Psicologia a educação no Brasil: a perspectiva da RBEP 1964 a 1984.                                         |
| Gisley Alves                         | 1996/1997                              | BIC-UCG            | Marco Antônio da Silva            | O Sistema Penitenciário Goiano e o cotidiano do reeducando no CEPAGO: do discurso legal à realidade.        |
| Nayla Moura de Melo                  | 2001/2002                              | BIC-UCG            | Iria Brzezinski                   | Avaliação do programa de formação de professores da Universidade Católica de Goiás: a interdisciplinaridade |
| Cleusa F. de Paiva                   | 1997/1998                              | BIC-UCG            | Maria Francisca de Souza C. Bites | A formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental: uma pesquisa mediante o tra.       |
| Ivonete Maria da Silva               | 1997/1998                              | BIC-UCG            | Maria Francisca de Souza C. Bites | A formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental: uma pesquisa mediante o tra..      |
| Rejane Maria da Silva                | 1998/1999                              | BIC-UCG            | Maria Francisca de Souza C. Bites | A formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental: uma pesquisa mediante o tra.       |
| Keilla Ghislene Silva Alves          | 1998/1999                              | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Maria Francisca de Souza C. Bites | A formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental: uma pesquisa mediante o tra.       |
| Gildeneide dos Passos Freire         | 1997/1998                              | BIC-UCG            | Marco Antônio da Silva            | Memória da Secretaria de Estado da Condição Feminina: uma história de mulheres goianas no po...             |
| Tatiana S. Gonçalves                 | 1997/1998                              | BIC-UCG            | Marco Antônio da Silva            | Memória da Secretaria de Estado da Condição Feminina: uma história de mulheres goianas no po...             |
| Célia Souza Luis Castilho            | 99/2000                                | BIC-UCG            | Maria de Araújo Nepomuceno        | A Revista Oeste em perspectiva: seus intelectuais a organização da cultura e modernidade em Goiás.          |
| Adriana Aparecida Rodrigues da Silva | 1999                                   | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Lenita Maria Junqueira Schultz    | A política educacional e a integração do aluno com necessidades educacionais especiais.                     |
| Sandra Paula Correa Simões           | 1999                                   | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Lenita Maria Junqueira Schultz    | A política educacional e a integração do aluno com necessidades educacionais especiais.                     |
| Catarina de Almeida Santos           | 1997/1998                              | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Maria Teresa Canesin Guimarães    | Um estudo sociológico dos evangélicos neopentecostais os fundamentos éticos – valorativos e as concepções.  |
| Pedromar Augusto de Souza            | 1996                                   | BIC-UCG            | Marília Gouveia de Miranda        | Relatório final do V Fórum de Pesquisa.                                                                     |
| Ludmila Moreira e Almeida            | 1992/1993<br>(renovação 1994 – cx.263) | BIC-UCG            | Adélia Araújo de Souza Clímaco    | O processo de aprendizagem: uma tentativa de reconceituação da dificuldade de aprendizagem.                 |
| Dorothea Bárbara Santos              | 1992/1993<br>(renovação 1994 – cx.263) | BIC-UCG            | Adélia Araújo de Souza Clímaco    | O processo de aprendizagem: uma tentativa de reconceituação da dificuldade de aprendizagem.                 |
| Patrícia Lapot Costa                 | 1992/1993<br>(renovação 1994 – cx.263) | BIC-UCG            | Adélia Araújo de Souza Clímaco    | O processo de aprendizagem: uma tentativa de reconceituação da dificuldade de aprendizagem.                 |

|                            |             |                    |                           |                                                                                     |
|----------------------------|-------------|--------------------|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Lila Maria Spadot          | 1992 a 1993 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Marília Gouvea de Miranda | O enfrentamento da relação entre teoria empírica no campo da psicologia da educação |
| Lucinei Rosa da Costa      | 1992 a 1993 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Marília Gouvea de Miranda | O enfrentamento da relação entre teoria empírica no campo da psicologia da educação |
| Keila Justino de Moura     | 1992 a 1993 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Marília Gouvea de Miranda | O enfrentamento da relação entre teoria empírica no campo da psicologia da educação |
| Júlia Cristina de A Braz   | 1992 a 1993 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Marília Gouvea de Miranda | O enfrentamento da relação entre teoria empírica no campo da psicologia da educação |
| Tereza Cristina de Menezes | 1992 a 1993 | PIBIC-CNPq/BIC-UCG | Marília Gouvea de Miranda | O enfrentamento da relação entre teoria empírica no campo da psicologia da educação |